

Educação Ambiental com Participação Popular: **Avançando na Gestão Democrática do Ambiente**



Geraldo Marcio Timóteo
(Coordenador)

Geraldo Márcio Timóteo

Educação Ambiental com Participação Popular:

Avançando na Gestão
Democrática do Ambiente

2ª Edição, revista e ampliada

Campos dos Goytacazes - RJ

UENF/ EdUENF

2019

Dedicamos essa obra a Moisés Machado (in memoriam).

FICHA CATALOGRÁFICA

Preparada pela Biblioteca do **CCH / UENF**

T585 Timóteo, Geraldo Márcio.
Educação ambiental com participação popular : avançando na gestão democrática do ambiente / Geraldo Márcio Timóteo. – 2. ed. rev. e ampl.
- Campos dos Goytacazes, RJ : EdUENF, 2019.
339 p. : il.

Inclui bibliografia.
ISBN : 978-85-89479-57-8

1. Gestão Ambiental. 2. Educação Ambiental. 3. Pescadores Artesanais – Bacia de Campos (RJ). 4. Pesca Artesanal. 5. Projeto Pescarte. I. Título.

CDD : 306.364

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)

Reitor:

Luis Passoni

Vice-reitora:

Teresa de Jesus Peixoto Faria

Diretor do Centro de Ciências do Homem:

Marcelo Carlos Gantos

**Coordenadora do Programa
de Políticas Sociais (UENF):**

Denise Cunha Tavares Terra

Realização:

Petrobras e Programa de
Pós Graduação em Políticas Sociais (UENF)

Coordenação Técnica do PEA Pescarte:

Geraldo Márcio Timóteo

Coordenação de Pesquisa do PEA Pescarte:

Geraldo Márcio Timóteo

Supervisão Técnica do Projeto Pescarte:

Mônica do Nascimento Brito
Ana Carolina Caetano R. Tavares Crespo

Coordenação Pedagógica:

Silvia Alicia Martínez
Lucas Viana Aragão

Coordenação da Obra:

Geraldo Márcio Timóteo

Revisão:

Sérgio Arruda de Moura
Leandro Garcia Pinho

Projeto Gráfico e Programação Visual:

Bruno Diniz Santos Henrique
Mariana Alcantara Vetromille

Fundação Instituto de Administração:

Hélio Janny Teixeira

Conselho Editorial da EdUENF:

Leonardo Rogerio Miguel (editor-chefe)
Maura da Cunha
Ricardo Bressan-Smith
Sérgio Arruda de Moura
Maridelma de Sousa Pourbaix

Foto da Capa:

Luiz Fernando Lima da Mata Filho

Design da Capa:

Mariana Alcantara Vetromille

Impressão:

Tiragem: 500 exemplares
Distribuição Gratuita Dirigida



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

SUMÁRIO

Apresentação.....	4
--------------------------	----------

Capítulo 1

O Pescarte e as Concepções Estruturantes da Educação Ambiental na Gestão Ambiental Pública.....	12
---	----

Capítulo 2

A Educação Ambiental no Processo de Licenciamento de Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás.....	93
---	----

Capítulo 3

Metodologia de Intervenção Social - Educação Ambiental com Participação Popular: Avançando na Gestão Democrática do Ambiente.....	112
---	-----

Capítulo 4

Justiça Ambiental: O Problema da Distribuição dos Custos e Benefícios da Exploração do Petróleo para as Comunidades Pesqueiras da Bacia de Campos.....	135
--	-----

Capítulo 5

Considerações acerca dos Saberes e Fazeres Tradicionais das Comunidades Pesqueiras litorâneas do Norte Fluminense e Região dos Lagos a partir do Projeto Pescarte.....	154
--	-----

Capítulo 6

O Trabalho na Pesca Artesanal no Litoral Norte do Estado do Rio de Janeiro.....	168
---	-----

Capítulo 7

Expressões do Conflito Socioambiental na Comunidade Pesqueira Artesanal no Litoral Norte do Rio de Janeiro.....	184
---	-----



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Capítulo 8

Cadeias Produtivas do Pescado na Bacia de Campos: Propostas e Alternativas a Partir do Projeto Pescarte.....198

Capítulo 9

A Cadeia Produtiva do Pescado e a Invisibilidade Feminina: Prática, Representação e Apropriação.....218

Capítulo 10

Trabalho Associado, Organização Social e Produtiva entre Pescadores Artesanais na Bacia de Campos: Propostas e Desafios.....233

Capítulo 11

Pescadores artesanais da Bacia de Campos: o que nos dizem os indicadores de segurança alimentar - dados preliminares.....247

Capítulo 12

Análise quali-quantitativa e Produção de Indicadores do Projeto PEA Pescarte.....268

Capítulo 13

Mapeamento da Pesca Artesanal na Bacia de Campos - RJ: confiabilidade da pesquisa...285

Questionário.....305

Sobre os Autores.....327

Índice Remissivo336



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

APRESENTAÇÃO

Esta é uma segunda edição da obra Educação Ambiental com participação popular: avançando na gestão democrática do ambiente que, de maneira pioneira, trouxe à tona as primeiras reflexões acerca do Projeto de Educação Ambiental Pescarte (PEA Pescarte). Nesta versão, revisada e ampliada, há uma nova contribuição: um capítulo de abertura de extrema importância para entendermos os parâmetros que subsidiam o trabalho do PEA Pescarte desde o início das suas ações em 2014. Com esse importantíssimo texto do professor e pesquisador José Silva Quintas, “O Pescarte e as concepções estruturantes da educação ambiental na gestão ambiental pública”, o leitor pode entender as bases teórico-epistemológicas do Projeto Pescarte. Para o professor Quintas, a essência do planejamento de um Projeto de Educação Ambiental (PEA) na Gestão Ambiental Pública (GAP) encontra-se na possibilidade de resposta a cinco perguntas: o que fazer (Objetivos), com base em que (Concepção Pedagógica), com quem (Sujeito da Ação Educativa), em que contexto (Socioambiental e Legal), como fazer (Concepção Metodológica), que durante a formulação da proposta dialogam entre si o tempo todo. A partir da resposta a essas perguntas dimensiona-se Equipe, Metas, Custos e Cronogramas.

A partir do texto do professor Quintas, o leitor é convidado a percorrer os primeiros caminhos do PEA Pescarte pelas reflexões de diferentes pesquisadores que se utilizam deste importante Projeto Ambiental acerca da pesca em municípios fluminenses. Sendo assim, o primeiro texto deste livro se apresenta como uma sistematização capaz de nos fazer compreender o processo de construção coletiva do Pescarte à luz dos princípios pedagógicos da Educação Ambiental na Gestão Ambiental Pública (EA na GAP) bem como das diretrizes legais e bases técnicas para elaboração dos Programas de Educação Ambiental no Licenciamento Federal.

Vale lembrar que o PEA Pescarte é um projeto de mitigação socioambiental desenvolvido por meio da gestão compartilhada entre a Petrobras e a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), sob supervisão do IBAMA, em cumprimento a uma exigência legal do Licenciamento Ambiental dos empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás da Petrobras na Bacia de Campos.

O Pescarte está vinculado ao licenciamento oriundo do TAC de Produção, que envolve a instalação de sistemas de produção, estocagem e escoamento de 14 campos



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

petrolíferos da Bacia de Campos, com atuação de 29 plataformas, sendo elas: PCH-2 - Campo de Cherne; PCH-1 - Campos de Cherne; PNA-1 - Campo de Namorado; PNA-2 - Campo de Namorado; PPM-1 - Campo de Pampo; P- 12 - ; PPG-1 - Campo de Pargo; PCP-1 - Campo de Carapeba; PCP-2 - Campo de Carapeba; PCP-3 - Campo de Carapeba; PVM-1 - Campo de Vermelho; PVM-2 - Campo de Vermelho; PVM-3 - Campo de Vermelho; PGP-1 - Campo de Garoupa, PCE-1 - Campo de Enchova; P-7 - Campo de Bicudo; P-9 - ; P-15 - Campo de Piraúna; P-08 - Campo de Marimbá; P-32 - Campo de Marlim; P-20 - Campo de Marlim e Voador; P-18 - Campo de Marlim; P-19 - Campo de Marlim; P-25 - ; P-26 - Campo de Marlim; P-32; P-33 - Campo de Marlim; P-35 - Campo de Marlim; P-37 - Campo de Marlim; P-31 - Campo de Albacora.

O Pescarte tem como foco de suas ações 32 comunidades de pescadores artesanais, em sete municípios da denominada Bacia de Campos, no estado do Rio de Janeiro.

Os municípios inseridos no PEA Pescarte são: Campos dos Goytacazes, São Francisco de Itabapoana, São João da Barra, Quissamã, Macaé, Cabo Frio e Arraial do Cabo e fazem parte da região 5, assim definida pela Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA número 01/2010. Essa região abrange os Municípios litorâneos do Rio de Janeiro, indo de Saquarema a São Francisco do Itabapoana. Estes sete municípios estão inserido em uma área que é considerada a maior reserva petrolífera do Brasil.

Vale ressaltar que essa Bacia responde, atualmente, por cerca de 40% de toda a produção nacional de petróleo e que, até o final dos anos 70, essa região esteve envolvida, principalmente, com as atividades tradicionais da pecuária, pesca e o cultivo da cana-de-açúcar, quando, então, passou a conviver com o desenvolvimento da exploração de petróleo e gás pela Petrobras, com sua principal base sendo instalada no município de Macaé. A partir de então começaram as mudanças sociais, demográficas, culturais, ambientais, além, claro, da alteração dos modos de reprodução social até então verificadas na região, em todos os municípios que compõem o norte e noroeste fluminense (PETROBRAS; Mineral, 2015).

E hoje se tem a consciência que uma das principais comunidades atingidas é a da pesca artesanal, tanto em razão da perda do espaço marinho – sobre o qual concorre com embarcações e área de exclusão de pesca, representado pelas plataformas (não se pode pescar a menos de 500 metros do entorno das plataformas) –, quanto pela perda de seu espaço em terra – vitimados pela valorização imobiliária das áreas litorâneas e ocupação desordenada de locais de reprodução das espécies. E é nesse cenário que tem sobrevivido a comunidade pesqueira tomada como sujeitos da ação de mitigação a que se propõe o



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

PEA Pescarte.

Essa mesma nota técnica define um projeto de mitigação como sendo um “conjunto de procedimentos metodológicos capazes de minimizar e, ou, evitar (i) os efeitos difusos negativos dos impactos da atividade licenciada, bem como de (ii) o agravamento de impactos identificados e (iii) a ocorrência de novos impactos.” E, ainda postula, que as ações a serem implementadas devem seguir uma das seis linhas de ação que, sumariamente, são definidas como sendo a 1) Linha de Ação A – Organização comunitária para a participação no licenciamento ambiental – em que está inserido o PEA Pescarte–; 2) Linha de Ação B – Controle social da aplicação de royalties e de participações especiais da produção de petróleo e gás natural; 3) Linha de Ação C – Apoio à elaboração, à democratização, à discussão pública e à fiscalização do cumprimento das diretrizes de Planos Diretores municipais; 4) Linha de Ação D – a ser proposta pela empresa; 5) Linha de Ação E – Projetos compensatórios para populações impactadas por empreendimentos de curto prazo; e 6) Linha de Ação F – Apoio à discussão e ao estabelecimento de acordos para a gestão compartilhada das atividades na zona marítima.

A Linha de Ação A prevê a busca pela melhoria na “Organização comunitária para a participação no licenciamento ambiental” por meio de processos formativos que permitam “a intervenção qualificada de determinados grupos sociais em processos decisórios de distribuição de custos/benefícios a partir da exploração de recursos naturais” e que tenham como elemento central a “democratização do processo de licenciamento ambiental e, em última análise, da gestão das ações de transformação da realidade local” (Nota Técnica 01, CGPEG/DILIC/IBAMA, 2010).

Esta segunda edição desta obra traz, além da contribuição do professor José Quintas acima mencionada, as primeiras compreensões acerca dos sujeitos da ação educativa do PEA Pescarte. Vale lembrar que é por meio do estabelecimento de um programa de pesquisa que este PEA vem buscando promover uma melhor e maior interpretação dos efeitos micro e macro a que estão submetidos os indivíduos nas localidades de pescadores dessa região, e, ainda, revelando a complexa teia de interesses e de perdas irreparáveis a que estão submetidos os sujeitos da ação educativa para os quais o PEA Pescarte desenvolve suas ações de educação ambiental.

E é nesse propósito que no capítulo 2, “A Educação Ambiental no Processo de Licenciamento de Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás”, as pesquisadoras Silvia Martinez, Paula Mousinho e Luana Azeredo apresentam de maneira didática os fundamentos que orientam o desenvolvimento do PEA Pescarte dentro da



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Gestão Ambiental Pública e, para isso, contextualizam o projeto na história da educação ambiental no Brasil, acompanhando a evolução da legislação brasileira relativamente à problemática ambiental, com ênfase no momento de criação dos programas de educação ambiental (PEAs) no âmbito dos processos de licenciamento ambiental federal de atividades de exploração e produção de petróleo e gás.

Em seguida, no capítulo 3, “Metodologia de Intervenção Social - Educação Ambiental com Participação Popular: Avançando na Gestão Democrática do Ambiente” o pesquisador Geraldo Timóteo, apresenta a base metodológica em que se apoia o PEA Pescarte e que, sumariamente, podem ser descritos como sendo a realização do 1) diagnóstico participativo de natureza qualitativa; 2) manutenção da presença de uma equipe social multidisciplinar; 3) elaboração de um diagnóstico (quantitativo); 4) utilização de metodologias participativas; 5) participação das comunidades entendidas como um processo pedagógico de construção de cidadania; 6) promoção da capacitação dos sujeitos da ação educativa e de suas organizações representativas na gestão democrática dos processos organizacionais a serem implantados; 7) e, finalmente, o trabalho social como um elemento que incentive a ação dos sujeitos na busca de parcerias para o atendimento das necessidades das famílias.

Já, no capítulo 4, “Justiça Ambiental: o Problema da Distribuição dos Custos e Benefícios da Exploração do Petróleo para as Comunidades Pesqueiras da Bacia de Campos” o pesquisador Júlio Esteves, tendo por base o referencial teórico fornecido por John Rawls, na obra intitulada *A Theory of Justice*, propõe uma reflexão crítica sobre a justiça na distribuição dos custos e benefícios advindos da exploração petrolífera na Bacia de Campos relativamente aos grupos sociais mais afetados por tal atividade. Segundo o autor, essa reflexão crítica tem de se concentrar em torno de duas questões. Quais são os benefícios socioeconômicos da exploração do petróleo e como são distribuídos entre os diferentes segmentos? Quais são os custos ambientais decorrentes dessa atividade e de que modo eles impactam os diferentes segmentos? Em outras palavras, segundo o autor, a questão da justiça distributiva ou social deve ser abordada sob o viés da justiça ambiental. Por fim, o autor enfatiza a importância do respeito próprio, da autoestima e do reconhecimento por parte da sociedade como sendo de suma importância para a preservação e manutenção das tradicionais atividades levadas a cabo pelas comunidades de pescadores artesanais afetadas pela atividade de exploração de petróleo.

No capítulo 5, “Considerações acerca dos Saberes e fazeres tradicionais das comunidades pesqueiras litorâneas do Norte Fluminense e Região dos Lagos a partir do



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Projeto Pescarte” temos a abordagem dos pesquisadores Giovane do Nascimento, Lílian Ságio e Leandro Pinho, que pretende reconhecer e registrar as contribuições dadas pelos sujeitos da ação educativa ao acervo cultural da região fluminense. O intuito dos autores é de promover esse registro e contribuir para o estabelecimento de um processo de resgate cultural das comunidades pesqueiras litorâneas e de águas continentais. O ponto de partida fundamental para a construção de um projeto dessa relevância consiste na possibilidade real de reconhecimento do pescador como protagonista de sua própria história.

No capítulo 6, “O Trabalho na Pesca Artesanal no Litoral Norte do Estado do Rio de Janeiro”, o Pesquisador Klenio Costa, ajusta com lentes antropológicas a compreensão dos caminhos a serem percorridos para a realização de um estudo a respeito da identidade produtiva do pescador artesanal do litoral Norte do Estado do Rio de Janeiro. São apresentados aqui uma lente analítica capaz de ser utilizada em uma investigação de campo, com ênfase na centralidade da relação Natureza e Cultura no processo de determinação do modo de ser dessa categoria profissional no contexto do litoral Norte do Rio de Janeiro.

O pesquisador ainda contribui com o capítulo 7, “Expressões do Conflito Socioambiental na Comunidade Pesqueira Artesanal no Litoral Norte do Rio de Janeiro”, em que a temática é a relação sociedade e natureza, com ênfase na questão dos múltiplos conflitos socioambientais que incidem sobre o modo de vida e a atividade profissional dos pescadores artesanais. Para tanto, foi realizada uma análise sob o prisma da Ecologia Política, dos problemas e desafios coletivos que a comunidade pesqueira acredita que devem ser solucionados para garantir-lhes uma melhor qualidade de vida. A partir da análise das relatorias da atividade denominada Reunião de Pauta Aberta e do recorte teórico-metodológico que privilegiou as noções de conflitos e justiça ambiental, concluiu-se que os conflitos vivenciados decorrem das disputas pelo controle sobre os recursos naturais e em torno dos impactos gerados pela ação humana, e discute-se, ainda, a ameaça concreta que estes conflitos representam para a reprodução e a manutenção do pescador artesanal.

Em continuação, no capítulo 8, “Cadeias Produtivas do Pescado na Bacia de Campos: Propostas e Alternativas a Partir do Projeto Pescarte”, os pesquisadores Mauro Campos, Moisés Machado, Eliana de Oliveira, Lohana de Almeida, Samira de Carvalho e Ivan de Abreu abordam a questão da organização da cadeia produtiva da pesca e sua rede e meios de comercialização. Neste capítulo são estabelecidos os critérios para o planejamento, a implantação, o desenvolvimento e o monitoramento das ações da cadeia produtiva da pesca artesanal das comunidades pesqueiras localizadas na Bacia de Campos



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

que são afetadas pelas ações do complexo produtivo de petróleo. Tais critérios servirão de balizamento para propiciar a melhoria de renda e qualidade de vida dessas comunidades por meio de intervenções no mercado do pescado da região. Esse capítulo tem a intenção de indicar alternativas de valorização do produto por meio do beneficiamento; passa pelo estabelecimento de novas formas de comercialização e termina pela implantação de uma certificação de origem ou “Selo Pescarte” que procura garantir a qualidade da produção por práticas socialmente justas e ambientalmente sustentáveis, possibilitando a elevação aos preços praticados atualmente.

No capítulo 9, “A Cadeia Produtiva do Pescado e a Invisibilidade Feminina: Prática, Representação e Apropriação”, temos o pesquisador Valdir com uma abordagem centrada no papel desempenhado pelas mulheres na cadeia produtiva do pescado, buscando pensar alguns aspectos das relações de gênero alinhando três categorias analíticas fundamentais: 1) a organização; 2) o planejamento e a 3) gestão. Por organização entende-se a necessidade de captura dos códigos sociais alinhados ao cotidiano da pesca artesanal e os espaços ocupados por essas mulheres nas principais formas de organizações sociais – grupos, associações, cooperativas, sindicatos e federação. A análise do planejamento nos dará elementos para pensar as principais contradições que se interpõem ao mundo da pesca artesanal, assim como as práticas e os discursos associados aos significados socioculturais coletivos de gênero e trabalho. O conceito de gestão sumariza as formas como a organização e o planejamento se replicam e se interpenetram na representação de um regime simbólico misto que rege tal relação de gênero no âmbito da pesca artesanal nos municípios da área de abrangência do PEA Pescarte.artesanal, assim como as práticas e os discursos associados aos significados socioculturais coletivos de gênero e trabalho. O conceito de gestão sumariza as formas como a organização e o planejamento se replicam e se interpenetram na representação de um regime simbólico misto que rege tal relação de gênero no âmbito da pesca artesanal nos municípios da área de abrangência do PEA Pescarte.

No capítulo 10, “Trabalho Associado, Organização Social e Produtiva entre Pescadores Artesanais na Bacia de Campos: Propostas e Desafios”, a pesquisadora Ana Paula Nogueira expõe as potencialidades e desafios para a realização de iniciativas de organização comunitária e produtiva dos pescadores. Baseando-se nos princípios da Economia Solidária analisa-se as capacidades de trabalho associado e de autogestão entre os pescadores artesanais. Este estudo colabora com as intervenções propostas pelo PEA Pescarte ao refletir sobre as práticas e os processos de inserção destes pescadores em



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

empreendimentos associativos de Geração de Trabalho e Renda. Esta reflexão é válida uma vez que a gestão compartilhada destes empreendimentos solidários expressa formas e possibilidades concretas de uma prática social transformadora pautada no coletivo e em um novo modo de produção mais democrático, participativo e inclusivo.

No Capítulo 11, “Pescadores Artesanais da Bacia de Campos: o que nos dizem os indicadores de Segurança Alimentar e Nutricional– dados preliminares” temos os pesquisadores Moíses Machado, Luiz Fernando da Silva, Mauro Campos e Geraldo Timóteo que partem da premissa de que a alimentação adequada é direito fundamental do ser humano. Porém, embora o país tenha reduzido a fome e a desnutrição nos últimos anos, milhares de pessoas ainda carecem de políticas públicas eficientes para o combate à fome e a desnutrição. Este texto analisa os dados relativos à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) dos pescadores artesanais dos municípios abarcados pelo PEA Pescarte. E os resultados apontam a urgência de se tomar medidas que possam debelar a insegurança alimentar percebida junto às famílias entrevistadas. As respostas coletadas pelos questionários do Censo do PEA Pescarte relativas à Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) evidenciam que estas famílias sofrem restrições alimentares, tanto pelo medo de que “amanhã poderá faltar alimentação suficiente em suas casas”, quanto por não disporem regularmente de recursos suficientes para promoverem a compra de alimentos, causando, assim, sobressaltos e angústias permanentes, concluindo que um dos caminhos para melhorar a dieta destas famílias, como das classes sociais sujeitas à pobreza, é melhorar a renda familiar.

No capítulo 12, “Análise quali-quantitativa e Produção de Indicadores do Projeto PEA Pescarte”, os pesquisadores Vitor Peixoto, Diego Carvalhar e Murilo Nogueira, apresentam uma proposta metodológica que comporta a construção de diferentes desenhos de pesquisas para o projeto no segundo ciclo. Tendo por objetivo primordial contribuir com as diversas etapas do trabalho científico, desde a coleta de dados até a produção de indicadores e a análise de resultados. Qualquer pesquisa que se proponha a analisar e investigar cientificamente esses grupos de pescadores artesanais deve levar em conta a enorme variação de comportamentos, compreensões e atitudes que podem assumir os grupos sociais, não raramente, dentro de uma mesma comunidade, além de interpretações de seus interesses de forma densa para, então, se apresentar as diferentes técnicas empregadas, tais como os grupos focais, as entrevistas em profundidade e, por fim, o censo da Pesca.

No capítulo 13, “Mapeamento da Pesca Artesanal na Bacia de Campos - RJ:



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

confiabilidade da pesquisa”, o pesquisador Paulo Mesquita juntamente com o coordenador do PEA Pescarte, Geraldo Timóteo discutem a validade do questionário utilizado pelo PEA Pescarte, aplicado de novembro de 2014 a janeiro de 2016. Utilizando-se do coeficiente alpha de Cronbach, foi avaliado o nível de confiabilidade do questionário utilizado na pesquisa e os resultados obtidos indicam a robustez das dimensões que fazem parte do instrumento de coleta e geram uma maior segurança àqueles que farão sua leitura.

No capítulo 14, apresentamos o instrumento de coleta de dados da pesquisa de censo, cujos 10 blocos permitem uma avaliação bastante aprofundada da realidade da comunidade de pesca investigada e também que outras pesquisas e pesquisadores possam fazer uso desse instrumental de investigação e de seus resultados.

Por fim, pretendemos que os elementos aqui aportados possam incentivar outros pesquisadores ao interesse renovado na busca da compreensão dos efeitos das políticas públicas na redução dos impactos negativos gerados pelas transformações econômicas que temos vivido nos últimos decênios. Em especial, esperamos poder motivar a busca pela compreensão dos efeitos dessas mudanças sobre as populações mais vulneráveis e, com isso, permitirmo-nos alcançar um nível de desenvolvimento social e econômico que considere a dignidade humana como elo fundamental para um desenvolvimento plenamente sustentável. Assim, com esta segunda edição, revisada e ampliada, abrimos espaço para uma reflexão dialógica e compartilhada de uma experiência de Educação Ambiental e pesquisa acadêmico-científica inéditas na gestão ambiental pública brasileira.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

PETROBRAS; MINERAL ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE – EMPRESA BRASILEIRA DE PETRÓLEO. Atividade de produção de petróleo e gás no âmbito do termo de ajustamento de conduta da Bacia de Campos – TAC-BC, 2015.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

O PESCARTE E AS CONCEPÇÕES ESTRUTURANTES DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA GESTÃO AMBIENTAL PÚBLICA

José Silva Quintas¹

INTRODUÇÃO

A essência do planejamento de um Projeto de Educação Ambiental na Gestão Ambiental Pública está na resposta a cinco perguntas: o que fazer (Objetivos), com base em que (Concepção Pedagógica), com quem (Sujeito da Ação Educativa), em que contexto (Socioambiental e Legal), como fazer (Concepção Metodológica), que durante a formulação da proposta dialogam entre si o tempo todo. A partir da resposta a essas perguntas dimensionam-se Equipe, Metas, Custos e Cronogramas.

Este texto é uma tentativa de sistematizar a compreensão do autor sobre o processo de construção coletiva do Pescarte à luz dos princípios pedagógicos da Educação Ambiental na Gestão Ambiental Pública² (EA na GAP) bem como das diretrizes legais e bases técnicas para elaboração dos Programas de Educação Ambiental no Licenciamento Federal.

Portanto, pretende-se examinar como está se processando o diálogo entre as práticas do Pescarte e as concepções estruturantes da Educação na Gestão Ambiental Pública, aplicadas no contexto do Licenciamento Ambiental Federal dos empreendimentos marítimos da cadeia produtiva de petróleo e gás natural.

Esses estruturantes são constituídos pelo conjunto de normas legais sobre a Educação Ambiental (EA) e sua prática na Gestão Ambiental Pública (GAP), particularmente, no Licenciamento Ambiental Federal dos empreendimentos de exploração e produção de petróleo e gás natural e por um referencial teórico-metodológico da esfera da Educação Ambiental Crítica.

Assume-se aqui que o atributo crítico conferido à Educação Ambiental sinaliza o seu compromisso com o movimento que articula o ato de conhecer com o ato do transfor-

¹ Texto elaborado como parte das atividades de Bolsista- Pesquisador da Linha de Pesquisa: Justiça Ambiental do PESCARTE/UENF.

² Também, denominadas pelos educadores do IBAMA que participaram de sua construção de Educação no Processo de Gestão Ambiental (QUINTAS, 2017).



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

mar necessário, cuja indissociabilidade destes atos é constitutiva da Educação Ambiental, conforme as Grandes Orientações da Conferência Intergovernamental de Tbilisi, de 1977 (UNESCO, 1997) e legislação brasileira pertinente, como será visto neste texto.

Os estruturantes devem permear Programas de Educação Ambiental e ou Projetos de Educação Ambiental na Gestão Ambiental Pública, durante sua formulação e execução, sempre numa perspectiva de que constituem uma proposta em construção (projeto do projeto), que num movimento recíproco e sem hierarquia de ação-reflexão, mediado pela realidade em que está mergulhado, vai construindo suas condições objetivas e subjetivas de realização. Realidade, aqui, é entendida como,

processo multidimensional, complexo, que tem aspectos “transitórios” e aspectos “permanentes” aspectos visíveis, e aspectos invisíveis, aspectos materiais e aspectos não materiais, aspectos específicos e aspectos gerais, **uns agindo sobre os outros em forma de contraposição, de conflito, de contradição** (ARRUDA, 1986, p. 52), [grifos meus].

O arcabouço teórico-metodológico, enquanto estruturante pedagógico, deve sustentar a organização e a execução de processos educativos, que buscam desenvolver com os educandos, as capacidades necessárias tanto para compreenderem a complexidade da relação sociedade-natureza (relação entre humanos e destes com a natureza) quanto para intervirem nesta relação, de modo coletivo, organizado e qualificado, assim, contribuirão na construção de uma sociedade mais justa, democrática e ambientalmente segura para todos.

Desse modo, os educandos podem concorrer para tornar efetivo o direito Constitucional ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, razão da existência da Educação Ambiental na Constituição brasileira (BRASIL, 1988).

Portanto, são esses estruturantes que devem mediar a práticas pedagógicas dos Programas ou Projetos de Educação Ambiental (PEA), exigidos como Condicionantes no Licenciamento Federal, por se constituírem como necessários para que compreendam e ajam no sentido de contribuir para que a atual relação sociedade-natureza que está posta, sabidamente, predatória, seja revertida.

Nesse sentido, a concepção pedagógica que deve mediar a prática da EA na GAP é assumida como:

Crítica na medida em que discute e explicita as **contradições do atual modelo de civilização conformado pelo capitalismo**, da relação sociedade-natureza e das relações sociais, que ele institui;



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Transformadora porque ao pôr em discussão o caráter do processo civilizatório em curso ***acredita na capacidade da humanidade construir um outro futuro a partir da construção de um outro presente*** e, assim, instituindo novas relações dos seres humanos entre si e com a natureza e;

Emancipatória, por tomar como valor fundamental da prática educativa a produção da autonomia dos grupos subalternos, oprimidos e excluídos, a superação das assimetrias e, conseqüentemente, a democratização da sociedade (QUINTAS, 2009, p.64/65) [grifos meus].

A EA na GAP, tal como a EA Crítica que referencia sua prática, pressupõe a concepção de “crítica” significa, antes de mais nada, dizer o que é em vista do que ainda não é, mas pode ser” (NOBRE, 2011, Introdução). Mesmo admitindo que, pela Teoria Crítica (ibidem, Capítulo 2) no atributo crítico da EA Crítica já está inscrita a perspectiva transformadora, a qualificação da EA na GAP como crítica e, também, transformadora longe de ser uma redundância, é a reiteração do seu compromisso com as transformações necessárias na relação Sociedade-Natureza, instituída pela Modernidade³ com base na falsa premissa de que os recursos do Planeta são ilimitados.

A autonomia é aqui entendida como a capacidade do indivíduo e da coletividade de fazerem escolhas sem tutelas e coação. Pressupõe o estabelecimento de condições em que não haja dependência de outros para conhecer e agir, seja de organismo estatal, internacional, religioso, filantrópico, empresarial; seja partido político, oligarquia econômica, política ou elite intelectual (LOUREIRO, 2007, p. 160). Em outras palavras, implica na capacidade de articular possibilidades no coletivo de superação das assimetrias, tanto no plano dos impactos negativos quanto no dos meios materiais, organizativos e cognitivo-informacionais (QUINTAS, 2009, p. 55).

Essa capacidade não é conquistada em um passe de mágica. Para ser materializada necessita de uma Educação comprometida com a emancipação do indivíduo e do coletivo submetidos qualquer forma de opressão. Pressupõe uma prática educativa que seja regida pelo princípio da redundância subjacente à prática da Educação Ambiental Crítica.

3 Segundo Carvalho (2004:93,apud Loureiro,2006:128) “(...) momento civilizatório que se inicia no século XV e compreende um conjunto de transformações relacionadas a aspectos culturais e artísticos (o Renascimento), políticos(o surgimento do Estado-Nação), econômicos(o mercantilismo e posteriormente o capitalismo industrial) e filosóficos(o surgimento do pensamento científico), cuja influência se estende até nossos dias(...) Neste sentido, modernidade refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram da Europa e ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência(...)”



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Segundo Orlando Fals Borda (FARFÁN, GUZMÁN (orgs), 2013).

La regla de la redundancia potencial –opuesta al paternalismo constante– estipula que las comunidades organizadas queden capacitadas para continuar solas autónomamente las labores emprendidas, sin tener que apelar a los técnicos o intelectuales de afuera sino en casos extremos.

No caso do Pescarte, significa que à medida que os Projetos de Geração de Trabalho e Renda (PGTR) forem se desenvolvendo, os grupos de pescadores envolvidos com a implementação deles irão se apropriando dos conhecimentos e habilidades necessárias à gestão coletiva e solidária dos empreendimentos, de modo que a Equipe Técnica do Pescarte vá se transformado cada vez mais numa instância de assessoramento destes grupos, a partir das suas demandas.

Assim, pretende-se examinar numa perspectiva processual a compatibilidade dos propósitos do Pescarte – configurados tanto nos Objetivos Geral e Específicos dos seus Planos de Trabalho do 1º e 2º Ciclos (PETROBRAS, UENF, 2013a; PETROBRAS, UENF, 2016), quanto no desenvolvimento das suas práticas – com os estruturantes citados, considerando que o Projeto se desenvolve no contexto do Licenciamento Federal de empreendimentos marítimos da cadeia produtiva de petróleo e gás natural e dos seus impactos ambientais no meio social.

No plano dos propósitos será analisado se na sua formulação estão contemplados os pressupostos legais e pedagógicos para Programas de EA no Licenciamento Federal dos empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás natural.

Em decorrência da relação sociedade-natureza ser complexa e os atos pedagógicos se materializarem neste contexto relacional, não se espera a transposição mecânica desses estruturantes nas práticas do Pescarte, mas uma aproximação processual mediada pelas condições objetivas e subjetivas vivenciadas pelos seus participantes, ao longo da sua execução.

O esperado é que as evidências de que o Pescarte está promovendo o desenvolvimento das capacidades necessárias, com os pescadores e suas famílias, para intervirem de modo coletivo, organizado e qualificado na realidade vivenciada com autonomia, irão se materializando ao longo do processo de sua execução, de acordo com características de cada grupo envolvido.

Nessa perspectiva, este artigo busca identificar possíveis pontos de atenção relevantes, que poderão ser úteis para eventuais correções do processo de implementação



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

do Projeto. Daí que durante sua elaboração se buscará, sempre que possível, o diálogo com Equipe Executora do Projeto.

Para isto será estudado o processo de execução do Pescarte à luz dos princípios pedagógicos da Educação Ambiental na Gestão Ambiental Pública; do ordenamento jurídico sobre a Educação Ambiental, sobre o Licenciamento Ambiental e sobre os Programas de Educação Ambiental no Licenciamento Federal, como também do arcabouço conceitual que interpreta a Problemática Ambiental como multidimensional e complexa.

Arcabouço que tem referenciado o debate sobre os chamados problemas ambientais globais contemporâneos, na sociedade civil e entre Estados Nacionais nas Conferências Intergovernamentais.

O artigo sofre as limitações de ser elaborado a partir dos Planos de Trabalho do 1º e 2º Ciclo (PETROBRAS, UENF, op. cit. 2013a; PETROBRAS, UENF, op. cit. 2016) dos Relatórios de execução e da documentação sobre as atividades desenvolvidas, porém, sem a vivência in situ do autor, das práticas do Projeto.

Sempre na expectativa de que o encontro do olhar de quem não vivenciou com os olhares daqueles que vivenciam o Pescarte no calor da hora, produza reflexões que contribuam para o seu avanço, conforme sua intencionalidade pedagógica.

Este texto está estruturado em quatro partes: (i) marco socioambiental que busca contextualizar o debate sobre o caráter da crise evidenciada pelos chamados Problemas Ambientais Globais e sua projeção nos modos e meios de vida das populações, principalmente, aquelas em situação de vulnerabilidade social; (ii) marco legal cujo objetivo é contextualizar a EA no Licenciamento Federal, frente ao ordenamento jurídico brasileiro de defesa e proteção ambiental; (iii) marco teórico-metodológico que discute a pertinência da Educação Ambiental Crítica como fundamento da EA na GAP; e (iv) análise da prática do Pescarte à luz destes três marcos referenciais.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO LICENCIAMENTO: MARCO SOCIOAMBIENTAL

Em 14 de abril de 1900, inaugurou-se a “Exposição Universal de Paris”. O caráter de universalidade ressaltado no título, se de um lado resgatava a ideia medieval da Terra como centro do Universo, de outro celebrava o sucesso da Modernidade imposta aos povos



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

dos demais continentes a ferro e fogo, pela colonização europeia iniciada no século XVI. Ali se buscava demonstrar por meio da ciência e da tecnologia o poder e a superioridade da civilização de matriz eurocêntrica frente aos outros povos do planeta.

À Exposição acorreram mais de 50 milhões de visitantes (MACMILAN, 2013, p. 352) e “parecia ser uma forma adequada de assinalar o fim de um século que começara com revoluções e guerras, mas agora se voltava para progresso, paz e prosperidade” (ibidem, op.cit., p. 419-420) [grifos meus].

Ainda segundo Margaret Mac Milan (op. cit., p. 441-446 e 451-454),

Os temas de progresso e futuro tomaram conta de toda a Exposição, desde modernas calçadas rolantes ao cinema em arena circular. Em um dos pavilhões, o Château d'Eau, com suas cascatas de água, repuxos dançantes em fontes com luzes coloridas, o centro era ocupado por uma plataforma gigante onde um grupo alegórico representava **a Humanidade conduzida pelo Progresso em direção ao Futuro derrubando o estranho casal Rotina e Ódio.**(...) A Exposição foi não só uma vitrine para cada país, **mas também uma homenagem às mais recentes e extraordinárias realizações da civilização ocidental na indústria, no comércio, na ciência, na tecnologia e nas artes.** Era possível ver os novos aparelhos de raios-X ou maravilhar-se, como Henry James, no Salão dos Dínamos, mas a descoberta mais entusiasmante de todas foi a **eletricidade.**

O Palácio da Eletricidade flamejou com 5 mil lâmpadas, e em seu topo estava uma Fada da Eletricidade em sua biga puxada por um cavalo e um dragão. Houve ainda dezenas de outros palácios dedicados a diversas atividades importantes da sociedade moderna, tais como maquinaria, mineração e metalurgia, indústrias químicas, transporte público, higiene e agricultura [grifos meus]

E frente a tantas realizações e possibilidades da ciência e da tecnologia, os “visitantes saíam com a certeza de que sua civilização era superior e de que seus benefícios se disseminavam pelo globo” (ibidem, p. 415-416) [grifos meus].

Entretanto, do início do século XX até os dias atuais muitos eventos históricos põem em dúvida tanto o modelo de civilização e de sociedade quanto o otimismo sobre o futuro, tão celebrado na Exposição de Paris. Pelo que se sabe hoje, a Humanidade foi conduzida pelo progresso para um futuro com cara de desastroso. O estranho casal ódio e rotina não foi derrubado, a paz durou muito pouco, a prosperidade não se disseminou e é privativa de



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

uma minoria⁴.

Duas Guerras Mundiais, iniciadas no continente europeu deixando milhões de mortos e mutilados, duas grandes crises do capitalismo(1929 e 2008), desemprego, fome, revoluções, Golpes de Estado, surgimento do fascismo e do nazismo, crimes de ódio(genocídios, racismo , homofobia e outros crimes de intolerância), a ameaça de destruição do Planeta por armas nucleares durante a Guerra Fria e o surgimento dos Problemas Ambientais Globais (Aquecimento Global, redução da camada de ozônio, perda acelerada da biodiversidade terrestre e aquática, poluição de mares e oceanos etc.), à época impensável, e outros significativos eventos históricos parecem contradizer o futuro brilhante antevisto.

A mobilização da sociedade civil em diferentes países, iniciada nos anos 60/70, contra as várias formas de poluição(atmosférica, oceânica, em rios e lagoas), o desmatamento, a ameaça de extinção de espécies, expulsão povos originários dos seus territórios e o genocídio decorrente e outros problemas ambientais, e a constatação pela comunidade científica, de que essas questões, pela magnitude e amplitude de ocorrência no Planeta, configuravam- se como problemas globais, que ameaçavam o futuro da humanidade. Tudo isso levou a articulação pela ONU, já na década de 60, de uma série de Conferências Intergovernamentais objetivando a construção de um acordo internacional para interromper o acelerado processo de degradação ambiental da Terra.

Apesar das sucessivas conferências intergovernamentais, desde a de Estocolmo em 1972 até o momento, não houve uma concertação política entre os Estados Nacionais, capaz de produzir uma agenda para o enfrentamento dos então denominados Problemas Ambientais Globais de modo consequente. Pelos resultados de estudos e pesquisas divulgadas em relatórios de instituições científicas e agências internacionais reconhecidas, fica cada vez mais evidente que os Problemas Ambientais Globais estão se agravando

Os dados sobre o comportamento temporal da Pegada Ecológica Global da Terra, que expressa em hectare global (gha em inglês) a quantidade de solo biologicamente

⁴ Segundo a OXFAM, "(Cerca de **1% da população mundial detém quase 50% da riqueza produzida no planeta. Os outros 99% dividem, em partes também desiguais, os cerca de 50% restantes**. A informação não é de uma organização pequena ou que pudesse ser acusada de ter viés ideológico, mas, sim, de uma instituição financeira respeitada mundialmente, o banco Credit Suisse. E, pior, segundo o estudo, a concentração da riqueza está aumentando. (...) "[grifos meus] Disponível em : <https://www.oxfam.org.br/noticias/um-mundo-tao-desigual-e-viavel>. Acesso em 20/12/2018



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

produtivo (biocapacidade) para disponibilizar os serviços ambientais ou ecossistêmicos necessários à reprodução social da existência humana no Planeta, (WWF, 2014, p.10), mostram que seu valor vem crescendo ao longo dos anos.

Há mais de 40 anos, a demanda da humanidade sobre a Natureza **ultrapassa a capacidade de reposição do planeta. Seria necessária a capacidade regenerativa de 1,5 Terras para fornecer os serviços ecológicos que usamos atualmente.** (...) Mas as consequências são uma **diminuição dos recursos naturais e uma acumulação de resíduos** que excede a nossa capacidade de absorção ou reciclagem. Um exemplo disso é **a crescente concentração de carbono na atmosfera.** (...) (Ibidem) [grifos meus]

São Serviços de Provisão (água potável, alimento, madeira e outras fibras, recursos genéticos etc.), de Regulação (regulação do clima e da qualidade do ar, controle da disponibilidade de água doce, de pragas e de riscos naturais, polinização etc.), Culturais (valores espirituais, religiosos e estéticos, lazer etc.) e de Suporte (formação de solo, produção de nutrientes etc.) (PAINEL AM, s/d, p. 10).

A Pegada Ecológica atualmente é calculada levando-se em conta as superfícies utilizadas para cultivo, pastagens e urbanização bem como os estoques pesqueiros e florestas produtivas exploradas globalmente, localmente (países, cidades, povoados etc.). O cálculo ainda inclui a Pegada de Carbono, que corresponde à área de floresta necessária para absorver o excesso do dióxido de carbono emitido, que os oceanos não consegue (WWF, 2014, p.10).

Desde a década de 60, o gás carbônico produzido pela queima de combustíveis fósseis é o maior componente da Pegada Ecológica Global. As suas emissões vêm sendo incrementadas continuamente. Em 1961, as emissões correspondiam a 36% da Pegada Global e em 2010 já atingiam 53% (ibidem).

Na vida cotidiana, a Pegada Ecológica expressa a produção, circulação e consumo de bens e serviços, além dos impactos ambientais e socioambientais globais, regionais, nacionais e ou locais, que decorrem deste processo. Porém, para se ter uma visão mais clara da distribuição dos serviços ambientais no planeta é necessário definir-se a Pegada Ecológica per capita, por país, cujo valor e constituição indicam “a quantidade média de bens e serviços usados por uma pessoa [do país] e a eficiência na utilização dos recursos naturais, incluindo os combustíveis fósseis para disponibilizar estes bens e serviços” (ibidem, p.13). Da mesma forma, pode-se definir a pegada de qualquer localidade, de uma



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

classe social e mesmo a individual.

Entre 1961 e 2010, a Pegada Ecológica Global per capita subiu de 2,5 para 2,7 gha e a biocapacidade disponível per capita caiu de 3,2 para 1,7 gha (ibidem, p.11). Portanto, para se restabelecer o equilíbrio entre a disponibilidade e a demanda de biocapacidade, a Pegada Ecológica Global, per capita teria que ser no máximo igual a 1.7 gha.

O que transforma os Problemas Ambientais Globais, sobretudo em uma questão política. A redução da Pegada Ecológica per capita global afetaria fortemente a economia dos países de renda alta, ou seja, provocaria alterações profundas na distribuição da riqueza nestas sociedades e nos seus padrões de produção e consumo. Também afetaria a economia dos países periféricos, exportadores, sobretudo de commodities agrícolas e minerais, como o Brasil.

O fato de os principais poluidores do Planeta serem países de alta renda e não por acaso, detentores das maiores Pegadas Ecológicas per capita (ibidem, p. 16.), certamente, é o principal fator que dificulta os Governos Nacionais a chegarem a uma acordo capaz de conter o seu crescimento e de se implementar uma agenda internacional para mitigação gradativa, dos Problemas Ambientais Globais, ainda neste século.

Esses países, além de serem responsáveis pela poluição direta em seus territórios e em outras nações, também, poluem indiretamente os países periféricos do sistema internacional, basicamente, por estes serem os fornecedores de produtos primários para as economias desenvolvidas. É o que David Harvey (2016, p. 4548-4559) denomina de transferência real ou virtual de recursos naturais e de trabalho por meio do comércio internacional, ou ainda, de resíduos perigosos para lugares considerados ‘subpoluídos’. como sugeriu Larry Summers, quando diretor econômico do Banco Mundial. Mundial. “(...) A África, disse ele, era “subpoluída” e seria razoável usá-la como depósito de lixo dos países avançados (...)” (ibidem, posição 4545/4546).

Há mais de meio século, a pegada ecológica per capita dos países de renda alta é maior do que a biocapacidade per capita do planeta e estes países dependem em grande parte da biocapacidade de outros países para sustentar seu estilo de vida (WWF, 2014, op.cit. p.16) [grifos meus].

Não por acaso, são nesses países, que as oligarquias dominantes locais, como no caso do Brasil, em nome da atração de investimentos estrangeiros movimentam-se para afrouxar cada vez mais a legislação de proteção ambiental⁵.

⁵ No Brasil, são inúmeras as iniciativas existentes no Congresso nacional para simplificar a legislação ambiental.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

A situação não é diferente quando se trata da biodiversidade da fauna do planeta,

a quantidade de mamíferos, aves, répteis, anfíbios e peixes em todo o planeta é, em média, a metade do que era 40 anos atrás(...) As espécies que vivem em áreas tropicais tiveram uma redução de 56% no mesmo período - aqui, estamos falando de 3.811 populações de 1.638 espécies. A redução mais dramática ocorreu na América Latina - foi uma queda de 83%. **As principais causas dessas reduções são a perda de habitats e a degradação e exploração decorrentes de caça e pesca. As mudanças climáticas são a segunda ameaça primária mais significativa e é provável que exercerão mais pressão sobre as populações no futuro(...)** (ibidem, p. 8) [grifos meus].

Mesmo ao custo de tantos estragos, a profecia tão decantada na Exposição Universal de Paris de que a prosperidade se disseminariam no planeta não se efetivou.

Quase **2,2 mil milhões** [bilhões] **de pessoas** são vulneráveis à pobreza multidimensional⁶, incluindo 1,5 mil milhões[bilhões] que são multidimensionalmente pobres⁷ (...). Se elevarmos a linha de pobreza para 2,50 dólares por dia, a taxa de pobreza mundial aumenta para cerca de 50 por cento, ou seja, para 2,7 mil milhões de pessoas⁸.(...) Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), apenas um terço dos países do mundo, com cerca de **28 por cento da população total, fornecem uma proteção social global aos seus cidadãos**⁹.(...) (PNUD, 2014 p.19/20) [grifos meus].

Entretanto, “a água continua correndo pro mar”: os prósperos ficaram mais prósperos. Entre 1988 e 2008, a taxa de crescimento real da renda entre os 10% mais ricos cresceu 83%, enquanto a dos 10% mais pobres cresceu apenas 25% (PNUD, 2016, p. 77, gráfico).

6 Segundo o PNUD, “O IDH 2010 introduziu o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), que identifica privações múltiplas em educação, saúde e padrão de vida nos mesmos domicílios. As dimensões de educação e saúde se baseiam em dois indicadores cada, enquanto a dimensão do padrão de vida se baseia em seis indicadores. Todos os indicadores necessários para elaborar o IPM para um domicílio são obtidos pela mesma pesquisa domiciliar(...)”. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idho/conceitos/o-que-e-o-idh.html>. Acesso em 20/12/2018.

7 “Com base em dados disponíveis de 91 países” (PNUD, op. cit, p. 137, Nota 14).

8 “Com base em dados disponíveis de 104 países, relativos a 2000-2012, e representando 5,4 mil milhões de pessoas. Cálculos do GRDH baseados no PovcalNet do Banco Mundial (<http://iresearch.worldbank.org/PovcalNet/>), acessado em 15 de fevereiro de 2014) (ibidem, p. 137, Nota 16)

9 OIT 2010c(ibidem, p. 137, Nota 18)



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Para além do rendimento, **cerca de metade da riqueza do mundo pertence a um por cento dos mais ricos da população mundial**, sendo que as **85 pessoas mais ricas detêm, no seu conjunto, a mesma riqueza que a metade mais pobre da população mundial** (PNUD, 2014, op. cit. p 39), [grifos meus].

No Brasil, a concentração de renda e riqueza não é diferente. Os 5% mais ricos têm uma renda mensal equivalente aos outros 95% da população. Segundo a PNAD 2015, 60% dos brasileiros e brasileiras possuem uma renda per capita média mensal de R\$ 792,00. “De fato, 80% da população brasileira – 165 milhões de brasileiras e brasileiros – vivem com uma renda per capita inferior a dois salários mínimos mensais”. E seis pessoas possuem riqueza correspondente ao patrimônio dos 100 milhões de brasileiros mais pobres. Não por acaso, o Brasil entre 140 países está classificado como o 10º mais desigual (OXFAM BRASIL, 2017, p. 21).

Também, segundo o Relatório Planeta Vivo 2014 “hoje quase um bilhão de pessoas passam fome, 768 milhões de pessoas não têm acesso à água limpa e segura e 1,4 bilhões de pessoas não têm acesso a fontes de energia confiáveis. As mudanças climáticas e degradação dos ecossistemas e recursos naturais vão piorar ainda mais esta situação” (WWF, 2014, p. 26) [grifos meus].

Apesar das sucessivas conferências internacionais promovidas pela ONU para compatibilizar o desenvolvimento com a proteção ambiental e atingir o propalado Desenvolvimento Sustentável, as desigualdades, a pobreza e a fome continuam (mesmo com a produção de alimentos excedendo o consumo), e a Pegada Ecológica per capita dos países de alta renda não diminuiu e as emissões de gases estufas só têm crescido.

Mesmo os Problemas Ambientais Globais representando um risco para a acumulação capitalista sem precedentes na história da humanidade, o que se pode inferir é que “hoje a contradição entre capital e natureza excede as ferramentas tradicionais de gestão e ação” (HARVEY, 2016, op. cit., p. 4540/4541) [grifos meus], disponíveis para conterem o processo de degradação ambiental e social no Planeta. Neste sentido, “a degradação lenta e cancerígena [do Planeta] representa um grande problema, para o qual o capital não está preparado e cuja gestão depende da criação de novas instituições e novos poderes” (Ibidem, p. 4532/4534).

A noção de Desenvolvimento Sustentável proposta pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), no documento intitulado Nosso Futuro



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

ro Comum (CMMAD,1991), que fundamentou os debates e as decisões da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento ou RIO/92 ou ECO/92, prevaleceu sobre outras, debatidas no meio acadêmico e na sociedade civil organizada, no período pré-conferência (HERCULANO DE CARVALHO,1992). Sob a liderança dos países ricos essa noção esvaziou o debate em torno da contradição entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental. Nela subjaz a ideia de progresso, tão enaltecida na Exposição Universal de Paris que, segundo Gustavo Lins Ribeiro (1992, p. 9),

vem acompanhada, explicitamente ou não, da sua oposta e complementar, a de decadência. É como se a humanidade se encontrasse no permanente dilema entre crescer ou perecer. Neste sentido, há que destacar também a geração de uma crença de que o futuro será melhor do que o presente e o passado através de uma série de melhoramentos e inovações que os homens serão capazes de inventar [grifos meus].

Para Porto Gonçalves (2006, p.62),

A ideia de progresso é de tal forma parte da hegemonia cultural tecida a partir do Iluminismo que mesmo aqueles que se consideram os maiores críticos da vertente burguesa da modernidade, isto é do capitalismo, se reivindicam progressistas e é com base nesses fundamentos que criticam os ambientalistas. Assim, progressistas de todas as matizes, dos liberais a marxistas produtivistas se apresentam criticamente diante dos ambientalistas [grifos em negrito meus].

Certamente, essa concepção legítima “o crescimento exponencial infinito” da economia capitalista, definido por David Harvey (2016, op. cit. p.3929/4365) como a décima quinta contradição do capital, enquanto processo necessário para efetivar a promessa de universalização do bem estar. Todavia, o crescimento exponencial infinito da economia, também exige o pressuposto de que os recursos naturais e a capacidade de recomposição dos ecossistemas da Terra são ilimitados. O que configura para esse autor a décima sexta contradição do capital, que sendo uma contradição perigosa não é necessariamente fatal, dada a resiliência histórica do modo de produção capitalista para superar crises e criar oportunidades de acumulação (ibidem, capítulo 16).

Premissa de uma Natureza sem limites, reiteradamente, é posta em dúvida pelas evidências científicas, apresentadas como pano de fundo das inúmeras conferências intergovernamentais, promovidas pela ONU. Todas convocadas objetivando a construção de um pacto internacional para conter o agravamento dos Problemas Ambientais Glo-



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

bais, inicialmente, ainda no século passado e, agora, neste século.

Com a sua institucionalização na Rio-92, o Desenvolvimento Sustentável (DS) foi adotado como conceito normativo e passou a integrar o discurso oficial das agências internacionais, governos, entidades empresariais (ambientalismo de mercado) e até mesmo de ONGs ambientalistas, que por este viés se distinguem das entidades da sociedade civil do campo socioambiental. Essa versão, correspondente àquela proposta no texto do “Nosso Futuro Comum” (CMMAD,1991), define DS como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (ibidem, p. 46).

Considerado “deliberadamente vago e inerentemente contraditório” (O’RIORDAN,1993: apud NOBRE, 2002, p. 44-45), o conceito de Desenvolvimento Sustentável pode acolher tantos sentidos, quantos forem os interesses e projetos de futuro em disputa entre atores sociais (HERCULANO DE CARVALHO,1992, op.cit.). Evidentemente, o projeto que prevaleceu foi o de manter o atual modelo de civilização historicamente conformado pelo capital nos termos da polissemia da noção de Desenvolvimento Sustentável. Não por acaso a sua institucionalização é considerada

uma operação diplomática, ideológica e social de grande envergadura em que a questão que orientava o debate nos anos 1970- na formulação de Lélé (1991:607):“Preocupações ambientais e desenvolvimento são contraditórios entre si?”- encontrou uma “solução” :desenvolvimento e meio ambiente não são contraditórios” (Nobre,2002, op. cit. p. 71).[grifos meus]

Portanto, longe ser um conceito científico, o Desenvolvimento Sustentável é produto de uma construção política internacional sob a hegemonia dos países capitalistas ricos, aqueles responsáveis pelas maiores Pegadas Ecológicas. Mesmo nos termos vagos do seu enunciado nenhum País até o momento conseguiu atingir um estágio de desenvolvimento que possa ser considerado sustentável.

Para um país alcançar desenvolvimento sustentável dentro de um contexto global, deve assegurar um padrão de vida decente e sua Pegada Ecológica per capita não deve ser maior do que a biocapacidade per capita disponível no planeta (...)Um padrão de vida “decente” pode ser definido como um Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade¹⁰ (IDHAD do PNUD) de 0.71 ou mais. Atualmente,

10 N.A. Trata-se do IDH ajustado às desigualdades nas três dimensões do Desenvolvimento Humano (uma vida longa e saudável, o conhecimento e um padrão de vida digno) ver (PNUD, 2014,op.cit.p.162 e 176)



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

nenhum país cumpre ambos os critérios (WWF, 2014, op. cit. p. 18).

Aqueles países com o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD) Muito Alto também possuem a Pegada Ecológica percapita alta (entre 4 e 7 gha), bem acima daquela (1,7 gha) que equilibraria oferta de demanda. Da mesma forma “a maioria dos 25 países com a maior Pegada Ecológica per capita são nações de renda alta; e para praticamente todos estes países o carbono é o maior componente da Pegada (ibidem, p. 13). Se todos os habitantes da Terra tivessem o estilo de vida de países como Austrália, Estados Unidos, Alemanha, Canadá, Japão, França, Reino Unido, Dinamarca, Israel – todos com Pegada Ecológica global per capita acima de 4 gha (ibidem, p.12), com IDH Muito Elevado e IDHAD alto (PNUD, op. cit. 2014, p.174,) – seriam precisos entre 2,5 (caso da Alemanha) e quatro planetas(caso dos Estados Unidos).

Se tantos planetas Terra são necessários para que todos os seus habitantes usufruam dos frutos da civilização ocidental, como profetizava a Exposição Universal de Paris de 1900 e somente está disponível um, em princípio estão em aberto duas possibilidades de futuro.

A primeira, que prevaleceu na Rio-92, seria a de manter o atual padrão de vida perdulário (em termos da biocapacidade terrestre disponível), majoritariamente, das populações dos países ricos e de uma minoria pertencente às classes ricas e médias dos outros, basicamente pela promoção de ações mitigatórias, por intervenção estatal (regulação) e ou iniciativas do mercado(busca da ecoeficiência) na perspectiva da Humanidade atingir gradativamente o DS.

Nesse caso, assume-se que a Humanidade lida com uma crise ambiental e aposta-se que o atual modelo de sociedade precisa apenas ser aperfeiçoado, para superar a contradição capital – natureza e, tornar o velho e conhecido desenvolvimento econômico, intensificado desde a Revolução Industrial, em sustentável.

Para isto bastaria a adoção de tecnologias e práticas ambientalmente saudáveis (o uso de energia limpa, conservação de energia, extensão do ciclo de vida de equipamentos, infraestrutura e edificações, combate ao desperdício, reciclagem, e reutilização de recursos ambientais, tratamento de efluentes, destinação adequada de resíduos etc.).para se atingir a ecoeficiência e a produtividade dos recursos. Portanto, apostando-se no que Ignacy Sachs denomina de otimismo epistemológico, crença que “soluções técnicas sempre poderiam ser concebidas

Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idho/conceitos/o-que-e-o-idh.html>. Acesso em 20/12/2018



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

para garantir a continuidade do progresso material das sociedades humanas” (Sachs, 2002, op. cit. : 51). Segundo o autor “muito popular entre políticos de direita e de esquerda” no período preparatório da Conferência de Estocolmo (QUINTAS, op. cit. 2009, p.33/43).

Algo como reformar o atual modelo civilizatório conformado historicamente pelo capital em sustentável. Entretanto, pelos indicadores ambientais e distribuição de renda e riqueza produzidas pelo trabalho social, constantemente divulgados em relatórios de organizações internacionais, pode-se inferir que o agravamento da condição socioambiental e da desigualdade social em suas múltiplas dimensões no mundo seja uma necessidade objetiva, uma condição estruturante e fundamental para manutenção do status quo. O que explicaria os sucessivos fracassos dos resultados das inúmeras Conferências Intergovernamentais realizadas desde 1972.

Talvez a questão fundamental, que o Relatório Brundtland (CNUMAD, 1991) passou ao largo, seja sobre real a possibilidade de construção de uma sociedade mundial (de muitas sociedades) capaz de prover” (...) às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades (...)” [grifos meus] (ibidem, p. 46), no marco do atual modelo civilizatório conformado pelo capital. Pelo que se sabe nenhuma das formas históricas do capitalismo atingiu tal propósito. Para Carlos Walter Porto-Gonçalves,

tudo nos concita a buscar uma outra relação da sociedade com a natureza, onde **a justiça social e a sustentabilidade ecológica se façam por meio da liberdade, onde todos tenham direitos iguais para afirmarem sua diferença.** Que a diversidade biológica e a cultural na igualdade e na diferença, sejam vistas como os maiores patrimônios da humanidade (PORTO-GONÇALVES, 2006, op. cit. p. 458) [grifos meus]

Frente aos dados negativos sobre a realidade socioambiental do Planeta e, portanto, à ineficácia das medidas acordadas em fóruns internacionais promovidos pela ONU, para conter a sua crescente degradação, uma outra perspectiva de sociedade vem sendo delineada, no âmbito da sociedade civil organizada mundial, em contraposição à perspectiva reformista. Essa vertente ancorada no pensamento crítico avalia que o aspecto ambiental da crise seria a ponta observável de uma crise bem mais ampla de caráter civilizatório.

E nessa perspectiva, o debate centra-se na construção coletiva e processual



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

de alternativas para transformação do atual modelo de sociedade, tomado como intrinsecamente insustentável¹¹. Trata-se do debate envolvendo movimentos e organizações sociais de vários países sobre uma outra possibilidade de futuro articulado pelo Fórum Social Mundial¹² (FSM), definido em sua Carta de Princípios¹³ como,

um processo de caráter mundial, (...) um espaço plural e diversificado, não confessional, não governamental e não partidário, que articula de forma descentralizada, em rede, entidades e movimentos engajados em ações concretas, do nível local ao internacional, pela construção de um outro mundo

Que busca a construção coletiva de alternativas que

contrapõem-se a um processo de globalização comandado pelas grandes corporações multinacionais e pelos governos e instituições internacionais a serviço de seus interesses, com a cumplicidade de governos nacionais. Elas [alternativas propostas no Fórum] visam fazer prevalecer, como uma **nova etapa da história do mundo, uma globalização solidária que respeite os direitos humanos universais**, bem como os de tod@s @s cidadãos e cidadãs em todas as nações e o **meio ambiente, apoiada em sistemas e instituições internacionais democráticos a serviço da justiça social, da igualdade e da soberania dos povos** [grifos meus]

Uma Sociedade, que sem negar o patrimônio cultural historicamente acumulado pelos povos do Planeta e sua diversidade cultural e biológica seja, na sua essência, socialmente justa, democrática, solidária e ambientalmente responsável e segura para todas as pessoas.

11 Ignacy Sachs (2002, p. 85-88), alertando que o termo sustentabilidade é comumente utilizado para se referir à sustentabilidade ambiental, enumera oito dimensões e respectivos critérios que confeririam esse atributo a uma sociedade. São critérios das dimensões: Social, Cultural, Ecológica, Ambiental, Territorial, Econômica e Política (nacional) e Política (internacional), necessariamente, inter-relacionadas e interdependentes, que devem ser obedecidos para construção de uma sociedade sustentável.

12 O primeiro idealizado e organizado por um Comitê de entidades brasileiras, foi realizado em Porto Alegre/RS em 25 a 30 de janeiro de 2001 e o mais recente em Salvador. Desde a sua primeira edição já foram realizados cinco no Brasil e nove no exterior. Disponível em <https://wsf2018.org/historico-conheca-trajetoria-do-fsm-2018/>. Acesso em 24/12/2018.

13 Disponível em <https://wsf2018.org/carta-de-principios-do-forum-social-mundial/>. Acesso em 24/12/2018.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

É nesse contexto que o Licenciamento Ambiental, a Educação Ambiental, a Gestão de Recursos Hídricos, a Criação e Gestão de Unidades de Conservação, o Ordenamento Pesqueiro, o Manejo Florestal e outros instrumentos, foram instituídos pela legislação infraconstitucional para a prática da Gestão Ambiental Pública no território brasileiro. Por meio deles, os órgãos ambientais operam a mediação entre o uso dos recursos naturais, necessários à reprodução material e simbólica da sociedade humana e a proteção deles.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO LICENCIAMENTO FEDERAL: MARCO LEGAL

A Constituição Federal (BRASIL, 1988, op. cit. caput Art. 225, § 1º) estabelece o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado para todas as pessoas que estiverem no território brasileiro e, também, determina ser dever do Estado e da coletividade a sua proteção e defesa. E buscando garantir que esse direito torne-se efetivo, definiu uma série de incumbências para o Poder Público no parágrafo primeiro do seu Art. 225.

Com base nesse dispositivo constitucional a Política Nacional do Meio Ambiente-Lei 6.938 (BRASIL, 1981) e outras já existentes foram validadas e novas Políticas Nacionais de defesa e proteção ao meio ambiente, foram promulgadas nos anos 90 e 2000. É o conjunto dessas Políticas que proporciona o suporte legal para ao exercício da Gestão Ambiental Pública no Brasil, pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Uma dessas novas políticas é a Lei 9.795 (BRASIL, 1999), que institui a Política Nacional de Educação Ambiental-PNEA em cumprimento ao mandamento constitucional que impõe ao Estado o dever de “promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para preservação do meio ambiente” (BRASIL, 1988, inciso VI, § 1º, Art. 225).

Apesar de ser obrigação do Estado e da coletividade protegerem e defenderem o meio ambiente ecologicamente equilibrado, a Constituição incumbe somente ao Poder Público, de promover a Educação Ambiental (idem), ou seja, de proporcionar direta e ou indiretamente as condições para o desenvolvimento das capacidades necessárias à coletividade, para que esta exerça esse dever de cidadania de modo qualificado.

Tal como outros Condicionantes de Licença Ambiental, os Programas de Educação Ambiental no Licenciamento Federal (PEA) derivam da imposição do princípio poluidor-pagador estabelecido pela Política Nacional de Meio Ambiente-PNMA, que determina



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

ao “poluidor e o predador (...) da qualidade ambiental recuperar e/ou indenizar os danos causados” (ibidem, op. cit. inc. VII, art. 4º) [grifos meus]. Fundamentados nesse princípio, e com base no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) realizado pelo empreendedor, os órgãos ambientais definem os Condicionantes de Licença, na forma de “medidas necessárias à mitigação de impactos ambientais negativos” [grifos meus], conforme a Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente-CONAMA 001/86 (BRASIL, 1986, inc. III, artigo 6º).

De acordo com essa Resolução a “identificação previsão da magnitude e interpretação da importância dos prováveis impactos relevantes” deve advir da análise dos impactos do empreendimento realizada no Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Sendo que a análise deve distinguir: “os impactos positivos e negativos (benéficos e adversos), diretos e indiretos, imediatos e a médio e longo prazos, temporários e permanentes; seu grau de reversibilidade; suas propriedades cumulativas e sinérgicas;[e] a distribuição dos ônus e benefícios sociais” (ibidem, in II, artigo 6º), de modo a fornecer os elementos necessários para definição, pelo órgão ambiental, sobre quais e quantos Condicionantes da Licença serão exigidos para mitigarem os impactos ambientais negativos identificados.

Se em determinados países a garantia dos direitos civis e políticos são suficientes para que seus cidadãos participem ativamente da proteção ambiental, no caso do Brasil são tão somente necessários. Ambos são direitos individuais, que garantem as liberdades civis (ir e vir, de associação, manifestação, religião etc.) e políticas (escolha de governantes, participação no governo e em outros espaços públicos, etc.). No caso do Brasil, País com imensas e históricas desigualdades (socioeconômica, étnica, gênero etc.), a efetivação do direito coletivo ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, obviamente, depende da garantia pelo Estado de direitos de cidadania que não se resumem aos direitos civis e políticos.

Para Sadek (2012, posição 454)

os direitos civis e políticos têm por base o indivíduo, exigindo para a sua efetivação a limitação do poder público, um Estado mínimo. Já os direitos sociais, também, denominados de direitos de segunda geração, requerem políticas públicas que, ao reconhecerem a exclusão, objetivem uma justiça distributiva. Ou seja, é necessário um Estado atuante, no sentido de providenciar a concretização dos direitos à saúde, ao trabalho, à educação, à moradia, à aposentadoria etc [grifos meus].

Entretanto, para a autora,

Os direitos civis, políticos e sociais não esgotam o rol de direitos



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

que compõem a cidadania ou os conteúdos e limites da igualdade. Nas últimas décadas, a eles foram acrescidos os chamados **direitos de terceira geração, referidos não mais a indivíduos, mas a grupos**. São os direitos do consumidor, de crianças, de idosos, das **minorias**, [do meio ambiente] etc (ibidem, posição 454/460) [grifos meus].

Na medida em que direitos de cidadania (a conceituação acima inclui aqueles dos povos e populações tradicionais brasileiras) são inter-relacionados e interdependentes, não há como garantir a efetividade de um deles sem que haja garantia da efetividade dos demais. Portanto, não é possível garantir o direito ao meio ecologicamente equilibrado sem a garantia dos outros direitos de cidadania.

Por isso, não há como um Programa de EA em qualquer contexto da GAP cingir-se apenas às Políticas Públicas de proteção e defesa do meio ambiente. Suas práticas pedagógicas devem ser formuladas e executadas na perspectiva de contribuir para conquista e manutenção de Políticas Públicas necessárias à garantia dos outros direitos constitucionais conexos.

Na prática, a concretização desses direitos dependerá do controle social sobre o cumprimento dos dispositivos constitucionais definidores dos Direitos de Cidadania, pelo Estado. Controle social, aqui entendido como a capacidade dos grupos sociais, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade socioambiental¹⁴, de agirem de modo coletivo, organizado e qualificado objetivando o acesso e a participação na formulação e implementação das Políticas Públicas, necessárias à garantia dos seus direitos Constitucionais nas esferas federal, estadual e municipal.

A singularidade da Educação Ambiental, em relação às demais políticas nacionais de proteção ambiental, cuja essência está na aplicação dos instrumentos de comando e controle na prática da Gestão Ambiental Pública (GAP), é que sua efetividade é explicitada pela qualidade do controle social exercido pela coletividade sobre a instituição e execução das outras Políticas Públicas de Proteção Ambiental (base legal para o ato de gestão) e de políticas necessárias à garantia dos direitos de Cidadania. São as Políticas Públicas conexas.

Políticas Públicas como o Estatuto das Cidades, Planos Diretores Municipais,

14 “Entendida como a situação de grupos específicos que se encontram: (1) em maior grau de dependência direta dos recursos naturais para produzir, trabalhar e melhorar as condições objetivas de vida; (2) excluídos do acesso aos bens públicos socialmente produzidos; e (3) ausentes de participação legítima em processos decisórios no que se refere à definição de políticas públicas que interferem na qualidade do ambiente em que se vive” (LOUREIRO et al., 2008, p.17).



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Políticas Nacionais de Resíduos Sólidos, Saneamento Básico, Educação, Seguridade Social, Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais promovidas pelos entes federativos são fundamentais para tornar efetivo o direito coletivo ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Somente a execução destas políticas, concertada com as de proteção ambiental permitirá que se visualize futuro socialmente e ambientalmente justo para todos e não para poucos brasileiros.

Com o advento da PNMA, em 1981, a Educação Ambiental foi assumida como um dos dez princípios, a ser aplicado na sua execução para que atinja seus objetivos. Prevê a Educação Ambiental no ensino formal e “inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente” (BRASIL, 1981, Inc. X, Art. 2º) [grifo meu].

Do mesmo modo, os Programas de EA no Licenciamento (PEA) devem obedecer aos Princípios, Objetivos e demais determinações da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) (BRASIL, 1999) e do Decreto 4.281/2002) (BRASIL, 2002) que a regulamenta e institui os pressupostos legais, que devem reger o fazer pedagógico, tanto na esfera da Educação Formal quanto da Não Formal.

A PNEA em seus objetivos (artigo 5º) deixa claro o compromisso da Educação Ambiental com valores e práticas essenciais ao processo de construção de uma sociedade mais democrática, solidária, social e ambientalmente justa e pacífica, na perspectiva da sua sustentabilidade, assumindo que a defesa do meio ambiente é inseparável do exercício da cidadania.

No caso do Licenciamento Ambiental Federal, a Instrução Normativa 02/2012 regulamenta a prática da Educação Ambiental (EA), como condicionante de licença na forma de medidas mitigadoras ou compensatórias, instituindo “as diretrizes e os procedimentos para orientar e regular a elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de programas e projetos de educação ambiental a serem apresentados pelo empreendedor” (BRASIL, IBAMA, 2012; art. 1º).

Em termos pedagógicos o PEA (ou Projeto):

deverá compreender a organização de processos de ensino-aprendizagem, objetivando a participação dos grupos sociais das áreas de influência [das] atividades ou empreendimentos [em processo de] licenciamento, na definição, formulação, implementação, monitoramento e avaliação dos projetos socioambientais de mitigação e/ou compensação, exigidos



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

como condicionantes de licença (ibidem, art. 3º) [grifos meus].

Esses processos de ensino-aprendizagem, devem desenvolver

capacidades (conhecimentos, habilidades e atitudes), para que os **diferentes grupos** sociais afetados por empreendimentos objeto de licenciamento:

Percebam a **escala e as consequências explícitas e implícitas** dos riscos e danos **socioambientais** decorrentes destes empreendimentos no seu cotidiano; Se **habilitem a intervir, de modo qualificado**, nos diversos momentos do processo de licenciamento ambiental, produzindo, inclusive, suas agendas de prioridades (Ibidem, Anexo) [grifos meus]

Assim, o PEA:

(i) constitui-se em uma proposta pedagógica para construção processual, coletiva e participativa de um projeto com seus sujeitos da ação educativa. Não é um projeto pronto e acabado, mas o projeto para construção de um projeto;

(ii) tem como um dos seus propósitos centrais a conquista da autonomia e dos direitos de cidadania pelos grupos sociais em situação de vulnerabilidade socioambiental,

(iii) pressupõe que o alcance desse propósito dependerá de processos de ensino-aprendizagem que desenvolvam com os sujeitos da ação educativa as capacidades necessárias à sua participação “na definição, formulação, implementação, monitoramento e avaliação dos projetos socioambientais de mitigação e/ou compensação, exigidos como condicionantes de licença” (ibidem, Art. 1º).

O PEA é singular frente aos demais condicionantes de licença, considerando-se que:

(i) sua ação é com base na existência de impactos socioambientais negativos difusos no espaço-tempo, enquanto que nos outros condicionantes a intervenção é com base na existência ou possibilidade de impactos ambientais negativos delimitados no espaço e ou no tempo;

(ii) promove a mitigação por meio de processos de ensino-aprendizagem com sujeitos coletivos, na perspectiva da ação coletiva, organizada e qualificada da cidadania, objetivando prevenir e ou minimizar impactos socioambientais negativos, enquanto nos outros condicionantes a mitigação, é efetivada, dependendo se o impacto é ambiental



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

ou socioambiental respectivamente, por meios tecnológicos e ou econômicos e ou de prestação de serviços, sempre operados por especialistas e ou empresas;

(iii) o Estado detém o poder regulatório e a coletividade o protagonismo, já nos outros condicionantes o Estado detém o poder regulatório e o especialista e ou empreendedor o protagonismo.

Portanto, o PEA existe para desenvolver capacidades com grupos sociais para que cumpram o dever constitucional- de forma autônoma, de proteger e defender o meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações.

Assim sendo, o PEA toma o exercício do controle social sobre a Gestão Ambiental Pública (GAP) como eixo articulador das práticas pedagógicas para alcançar o seu objetivo principal [que é] a mitigação dos impactos socioambientais do empreendimento ou atividade licenciada (ibidem, Anexo), sempre em conformidade com os Princípios Básicos e Objetivos Fundamentais da Educação Ambiental brasileira (BRASIL, 1999; op. cit. artigos 4º e 5º).

Quando se trata dos empreendimentos da cadeia produtiva de petróleo e gás natural, sob licenciamento federal, os Programas de Educação Ambiental são regionalizados por uma ou mais bacias de produção, conforme a Nota Técnica 01/2010 (BRASIL, 2010, p.12).

Sob o ponto de vista da sua composição, o PEA é constituído por um conjunto de linhas de ação que se articulam a partir de um mesmo referencial teórico-metodológico para a promoção de processos educativos voltados ao desenvolvimento da gestão ambiental compartilhada de caráter regional” (ibidem, p. 3).

Assim, no contexto do licenciamento federal de empreendimentos da área petrolífera, o PEA (ou Projeto) assumido como um processo de ensino-aprendizagem, operado por meio de processos de ensino- aprendizagem, ou atos pedagógicos ou ações educativas, que deve objetivar tanto a participação, dos grupos sociais da área de influência do empreendimento, na sua construção-implementação quanto o desenvolvimento de uma gestão ambiental compartilhada, nos municípios que integram o mesmo.

Tudo convergindo para promoção do controle social sobre a Gestão Ambiental Pública e da mitigação dos impactos socioambientais negativos decorrentes da cadeia produtiva de petróleo e gás natural, como determina a Instrução Normativa para os PEA em geral (BRASIL 2012, Anexo)

Por outro lado, a construção de um arranjo político-administrativo envolvendo os três entes federativos do Sistema Nacional de Meio Ambiente-SISNAMA (BRASIL,



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

1981) e organizações da sociedade civil, que representem a diversidade socioambiental e, principalmente, os grupos sociais historicamente excluídos dos espaços decisórios de interesse público e dê conta de praticar a gestão ambiental compartilhada da área de atuação do PEA, coloca um grande desafio nos planos político-institucional e pedagógico tanto para o IBAMA quanto para os participantes dos Projetos/PEA.

Na medida em a gestão ambiental compartilhada regionalizada deve ser uma prática política, que media interesses e conflitos entre atores sociais sobre os modos de uso dos recursos ambientais, a articulação político-institucional associada a uma prática educativa comprometida com produção da autonomia dos grupos sociais historicamente excluídos serão fundamentais para o PEA cumprir sua finalidade como estabelecido na Nota Técnica 01/2010 (BRASIL, IBAMA, 2010). Daí o papel essencial do marco teórico-metodológico a ser adotado pelo PEA para direcionar o processo de implantação e implementação de ou mais Projetos que o constitui.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA GAP E SUA PROJEÇÃO NO LICENCIAMENTO: MARCO TEÓRICO- METODOLÓGICO

A necessidade da Educação Ambiental, como uma das vertentes de defesa e proteção ambiental, surge no contexto dos debates entre Estados Nacionais e no âmbito da Sociedade Civil, que culminaram na realização da Conferência Intergovernamental de Tbilisi de 1977 (LOUREIRO, 2004a, p. 59-77) e do Fórum Global da Rio-92 (FORUM GLOBAL 92, s/d, p.194-192; apud GADDOTTI, M, 2000, p. 95-96).

A Conferência de Tbilisi consolidou o entendimento internacional sobre Educação Ambiental iniciado no I Seminário Internacional de Educação Ambiental em Belgrado, promovido pela UNESCO e PNUMA em 1975. Tblisi foi a culminância do processo de institucionalização, e internalização da EA nos Estados Nacionais e Agências Internacionais, cujo ponto de partida foi a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano realizada em Estocolmo em 1972 (LOUREIRO, 2004, p. 69-77).

Da Conferência resultou o documento As Grandes Orientações da Conferência de Tbilisi, que sugerem nas Recomendações nº 1 e nº 2 um conjunto de Critérios, Finalidades, Categorias de Objetivos e Princípios Diretores para a prática da Educação Ambiental (EA) (UNESCO, 1977; p.105-110).

Já o Fórum Global aprovou o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Sustentáveis e Responsabilidade Global composto de Princípios da Educação para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e de um conjunto de diretrizes para sua implementação composto dos itens: Plano de Ação, Sistemas de Coordenação, Monitoramento e Avaliação e Recursos (MMA, MEC, 2005, Anexo, p.57-67).

Mesmo sendo construídos por atores sociais de esferas distintas, os documentos convergem no sentido atribuído ao ambiental, que adjetiva a Educação, e que deve ser trabalhado nas práticas de EA. O ambiental nos dois casos é compreendido como um processo interativo complexo entre meio social e meio físico-natural, construído ao longo da presença humana no Planeta.

Evidentemente, esse ambiental refere-se à relação historicamente construída das Sociedades com a Natureza (relação dos humanos entre si e dos humanos com a natureza), que vem determinando as alterações das características da Biosfera ao longo do tempo.

Da mesma forma perpassam os dois documentos: (i) a centralidade da participação social na proteção e defesa do meio ambiente; (ii) a análise crítica os fatores intervenientes nas questões ambientais; (iii) a sua abordagem interdisciplinar; e (iv) a relação delas com outras dimensões da realidade socioambiental local, regional, nacional e internacional.

Na prática a relação Sociedade-Natureza é evidenciada pelos modos de apropriação e distribuição social dos recursos ambientais¹⁵ (para quem, quanto, para que, por quanto tempo) e os consequentes efeitos sobre os meios físico-natural e ou social, ao longo da existência humana na Terra. Em outras palavras trata-se da Problemática ou Questão Ambiental nos diversos lugares e momentos históricos.

Historicamente, o produto e as consequências da apropriação social dos recursos ambientais, materializados pela ação humana na Natureza, são distribuídos assimetricamente na sociedade. Portanto, configurando um quadro de injustiça distributiva de custos e benefícios com escala variável entre nações, classes e formações sociais em cada uma delas, conforme comentado neste texto, no Marco Socioambiental.

A PNEA (BRASIL, 1999), ecoando as contribuições da Conferência de Tbilisi e do Fórum Global Rio-92, recepcionou em seu texto as propostas estruturantes constantes dos dois documentos, principalmente, nos seus Princípios Básicos (Artigo 4º) e Objetivos Fundamentais (Artigo 5º), para a prática da EA no Brasil.

15 Na legislação ambiental brasileira Recursos Ambientais são: "a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora" (Inciso V, Artigo 3º da Lei 6938 de 31/08/1981, que institui a Política Nacional de Meio Ambiente).

15 Neste caso tem-se uma ação educativa própria do campo das Ciências da Natureza.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Sendo a relação Sociedade-Natureza o objeto da EA e, portanto da EA na GAP, seus processos de ensino-aprendizagem devem necessariamente objetivar a compreensão pelo educando das causas e consequências na vida social, que derivam do modo como essa relação se configura no mundo real. Importa entender em toda sua amplitude, se essa relação, no âmbito das interações dos humanos entre si e destes com a natureza, produz degradação ou garante sustentabilidade socioambiental.

É o caso da dos parques de aerogeradores mostrados como um exemplo de geração sustentável de energia, que “olhado de perto” não é bem assim. Se analisado como uma prática relacionada com outras dimensões do real, emergem várias questões que precisam ser levadas em conta para que a instalação e operação dos parques eólicos sejam razoavelmente sustentável¹⁶. A sua implantação sem locação ambientalmente adequada, escolhida por critérios de viabilidade técnico-econômica vem provocando degradação e privatização de ambientes costeiros tradicionalmente utilizados por comunidades para geração de renda, além poluição sonora e outros impactos (MEIRELES, 2011; CANAL IBASE; 2014; INATOMI e UDAETA, s/d ; PAIVA & LIMA; 2017)

Para se chegar a essa conclusão deve-se partir necessariamente de “uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos”, conforme determina o Inciso I do Artigo 5º da PNEA (BRASIL, 1999).

A análise dessas interrelações e interdependências em processos de ensino-aprendizagem, organizados e executados à luz dos Princípios Básicos e Objetivos Fundamentais da PNEA, permitirá o “desenvolvimento nos educandos de uma consciência crítica acerca das instituições, atores e fatores sociais geradores de riscos e respectivos conflitos sócio ambientais” (LAYRARGUES, 2006, p. 191).

O enfrentamento do desafio pedagógico de viabilizar a compreensão pelas pessoas de um objeto relacional multidimensional e complexo (a Questão Ambiental), para além das suas evidências superficiais no cotidiano, impõe que a Educação Ambiental seja assumida como um

um processo educativo permanente que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o entendimento da realidade de vida e a atuação lúcida e responsável de atores sociais individuais e

16 Estou assumindo que não é possível uma intervenção no meio ambiente com impacto zero. O importante é se verificar a amplitude e a escala do impacto no espaço-tempo do empreendimento para se avaliar a sua viabilidade ambiental.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

coletivos no ambiente (LOUREIRO, 2004b, p.39).

No plano prático, a compreensão da Problemática ou Questão Ambiental como uma unidade complexa e sua expressão na realidade vivenciada pelo educando se opõe à tradição da ciência instituída pela modernidade eurocêntrica de fragmentar para compreender, tanto no ato de conhecer como de ensinar-aprender. Para Porto Gonçalves (1989, p. 134),

[a questão ambiental] convoca os vários campos do saber a depor. A questão ambiental, na verdade, diz respeito ao modo como a sociedade se relaciona com a natureza. Nela estão implicadas as relações sociais e as complexas relações entre o mundo físico-químico e orgânico. Nenhuma área do conhecimento específico tem competência para decidir sobre ela, embora muitas tenham o que dizer.

Porém, não se trata apenas de um novo arranjo do conhecimento disciplinar disponível. Como alerta Enrique Leff,

o ambiente [como objeto de conhecimento] questiona as ciências para transformar seus paradigmas tradicionais e incorporar um saber complexo. Este saber ambiental emergente não é unívoco, nem se encontra já elaborado para ser absorvido pelas diversas disciplinas (...) A interdisciplinaridade ambiental não se refere pois à articulação das ciências existentes, à colaboração de especialistas em diferentes disciplinas e à integração de recortes seletos da realidade, para o estudo de sistemas socioambientais. Trata-se de um processo de reconstrução social através de uma transformação ambiental do conhecimento (LEFF, 2001, p. 228-229).

No entendimento de Quintas (2002, p.10)

a necessidade que a problemática ambiental coloca de se buscar um outro modo de conhecer, que supere o olhar fragmentado sobre o mundo real, coloca também, o desafio de se organizar um processo de ensino-aprendizagem, onde o ato pedagógico seja um ato de construção do conhecimento sobre este mundo, fundamentado na unidade dialética entre teoria e prática. Portanto, **o reconhecimento da complexidade do conhecer implica em se assumir a complexidade do aprender.**

Segundo Edgard Morin, (2001, p.35) “para articular e organizar os conhecimentos e assim reconhecer e conhecer os problemas do mundo, é necessário a reforma do pensamento (...) **paradigmática e, não programática**” [grifos meus]. E considerando



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

que os problemas atuais da humanidade são

cada vez mais multidisciplinares, transversais, multidimensionais, transnacionais, globais e planetários (...),” **afirma** que uma abordagem fragmentada e compartimentada dos dados e informações necessárias para o reconhecimento e conhecimento deles, “(...) **tornam invisíveis o Contexto, o Global, o Multidimensional e o Complexo** (...) (ibidem, 2001, p.36) [grifos meus]

A negação dessas categorias conceituais na organização e execução dos processos educativos impede que se promova a compreensão desses problemas em todos seus aspectos, dimensões e implicações.

Qualquer enunciado (informações, dados, afirmações, conclusões, práticas etc.) quando isolados, não dizem nada por não se referirem a nada. Se o enunciado estiver referido a um “conjunto de elementos que condicionam, de um modo qualquer, o [seu] significado” (ABBAGNANO, 1998, p. 199), diz-se que ele está contextualizado. Ou seja, o contexto será sempre aquele conjunto de elementos-que conferirá sentido aos dados, informações, práticas, etc. referidos a uma determinada condição em determinada época e lugar. Portanto, conhecimentos e práticas abstraídos do seu contexto não podem ser considerados pertinentes ao desenvolvimento das ações educativas e investigativas.

O mesmo o número que descreve o índice, de mortalidade ou de desnutrição tem significados distintos, se o contexto a que se refere é de um país em guerra civil ou em paz. Se referido a uma sociedade em guerra civil, o índice pode ser o esperado, se comparado ao observado em contextos análogos. Entretanto, se o mesmo índice for encontrado em sociedades sem guerra civil, provavelmente, será considerado alarmante e escandaloso.

Na PNMA, Lei 6938/81(BRASIL, 1981, Inc. I, Art. 3º), meio ambiente significa meio físico-natural enquanto na PNEA, Lei 9795/99 (BRASIL, 1999, Inc. II, Art. 40) significa “interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultura”. São termos iguais com sentidos diferentes conferidos pelo respectivo contexto legal.

Porém, esse contexto não está isolado de um conjunto de relações mais amplas que configuram um todo, ao qual o contexto está ligado. Por isso, Morin conclui que

O global é mais que o contexto, é conjunto das diversas partes ligadas a ele de modo inter-retroativo ou organizacional. (...) uma sociedade é mais do que o contexto: é o todo organizador que fazemos parte. O planeta Terra é mais do que um contexto: é o todo ao mesmo tempo organizador e desorganizador de que fazemos parte. “(...) **O todo tem qualidades ou propriedades que não**



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

são encontradas nas partes, se estas estiverem isoladas umas das outras e certas qualidades ou propriedades das partes podem ser inibidas pelas restrições provenientes do todo(...)É preciso efetivamente **recompôr o todo para conhecer as partes**” (MORIN, 2001, op. cit. p.37.) [grifos meus]

Quando propõe a Multidimensionalidade como categoria do conhecimento pertinente, esse autor ressalta a necessidade de qualificar as relações e inter-relações constitutivas do todo, deixando claro que o todo não é tudo. Para ele (ibidem, p. 38)

as unidades complexas, como o ser humano ou a sociedade são multidimensionais: dessa forma, o ser humano é ao mesmo tempo biológico, psíquico, social, afetivo e racional. A sociedade comporta as dimensões histórica, econômica, sociológica, religiosa etc [grifos meus].

Entretanto, ao tomar o caráter multidimensional do conhecimento como necessário à compreensão de um objeto cognoscível, não se pode perder de vista o conjunto das relações e inter-relações subjacentes à sua constituição. Assim,

não apenas não se poderia isolar uma parte do todo, mas as partes umas das outras; a dimensão econômica[da sociedade] por exemplo, está em inter-retroação permanente com todas dimensões humanas; além disso, a economia carrega em si, de modo “holográfico“, necessidades, desejos e paixões humanas que ultrapassam os meros interesses econômicos (ibidem).

Ainda segundo Edgard Morin.

Complexus significa o que foi tecido junto; de fato há complexidade quando elementos diferentes são inseparáveis constitutivos do todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, e mitológico), e há um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre o objeto de conhecimento e seu contexto, as partes e o todo, o todo e as partes, as partes entre em si. Por isso, a complexidade é a união entre a unidade e a multiplicidade (ibidem) [grifos meus]

Nesse sentido, a abordagem pedagógica de determinada condição ambiental (problema ou, conflito ou potencialidade) deve estar relacionada ao seu contexto socioambiental e considerar a interdependência, a inter-relação e retroalimentação das múltiplas e diversas dimensões intervenientes na sua existência (histórico, econômico, social, político cultural, ecológico, jurídico, ético, psicológico, religioso etc.),



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Ao tomar como objeto da EA a relação sociedade natureza, define-se uma das condições para que os processos de ensino-aprendizagem desvelem responsabilidades, causas, consequências, perdedores e ganhadores na sociedade, conforme a qualidade desta relação.

Assim, o processo educativo não abordaria a água, a fauna, a flora, a biodiversidade, o mar, o estuário, a praia, o manguezal e outros recursos ambientais, mas os fatores histórico-sociais, econômicos, políticos que determinam a alteração ou manutenção de suas características, as consequência positivas e negativas da sua apropriação social nos modos e meios de vida das comunidades.

Portanto, nessa perspectiva, não há como um ato pedagógico da EA abordar os recursos ambientais em si (descontextualizados), mas as implicações nos meios cultural e físico-natural decorrentes das formas da sua apropriação e ou expropriação social no espaço-tempo, nos modos e meios de vida de grupos sociais específicos em diferentes contextos socioambientais.

Por outro lado, a promoção da EA como um dos deveres do Estado, para garantir a efetividade do direito constitucional ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e a obrigação da coletividade de participar da sua proteção e defesa, torna inseparável esta ação de cidadania das demais lutas sociais para conquista e manutenção de outros direitos (BRASIL, 1999, Inciso IV, Art. 5º).

Assim sendo, a prática da EA, com os grupos sociais nos diversos contextos socioambientais está necessariamente, interligada ao processo de conquista e manutenção das Políticas Públicas dos três níveis de governo, que devem garantir o acesso aos direitos de cidadania (SADEK, 2012, op. cit. p. 454/460) consagrados na Constituição Federal (BRASIL, 1988).

A existência e a efetividade ou não dessas Políticas Públicas são constituintes inseparáveis da questão ambiental, portanto da prática da EA em qualquer escala do espaço-tempo. Portanto, objeto de ação-reflexão, juntamente com outras questões da realidade socioambiental, nos processos de ensino-aprendizagem.

No caso da EA na GAP toma-se como matéria prima pedagógica o espaço de Gestão Ambiental Pública, decorrente da ação ou omissão regulatória do Poder Público, no que diz respeito ao acesso e uso dos recursos ambientais pela sociedade, conforme o ordenamento jurídico do País.

Um espaço instituído pela mediação do Estado ou por sua omissão ou leniência na disputa entre atores sociais, sobre a destinação dos recursos ambientais no meio social,



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

ao qual subjaz uma problemática ontologicamente multidimensional e complexa.

Essa relação entre o singular (espaço da GAP) e o ontologicamente constituído (Problemática ou Questão Ambiental), traz novos desafios ao ato de conhecer e, consequentemente, ao ato de ensinar-aprender.

Na prática essa relação, mediada pela ação, omissão ou leniência do Estado para prevenir ou minimizar danos e riscos socioambientais, constitui o espaço pedagógico da EA na GAP, cuja especificidade do contexto socioambiental e da realidade (ARRUDA, 1986, p. 52) vivenciada pelos educandos deverá dar o tom das ações educativas. Esses danos e riscos socioambientais, que afetam os modos e meios de vida de agrupamentos sociais específicos, expressam a Problemática Ambiental em cada realidade. Portanto, para os atingidos ela não é uma abstração, mesmo quando percebidos superficialmente.

Nessa perspectiva, entende-se Gestão Ambiental Pública (GAP) no Brasil como um processo de mediação de interesses e conflitos, realizado pelo Estado, entre atores sociais com poderes e condições assimétricas, tanto para modificarem a qualidade ambiental quanto para influírem em decisões sobre seu controle e destinação na sociedade brasileira.

Assim, assume que o modo como o Estado pratica essa mediação define e redefine a distribuição de custos e benefícios na sociedade, em termos socioculturais, econômicos, temporais e espaciais. Assim, a Gestão Ambiental Pública, que, por princípio, deve ser praticada em nome do bem comum e do interesse público não é neutra (QUINTAS, 2009, p. 53) e pode produzir Injustiça Ambiental¹⁷.

Em sociedades como a brasileira, com alta desigualdade¹⁸, um ato de Gestão Ambiental Pública como o de criar uma Unidade de Conservação, Licenciamento de Empreendimento, Enquadrar um Corpo D'água ou de Outorgar determinado volume de Recursos Hídricos, pode promover uma distribuição assimétrica de custos e benefícios, quando beneficia os atores mais influentes e penalizar aqueles (muitas vezes pelo Estado assumir a sua inexistência) com menor ou nenhuma condição de influir nas decisões do

17 Ver Carta Política do VI Encontro da Rede de Justiça Ambiental de 24/26 /7/2014. Disponível em <https://fase.org.br/pt/informe-se/noticias/rede-brasileira-de-justica-ambiental-lanca-carta-politica/>. Acesso em 6/06/2018.

18 Segundo a OXFAM, no Brasil os 5% mais ricos têm uma renda equivalente aos outros 95%. E seis pessoas possuem riqueza correspondente ao patrimônio dos 100 milhões de brasileiros mais pobres. Ver OXFAM BRASIL. A DISTÂNCIA QUE NOS UNE-UM RETRATO DAS DESIGUALDADES BRASILEIRAS. OXFAM BRASIL, São Paulo: 2017, op. cit. p. 21). Disponível em https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/RelatorioA_distancia_que_nos_une.pdf. Acesso em 08/06/2018.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

órgão ambiental, ainda que sejam maioria.

Essa prática pode agravar a situação já existente de vulnerabilidade sócio ambiental de grupos sociais específicos ou mesmo provocar a expulsão de seus territórios, por privá-los da base material necessária à reprodução social da sua existência. Podendo, ainda, prejudicar a maioria da população de determinado lugar, para atender interesses econômicos e ou políticos de atores sociais poderosos.

Como os danos e riscos socioambientais em determinado lugar expressam a Problemática Ambiental naquela realidade, qualquer que seja a escala e a natureza deles, o caráter multidimensional e complexo permanece neles. Esse fato, associado à necessidade da participação social na prática de defesa e proteção ambiental, tem uma profunda implicação na organização e realização de processos de ensino-aprendizagem.

Assim, as ações educativas com sujeitos, que estão sendo afetados por determinado risco e ou dano socioambiental, além de objetivarem desenvolver as capacidades – nos planos do conhecimento, das habilidades e das atitudes¹⁹ necessárias à sua compreensão, devem buscar simultaneamente, o desenvolvimento daquelas capacidades necessárias à participação social na defesa e proteção ambiental.

O processo de desenvolvimento dessas capacidades deve convergir para construção da autonomia dos grupos sociais, em situação de vulnerabilidade socioambiental de modo a mitigar as assimetrias nos planos, organizativo, infraestrutura, cognitivo-informacional e da distribuição de custos e benefícios decorrentes da apropriação social dos recursos ambientais.

Assim, problema pedagógico a ser enfrentado para compreender a Questão Ambiental é como organizar e articular conhecimentos de vários campos do saber em processos de ensino-aprendizagem, para que o educando desvele o que está para além do explícito percebido nas condições ambientais vivenciadas (problemas, conflitos e potencialidades socioambientais), numa perspectiva transformadora das condições estruturais e conjunturais que determinam a existência delas.

Em outras palavras, trabalhar pedagogicamente uma condição ambiental específica, por definição multidimensional e complexa, objetivando articular o ato de compreender com o de agir, para prevenir e ou mitigar a sua ocorrência explicitando a multiplicidade e diversidade dos seus aspectos nas esferas social, política, econômica e ecológica e a interdependência, entre esses aspectos, com base no conjunto de relações e

19 Orientação seletiva e ativa do homem em face de uma situação ou de um problema qualquer. (Abbagnano, N. Dicionário de Filosofia. São Paulo, Martins Fontes, 1998, op. cit. p. 89). Neste sentido, uma atitude explícita considerações éticas e cognitivas (N.A.).



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

inter-relações que conferem materialidade a esta condição ambiental. Tudo isto com foco nas transformações necessárias tanto da condição ambiental vivenciada, quanto para além dela e, também das relações sociais que as instituem.

Assim, os processos de ensino-aprendizagem poderão desenvolver as capacidades essenciais com os educandos para que efetivem uma apreensão crítica da problemática ambiental na sua especificidade e na sua generalidade e, simultaneamente, contribuam para implementação das transformações necessárias à conquista e manutenção dos direitos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e conexos, na sua realidade e em outras.

Todavia, antes de se chegar ao momento da organização e execução de ações educativas, vinculadas às atividades da GAP, precisa-se definir a finalidade e o propósito imediato da própria EA na GAP e um marco teórico-metodológico, que dê rumo à sua prática. São processos de ensino-aprendizagem que devem promover o desenvolvimento das capacidades necessárias, com os grupos sociais cujos territórios são, deverão ser ou serão objeto de ações de Gestão Ambiental Pública.

Um referencial teórico-metodológico que direcione o desenvolvimento dessas capacidades de modo coerente com a finalidade e o propósito imediato da EA na GAP.

Assim sendo, se considerados a natureza multidimensional e complexa da Problemática Ambiental, o Inciso VI do § 1º Artigo 225 da Constituição Federal (BRASIL 1998), os Princípios Básicos e Objetivos Fundamentais da EA definidos na PNEA (BRASIL, 1999, Art. 5º e 6º,); as outras Políticas Nacionais de proteção e defesa ambiental, bem como as Políticas Públicas conexas, pode-se concluir que a EA na GAP

tem como finalidade contribuir para a construção de uma sociedade justa, democrática e sustentável e como propósito imediato a participação e a intervenção coletiva organizada e qualificada de grupos sociais específicos, no ordenamento das práticas de apropriação dos bens ambientais na sociedade, que o Estado realiza ou deixa de realizar. A amplitude da articulação entre estes dois elementos definirá o “quanto” a prática educativa se aproxima do ideário crítico, transformador e emancipatório (QUINTAS, 2009, op.cit. p. 68)

Enquanto o propósito imediato está vinculado à condição ambiental que afeta o cotidiano do educando, a finalidade sinaliza que o processo educativo deve transcender o aqui e o agora, considerando-se que a humanidade vive uma crise ambiental planetária sistêmica, que tudo indica ser a evidência uma crise estrutural do modelo de civilização vigente (ibidem, p. 33-47).



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Esse fato impõe limites precisos à efetividade da GAP, que opera na lógica da prevenção e moderação dos impactos ambientais negativos em escalas territorial e temporal reduzidas, frente à magnitude espacial (planetária) e processual da degradação ambiental e o caráter sistêmico dos denominados Problemas Ambientais Globais.

Nesse sentido a prática da EA e muito menos da EA na GAP, mesmo partindo de uma problemática ambiental localizada não pode deixar de relacioná-la com as múltiplas e diversas dimensões da realidade socioambiental em outras esferas, como a regional, nacional e global, sob pena de negar a razão de sua existência.

Todavia, a Finalidade e o Propósito Imediato da EA na GAP, somente poderão ser alcançados e por consequência, o cumprimento do dever constitucional da coletividade defender e proteger o meio ambiente ecologicamente equilibrado, se o processo educativo viabilizar o desenvolvimento das Capacidades Básicas e Essenciais a seguir:

- a) analisar e avaliar a escala e as implicações dos riscos e danos socioambientais;
- b) agir no sentido da prevenção de riscos e a reversão de danos socioambientais;
- c) praticar o controle social sobre ação. Omissão ou leniência do Estado na GAP;
- d) propor, fortalecer e ou redirecionar as políticas públicas que contribuam para conquista e manutenção dos direitos da cidadania, particularmente, dos grupos sociais, que dependem diretamente de recursos ambientais para reprodução material e simbólica da existência;
- e) avaliar a pertinência e, quando necessário, aplicar tecnologias sociais, em empreendimentos solidários e auto gestionários de geração de trabalho e renda, que contribuam para a sustentabilidade em suas múltiplas dimensões.

Será por meio dessas Capacidades que o Programa ou Projeto de EA na Gestão Ambiental dialogará com a intencionalidade pedagógica geral definida na Constituição Federal (BRASIL, 1988, Inciso VI, §1º, Art. 225,) e mais detalhadamente, nos Princípios Básicos e Objetivos Fundamentais da EA da Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999, Art. 5º e 6º).

Na prática, essas Capacidades devem ser desenvolvidas com os educandos, por meio de um ou mais atos pedagógicos, que constituem um Projeto ou Programa EA, cujo eixo da sua estruturação deve ser definido conforme o escopo da atividade de Gestão Ambiental Pública (QUINTAS, op. cit. 2009, p.68/69).

Tudo isto sem perder de vista que subjacente a essa operação pedagógica está o



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

imperativo estratégico da articulação entre a Finalidade e o Propósito Imediato da EA na GAP, cuja “amplitude da articulação entre estes dois elementos definirá o “quanto” a prática educativa se aproxima do ideário crítico, transformador e emancipatório” (ibidem p. 68).

No plano da organização e execução do ato pedagógico, as Capacidades Básicas e Essenciais, o Propósito Imediato, e as três dimensões dos Objetivos (Geral, Específico e de Aprendizagem), que irão caracterizá-lo, devem estar contextualizados pela realidade socioambiental vivenciada pelos sujeitos da ação educativa, cuja materialidade é explicitada por meio de problemas, conflitos e potencialidades socioambientais.

A ideia subjacente à proposição dessas capacidades é de que não pode haver participação e intervenção social em determinada realidade socioambiental para proceder transformações necessárias, sem que haja o domínio dos conhecimentos e habilidades e o desenvolvimento de atitudes necessárias à sua decifração e, que essas capacidades não são construídas no vazio, mas por meio da ação concreta objetivada, em realidades concretas, com sujeitos concretos.

No contexto do Licenciamento Ambiental Federal os Projetos e Programas de EA, definidos como Condicionantes estarão cumprindo seu papel de medida mitigadora de impactos socioambientais negativos à medida em que os sujeitos da ação educativa, ao desenvolverem essas Capacidades, participem e intervenham como sujeitos coletivos de modo qualificado na Gestão Ambiental Pública do seu Território, e nas lutas coletivas para conquista e manutenção dos direitos de cidadania sempre levando em conta as condições da realidade (ARRUDA, 1986, p. 52).

O alcance da finalidade e do propósito imediato da EA na GAP pressupõe a participação social qualificada, como estruturante da ação coletiva organizada, que deve viabilizar o cumprimento do dever constitucional do cidadão de defender e proteger o meio ambiente ecologicamente equilibrado (BRASIL, 1988, Caput Art. 225).

Para Bordenave (1994, p. 76-78), participação mesmo sendo uma necessidade humana,

É algo que se aprende e aperfeiçoa. Ninguém nasce sabendo participar [também é] um processo de desenvolvimento da consciência crítica e de aquisição de poder (...) Pode resolver conflitos mas também pode gerá-los [e] é facilitada com a organização e a criação de fluxos de comunicação [grifos meus].

Por tudo isto sua prática tem de partir de propósitos claros, factíveis e, sobretudo compartilhados pelo grupo social. Segundo Bernardo Toro (TORO, 1996, p. 26), mobilização social antes de tudo é um ato voluntário e livre de aceitação de um convite



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

para realização de um propósito, com interpretações e sentidos compartilhados.

Para este autor, por ser voluntário e livre a mobilização social configura-se um ato de paixão. Por ter um propósito definido é uma ação objetiva, que em tendo o seu significado e a sua razão de ser compartilhadas é, também, um ato de comunicação.

Porém se a definição desse propósito é a ação coletiva, organizada e qualificada para conquista e garantia do acesso aos Direitos de Cidadania, bem como para superação das condições adversas de existência e da opressão, a mobilização social assume a feição de eixo articulador de um processo educativo crítico, emancipatório e transformador. Neste sentido, mobilização social com propósito crítico emancipatório e transformador tem o mesmo significado de participação social. Esse é o significado aqui assumido, ou seja, neste texto participação social, mobilização social e intervenção coletiva e organizada são sinônimos.

Para Pedro Demo (2001, p. 66-67), no plano das Políticas Públicas Sociais,

A participação possui a característica de **ser meio e fim**, porquanto é instrumento de autopromoção [do grupo social] mas é igualmente a própria autopromoção [do indivíduo]. Prevalece, porém, a conotação instrumental, no sentido de que é vista como **caminho para se alcançarem certos objetivos** [grifos meus]

No caso da EA na GAP Políticas Públicas voltadas para garantir direitos de cidadania, inclusive o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. O autor (ibidem, p.67-79) define como objetivos da participação:

- a) Autopromoção [centrada na comunidade participante],
- b) Realização de Cidadania [acesso a direitos e cumprimento de deveres no caso do Brasil, consignados na Constituição];
- c) Implementação das Regras Democráticas do Jogo;
- d) Controle do Poder [controle pela base];
- e) Controle da Burocracia [Estatal];
- f) Negociação [de conflitos e divergências];
- g) Cultura Democrática [consolidação da Democracia como prática intrínseca às relações sociais nas esferas micro e macro da sociedade].

Bordenave (1994, p. 30-36), analisando os processos de participação coletiva “por dentro” destaca a importância de se qualificar tanto o grau de controle dos participantes nas decisões (sete, do menor para o maior) quanto os níveis de relevância dos assuntos



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

submetidos ao coletivo.

Na sua perspectiva, a escala de controle dos participantes sobre decisões varia do grau zero controle (ser informado), passa pela consulta (sem poder de decisão) transita pelo controle por influência (elaboração/ recomendação) , avança pela cogestão (compartilhamento de decisões), pela delegação (de certas atribuições) e atinge o grau máximo, a autogestão (quando o grupo define objetivos, meios e controles).

No que se refere aos níveis de relevância, o autor enumera seis níveis de intervenção do coletivo em processos nominados como participativos (ibidem, p. 33-36), que variam do mais estratégico, passa pelos gerenciais, de execução ações, com graus variados de complexidade, e atinge o último e menos relevantes, que é apenas de constatação de resultados. No primeiro nível o grupo social formula princípios básicos e essenciais e a linha política que devem presidir sua prática, no segundo define objetivos e estratégias, no terceiro elabora planos e ou programas e ou projetos, no quarto define a destinação de recursos e administra planos e ou programas e ou projetos, no cinco executa ações e no sexto avalia resultados finais.

Portanto, quanto maior a relevância do que é decidido maior será a qualificação exigida do grupo social para participar efetivamente nas decisões. Participação social compartilha poder e responsabilidade, sobre as consequências das escolhas no destino da coletividade.

De modo análogo, Arnstein (2002, p. 2-3) define oito tipos de participação, frente aos tradicionais detentores do poder, que denomina “oito degraus da escada da participação cidadã”: (1) Manipulação; (2) Terapia; (3) Informação; (4) Consulta; (5) Pacificação; (6) Parceria; (7) Delegação de Poder; (8) Controle Cidadão. Para ela os dois primeiros degraus configuram a não participação, cujo “objetivo real não é permitir a população a participar nos processos de planejamento ou conduzir programas, mas permitir que os tomadores de decisão possam “educar” ou “curar” os participantes”, ou seja, aceitar as suas pautas sem contestação e com tranquilidade. Os degraus 3, 4 e 5 representam uma concessão mínima de poder ao coletivo, que pode ouvir (Informação), ser ouvido (Consulta) e aconselhar (Pacificação), sem nenhuma garantia que seu ponto de vista será levado a sério pelos que detêm o poder decisório. Como nos casos das audiências e Consultas Públicas promovidas por órgãos estatais: “quando a participação está restrita a esses níveis, não há continuidade, não há “músculos”, ou seja, não há garantia de mudança do status” (ibidem, p. 3).

Nos três últimos degraus, situam-se os níveis de poder cidadão, que segundo a autora pode ser de Parceria (6), quando os cidadãos negociam “de igual para igual com



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

aqueles que tradicionalmente detêm o poder (...),” Delegação de Poder (7) e Controle Cidadão (8), situação em que os participantes são majoritário nas instâncias decisórias e possuem “ou mesmo o completo poder gerencial (ibidem, p.3-15). Mesmo sendo um modelo simplificado, os oito degraus como adverte a autora explicita existência de vários graus de participação (idem) e, conseqüentemente ajuda a se observar a natureza da participação que está sendo praticada em determinado projeto ou programa, promovido pelo Poder Público.

Dos pontos de vista dos autores citados, pode-se inferir que participação é um conceito polissêmico, que comporta desde processos e práticas domesticadoras, que estimulam e fortalecem o conformismo social até aqueles com o propósito emancipatório, que buscam a ação coletiva para superar condições adversas de existência e de opressão.

Em virtude da participação social para a proteção do meio ambiente e sua compreensão como um objeto multidimensional e complexo serem constitutivos da Educação Ambiental, não há como praticá-la no contexto da GAP, sem que seus processos educativos intencionem a intervenção coletiva, organizada e qualificada dos educandos. Sem organização e qualificação a participação social não tem efetividade e se configuraria “como não participação ou concessão mínima de poder” (ibidem, p. 2-3).

Assim, na prática da EA na GAP a participação social somente tem sentido se a sua prática estiver comprometida com a emancipação dos grupos sociais afetados por condições socioambientais adversas e com a perspectiva da promoção das transformações pertinentes para revertê-las por meio da intervenção qualificada.

Logo, o problema pedagógico a ser enfrentado pela EA na GAP é o de organizar e executar processos de ensino-aprendizagem que desenvolvam as capacidades necessárias com os educandos para que eles, partindo da condição socioambiental vivenciada, identifiquem e analisem suas causas bem como seus efeitos sobre os modos e meios de vida de seu grupo social (o que é), à luz de como essa condição deveria ser (mas, ainda não é) para poder agir objetivando transformá-la no que deve ser (NOBRE, 2011, capítulos 2 e 3).

Capacidades altamente sofisticadas nos planos do conhecimento, das habilidades e das atitudes, que devem ser apreendidas por sujeitos de contextos socioambientais específicos e diversos do Brasil.

Se enquanto estiverem desenvolvendo essas capacidades, também estiverem agindo como coletividade organizada, para defender e proteger o meio ambiente ecologicamente equilibrado, passam a ser protagonistas das transformações necessárias da realidade socioambiental. Assim, estarão transformando e transformando-se ao mesmo tempo



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

(QUINTAS, 2006, p.16-17).

O processo educativo para desenvolver essas capacidades, seja ele configurado como um Projeto ou Programa de EA, com várias ações educativas articuladas ou com apenas uma, necessita de um fio condutor, que garanta na sua formulação e execução a interdependência e a interrelação tanto na articulação entre elas quanto no plano das práticas didático-pedagógicas realizadas nelas. Esse fio condutor é aqui denominado marco teórico-metodológico ou concepção metodológica ou metodologia.

Como mediador da concepção e execução do processo de ensino-aprendizagem, o marcoteórico-metodológicoéaquitomado, conformeIolaniVasconcelos(VASCONCELOS, 1989. p. 99-100), “no seu sentido mais amplo como uma estratégia geral de abordagem do fenômeno educativo. Isto é como um instrumental teórico-prático que permita”

*o **conhecimento** mais real possível (...) e a **prática** mais segura e clara, possibilitando assim o **saber e o fazer** a um só tempo e **encarados como uma realidade total**, por isso mesmo, impossível de serem separados. Isto quer dizer que uma metodologia de **fazer** educação implica e decorre, de uma certa forma de uma metodologia de **conhecer** educação e tudo que se acha a ela implicado (Coelho,1982:28, apud Vasconcelos,1989 :99/100) [grifos do autor citado].*

Por seu turno, a execução do processo educativo no plano didático- pedagógico, exige a organização e a execução de práticas educativas com intencionalidade clara (objetivos gerais, específicos e de aprendizagem) bem como procedimentos metodológicos (que não deve ser confundido por metodologia), materiais de ensino-aprendizagem adequados às características dos sujeitos da ação educativa e avaliação. Todas essas atividades coerentes com a finalidade e o propósito imediato da EA na GAP (QUINTAS, 2009, op.cit. p. 68-76) e, evidentemente, conforme o marco teórico-metodológico.

Como a EA na GAP toma a relação Sociedade-Natureza, sob regulação do Estado, como espaço de construção das suas práticas pedagógicas, espaço como já visto, conflituoso, assimétrico, multidimensional e complexo e tem como sua tarefa essencial o desvelamento²⁰ dessa relação em realidades socioambientais concretas, na perspectiva de contribuir para sua transformação em sustentável, o seu marco teórico- metodológico deve se constituir a partir de duas concepções que se inter-relacionam: uma pedagógica

20 “Retirar o véu (que cobre e não deixa ver) das coisas com o fim de poder conhecê-las” (GADOTTI, FREIRE, CISESKI, 1996, p. 719).



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

e outra epistemológica.

Uma concepção pedagógica capaz de direcionar o desenvolvimento das capacidades necessárias à compreensão da realidade socioambiental vivenciada pelo educando, para além do visível percebido, numa perspectiva emancipatória e transformadora. Em decorrência disso, a concepção pedagógica indicada é a proposta por Paulo Freire. E uma concepção epistemológica que dê conta de lidar com a complexidade da Problemática Ambiental, portanto, supere no ato de conhecer, a abordagem fragmentada da realidade socioambiental vivenciada pelo educando, a ser desvelada e que dialogue com pedagogias críticas como a Freiriana. Nesse caso, abordagem do conhecimento sobre sistemas complexos, como a relação Sociedade-Natureza, proposta por Edgard Morin responde a essa necessidade²¹.

A concepção Freiriana assume a Educação como uma prática política sem neutralidade cuja intencionalidade é a transição da consciência ingênua para a consciência crítica sobre determinada realidade, na perspectiva da sua transformação. Essa concepção toma como estruturantes para o ser humano compreender a sua relação com o mundo físico-natural, sócio-cultural e histórico as dimensões práxis, diálogo e trabalho.

A consciência ingênua denota uma percepção superficial do sujeito sobre a realidade que vivencia, enquanto a consciência crítica indica uma percepção das relações, explícitas e implícitas no todo do real, ao fazer seu desvelamento.

Segundo Paulo Freire, essa transição de consciência não se processa em abstrato. Ela acontece por meio da ação transformadora, no domínio da existência humana. O “domínio do trabalho, da cultura, da história, dos valores – domínio em que os seres humanos experimentam a dialética entre determinação e liberdade” (FREIRE, 2011, Parte 2, posição 1288) [grifos meus].

Por ser atributo exclusivamente de mulheres e homens, na sua relação com o mundo, o trabalho distingue a espécie humana das demais que habitam o Planeta. Para Paulo Freire,

*a ação é trabalho **não** por causa do maior ou menor esforço físico despendido nela pelo organismo que atua, **mas por causa da consciência que o sujeito tem de seu próprio esforço, da possibilidade de programar a ação, de criar instrumentos com que melhor atue sobre o objeto, de ter finalidades, de antecipar resultados.** Mais ainda, para que a ação*

21 Para uma discussão aprofundada e bastante esclarecedora sobre esse diálogo ver LOUREIRO (2004, p. 89-143).



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

*seja trabalho, é preciso que **dela resultem produtos significativos que, separando-se do produtor, se podem dar à sua reflexão crítica ao mesmo tempo em que o condicionam.** (FREIRE 2011, op. cit. parte 2, posição 1348) [grifos meus]*

Entretanto, não será qualquer ação transformadora sobre o domínio da existência, que promoverá o trânsito da consciência ingênua para a consciência crítica. Para que o processo educativo alcance esse propósito é necessário o exercício da práxis, aqui entendida como

*a atividade concreta, pela qual os sujeitos humanos se afirmam no mundo, **modificando a realidade objetiva e, para poderem alterá-la, transformando-se a si mesmos. É a ação** que, para se aprofundar de maneira mais consequente, precisa de **reflexão**, do autoquestionamento, **da teoria**; é a teoria que remete à ação, que enfrenta o desafio de verificar seus acertos e desacertos, cotejando-os com a prática. **Os problemas cruciais da teoria se complicam interminável e insuportavelmente quando a teoria se autonomiza demais e se distancia excessivamente da ação** (Konder 1992 :115-116) [grifos meus]*

Nesse sentido, o processo de transição de uma percepção superficial para uma percepção aprofundada da realidade não precede nem sucede o ato transformador; acontece na prática da sua realização. Longe do sujeito transformar-se para depois participar da transformação do mundo, ele se transforma enquanto age como seu transformador (QUINTAS, 2006, p.16-17).

Todavia, não há possibilidade do desenvolvimento de uma consciência crítica se a relação pedagógica que media o processo de ensino-aprendizagem negar essa perspectiva. Paulo Freire levanta essa questão, quando numa crítica contundente ao que denomina de “visão bancária” da educação, faz o debate sobre uma perspectiva oposta de educação: a educação libertadora (FREIRE, 1974, p. 65-87).

Na “visão bancária” cuja prática pedagógica é prescritiva “a educação se torna um ato de depositar em que os educando são os depositários e o educador o depositante” (ibidem, p. 66). Portanto, o educando é assumido como um ser vazio de saberes e o educador como único detentor de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores. Nesse tipo de relação pedagógica, o educando é o polo passivo e receptor e o educador é o polo ativo e emissor.

Assim, em lugar de ser um processo formativo, que busca a emancipação de



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

peças e sua participação qualificada na transformação da realidade, a educação bancária é uma prática de adaptação de pessoas ao mundo existente, o que estimula o imobilismo, o conformismo e a descrença na possibilidade da humanidade construir um outro mundo melhor, que seja socialmente e ambientalmente justo, democrático, solidário e sustentável.

A negação da perspectiva bancária da educação no fazer pedagógico e, portanto, a prevenção do seu efeito inibidor e desmobilizador para o exercício da ação coletiva de cidadania, passa pela substituição da prática extensionista de transmissão de conhecimentos, bastante questionada por Paulo Freire, em suas obras (FREIRE, 2013, Capítulo 1), por uma relação pedagógica dialógica entre os participantes do ato educativo. A relação dialógica, na prática educativa, pressupõe a interação de saberes referenciados em racionalidades diferentes, porém, não necessariamente opostas.

A relação dialógica pressupõe que o educando é portador de saberes tão válidos e relevantes quanto os do educador, ainda que se referenciem em matriz de racionalidade distinta, daquela que estrutura a ciência e a tecnologia referenciadas na tradição da modernidade. Nessa perspectiva o ato educativo se constitui em um espaço de interação de saberes diferenciados, onde educador e educando constroem o saber necessário à compreensão de ambos sobre a realidade, de modo que educador e educando transitem da consciência ingênua sobre determinada realidade para a consciência crítica sobre ela.

Nessa afirmação há a crença de que nem o educador com todo o aparato do saber oficial estruturado, conforme a tradição da modernidade nem o educando com o conhecimento adquirido na vivência de sua realidade, estão capacitados para efetivarem o seu desvelamento com vista à sua transformação naquilo que for necessário. Em outras palavras nem o saber “de fora” de uma realidade nem “o de dentro”, são suficientes para a superação de um olhar superficial sobre ela. Cada saber é necessário, porém jamais suficiente.

Independente de ser acadêmico ou popular, segundo Sérgio Martinic,

*o saber expressa o que socialmente um grupo ou sociedade institucionaliza como real (...) Saber que uma árvore é sagrada **não é uma mera imaginação, senão um acontecimento real para os sujeitos que compartilham uma mesma visão de mundo.** A explicação mística da origem das coisas e das instituições é **tão real como a observação que um médico realiza das células de um organismo.** Enfim, o saber interpreta e organiza a experiência dos sujeitos e permite, portanto, o reconhecimento coletivo de uma mesma noção de realidade (MARTINIC, 1994, p.71/72) [grifos meus].*



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Para esse autor o saber popular não se resume àquele elaborado para responder às necessidades práticas cotidianas. Para além desse saber instrumental, o saber popular representa

as interpretações que [o povo] constrói para dar sentido e explicar sua existência (...) transcende o aqui e agora do sujeito. Constitui uma elaboração que se fundamenta em princípios de pensamento de maior abstração e generalidade. (...). Forma parte dos processos de formação de identidades coletivas e é o produto da elaboração crítica que os homens [e mulheres] têm de sua própria visão de mundo (ibidem, p. 71-72).

Na visão de Boaventura Souza Santos (2002, p.14)

é hoje mais do que nunca evidente que o universalismo da ciência moderna [da modernidade] é um particularismo ocidental cuja particularidade consiste em ter poder para definir como particulares, locais, contextuais e situacionais todos os conhecimentos que com ela rivalizam. Disso decorre a constatação de que houve e há outras ciências e outras modernidades não ocidentais e muitos outros conhecimentos que se validam por outros critérios que não o serem científicos ou serem modernos. A diversidade epistemológica do mundo é, assim, potencialmente infinita. Todos os conhecimentos são contextuais e o são tanto mais quanto se arrogam não sê-los. Não há nem conhecimentos puros, nem conhecimentos completos, há constelações de conhecimentos. No interior dessas constelações há hibridizações [grifo meus]

Na medida que educador e educando são portadores de saberes essenciais à compreensão de determinada realidade, a efetivação do processo dialógico necessita de que seja superada a “(..) contradição educador - educando, de tal maneira que se façam ambos, simultaneamente, educadores e educandos (...)” (FREIRE, 1974, op.cit. p.67), Para Paulo Freire “(...) na concepção ‘bancária’ que estamos criticando, para a qual a educação é um ato de depositar, transferir, de transmitir valores e conhecimentos, não se verifica nem pode verificar-se esta superação (...)” (ibidem) [grifos meus].

Entretanto, o educador ao buscar superar a contradição educador- educando, não deve em nenhum momento perder de vista, que a construção da autonomia dos grupos sociais, em situação de vulnerabilidade socioambiental, deve se realizar num processo de ação – reflexão, que desenvolva as capacidades necessárias para que os educandos transitem da percepção superficial sobre a condição socioambiental vivenciada, para uma



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

percepção aprofundada sobre ela.

Práxis que é exercitada pelo confronto de saberes, mediado pela realidade a ser desvelada. Portanto, uma relação pedagógica que nega tanto o extensionismo autoritário da “educação bancária” quanto o espontaneísmo pedagógico de uma educação acrítica.

Na perspectiva extensionista, grupos sociais que não dominam ou dominam pouco os conhecimentos, habilidades e tecnologias de base moderna, seriam incapazes de criar soluções adequadas aos seus problemas. Assim, tudo seria solucionado por uma prática pedagógica tutelada, de modo que “o problema de aprendizagem se resolveria com procedimentos metodológicos capazes de facilitar a absorção do ensinado, do transmitido (conhecimentos e habilidades) para ser reproduzido pelo aprendiz (QUINTAS, 2016, p. 42).

Já a perspectiva do espontaneísmo pedagógico opera em sentido oposto ao extensionismo. Pressupõe “que o povo, por viver o dia a dia de determinada realidade, sabe tudo sobre ela e não precisa de outros conhecimentos e habilidades necessárias à superação das condições objetivas que vivencia” (Ibidem).

No extensionismo o protagonista da relação pedagógica é o educador. Ele “impõe sua visão de mundo, pensa que sabe o que é bom ou ruim para a comunidade, criando uma relação de dependência e subordinação (ibidem, p. 43). No espontaneísmo pedagógico o educador assume uma posição de neutralidade no ato educativo para não interferir na dinâmica sociocultural do grupo social ou comunidade. “Uma espécie de extensionismo com sinal trocado” (ibidem, p.42). Assume-se como um facilitador neutro e sistematizador e, nesta condição não aporta novos saberes ao processo de ensino-aprendizagem.

Todavia, a compreensão das causas e consequências no curto, médio e longo prazos de determinado impacto socioambiental positivo ou negativo, o relacionamento dos seus efeitos sobre os modos e meio de vida do grupo social e a definição dos objetivos de uma ação coletiva, organizada e qualificada, exige que os sujeitos do ato educativo se apropriem de outros conhecimentos e habilidades, para além daquelas que eles possuem sobre a sua realidade.

A construção da agenda de prioridades e de um plano de trabalho pelo grupo social impactado demandará o desenvolvimento de capacidades com os sujeitos da ação educativa, cuja construção deve ser mediada por conhecimentos e habilidades pertencentes à esfera do saber oficial articulada com o saber do grupo social.

Desse modo, será possível, por exemplo, a construção coletiva de um Programa Geração de Trabalho e Renda com pescadores e pescadoras artesanais, problematizando-se os saberes em jogo, no sentido dos envolvidos (educadores e educandos) superarem a



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

percepção ingênua da realidade. E frente à realidade, identificarem em que aspectos os saberes se opõem e em quais se complementam. O pressuposto aqui é que a visão pouco ou nada crítica sobre os saberes necessários para interpretação e transformação de uma realidade específica, pode ser tanto do educador quanto do educando ou de ambos.

A prática do extensionismo, além de cognocêntrica é ingênua, na medida em que torna a ação educativa descontextualizada, portanto sem significado para os educandos e sem efetividade em contribuir para transformar a condição adversa que motivou esta prática. No caso do espontaneísmo pedagógico, a ação educativa, por também, ser descolada da realidade, não tem potencial transformador, mesmo que sua intencionalidade seja neste sentido. Além disso, pode concorrer para manutenção do status quo, mesmo que a intenção inicial do ato pedagógico objetivasse algum tipo de mudança.

Para Adriana Puigros, isto significa a “mitificação da produção espontânea das massas e desqualificação do papel do educador e da cultura socialmente acumulada” (PUIGRÓS, 1994, p. 16,).

Ainda, segundo a autora,

*O estabelecimento de um **vínculo dialógico** entre educador e educando é sempre produto de um triunfo de oprimidos, sintoma de uma dura luta, e supõe a **criação de novas articulações entre os saberes populares tradicionais e os modernos, entre a linguagem de uns e outros, entre as experiências, entre as histórias.** Nas novas formas de relação tem que existir uma **hegemonia dos interesses populares reais.** Eles (como expressão concreta e histórica e não mística), **mais que qualquer paradigma doutrinário,** são os que têm que impor uma ordem à nova cultura que **o vínculo pedagógico dialógico contribui para produzir.** (ibidem,p.17) [grifos meus].*

Num processo dialógico educador e educando, juntos realizam a problematização²² da realidade socioambiental vivenciada, confrontando dialeticamente os saberes implicados. Assim, conjuntamente, exercitando a ação- reflexão e vice-versa buscam no ato pedagógico, a construção de um saber necessário à intervenção coletiva, organizada e qualificada nessa realidade, objetivando a produção das transformações pertinentes. Portanto, não se trata de uma mera descrição da realidade existente, mas de “identificar e analisar a cada vez os obstáculos e as potencialidades de emancipação presentes em cada momento histórico”

²² “É a ação de refletir continuamente sobre o que se disse, buscando o porque das coisas, o para que delas” (GADOTTI, FREIRE, CISESKI, 1996, op.cit. p.727)



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

(NOBRE, 2011, posição 328) [grifos meus].

No caso da Pesca, são saberes como os relacionados com a Biologia Pesqueira das espécies pescadas, bancos pesqueiros, condições do ambiente aquático, principais impactos socioambientais negativos incidentes de curto, médio e longo prazo sobre a atividade e modos de mitiga-los, vantagens e desvantagens das formas de organizar a produção, o armazenamento e a comercialização dos pescados e outros, necessários à implementação do projeto emancipatório em determinada realidade.

Numa prática educativa, cujo o objeto a ser apreendido é multidimensional e complexo e que está em constante transformação, como a Problemática Ambiental, não há espaço para uma relação pedagógica extensionista, meramente reprodutiva.

Tampouco há espaço para um prática educativa, que nega aos educandos os conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade, essenciais para eles compreenderem um mundo em permanente mutação e intervirem nele em ação coletiva, organizada e qualificada tanto para modificarem as condições adversas de sua existência como para contribuírem no presente para construção de uma outra sociedade que supere a injustiça social e ambiental, seja plenamente democrática e ambientalmente segura. Assim sendo não há possibilidade das populações sem situação de vulnerabilidade socioambiental conquistarem sua autonomia sem ter acesso ao conhecimento socialmente acumulado.

Há, ainda a considerar, que os desenvolvimentos das capacidades gerais e essenciais da EA na GAP (por meio dos conteúdos necessários), pressupõe a aprendizagem de “capacidades instrumentais”, tais como o uso das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (ferramentas digitais, cartografia social, fotografia, vídeo etc.), a compreensão de instrumentos normativos do Estado que estabelecem Direitos e Deveres no exercício da Cidadania (Projeto de Iniciativa Popular, Orçamento Público, Direito a Informação, Financiamento Público, Legislação Ambiental etc.).Será por meio do desenvolvimento dessas capacidades, que os PEAs poderão proporcionar as condições pedagógicas necessárias para que os sujeitos da ação educativa conquistem sua autonomia como coletivo.

Portanto, o pensamento complexo, o trabalho, a práxis transformadora e a relação pedagógica dialógica são constituintes indissociáveis e interdependentes de qualquer processo educativo, que objetive a transição de uma visão ingênua para uma visão crítica da realidade socioambiental. Somente, assim será possível o coletivo construir a sua autonomia e, ao mesmo tempo, intervir nessa realidade e realizar as transformações necessárias.

A partir dessas referências pode-se extrair as seguintes Diretrizes Pedagógicas para prática da EA GAP:



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

1) tomar como ponto de partida do ato pedagógico a condição ambiental vivenciada pelos educandos, elucidando suas causas e consequências, estruturais e conjunturais, a inter-relação, a interdependência e a inter-retroação entre elas e as possibilidades e limites de ações de mitigação, prevenção ou uso de potencialidades, na realidade onde a ação educativa é executada;

2) abordar as condições ambientais com grupos sociais afetados, na perspectiva do conhecer – agir e do agir – conhecer, articulando teoria e prática ao longo da ação educativa, num processo de construção coletiva e dialógico, de modo que o educando compreenda a problemática ambiental em sua totalidade, como um objeto multidimensional e complexo;

3) fortalecer a ação coletiva, organizada e qualificada, para garantir o direito ao meio ambiente ecologicamente, articulando com as lutas sociais pela conquista e manutenção de outros direitos de cidadania;

4) eleger como sujeitos prioritários da ação educativa os grupos sociais em situação de vulnerabilidade socioambiental;

5) reiterar no processo educativo valores, que caracterizam uma ordem social justa, democrática e sustentável, tais como: uso dos recursos naturais com prudência e justiça ambiental, diálogo, solidariedade, honestidade, lealdade, cooperação, respeito ao outro, ao diferente e a todas as manifestações da vida;

6) reconhecer e respeitar a pluralidade e a diversidade cultural e biológica existente no Planeta e em particular no Brasil.

O PESCARTE E OS ESTRUTURANTES DOS PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO LICENCIAMENTO FEDERAL DE EMPREEDIMENTOS MARÍTIMOS DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL

O principal desafio dos Programas de Educação Ambiental no Licenciamento Federal (PEA), é como construir e implementar uma Agenda de Prioridades com seus Sujeitos Prioritários da Ação Educativa, sem que a dimensão da proteção e defesa do meio ambiente ecologicamente equilibrado subsuma à abordagem das questões socioeconômicas ou vice-versa. Ou ainda, como evitar na prática a abordagem pedagógica de cada uma delas em separado, em lugar de uma abordagem que trabalhe



FUNAC INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO



Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

a interdependência e inter-relação e a inter-retroação entre elas.

Nos termos das Diretrizes da EA no Licenciamento²³ pode-se entender a Agenda de Prioridades dos PEA como a explicitação dos vínculos de inter-relação, de interdependência e de inter-retroação entre as condições materiais e simbólicas e as condições ambientais (problemas, conflitos e potencialidades socioambientais) necessárias à produção e reprodução da existência coletiva.

A construção de uma Agenda de Prioridades com base em um Diagnóstico Socioambiental Participativo (DSP) é o ponto de partida dos Projetos e Programas de EA no Licenciamento. Assim, nos PEAs a Agenda de Prioridades deve ser necessariamente uma Agenda Socioambiental em construção. Da sua implementação podem surgir novos dados da realidade, que exigirão a sua reavaliação periódica com os educandos e bem como a necessidade de novas ações.

O PEA como um processo educativo com intencionalidade definida deverá problematizar com os educandos a realidade vivenciada por eles, num movimento dialético de ação – reflexão- ação ou vice-versa, objetivando a explicitação das condições materiais, simbólicas e ambientais que os afetam.

A pesar do licenciamento federal das atividades de Produção e Escoamento de Óleo e Gás Natural na Bacia de Campos, serem individualizados por empreendimentos, os seus impactos socioambientais são cumulativos e sinérgicos no espaço-tempo. Com base nessa premissa o IBAMA, emitiu, em 2006, o documento normativo “Bases para a Formulação de um Programa de EA para a Bacia de Campos”, cujo objetivo é

*estabelecer as bases conceituais e metodológicas para orientar a formulação de um programa de Educação Ambiental, que **integre e seja integrado pelas diferentes ações e projetos em desenvolvimento ou em planejamento propostos para essa área** [Bacia de Campos, RJ], no contexto do licenciamento ambiental federal da atividade petrolífera (CGEAM, CGPEG, 2006, apud SERRÃO, 2012 anexo c, p. 340) [grifo meu].*

O documento, também, reconhecia que

23 Ver especialmente o documento “Orientações Pedagógicas do IBAMA para a Elaboração e Implementação de Programas de Educação Ambiental no Licenciamento de Atividades de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural”, citado na NT 01/2010 e nas Bases Técnicas para Elaboração dos Programas de Educação Ambiental no Licenciamento Federal, constante no Anexo à IN 02/2012.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

De uma forma geral, os Projetos de Educação Ambiental, propostos no âmbito do licenciamento, em atendimento às exigências constantes do processo, carecem de um diagnóstico que propicie as bases necessárias à formulação de projetos coerentes com a realidade local. Observa-se que, geralmente, as ações educativas propostas não se articulam com os possíveis impactos e riscos socioambientais decorrentes da atividade. Da mesma maneira, não se verifica uma integração com as políticas públicas de educação e gestão ambiental, bem como, com os demais projetos em andamento na região, nas esferas municipal e estadual (ibidem) [grifos meus].

Dessa forma, a realização de um Diagnóstico Participativo (DSP) foi definido como o primeiro momento do processo de construção do que deveria ser o Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos, PEA-BC. A perspectiva naquele momento era de orientar as equipes dos Projetos de EA, então existentes e as futuras, para desenvolverem as suas práticas pedagógicas no contexto das medidas de mitigação e compensação dos impactos socioambientais negativos da cadeia produtiva de petróleo e gás natural e segundo as diretrizes apresentadas no documento “Orientações Pedagógicas do IBAMA para Elaboração e Implementação de Programas de Educação Ambiental no Licenciamento de Atividades de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural”(ibidem, anexo b p.32). Segundo as Orientações Pedagógicas,

O programa deverá ser estruturado a partir de etapas metodológicas bem definidas, partindo-se, obrigatoriamente, de uma etapa inicial que contemple um diagnóstico participativo com o objetivo de identificar os atores sociais envolvidos e as demandas socioambientais da região, definindo os sujeitos prioritários das ações educativas. As etapas posteriores deverão ser construídas a partir dos resultados do diagnóstico participativo, refletindo as demandas priorizadas pelos sujeitos identificados (...)” (ibidem, p. 332/333). [grifos meus]

A elaboração do Diagnóstico, certamente pelo seu caráter participativo, seu foco nos “invisíveis” (grupos sociais em condição de vulnerabilidade socioambiental, cuja existência é desconsiderada pelo Estado). Pelo ineditismo de tomar o contexto socioambiental e não apenas o socioeconômico e ou o natural, o consequente desafio teórico-metodológico, que esta opção implicou, bem como a escala territorial onde foi realizado, demandou muito mais tempo que o estabelecido. Apresentado pela PETROBRAS num Plano de Trabalho em 2006 (IBAMA, 2013, s/n), que previa sua realização em no máximo em 12 meses, conforme o documento “Bases para a Formulação de um Programa de EA para a Bacia de Campos” (CGEAM, CGPEG, 2006, apud SERRÃO, 2012, op. cit. anexoc, p. 305-307), o



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

DSP somente foi concluído em agosto de 2012 (PETROBRAS; SOMA, 2014, p. 231).

O DSP foi realizado nos municípios de: Maricá, Saquarema, Araruama, Cabo Frio, Arraial do Cabo, Armação dos Búzios, Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, Carapebus, Macaé, Campos dos Goytacazes, Quissamã, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana, todos 14 pertencentes à área de influência dos empreendimentos Exploração e Produção de petróleo e gás natural off shore (E&P) na Bacia de Campos/RJ. Tomou como sujeitos da ação educativa: grupos de moradores da área urbana; Quilombolas, moradores da área rural e assentados de reforma agrária; e pescadores artesanais marítimos e de águas interiores, todos considerados em condição de vulnerabilidade socioambiental (Ibidem, p.181-182).

No caso dos pescadores marítimos e de águas interiores foram identificados 19 problemas, nesses 14 municípios. Esses problemas foram classificados pelos participantes do Diagnóstico em três tipologias, conforme a percepção do grupo sobre o modo de relacionamento deles com as atividades de E&P. Os problemas com relação direta; os com relação indireta; e aqueles sem relação com esta atividade.

Também foram apresentadas informações sobre as potencialidades percebidas pelo grupo desses pescadores de cada município, porém sem consolidação regional. As categorias Problemas e Potencialidades apresentadas no DSP englobam tanto condições de natureza socioambiental quanto aquelas com outras características (ibidem, p. 200).

Desses 14 Municípios, a metade pertence ao recorte territorial de atuação do Pescarte, que com base no DSP assumiu como sujeitos da ação educativa o grupo de pescadoras e pescadores artesanais, marítimos e de águas interiores juntamente com suas famílias (PETROBRAS, UENF, 2013a, p. 6-7).

São os municípios de Cabo Frio, Arraial do Cabo, Macaé, Campos dos Goytacazes, Quissamã, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana, todos, com atividades de pesca marítima e de águas interiores, exceto Macaé²⁴, e São Francisco de Itabapoana, cujas atividades pesqueiras processam-se apenas no mar.

Assim, os 19 problemas comuns, socioambientais ou não, relacionados com a pesca artesanal marítima²⁵ nesses municípios, foram discutidos e agregados, em cinco Macro-

24 Segundo a Educadora Rafaela Machado de Almeida, responsável pelas atividades do Pescarte em Macaé, a quem agradeço esta informação, ainda existe um pouco de atividade pesqueira na Lagoa de Imboassica (águas interiores) e Rio Macaé (águas continentais).

25 Apesar da Tabela VI- 14 (p. 199) se referir a pescadores artesanais marítimos e de águas interiores, as Tabelas de consolidação dos resultados Regionais (p. 200-213) referem-se somente à pesca marítima. (N.A).



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Temas com a indicação do tipo de relação de cada um deles com a atividade de E&P. São eles: (i) Uso e Ocupação do Espaço Marinho, Licenciamento Ambiental e Produção Pesqueira, diretamente relacionados; (ii) Ordenamento Pesqueiro com relação indireta; e (iii) Organização Social, não relacionado aos impactos socioambientais decorrentes dos empreendimentos marítimos da cadeia produtiva de petróleo e gás (ibidem, p.200).

No caso do Ordenamento Pesqueiro além dos outros problemas aparece questionamento sobre a falta de uma fiscalização que contenha a pesca marítima ilegal (predatória, industrial e nas áreas de pesca artesanal). Já no Licenciamento Ambiental questionou-se o fato desse grupo social ser ignorado pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), quando da definição dos Blocos de Exploração e Produção. Sendo que os problemas do Macro Tema Organização Social são comuns aos pecadores marítimos e de águas interiores, exceto no caso de Campos dos Goytacazes, cujos pescadores de águas interiores citaram a existência de Associações fortes e representativas e a sua união como uma das suas potencialidades.

No caso dos pescadores de águas interiores, o DSP registra impactos socioambientais específicos, como poluição assoreamento, supressão de mata ciliar de corpos d'água, bem com os relacionados ao seu multiuso, cuja prevenção e mitigação são essenciais à sobrevivência deste grupo, porém dependem de ações de Gestão Ambiental Pública de competência estadual.

Em Cabo Frio e Arraial do Cabo, registra-se “Degradação ambiental da lagoa de Araruama: dragagem do Canal Itajuru, lançamento de lixo e esgoto por moradores, ocupação irregular, supressão da vegetação de mata ciliar e assoreamento, impacto da atividade turística na lagoa(...)” (ibidem, Tabela V-19, p.79). E em Cabo Frio poluição do Rio São João pelo lançamento de vinhoto” (ibidem, Tabela V-16, p.72)

Em Campos dos Goytacazes, chama atenção a poluição, o assoreamento, a ocupação irregular das margens e o desmatamento da mata ciliar do rio Ururaí; conflito implícito²⁶ em torno do uso da lagoa Feia, por fazendeiros e pescadores. Ainda segundo o DSP, há “redução do número e extensão de lagoas, devido a: (i) assoreamento dos rios; (ii) falta de gestão das comportas que regulam o volume de água; (iii) fazendas em áreas de lagoas e berçários. Relata-se que havia 43 lagoas e hoje, apenas 22” (Ibidem, Tabela V-65, p. 153).

Todavia, o grupo de pescadores de águas interiores, mesmo percebendo os

26 No sentido de conflito potencial sem ação prática dos atores sociais atingidos pelo problema socioambiental, expressado apenas no plano simbólico (N.A).



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

problemas socioambientais que afetam o seu fazer, tendo organizações sociais fortes e sendo unidos, ainda, não conseguiu que a Gestão Ambiental Pública fosse efetiva para conter os impactos socioambientais, pelo menos até a época da realização do DSP.

Para que a perspectiva de prevenir e ou mitigar impactos socioambientais negativos, que é razão de ser do Pescarte, se materialize com efetividade no domínio da existência destes pescadores e suas famílias, é necessário que o enfrentamento pedagógico daqueles problemas- que se configuram como impactos socioambientais relacionados às atividades de E&P, sobre a pesca no mar, em águas interiores e continentais, se o caso – seja realizado com base na premissa de que eles são parte de um todo complexo. Portanto, interligados entre si e com outros problemas não necessariamente de natureza ambiental da realidade do grupo e, certamente de outros grupos sociais da Bacia de Campos.

Por terem forte influência no presente e no futuro nos modos e meios de vida do grupo social- independente o tipo de vínculo de cada problema com a E&P – todos têm fortes implicações na organização e execução do Pescarte. Cada problema socioambiental ou conjunto deles constituem em si mesmo um todo complexo, que em conjunto com problemas de outra natureza, vão constituir um outro todo complexo mais amplo, de modo que cada um deles indistintamente, passa a ser parte deste novo todo.

Em princípio, isso quer dizer que no âmbito dos impactos socioambientais de outros problemas, podem existir inter-relações, interdependências e inter-retroações entre suas dimensões, no plano de cada um deles e entre eles em escala e intensidade variadas para além daquelas relações já percebidas.

A intervenção pedagógica ao ignorar a possibilidade de existência dessas relações poderá tornar essa intervenção irrelevante. Essas interações podem potencializar efeitos negativos, minimizar ou anular eventuais efeitos positivos da ação mitigatória.

Na perspectiva da prevenção e mitigação dos impactos socioambientais negativos, se eles forem tomados na prática educativa, isoladamente ou em conjunto, sem levar em conta a possibilidade da relação solidária com as dimensões não percebidas da realidade vivenciada pelo grupo, a intervenção pedagógica poderá chegar a um beco sem saída.

Nessa situação, a intervenção pedagógica, construída com os educandos poderá chegar a resultados inócuos, na medida em que o grupo social começar a perceber a inexistência de indicativos das transformações esperadas nas condições adversas do seu cotidiano, sejam elas relacionadas direta, indiretamente ou sem relação com os impactos socioambientais das atividades de E&P. Se a questão é multidimensional e complexa, não deve ser abstraída da sua realidade e nem abordada como fosse unidimensional.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Se, por exemplo, a abordagem pedagógica, a partir de um impacto socioambiental como o tráfego de embarcações ou do Macro Tema Uso do Espaço Marinho como um todo for de per si, até poderá desenvolver com o grupo as capacidades necessárias para que ele, com a mediação do Poder Público, consiga negociar com os empreendedores a criação de mecanismos, que regulem o uso do espaço marinho..

Porém se a práxis educativa não levar em conta questões significativas²⁷, , que afetam o grupo social, como a econômica, da organização social, da Gestão Ambiental Pública, do acesso a Políticas Públicas, do Ordenamento Pesqueiro e outras conexas à realidade dos pescadores e suas famílias, certamente o PEA terá pouca chance de sucesso. São questões como essas, que constituem a teia de relações subjacentes à atividade pesqueira e podem atuar positiva ou negativamente sobre ela.

Como não é viável trabalhar todas as problemáticas ao mesmo tempo, o caminho é construir uma Agenda Socioambiental prioritária por meio da problematização dessas questões com o grupo social. Com essa prática busca-se a superação de uma percepção superficial e, muitas vezes ingênua, dessas questões e o desenvolvimento de uma percepção crítica sobre elas.

Em tese, o Pescarte poderia tomar como ponto de partida qualquer um dos impactos socioambientais negativos ou o conjunto deles, incidentes sobre a atividade pesqueira e, por meio de um processo educativo problematizar a relação de um deles com os demais problemas e com as respectivas dimensões significativas e conexas da realidade do grupo social. E partindo dessa matéria prima pedagógica, o projeto educativo (PEA) promoveria a construção coletiva a Agenda de Prioridades, que seria o instrumento processual de intervenção coletiva, organizada e qualificada na realidade socioambiental vivenciada pelos educandos.

Por outro lado, o DSP concluiu que por vários motivos, que vão desde a necessidade de trabalhar mais para sobreviver até a descrença da capacidade do coletivo interferir no rumo de políticas públicas locais, “as famílias e pessoas sinalizam não dispor de tempo e

27 Significativa, no sentido do caráter decisivo de determinadas dimensões para reprodução material e simbólica de um grupo social e da atividade que lhe confere identidade coletiva. No caso, os pescadores e suas famílias e da própria atividade pesqueira. Dimensões como Ecológica (disponibilidade e uso sustentável do recurso pesqueiro e ambiente aquático sem poluição), Socioeconômica (agregação de valor, supressão de intermediários, logística, segurança alimentar, trabalho e renda etc). Políticas Públicas (Educação, Segurança Social, Saneamento, Apoio à Atividade etc.), Sociocultural (Organização, Participação Coletiva, Autonomia para formular e implementar projetos solidários, identidade coletiva inter-geracional etc.).



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

interesse para participar de diagnósticos, projetos e programas ambientais, reuniões de conselhos, orçamentos participativos, entre outros eventos” [grifos meus] (ibidem, p. 242).

No que se refere especificamente ao Licenciamento Ambiental, DSP constatou ainda, que na

visão dos grupos sociais sobre os espaços de participação no âmbito dos processos de licenciamento ambiental(...) pode-se dar conta de três níveis também complementares: (i) os espaços de discussão sobre projetos de compensação e mitigação de impactos ambientais são vistos como espaços de rituais, em que só se cumpre uma obrigação legal, mas que não lhes traz resultado concreto; (ii) tem-se a ideia de que só as lideranças políticas se beneficiam das decisões tomadas nesses espaços; (iii) as atividades se iniciam, mas não têm continuidade (ibidem. p.243) e, ainda concluindo que

para os grupos e atores que vêm participando há mais tempo dos espaços ofertados no âmbito do licenciamento, há um desgaste em curso, pelas intervenções realizadas, que não gerenciaram devidamente as expectativas acima mencionadas, bem como não obtiveram, no geral, êxito na continuidade e/ou conclusão de processos e projetos deliberados. Com isso, se acentua uma condição de isolamento entre as lideranças das bases comunitárias (ibidem) [grifos meus]

O Diagnóstico, apontando “resistência e desinteresse social em participação pública e coletiva” (ibidem, p. 243) como um dos maiores empecilhos para sua realização, atribui esta dificuldade a cinco fatores principais:

- (i) vulnerabilidade e reprodução social;
- (i) aparelhamento dos espaços de participação e decisão pública;
- (iii) interrupção e demora nos projetos de compensação/mitigação;
- (iv) falta de continuidade de projetos que estão sendo atrativos; e
- (v) níveis de conhecimento muito diferenciados entre base comunitária e lideranças” (ibidem, p.244) [grifo meus].

Entretanto, a missão do DSP não termina com a construção de um quadro compreensivo sobre a realidade em que estão inscritos grupos os sociais em situação de vulnerabilidade socioambiental. Tal como entendido pela EA na GAP, o DSP se distingue dos clássicos diagnósticos inspirados na medicina, que primeiro investiga (anamnese e bateria de exames) para depois prescrever o tratamento. Em modelos semelhantes,



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

aplicados nos Diagnósticos Socioeconômicos convencionais, que não são participativos, a comunidade é apenas informante e os técnicos os “médicos” ou proponentes de soluções. É o clássico extensionismo completamente inadequado à prática da EA Crítica.

Na EA na GAP, a comunidade participa como educanda-pesquisadora, educadora e, também construtora do projeto de intervenção. De modo que tanto a investigação quanto a ação andam juntas, uma alimentando a outra, durante toda a execução-construção do PEA. Em se considerando a “realidade como movimento histórico, e não como uma externalidade objetiva” (GANTOS, 2016, p.14), o seu desvelamento exige um processo Educativo permanente, com uma perspectiva crítica, portanto transformadora e emancipatória.

Assim sendo, a prática investigativa será sempre parte do processo pedagógico em um Projeto fundamentado na construção coletiva e dialógica que objetive revelar atores, causas e consequências dos riscos e danos socioambientais para preveni-los ou mitiga-los, respectivamente. Nestes termos novos dados da realidade estarão sendo acrescentados aos processos de ensino-aprendizagem promovidos pelo PEA e a necessidade de novas transformações se tornarão evidentes.

Segundo uma pesquisa realizada no primeiro semestre de 2014, por meio de entrevistas com 60 atores sociais mais participativos (aqueles com no mínimo 50% de participações) nas ações de PEA²⁸s da Bacia de Campos: (MAGALHÃES, 2015, p.127-128), essa descrença foi “a principal questão levantada entre eles – e recorrente em todos os públicos prioritários de ação – é a falta de resultados concretos ou o tempo empregado até tais resultados aparecerem para a comunidade” (ibidem, p. 138) [grifos meus].

A necessidade de superar a rejeição pelas comunidades, de projetos externos que chegam aos seus territórios, também foi percebida pelas empresas responsáveis pelos do PEAs da Bacia de Campos, que participaram do I SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA BACIA DE CAMPOS- PEA-BC. Elas consideraram como um dos desafios dos projetos

Vencer a desconfiança/ resistência das comunidades por experiências passadas em que expectativas foram geradas e não atendidas por projetos governamentais, por PEAs, PCAPs mal conduzidos, além de projetos relacionados a responsabilidade social (IBAMA, 2013, op. cit. p. s/n)

28 De acordo com a pesquisa, os PEAS: FOCO (com mulheres marisqueiras e pescadoras); QUI-PEA (com Quilombolas); OBSERVATÓRIO (moradores urbanos); e PÓLEN (gestores municipais estatais e comunitários).



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Todavia, essa mesma pesquisa constatou que “na categoria Motivação, um percentual significativo (70%) dos entrevistados acreditam nos projetos dos quais participam” (MAGALHÃES, 2015, op. cit. p. 159/160)[grifo meu] E que

a maioria dos envolvidos nos PEAs participa da vida política de suas comunidades, o que é previsível. Para estes, os projetos não trouxeram maiores mudanças do ponto de vista de leitura de mundo e ação política, mesmo reconhecendo a importância de cada um. Entretanto, pode-se verificar que dentre os demais sujeitos, uma parte passou a participar e a outra parte avalia ter mudado sua visão de mundo e a atentar para as questões sociopolíticas de suas comunidades. (ibidem, p. 162) [grifos meus]

Se for levado em conta os dois anos decorridos entre as conclusões do DSP (2012) e essa conclusão e o fato de três dos quatro Projetos estudados na pesquisa se enquadrarem na Linha de Ação A “Organização comunitária para a participação na gestão ambiental, no âmbito do licenciamento ambiental” da Nota Técnica 01/2010 (IBAMA, 2010), essa constatação pode ser um indicativo de que começar o PEA pela organização social, quando o grupo ainda, não está bem organizado é um caminho promissor.

Por outro lado, os dados do DSP e dessa pesquisa, sobre as dificuldades para participação social dos grupos em condição de vulnerabilidade socioambiental da Bacia de Campos, são bastante incisivos e fornecem um quadro bastante desafiante para o desenvolvimento dos Projetos do PEA-BC.

Como a participação social é essencial para a coletividade cumprir o dever constitucional de proteger e defender o meio ambiente ecologicamente equilibrado como bem de uso comum (BRASIL, 1988 op.cit.), esses dados indicam que o enfrentamento pedagógico desta problemática pelos Projetos do PEA-BC, é fundamental para que alcancem as Finalidades e Objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999) e, conseqüentemente seu propósito de mitigar e prevenir impactos socioambientais difusos.

Na perspectiva da EA na GAP, o processo educativo para ter efetividade deve desenvolver as capacidades necessárias ao controle social sobre a ação, omissão ou leniência do Estado no ordenamento das práticas de apropriação social dos recursos ambientais. Todavia, o controle social pressupõe a intervenção coletiva de sujeitos concretos, que para ser conseqüente, também, deve ser organizada e qualificada.

Assim sendo, o fortalecimento da organização social, mesmo não se constituindo



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

uma medida mitigadora de impactos socioambientais negativos é uma ação imprescindível e indissociável de um processo educativo, cuja intencionalidade seja o desenvolvimento das capacidades necessárias com os educandos para que intervenham de modo coletivo, organizado e qualificado na GAP. Portanto, o fortalecimento da organização social além de ser uma condição necessária à prática educativa crítica, transformadora e emancipatória, também, é em si mesma um ato pedagógico.

Entretanto, a participação social não se processa no vazio. Conforme Bordenave (1994, p. 24).

*Participação social, todavia, ou participação em nível macro, implica uma visão mais larga e ter algo a dizer na sociedade como todo(...) O cidadão, além de participar em nível micro na família e nas associações, também, **participa em nível macro quando intervém nas lutas sociais, econômicas e políticas do seu tempo** [grifos meus].*

Na medida em que participação ou mobilização social é um é um ato voluntário e livre de aceitação de um convite para realização de um propósito preciso, portanto “claramente delineado e delimitado” com interpretações e sentidos compartilhados (TORO, 1996, p. 26), no caso entre a Equipe do Projeto e os sujeitos da ação educativa, a chave para essa participação está na escolha dialógica deste propósito.

Será a perspectiva do grupo social a alcançar esse propósito comum que criará as condições subjetivas necessárias, para que a práxis educativa construa com o grupo um processo de participação social capaz de promover a prevenção e a mitigação dos impactos socioambientais decorrentes dos empreendimentos. Por tudo isso esse processo não deve ser regido por relações contratuais, mas de diálogo, que contempla concordâncias e discordâncias, companheirismo, cumplicidade e afeto que vão se configurando e se consolidando ao longo da construção coletiva do propósito comum.

Portanto, não basta a identificação dos impactos socioambientais que afetam o grupo social, para definir a intencionalidade de um PEA, seu ponto de partida e o de chegada. O projeto educativo é uma “viagem de desvelamento e de intervenção coletiva, organizada e qualificada na realidade do educando,” mediada pela ação-reflexão dos viajantes (educandos e educadores(as) sobre ela. Ao longo dessa jornada no espaço-tempo, o coletivo vai construindo o seu caminho, descobrindo e interpretando novos fatos e, ao mesmo tempo, projetando e realizando as intervenções que possibilitem a efetivação das transformações necessárias durante o percurso. Porém essa operação somente será possível



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

se houver um propósito comum aos participantes da práxis educativa, caso contrária a ação pedagógica não se constituirá como uma práxis, mas como uma prática extensionista.

No caso dos PEAs da Bacia de Campos, um propósito comum a ser descoberto num diálogo mediado pelos as concepções estruturantes da EA na GAP no contexto do Licenciamento Ambiental Federal, dos empreendimentos de E&P de petróleo e gás natural. Nesse diálogo, o coletivo (Equipe Executora e Grupo Social impactado), sempre levando em conta a relação dialética entre o todo e as partes e das partes entre si vai construindo um propósito comum, que atenda às exigências normativas e, ao mesmo tempo às expectativas dos educandos, desde seu enunciado simbólico até sua materialidade. É a dinâmica necessária para que os educandos transitem de uma percepção ingênua para uma percepção crítica sobre a viabilidade desse propósito.

Assim, sendo, o processo de definição do propósito compartilhado não se esgota com a sua enunciação simbólica. A consistência desse propósito estará sendo testada ao longo da execução do PEA, colocando em questão tanto o processo que possibilitou ao grupo chegar ao seu enunciado simbólico quanto para construir a sua materialidade.

Daí a afirmação de que um PEA deve ser assumido como o Projeto de um Projeto em construção E, assim sendo um propósito idealizado como comum não está dado no início do PEA, mas sendo construído ao longo da sua execução.

Por outro lado, na medida em que o processo de construção coletiva avança e a participação social se aprofunda é esperado que ressignificações do propósito comum ocorram, não somente pelos sujeitos da ação educativa como também, de outros envolvidos com o PEA. Afinal educadoras e educadores não são neutros. Como se sabe, todo processo educativo que opera com base no “transformar-se transformando” (QUINTAS, 2006, op.cit.) é dialético por natureza, produzindo contradições e sínteses ao longo de sua realização.

Em virtude disso é esperado como fruto do processo participativo que novas pautas sejam propostas pelo grupo social. Pautas que nunca devem ser rechaçadas, mas problematizadas (prós e contra) à luz dos limites e possibilidades legais, do momento para sua execução e das condições objetivas da realidade necessárias à incorporação de novas pautas ao processo em curso.

Em termos do referencial Teórico-Metodológico da EA na GAP, a realização do DSP dá partida ao processo educativo de desvelamento da realidade socioambiental vivenciada pelos pescadores e pescadoras artesanais e suas famílias, na Bacia de Campos. Por meio dele, os comunitários envolvidos na sua elaboração, puderam identificar um



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

conjunto de problemas que afetam a reprodução social e simbólica do seu grupo social.

Posteriormente (2015), os resultados do DSP foram referendados em pesquisa qualitativa, realizada com Grupos Focais dos sete municípios de atuação do Pescarte envolvendo pescadores marítimos, de águas interiores e continentais e seus familiares, organizados em três grupos específicos (pescadores, esposas, filhos e filhas) e um misto, em que uma das conclusões é

no que diz respeito à escassez do pescado; em relação à interferência da Indústria de E&P; à baixa fiscalização por parte dos órgãos ambientais da situação de pesca predatória; e, também, em relação ao baixo interesse dos jovens pela pesca apontando-se a baixa remuneração como um dos elementos principais dessa situação (UENF, PETROBRAS, 2015a, p.3).

A pesquisa também envolveu pescadores de águas continentais (que não participaram do DSP), mas participam do PEA. Para esses pescadores “a questão da seca e da salinização das águas foi destacada com maior intensidade, como um elemento que propiciou a redução do pescado” (ibidem, p. 10).

Esses problemas catalogados no DSP e validados na pesquisa qualitativa pelos Grupos Focais referem-se, basicamente, às vertentes:

(i) dos impactos socioambientais diretos e difusos decorrentes das atividades de E&P no mar sobre a pesca marítima e de águas interiores;

(ii) da ineficiência da Gestão Ambiental Pública dos espaços e dos recursos ambientais, que afetam a atividade pesqueira no mar, em águas interiores e, provavelmente no continente; e

(iii) da fragilidade da Organização Social dos pescadores, que dificulta a ação coletiva potente em defesa dos seus interesses e necessidades e, também, contribui para o enfraquecimento identitário do grupo, em consequência dos jovens se sentirem desestimulados a continuarem na atividade pesqueira (PETROBRAS; SOMA, 2014, p. 200-213).

Esses problemas, independente da vertente à qual pertença, são interdependentes e inter-relacionados de forma que – em maior ou menor escala – agem e retroagem entre si afetando o modo e os meios de vida dos pescadores e suas famílias. Segundo concepção Freiriana, que dá sustentação pedagógica ao Marco Teórico-Metodológico da EA na GAP esses problemas constituem um “percebido destacado em si”. Para Paulo Freire (FREIRE, 2013, op. cit. posição 419/421).



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Para discutir com os camponeses [no caso, pescadores,] qualquer questão de ordem técnica, impõe-se que, para eles, a questão referida já constitua “um percebido destacado em si”. Se ainda não o é, necessita sê-lo. Se já constitui ou ainda não é “um percebido destacado em si” é necessário que, em ambos os casos, os camponeses [pescadores] captem as relações interativas entre o “percebido destacado” e outras dimensões da realidade [grifos meus].

Certamente um dos maiores desafios pedagógico de um PEA, que opere na prevenção e mitigação de impactos socioambientais negativos difusos, como os provenientes das atividades de E&P no mar, é viabilizar a descoberta pelos afetados de que estes constituem um percebido destacado em si relacionados a estas atividades. Segundo uma das conclusões do DSP,

à luz dos debates gerados no âmbito da diretriz que relaciona vulnerabilidade aos impactos das operações de petróleo e gás, observa-se que é importante aprofundar a compreensão desses processos com base em uma territorialização não uniforme dos impactos nos municípios trabalhados e do grau de difusão que os impactos apresentam por diferentes causas (PETROBRAS; SOMA, 2014, op. cit. p. 253) [grifos meus]

Por assumir que impactos socioambientais decorrentes dos empreendimentos vinculados a E&P de petróleo e gás natural na Bacia de Campos, ..”(...) representarem fonte de ameaça aos recursos econômicos que se constituem recursos fundamentais dos meios de vida dos pescadores artesanais da região (...), a equipe do Pescarte, baseada no DSP propôs (...) como mitigação [desses impactos] a formação para organização social vinculada às questões de Geração de Trabalho e Renda.(...)”.(PETROBRAS, UENF, 2013b, p. 2) [grifos meus]

Assim sendo, a equipe do PEA apresentou como propósito comum, para ser construído com as comunidades pesqueiras, a formação para a Organização Social articulada com a Geração de Trabalho e Renda (GTR). Propondo como intencionalidade geral no Plano de Trabalho do Pescarte do 1º Ciclo previsto para ser executado em 24 meses:

a mobilização e organização dos sujeitos da ação educativa a ser realizada (ou seja, a comunidade pesqueira direta e indiretamente envolvida na cadeia de produção), de forma a se fortalecer as ações vinculadas com os conceitos de Economia Solidária, Inclusão Digital e Geração de Trabalho e Renda (GTR), com a criação de possíveis projetos de intervenção para preservação e desenvolvimento socioambiental



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Com essa escolha da Equipe, o PESCARTE, situa-se Linha A – Organização comunitária para a participação na gestão ambiental, no âmbito do licenciamento ambiental estabelecida na da Nota Técnica 01/2010 (IBAMA, 2010).

Um dos seus desafios é a transformação de um propósito formulado pela Equipe da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darci Ribeiro (UENF), com base em dados disponíveis sobre a realidade socioambiental da Bacia de Campos, em princípio não comum, em um propósito, também dos pescadores e pescadoras, portanto compartilhado.

Como já visto, havia a herança de descrédito de projetos externos junto a comunidades da Bacia de Campos, que poderia dificultar ou até inviabilizar a participação dos pescadores e suas famílias no PESCARTE. Esses passivos relacionavam-se às experiências negativas “em que expectativas foram geradas e não atendidas por projetos governamentais, por PEAs, PCAPs mal conduzidos, além de projetos relacionados a responsabilidade social” (IBAMA, 2013, s/n). Assim sendo, superar o descrédito gerado por esses projetos configurou-se com o primeiro desafio a ser enfrentado pelo PEA.

Desde o momento da implantação do Projeto, havia e continua havendo um desafio a ser encarado permanentemente pela Equipe da UENF. O desafio da Universidade permanecer leal à sua finalidade institucional e ao mesmo tempo estabelecer uma relação pedagógica dialógica com as comunidades pesqueiras, participantes do PESCARTE, conforme estabelece o Marco Teórico da EA na GAP.

Em sendo uma Universidade Pública e não uma empresa de consultoria, que atua na execução de um PEA da UENF espera-se que ao executar o PESCARTE produza cada vez mais conhecimentos pertinente sobre a realidade da Bacia de Campos e proporcione aos seus graduandos, pós- graduandos e docentes um mergulho nesta realidade socioambiental, de modo que pesquisem, aprendam e ensinem-aprendendo, agindo nela e com as pessoas dela. E, assim, reafirme seu compromisso social.

Em uma experiência semelhante de Ensino e Extensão Universitária no Vale do Médio Araguaia, realizada pela Universidade de Brasília (UnB) entre 1976 e 1978, também se enfrentou desafio semelhante. Tal como no PESCARTE, partia-se da premissa que se tratava de diálogo entre sujeitos, participantes da práxis educativa, portadores de racionalidades, condições objetivas e subjetivas de participação, saberes e visão de mundo distintas.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Também, no caso da UnB, avaliava-se que

o problema que se colocava para a Universidade era como estabelecer uma relação pedagógica com as comunidades impactadas pelo processo de ocupação, que o Estado patrocinava, de modo que contribuísse para que se constituíssem como sujeitos coletivos orgânicos capazes de reivindicarem aqueles Direitos, que o ordenamento jurídico da Ditadura [Militar de 1964] garantia e lhes eram negados na prática(..)”(QUINTAS, 2017, p. 62)

Mutatis mutandis, o PESCARTE enfrenta basicamente as mesmas questões quando se trata do cumprimento dos Direitos e Garantias consignadas na Constituição Federal (BRASIL, 1988). No Brasil atual, do Estado Democrático-Liberal de Direito, mesmo com mudanças substanciais no seu ordenamento jurídico, o acesso aos Direitos de Cidadania continua distante da universalização.

Para a Equipe do PESCARTE enfrentar o desafio de ser dialógico, principalmente em um Projeto Multidisciplinar cujo propósito é a geração de Trabalho e Renda, significa antes de tudo superar a “tentação extensionista” de levar para as comunidades soluções consideradas tecnicamente adequadas, seja por acreditar nestas soluções, seja para atender à ansiedade delas, em lugar de problematizar com elas os limites, possibilidades e pertinência da adoção delas. O que pode criar tensões entre a Equipe e os educandos, quando há expectativa que o PEA viabilize uma melhoria imediata nas condições adversas de existência a que estão submetidos.

A equipe também não está imune a essas situações. Diferente da abstração dos dados estatísticos sobre as desigualdades sociais no Brasil, o contato pessoal com as condições precárias de suas vítimas provocam indignação e angústia e, muitas vezes, pode criar a ilusão de que determinadas soluções técnicas pontuais, “que já deram certo”, poderiam mitigar a fome, a pobreza e em geral o sofrimento de pessoas e grupos. Uma espécie de “pensamento mágico”, (que não é exclusivo de povos tradicionais) fundamentado na crença de que a Ciência e a Tecnologia atual podem resolver quase tudo.

Nessa perspectiva, o “extensionismo bem intencionado” de técnicos, além de ser fruto da negação da complexidade, também é a afirmação do reducionismo, podendo ainda, ser uma aposta numa prática “salvacionista”, que ignora a capacidade de pensar e de escolher daqueles que deveriam ser “salvos”.

Não é incomum Projetos com boas intenções não levarem em conta a complexidade embutida nas condições precárias em que vivem certas comunidades e buscarem



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

transformar estas condições, pela abordagem apenas das causas recorrentes (falta de crédito, tecnologia inapropriada, baixa produtividade, informalidade, falta de competitividade, formato organizacional inadequado etc.), ignorando ou subdimensionando os efeitos de outros aspectos que concorrem para a existência dessas condições.

Provavelmente, essa postura pode ser uma das explicações do fracasso de inúmeros projetos governamentais de Extensão Rural, Extensão Pesqueira, de Irrigação (em pequenas propriedades rurais), Artesanato e outros. Soluções técnicas pontuais ou mais amplas são fundamentais, desde que sejam fruto de um processo educativo emancipatório, portanto, construídas com (e não para) os interessados e sob controle deles. Desde o início das atividades E&P de petróleo e gás, ocorreram, estão ocorrendo e, para além da sua existência, provavelmente, continuarão a ocorrer profundas transformações na dinâmica socioambiental da Bacia de Campos.

Numa sociedade tão desigual como a brasileira, o que garante as conquistas dos Direitos de Cidadania, dos segmentos em situação de vulnerabilidade socioambiental é a capacidade de resistência aos movimentos para impedir e suprimir as suas conquistas. O que torna imperativo a problematização como elemento fundamental do processo de intervenção coletiva e organizada e qualificada para que as comunidades pesqueiras consigam diminuir a assimetria na correlação de forças em relação ao poder da indústria de petróleo e das oligarquias políticas locais, e, assim, conquistem seus Direitos de Cidadania.

Para Lúcia Anello (2008, p. 163),

A matriz econômica do petróleo muda a lógica do uso e ocupação do território. Portanto, o contexto em que a ação educativa vai se desenvolver é complexo e deve ser abordado na relação da pesca artesanal com a indústria do petróleo, gerando a necessidade de se conhecer e entender os processos produtivos e suas relações sociais e econômicas para projetar as ações com suas metas e metodologias [grifos meus].

Entretanto, como observa Mônica Serrão (2012, op.cit.p.230),

o que tem sido observado ao longo das experiências de projetos de educação ambiental relacionados a processos de licenciamento ambiental federal de petróleo e gás, em andamento no país, é a existência de um limite muito tênue entre ações emancipatórias – que conseguem discutir questões que explicitam as diferenças nas relações de poder, potencializando uma tomada de consciência por parte dos sujeitos da ação educativa sobre quais são



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

os seus direitos nesse processo – e ações tuteladas, nas quais os sujeitos não são levados à reflexão crítica [grifos meus].

Entretanto, operar no fio da navalha desse limite tênue não é uma prática trivial; o que remete ao terceiro e permanente desafio dos PEAs e em particular ao PESCARTE. E esse é um desafio estrutural, na medida em que a formação dos profissionais independente de ser na área da Educação, de Ciências Humanas ou Ciências da Natureza é, sobretudo, disciplinar. Quando um Projeto de EA reúne um grupo multidisciplinar de profissionais, para constituir sua equipe, em princípio está juntando detentores dos conhecimentos necessários à promoção de processos educativos, que viabilizem a compreensão da relação Sociedade-Natureza em sua especificidade e generalidade. Contudo, sendo a Problemática Ambiental complexa, a simples junção de conhecimentos nela implicados não os transforma, necessariamente, no conhecimento pertinente, necessário à sua compreensão (MORIN, 2001, p.35-37).

Assim sendo, o ato de ensinar-aprender no contexto de uma unidade complexa, como a Problemática Ambiental exige além de um Marco Teórico-Teórico apropriado, também uma Equipe executora apropriada. Para isso há necessidade da Equipe, ao longo da execução do PEA, transitar da sua identidade multidisciplinar inicial para uma identidade interdisciplinar. Nessa perspectiva, educador e educando devem ser sujeitos da práxis educativa transformadora.

O primeiro ciclo do processo de construção do PESCARTE foi programado para durar 24 meses e tinha como perspectiva

*tornar o Projeto PESCARTE **conhecido e reconhecido pelos sujeitos da ação educativa, isto é, nesse prazo espera-se ser capaz de se construir a legitimidade** do projeto como um instrumento capaz de responder às demandas históricas por melhores condições de vida por parte desse grupo social e fazê-lo por meio de processos que lhe permitam aumentar o seu protagonismo social (PETROBRAS, UENF; 2013a, op. cit. p.1) [grifos meus].*

E, como culminância do processo de “conhecimento e reconhecimento” do Projeto, a Equipe previa a formação de Comitê Gestor, definido como

núcleo principal de elaboração e administração dos projetos [GTR] a serem desenvolvidos, sendo composto por, no mínimo, 4 (quatro) e, no máximo, 20 (vinte) pessoas, por município, de acordo com as especificidades locais. Sua



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

composição será definida e consensuada com o grupo social participante do projeto (ibidem, p.12) [grifos meus].

Ao fim dos dois anos do seu primeiro ciclo de execução, o Plano de Trabalho do PESCARTE (Ibidem, p. 12) previa atingir os nove Objetivos Específicos estabelecidos para este período de modo que a constituição do Comitê Gestor²⁹ foi um dos produtos previsto para emergir do processo de construção coletiva e dialógica do propósito comum, processo, cuja temporalidade transcende este ciclo. Conforme esse Plano:

O acompanhamento e o desenvolvimento das etapas deste primeiro biênio, serão complementadas no segundo ciclo com a construção de projetos de GTR. Estes projetos serão elaborados em constante debate com a população pesqueira e intermediada pelo Comitê Gestor. Sendo assim, tal processo requer necessariamente, um conjunto de ações planejadas que permitam alcançar, com o grupo de sujeitos da ação educativa, a capacidade de gerar produtos sustentáveis para o mercado a partir da formação de uma nova cultura baseada na participação comunitária, na cooperação, na criatividade dentro do espectro alinhavado pela economia solidária, e soluções que articulem alternativas ao sistema de produção, escoamento e consumo, focando na valorização do ser humano e nas suas capacidades produtivas e organizativas (Ibidem, p.12) [grifos meus].

Os Objetivos Específicos propostos foram:

1. Apresentar o Projeto PESCARTE. Discutir e atualizar os resultados do DP referentes ao grupo social: Pescadores Artesanais.
2. Promover o fortalecimento da organização comunitária por meio da construção participativa de projetos de Geração de Trabalho e Renda.
3. Apresentar exemplos de ações econômicas solidárias que reforcem as identidades produtivas locais de comunidades de pescadores artesanais afetadas pela exploração e produção (E&P) de petróleo e gás na Bacia de Campos (BC).
4. Desenvolver processos de formação e qualificação cidadã (organização comunitária) para mitigar os impactos negativos da indústria de E&P de petróleo e gás na Bacia de Campos;
5. Realizar encontros municipais com vistas ao estímulo à formação e, ou, criação de uma rede social regional entre os pescadores dos municípios envolvidos;
6. Realizar encontros regionais com vistas ao estímulo à formação e, ou, criação de uma rede social regional entre os pescadores dos municípios envolvidos;
7. Promover investigações e divulgação científica no campo interdisciplinar da EA que subsidiem os processos de Licenciamento Ambiental na BC;

²⁹ Posteriormente, renomeado como Grupo Gestor (GG)



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

8. Desenvolver pesquisa, de base antropológica, da identidade produtiva local;
9. Estudar e caracterizar o Grupo de Mulheres envolvidas com a pesca e a extração de frutos do mar nos municípios envolvidos no PESCARTE (ibidem, p.7)

Além da complexidade de projetos desta natureza, a Coordenação Técnica do PESCARTE, ao iniciar os primeiros passos para sua implementação, consciente do desafio de superar a descrença dos pescadores com projetos anteriores,

buscou em todas as suas atividades desenvolver um processo de sua aceitação, tendo em vista **o acúmulo de frustrações demonstrado pelos sujeitos** da ação educativa em relação a muitos projetos já implantados na Bacia de Campos (PETROBRAS, UENF, 2015b, p. 11) [grifos meus]

Da mesma forma, essa Coordenação, com perspectiva de constituir uma equipe com perfil cognitivo compatível com os seus Objetivos e com “potencial de desenvolvimento de empatia” relativa a grupos sociais em condição de pobreza, direcionou a seleção dos integrantes da sua Equipe no sentido de que “se valorizassem as experiências laborais já adquiridas pelos candidatos desde que isso não significasse acolher indivíduos que trouxessem em suas falas um descrédito do projeto antes do seu início” (ibidem, p.11) [grifos meus].

Para além da necessária competência cognitiva, o sentimento de solidariedade que move pessoas a participarem de uma ação, que considera necessária e justa, por contribuir para a emancipação de grupos sociais privados de seus Direitos de Cidadania, constitui um atributo fundamental que distingue o educador do adestrador. Como lembrou Paulo Freire em palestra na Rio-92, “se adestram os animais, se cultivam as árvores e se educam os seres humanos³⁰”. Esse atributo, principalmente para quem pertence a um mundo diferente, ajuda o difícil exercício da alteridade e da escuta.

Um estudo sobre quatro experiências de Educação Popular, abordando a percepção dos educandos sobre práticas pedagógicas vivenciadas, evidenciam que eles

*entendem estas experiências de **um modo distinto de seus promotores. [educadores]. Isto ocorre porque os participantes encontram-se em posição social diferente dos promotores na interação educativa, e fundamentalmente, porque suas categorias culturais para organizar e***

30 “Uma Palavra de Paulo Freire. In VIEZZER, M. L; OVALLES, O. (Orgs.). Manual Latino-Americano de Educ-Ação Ambiental. São Paulo: Gaia, 1994.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

expressar seus pensamentos diferem consideravelmente.

Os espaços educativos e de ação social organizados por uma instituição são percebidos pelos participantes como lugares nos quais se distribuem recursos materiais (créditos, sementes, ferramentas etc.) e simbólicos (conhecimentos, tecnologias, contatos, prestígios etc.) Os educadores são vistos como agentes externos que têm conhecimentos e uma linguagem especializada e no que pese a “metodologia participativa” que implementam, conduzem e definem a dinâmica que assume a experiência educativa e, mais que uma “mudança de consciência” em seu sentido ideológico, os participantes valorizam a possibilidade de falar sobre seus problemas e de ascender a uma linguagem distinta para pensar e atuar em sua realidade. Esta aquisição lhes permite exercer a sua palavra com maior segurança e confiança no campo cultural ampliando assim sua capacidade de ação frente à instituições e estruturas de poder (...)” (MARTINIC; 1988, p.71/92, tradução livre) [grifos meus]

Como o próprio PEA, a constituição da equipe, também é um processo instituinte cuja a base está na relação dialética teoria-prática. “Até ser consolidada várias mudanças na composição da Equipe foram necessárias” (PETROBRAS, UENF, 2015b, p.12).

Em junho de 2014, a Coordenação Técnica iniciou o processo formativo da Equipe que iria executar o PESCARTE com duração em torno de 75 horas. Isso antes da apresentação do PESCARTE a lideranças e comunidades pesqueiras durante dois meses (outubro e novembro/ 2014), do começo da realização da pesquisa qualitativa com os Grupos Focais e do mapeamento censitário dos pescadores, pescadoras e suas famílias como parte da atualização do DSP, e, também de suas atividades posteriores prevista como metas do Plano de Trabalho (ibidem, p.4-21).

Nessa prática pedagógica promoveu-se “momentos de reflexão e aprofundamento sobre compreensão dos processos de formulação da educação ambiental crítica e da gestão ambiental pública, elevando o grau de comprometimento dos envolvidos (ibidem, p. 11-12), que vem permeando a execução dos dois primeiros Ciclos do PEA, tanto nos momentos formativos específicos da Equipe, quanto nas práticas com os educandos (PETROBRAS, UENF, 2016).

Também, partir de junho de 2014 é iniciado o movimento de aproximação das Equipes de campo de cada Município com as comunidades, por meio de conversas informais “lugares estratégicos para atividade pesqueira (desembarque, fábricas de



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

gelo, associações e Colônias de Pesca” (PETROBRAS, UENF, 2015, p.8). São atividades precursoras ao momento da execução das Metas previstas para consecução dos Objetivos Específicos, que culminaram com a eleição dos Grupos Gestores nos sete municípios em o PEA atua em 2016.

A execução do PEA, segundo o seu Plano de Trabalho 1º Ciclo,

*se encontra balizado pela participação continuada de sua equipe de trabalho **de formação multidisciplinar tanto em termos acadêmicos como profissionais**, o que se reflete no nível direcionado a geração de resultados quantitativos e, principalmente, qualitativos das propostas. De acordo com estas diretrizes, estão previstas ações e ou cursos de capacitação sobre **temáticas vinculadas à gestão socioambiental** (exploração de petróleo e gás, fauna e flora, recursos hídricos, recuperação de áreas degradadas etc.), assim **como a questões técnicas** (gestão de projetos e inclusão digital) e de produção (cadeia produtiva e de custódia pesqueira, certificações de qualidade e processos etc.)* (PETROBRAS , UENF, op. cit. 2013a, p.2) [grifos meus]

O comprometimento da Equipe ficou explícito, no chamado “período de transição” (setembro 2016/julho 2017) entre a conclusão do 1º e o início do 2º Ciclo. Todavia, mesmo sem recursos para manter a Equipe e iniciar a execução das metas do Plano de Trabalho (PETROBRAS, UENF, 2016) já aprovado pelo IBAMA, o processo de mobilização e organização social das comunidades, promovido pela Equipe e por membros do Grupo Gestor, não foi interrompido De modo que “as primeiras reuniões dos Grupos Gestores [após a transição] deram continuidade a pautas estabelecidas e ações coletivas iniciadas por esse grupo durante o período de transição entre os ciclos” (PETROBRAS, UENF, 2018, p.15).

Ao concluir o primeiro ano do 1º Ciclo, o PEA conseguiu atingir os Objetivos e Metas previstas, registrando avanços no envolvimento educandos de 35 comunidades em 22 reuniões (PETROBRAS, UENF, 2015, op.cit.p.13) que em termos quantitativos, “contou com a participação direta (...) de 139 lideranças 1128 comunitários (ibidem, p. 20). Outro dado relevante foi a avaliação pelos educandos do nível de satisfação relativo às reuniões realizadas e à proposta do PEA; “em nenhuma delas, o indicador ‘SATISFAÇÃO’ foi menor do que 80%” (ibidem, p.13).

Ainda, no primeiro Ciclo deu-se partida ao Mapeamento Censitário dos Pescadores Artesanais dos sete Municípios (Censo)³¹ concluído em 2016, que proporcionou dados

31 O questionário do Censo é constituído de 10 blocos de informações sociais: Bloco 1: Identificação so-



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

bastante significativos sobre as comunidades pesqueiras, inclusive sobre a insegurança alimentar, constatado que no dia a dia de uma parte destes produtores de alimentos vivem situação de restrição alimentar.

O temor de não ter o comer parece rondar uma fração significativa dos pescadores e suas famílias. A análise dos dados do Censo relativos à Segurança Alimentar e Nutricional, mostra que o receio de que “(...) a comida acabasse antes que tivessem dinheiro para comprar mais comida (...)” (CAMPOS, MACHADO, TIMÓTEO E MESQUITA, 2016, p.485) entre famílias de pescadores pode chegar em Campos dos Goytacazes a 62,5%; Cabo Frio 46,5%, São João da Barra 45,3%; São Francisco de Itabapoana 37,5%, Arraial do Cabo 33,8%; Quissamã 32,2%; e Macaé 31,9%.(ibidem).

Certamente a incerteza econômica é a principal explicação para essa incerteza alimentar. E provavelmente, um dos principais motivos para o “(...) baixo interesse dos jovens pela pesca apontando-se a baixa remuneração como um dos elementos principais dessa situação (...)” evidenciado na pesquisa com os Grupos Focais (PETROBRAS, UENF, 2015a, op.cit. p.3) e no Diagnóstico Participativo (PETROBRAS; SOMA, 2014, op. cit. p. 200/213).

Com dados relativos a 3478 famílias foram entrevistadas 10.082 pessoas (55,2% de homens e 44,8% de mulheres). Desse total o Censo constatou que

4331 [43%] pessoas o estão envolvidas diretamente com a pesca- indo de mantenedor de barco e petrecho, passando pelo pescador camarada e chegando às mulheres em seus “fundos de quintal” e excluindo-se aqueles que declaram-se atravessadores e donos de barcos que não pescam (...). Em relação ao seu ambiente de pesca 29,2% são de águas interiores; 55, 6% marítimos; e 9,1% que pescam nos dois ambientes (PETROBRAS, UENF, 2016, op. cit. p 21)

Todavia, os índices globais por ambiente de pesca, não seguem uma distribuição uniforme. Quando examinados por municípios apresentam variação muito grande, como 1,5% de pescadores de águas continentais em Macaé e 53,3% em Campos Goytacazes, o que deve influenciar na definição da tipologia dos empreendimentos de trabalho e renda. Da mesma forma os dados não cobrem a totalidade do grupo social, uma medida no con-

cioeconômica – Características demográficas; Bloco 2: caracterização familiar; Blocos 3 e 4: Avaliação de serviços públicos; Bloco 5: Trabalho e trajetória profissional; Bloco 6: Caracterização da atividade pesqueira; Bloco 7: Capital social e laços de família; Bloco 8: Gênero; Bloco 9: Caracterização da educação ambiental na Bacia de Campos; Bloco 10: Inquérito alimentar (PETROBRAS, UENF, 2016, op.cit, p 22).



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

junto dos pescadores identificados não se conseguiu entrevistar 1751 deles, sendo que 335 por recusa (ibidem, 21/22).

Ao concluir 36 meses de execução, o PESCARTE pode contabilizar avanços significativos principalmente, no que diz respeito à sua consolidação e legitimação bem como da sua Equipe Técnica junto aos sujeitos da ação educativa, condição essencial para que qualquer projeto que trabalha com perspectiva emancipatória dos grupos sociais com quem atua.

Nos primeiros 12 meses ano do Plano de Trabalho do 2º Ciclo, num processo de discussão em 24 assembleias comunitárias, envolvendo a participação de 1086 membros das comunidades pesqueiras, foram levantadas 42 demandas de possíveis PGTRs. Em reuniões posteriores do GG conseguiu consolidar as demandas em 6 tipologias de empreendimentos que serão implementados em 14 unidades produtivas compartilhados por mais de uma comunidade. Todas as unidades foram validadas pelas comunidades. (PETROBRAS, UENF2018, op. cit. p.20), cuja viabilidade será objeto dos Estudos de Viabilidade Técnica, Ambiental e Social (EVTEAS) (ibidem, p. 2).

A partir de julho de 2017, o PESCARTE iniciou a execução do seu 2ª Ciclo, que deverá ser concluído em junho de 2019. Nesse Plano de Trabalho foram incluídas mais 152 comunidades, totalizando 174 (Ibidem, 2016a, p.5/6). No período de julho de 2017 a junho de 2018. Nos primeiros 12 meses, pôde-se catalogar “4000 participações nas ações diretas promovidas pelas equipes do PEA, fora as visitas realizadas às sedes e eventos compartilhados com outros PEAs que não foram computadas para essa análise” (PETROBRAS, UENF, 2018, p. 23).

Desde junho de 2014 até chegar a esse momento o PESCARTE, percorreu um longo e difícil caminho, superando inúmeros obstáculos típicos dos encontrados em projetos com viés transformador e emancipatório com centralidade na construção coletiva e dialógica, conseguindo inclusive constituir uma equipe comprometida com esta perspectiva. Também, teve que lidar com a herança da descrença gerada por experiências negativas anteriores, com Projetos externos e por consequência da falta de disposição das comunidades pesqueiras para participarem de um novo Projeto e, ainda, passar pela privação de financiamento por quase um ano, o que poderia ter reavivado as frustrações e descrença das comunidades.

No fazer pedagógico relatado nos documentos do Projeto, que foram examinados para elaboração deste texto pode- destacar alguns aspectos que certamente concorreram para os avanços observados desde o primeiro ano da execução do PESCARTE e, também,



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

evidenciam a coerência das suas práticas com os estruturantes da EA na GAP. São eles:

a) a radicalidade da aposta na construção coletiva e dialógica, subjacente à formulação e execução dos Planos de Trabalho, transparece na documentação que descreve o desenvolvimento deste PEA. A premissa de que o PESCARTE é um projeto em construção parece estar presente em todas as suas práticas pedagógicas. Na qualidade de uma proposta advinda da Equipe, o processo educativo até então desenvolvido tem buscado a sua transformação em propósito comum, por meio do debate e da reflexão crítica;

b) a identificação de candidatos para integrar a Equipe Técnica, com a perspectiva emancipatória e transformadora do projeto, como um dos critérios de escolha da sua composição. E, assim, reafirmando o entendimento de que a Educação é uma prática política, portanto, intencional e sem neutralidade, mediada por uma prática pedagógica, cujo marco teórico-metodológico deve ser compatível com essa intencionalidade;

c) formação inicial da Equipe antes do início da intervenção pedagógica e seu prosseguimento como processo contínuo e permanente de seus integrantes trabalhando dialeticamente ação e reflexão;

d) prática constante de monitoramento e avaliação do processo de execução e, quando pertinente o realinhamento de suas práticas (PETROBRAS, UENF, 2013a, op. cit..p.14), denotando a negação de uma EA “bancária” e o compromisso com a ação-reflexão, participação e escuta, não somente na prática pedagógica com os sujeitos da ação educativa mas, também no plano da Equipe;

e) envolvimento das famílias e não apenas dos pescadores, considerando a diversidade e a especificidade da composição família.

Diante disso, serão envolvidos, estrategicamente, filhos e esposas de pescadores, uma vez que cada um destes atores possuem características diferentes que corresponde ao seu papel dentro do grupo familiar e à identidade com as ferramentas a serem utilizadas nas ações educativas (PETROBRAS,UENF, 2013a, op.cit. p. 7;)

f) presença constante da equipe nas comunidades (PETROBRAS, UENF, 2015, p.20) e a implantação de sedes físicas nos municípios, cuja obtenção parece ser vista pelos sujeitos da ação educativa como uma necessidade e uma conquista” (MAGALHÃES, p. 161);

g) envolvimento desde o início das atividades de lideranças existentes, sem



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

entrar no mérito da representatividade e das comunidades identificadas no Diagnóstico, realizando as reuniões nas suas localidades, proporcionando aos educadores e educadoras conhecerem mais de perto o mundo dos pescadores e um contato mais próximo com as pessoas do lugar. O que permitiu integrar comunidades da pesca continental ao Projeto, que ficaram de fora do DSP;

h) busca da articulação dos processos de ensinar-aprender e de conhecer a realidade e a especificidade do grupo social, por meio do Censo e das Pesquisas prevista nos Planos de Trabalho;

De acordo com planejado, em junho de 2019 o Plano de Trabalho do 2ª Ciclo do PESCARTE estará concluído, totalizando 48 meses de execução desde o seu início em 2014. Entra em nova fase de implementação, cuja centralidade será a implementação dos PGTRs, articulada à continuidade da promoção de fortalecimento da organização comunitária e “das pesquisas voltadas à compreensão da questão pesqueira na Bacia de Campos” (PEROBRAS, UENF, 2018b, p. 1). Portanto, o PEA entra em sua fase decisiva.

Entretanto, grandes desafios persistem. Para um projeto que tem a potencialidade ambiental como principal estruturante, a condição preliminar para a existência do PESCARTE é a garantia da disponibilidade dos Recursos Ambientais necessários à realização dos Projetos de Geração de Trabalho e Renda (PGTR), cuja implementação está prevista para o seu terceiro Ciclo.

São os estoques necessários de recursos pesqueiros (marinhos, estuarinos e de água doce), com qualidade adequada para consumo humano e outros usos, indispensáveis para efetivação desses projetos. A manutenção da disponibilidade desses recursos e da sua qualidade depende da gestão sustentável dos estoques pesqueiros e de um ambiente sem poluição e acessível. O que também é essencial para a Aquicultura.

No caso da pesca e da Aquicultura em água doce, a viabilidade dos PGTR depende da sua disponibilidade em quantidade, compatível com a escala do empreendimento comunitário (PGTR) e com qualidade adequada. Somente, assim é possível garantir os estoques pesqueiros necessários e o cultivo dos pescados, em condições para consumo humano e outros usos, sem risco para saúde de seres vivos e para o ambiente. Para a realização dessas atividades a Resolução CONAMA 357/2005 (BRASIL, 2005) prevê o uso de água doce Classe 2.

A conquista e ou manutenção dessas condições, exige o concurso de uma Gestão Ambiental Pública, no plano do SISNAMA, que garanta: (i) a gestão do uso sustentável



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

dos recursos pesqueiros (DIAS NETO, 2010, p. 78-79); (ii) o espaço marinho-costeiro e os recursos hídricos sem poluição e, também, acessíveis às atividades de GTR; e (iii) o acesso e usos destes elementos de modo compatível com a sustentabilidade³² das atividades de pesca e aquicultura realizadas pelos sujeitos da ação educativa do PESCARTE.

Tudo isto num contexto socioambiental, em que os chamados Problemas Ambientais Globais (como o Aquecimento Global e perda de Biodiversidade, poluição dos Oceanos) têm alta probabilidade de impactar em futuro não muito distante, a atividade pesqueira, as populações camponesas, ribeirinhas e costeiras, se levados em conta os cenários prospectivos apresentados pelas Agências Internacionais. Este quadro é um desafio para PESCARTE, tanto no campo educacional (abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais) quanto na esfera da investigação científica implementada no Projeto, consignada em um dos seus Objetivos Específicos.

Em se configurando esses cenários, a concretização dos PGTR dependerá de como os coletivos de gestão do PESCARTE (GAO, CA, CF e GT) operarão com autonomia, o binômio Economia Solidária – prevenção e mitigação de impactos ambientais, que podem afetar a viabilidade desses Projetos.

No caso da indústria de petróleo não se pode esquecer que um dos seus impactos ambientais mais significativo é a indução de novos empreendimentos nos territórios, que produzem novos impactos socioambientais negativos cujos efeitos têm potencial para se acumularem e se reforçarem reciprocamente no espaço e no tempo. Esses empreendimentos (plantas industriais, portos, condomínios fechados, resorts, loteamentos, distritos industriais etc.), dependendo da legislação, podem ser licenciados por órgão federal, estadual ou municipal, o que impõe a necessidade da gestão ambiental compartilhada regionalizada, condição essencial para a mitigação ser efetiva.

São impactos nem sempre perceptíveis, que se difundem no tempo e no espaço de forma gradativa, de mansinho e, afetam notadamente os grupos em situação de vulnerabilidade socioambiental Seu desvelamento é um exercício pedagógico de transcendência com base nas demais dimensões da prática consciente (FREIRE, 2011, op. cit. posição 1293), portanto, com grande carga de abstração sobre cenários futuros, exigindo a mediação de conteúdos estranhos ao cotidiano das comunidades para ser compreendido. E como não basta compreender apenas, mas compreender para agir, o desafio pedagógico é bem grande.

32 Sustentabilidade assumida como multidimensional, conforme conceitua Ignacy Sachs (2002, p. 85-88).



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Desenvolver um processo formativo dessa natureza será um desafio pedagógico não trivial, para Equipe de execução do PESCARTe e dos seus pesquisadores, pois “o reconhecimento da complexidade do conhecer implica em se assumir a complexidade do aprender (QUINTAS, 2002, p.10).

Daí importância de um processo formativo que trabalhe a relação PGTR prevenção e mitigação de impactos socioambientais negativos, sem esquecer de que meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito cuja garantia depende da conquista e manutenção dos demais Direitos de Cidadania conexos. O que remete a existência de pontos de intercessão da agenda de prioridades dos pescadores e suas famílias com a de outros em situação de vulnerabilidade socioambiental semelhante.

Finalmente, não se pode esquecer que o meio aquático é um espaço de multiuso, onde convergem interesses conflitantes entre atores sociais cuja capacidade tanto de alterar as condições ecológicas e a disponibilidade dos recursos hídricos, como de influenciar as decisões do Poder Público é assimétrica. Por outro lado, quem trabalha com Programas e Projetos de EA no Licenciamento de atividades de E&P, deve observar que a

“(...) mudança da correlação de forças nas disputas pontuais é uma possibilidade de avanço e o licenciamento ambiental é um espaço onde essa contradição pode ser exposta e superada em sínteses realizadas pelos pescadores artesanais no processo educativo ambiental de se organizar e participar da gestão ambiental da indústria do petróleo e de sua própria atividade na pesca artesanal. É um espaço de tensão social, uma zona de desconforto e contraditória, mas um espaço em que se pode criar e avançar socialmente.

Esse pode ser o “inédito viável” que Paulo Freire refere como um horizonte necessário à educação. A possibilidade concreta, mediada pelo estado, na construção processual, dialógica da correlação de forças mais favorável aos trabalhadores da pesca permitiria um momento com condições favoráveis ao sujeito criativo para produzir e se reproduzir socialmente, por mais contraditórios que sejam o licenciamento, o Estado perito e a feroz indústria do petróleo.(...)” (ANELLO, 2008, p.168).

Brasília/DF, 2018.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, N. Dicionário de Filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ANELLO, L, F, S. Os programas de Educação Ambiental no contexto das medidas compensatórias e mitigadoras no licenciamento ambiental de empreendimentos de exploração de petróleo e gás no mar do Brasil: A totalidade e a práxis como princípio e diretriz de execução (Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande, 2008. Disponível em: https://sistemas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/tde_arquivos/5/TDE-2010-03-04To91649Z-168/Publico/Lucia.pdf. Acesso em 2 jan 2019.

ARNSTEIN, S. R. Uma escada da participação cidadã. Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação – PARTICIPE, Porto Alegre/Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 2, p. 4-13, jan. 2002. Disponível em : <http://aeessp.org.br/escada.pdf>. Acesso em 25/07/2018.

ARRUDA, M. Metodologia da Práxis e Educação Popular Libertadora na Nicarágua Sandinista. Revista de Cultura Vozes. Ano 80 volume LXXX, Nº 10, dezembro 1986, p. 40-58.

BARBOSA FILHO, W.P, AZEVEDO, A.C.S. Impactos ambientais em usinas eólicas. AGRENER, 15 / 5/ 2013. Disponível em : <http://www.feam.br/images/stories/arquivos/mudnacaclimatica/2013/ag-267.pdf>. Acesso em 6/6/2018.

BORDENAVE, J. E. D. O que é Participação. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRASIL, IBAMA. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2, DE 27 DE MARÇO DE 2012. Disponível em <http://www.mma.gov.br/quem-%C3%A9-quem/item/10201-licenciamento-ambiental>. Acesso em 31/12/2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis - IBA-MA. COORDENAÇÃO GERAL DE LICENCIAMENTO DE PETRÓLEO E GÁS/IBAMA. Nota Técnica Nº 01/ 2010 Rio de Janeiro: CGPEG, 2010. Disponível em <http://ibama.gov.br/licenciamento/anexos/Nota%20Tecnica%20CGPEG-DILIC-IBAMA%2001-11%20-%20>



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Projeto%20de%20Controle%20da%20Poluicao%20-%20PCP. Acesso em 31/12/2018.

BRASIL. Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 1981. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=313>. Acesso em: 8/03/2018.

BRASIL. Lei 9.795 de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm. Acesso em 30 dez. 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução Conama Nº 001, de 23 de janeiro de 1986. Brasília: MMA/CONAMA, 1986. Disponível em <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>. Acesso em 8 mar. 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução Conama Nº 357, de 17 de março de 2005. Brasília: MMA/CONAMA, 2005. Disponível em: http://licenciamento.cetesb.sp.gov.br/legislacao/federal/resolucoes/2005_Res_CONAMA_357.pdf. Acesso em 3 jan. 2019.

CAMPOS, M.M, MACHADO M, TIMÓTEO, G, M e MESQUITA, P, B. Pescadores artesanais da Bacia de Campos: a saúde pela perspectiva da (in)segurança alimentar. Cadernos Metrôpolis., São Paulo, v. 18, n. 36, pp. 481-501, jul / dez 2016. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3609>. Acesso em 18/09/2018

CANAL IBASE. Na Bahia, energia eólica impacta comunidade. 2/9/2014. Disponível em: <http://www.canalibase.org.br/na-bahia-energia-eolica-impacta-comunidade/>. Acesso em 6 jun. 2018.

CMMAD. Nosso Futuro Comum. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1991.

DEMO, P. Participação é Conquista. São Paulo: Cortez, 2001.

DIAS NETO, J. Gestão do uso dos recursos pesqueiros marinhos no Brasil. 2.ed. Brasília: IBAMA, 2010.

FARFÁN, N.A. H; GUZMÁN, L. L.(Orgs.). Ciencia, compromiso y cambio social-Orlando Fals Borda :Antologia. Argentina: Edición El Colectivo; Colombia: Ediciones



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Lanzas y Letras; Uruguay: Extensiones Libros, 2013. Disponível em <https://pt.scribd.com/doc/282829703/Ciencia-Compromiso-y-Cambio-Social-Fals-Borda>. Acesso em 23/07/2018.

FREIRE, P. Ação cultural: Para a liberdade e outros escritos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. Edição do Kindle.

FREIRE, P. Extensão ou comunicação. Trad. Rosiska Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013. Edição do Kindle.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GADOTTI, M. FREIRE, A.M.A. CISESKI, A. A, TORRES, C.A, GUTIÉRREZ, F, GEHARDT, H-P, ROMÃO, J.E, PADILHA, P.R. Paulo Freire: uma biobibliografia. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire; Brasília: UNESCO, 1996.

GADOTTI, M. Pedagogia da Terra. São Paulo: Peirópolis, 2000.5ª ed.

GANTOS, M. (Org.) et al. A Caravana Territórios do Petróleo: ressignificando a educação ambiental na Bacia de Campos. Campos dos Goytacazes: Editora da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2016.

HARVEY, DAVID. 17 contradições e o fim do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2016. Edição Kindle.

HERCULANO CARVALHO, S. DO DESENVOLVIMENTO (IN)SUORTÁVEL À SOCIEDADE FELIZ. In Goldenberg, M. (Coord.). Ecologia, Ciência e Política. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1992, p. 9-48.

IBAMA, CGEPEG/DILIC.I SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA BACIA DE CAMPOS- PEA-BC -RELATÓRIO SÍNTESE (11/12/06/2013). Rio de Janeiro: 2013

INATOMI, T.A.H, UDAETA, M.E.M. ANÁLISE DOS IMPACTOS AMBIENTAIS NA PRODUÇÃO DE ENERGIA DENTRO DO PLANEJAMENTO INTEGRADO DE RECURSOS. Disponível em [http://seeds.usp.br/portal/uploads/ INATOMI_TAHI_IMPACTOS_AMBIENTAIS.pdf](http://seeds.usp.br/portal/uploads/INATOMI_TAHI_IMPACTOS_AMBIENTAIS.pdf). Acesso em 6/6/2018.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

KONDER, L. O Futuro da Filosofia da Práxis - O Pensamento de Marx no Século XXI. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LAYRARGUES, P.P. A Crise Ambiental e suas Implicações na Educação; in Quintas, J.S (Org) Pensando e Praticando Educação Ambiental na Gestão do Meio Ambiente. 3. ed. Brasília: Edições IBAMA, 2006.

LEFF, E. Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder. Tradução de Lúcia Mathlide Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2001.

LOUREIRO, C. F. B. Emancipação. In: Ferraro Junior, L. A. (org.). Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores, vol. 2. Brasília: MMA, 2007.

LOUREIRO, C. F. B. Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental. São Paulo: Cortez, 2004a.

LOUREIRO, C. F. B; AZAZIEL, M; FRANÇA, N; BRASILEIRO, R. F. (orgs). Educação Ambiental e gestão participativa em Unidades de Conservação. Rio de Janeiro: IBAMA, 2003.

LOUREIRO, C.F.B. “Educação Ambiental e Gestão Participativa na Explicitação e Resolução de Conflitos”. In: Gestão em Ação. v.7, no 1, jan./abr. Salvador, 2004b. 16 p. Disponível em: <http://www.gestaoemacao.ufba.br/revistas/gav7n104.PDF>. Acesso em 24/07/2018.

MACMILLAN, M. A Primeira Guerra Mundial. São Paulo: Globo Livros, 2014. Edição Kindle.

MAGALHÃES, N. A práxis educativa na gestão ambiental pública: uma análise crítica dos programas de educação ambiental do licenciamento offshore de petróleo na Bacia de Campos (BC), RJ. (Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente Universidade do Estado do Rio de Janeiro). Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: http://www.nuredam.com.br/files/publicacoes/teses/Tese_Noa_Magalhaes.pdf. Acesso em 2/01/2019.

MARTINIC, S. Reflexión Crítica de la Educación Popular - Una Mirada de los Participantes. In DAM, A. Van, Ooijens, J. e Peter, CoIn (Orgs.): Educación Popular en América Latina - La Teoria en la Práctica. Mexico, DF: CESO, 1988.

MARTINIC, S. Saber Popular e Identidad (tradução livre). In: GADOTTI, M.; TORRES, C.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

A. (org.) Educação Popular: Utopia Latino-Americana. São Paulo: Cortez e EDUSP, 1994.

MEIRELES, A.J.A. Danos socioambientais originados pelas usinas eólicas nos campos de dunas do Nordeste brasileiro e critérios para definição de alternativas locais », Confins [Online], 11 | 2011, posto online no dia 26 março 2011, consultado o 06 junho 2018. URL : <http://journals.openedition.org/confins/6970> ; DOI : 10.4000/confins.6970

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Programa Nacional de Educação Ambiental-ProNEA. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

MORIN. E. Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001.

NOBRE, M. Teoria Crítica. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. Edição Kindle.

Nobre. M. Desenvolvimento sustentável: origens e significado atual. In: Desenvolvimento Sustentável: A Institucionalização de um Conceito .Brasília: CEBRAP, Edições IBAMA,2002.

OXFAM BRASIL. A Distância que nos Une- um retrato das desigualdades brasileiras. São Paulo: OXFAM BRASIL, 2017. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Relatorio_A_distancia_que_nos_une.pdf. Acesso em 08 jun. 2018.

PAINEL AM (Painel da Avaliação do Milênio dos Ecossistemas). Ecossistemas e o Bem-estar Humano: Estrutura para uma Avaliação- Resumo. Nova York: PNUD 2003. Disponível em: <https://www.millenniumassessment.org/documents/document.446.aspx.pdf>. Acesso em 12 dez 2018.

PAIVA, I. T. P., LIMA, E. C. CONFLITOS AMBIENTAIS: ENERGIA EÓLICA E SEUS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NO INTERIOR CEARÁ. Geographia Opportuno Tempore, Londrina, v. 3, n. 2, p. 306 - 318, 2017.Disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/Geographia/article/view/31966/23022>. Acesso em 6 jun. 2018

PETROBRAS, SOMA. RELATÓRIO FINAL DO DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO DO PEA-BC, rev 04. Rio de Janeiro: PETROBRAS, 2014.Disponível em http://www.peabc.ibp.org.br/arquivos/secoes/60_relatorio__pea_bc_rev.04_final.pdf. Acesso em 2 jan 2019.

PETROBRAS, UENF. Plano de Trabalho do Projeto PESCARTE – EA. Rio de Janeiro:



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

PETROBRAS, 2013a.

PETROBRAS, UENF. Plano de Trabalho para o 3º Ciclo do Projeto PESCARTE, Rio de Janeiro: PETROBRAS, 2018b (Rev. 00 julho/2018) (sob análise do IBAMA).

PETROBRAS, UENF. Plano de Trabalho para o Segundo Ciclo do PEA PESCARTE. Rio de Janeiro: PETROBRAS, 2016.

PETROBRAS, UENF. Programa Plataformas de Cidadania: Justificativa para atuação na Linha de Ação A. Rio de Janeiro: PETROBRAS, 2013b.

PETROBRAS, UENF. 1º Relatório Anual do Segundo Ciclo do Projeto de Educação Ambiental PESCARTE. Rio de Janeiro: PETROBRAS, 2018a.

PETROBRAS, UENF. 1º Relatório Anual do PESCARTE. Rio de Janeiro: PETROBRAS. 2015b.

PETROBRAS, UENF. 2ª Relatório Anual do Projeto de Educação Ambiental PESCARTE. Rio de Janeiro: PETROBRAS, 2016b.

PNUD- RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO 2014-Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência. Nova York: PNUD, 2014. Disponível em <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/idh/relatorios-de-desenvolvimento-humano/relatorio-do-desenvolvimento-humano-200013.html>. Acesso em 11 dez 2018

PNUD. El Informe sobre Desarrollo Humano 2016. Nova York: PNUD 2016b(?). Disponível em: http://www.hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2016_report_spanish_web.pdf. Acesso em: 13 dez 2018

PORTO-GONÇALVES. A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PORTO-GONÇALVES. Possibilidades e Limites da Ciência e da Técnica Diante da Questão Ambiental. In. Seminários Nacionais Universidade e Meio Ambiente. Textos Básicos. Pgs.131/147. Brasília: IBAMA, 1989.

PUIGRÒS, A Historia y Prospectiva de la Educación Popular Latinoamericana(tradução livre). In: GADOTTI, M.; TORRES, C. A. (org.) Educação Popular: Utopia Latino-



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Americana. S. Paulo, Cortez e EDUSP, 1994.

QUINTAS, J.S. Formação do Analista Ambiental : Concepção Pedagógica. Brasília: Ibama, 2002. 42p. (Série Meio Ambiente em Debate, 43).

QUINTAS, J. S. PEA, DSP e Intencionalidade Pedagógica: Percepção Ingênua ou Desvelamento da Realidade? Pesquisa em Educação Ambiental, vol.11, n.2 – págs. 36-45, 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/pesquisa/issue/view/1048>. Acesso em 5 jul 2018.

QUINTAS, J. S. Extensão Universitária no Vale do Médio Araguaia: a pratica no Campus Avançado da UnB onde realidades se cruzam – anos 1976/1978. Ver Participação ,ANO 17, nº. 30 (JULHO. 2017). Brasília: Universidade de Brasília, Decanato de Extensão. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/participacao/issue/viewIssue/1818/578>. Acesso em 27 ago 2017.

QUINTAS, J. S. Educação no Processo de Gestão Ambiental Pública: a construção do ato pedagógico. In LOUREIRO, C. F. B; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Orgs.). Repensar a Educação Ambiental: um olhar crítico. São Paulo Cortez, 2009. p.33-79.

QUINTAS, J. S. Formação do analista ambiental: concepção pedagógica. Brasília: IBAMA, 2002a.

QUINTAS, J.S. Por uma Educação Ambiental Emancipatória; in Quintas, J.S (Org) Pensando e Praticando Educação Ambiental na Gestão do Meio Ambiente. 3. ed. Brasília: Edições IBAMA, 2006.

RIBEIRO, G. R. AMBIENTALISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO. NOVA IDEOLOGIA/UTOPIA DO DESENVOLVIMENTO. Brasília: Departamento de Antropologia/UnB Doutorado Conjunto FLACSO/UnB em Estudos Comparativos sobre América Latina e o Caribe, 1992. Série Antropologia 123. Disponível em <http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie123empdf.pdf>. Acesso em 8/12/2018

SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SADEK, M.T. A Justiça e direitos: a construção da igualdade. In Botelho, A. Schwarcz .L.M. (orgs.) et alli. Cidadania, um Projeto em Construção: Minorias, Justiça e Direitos.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

São Paulo: Claroenigma, 2012. Edição Kindle.

SANTOS, BOAVENTURA S. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1996.

SERRÃO, M. A. Remando contra a maré: o desafio da educação ambiental crítica no licenciamento ambiental das atividades marítimas de óleo e gás no Brasil frente à nova sociabilidade da terceira via (Tese Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em http://colecciona.mma.gov.br/wp-content/uploads/2013/05/n_TESE-M%C3%B4nica-Serr%C3%A3o-EA-no-licenciamento.pdf. Acesso em 2 jan 2019

TORO, B. Mobilização Social: uma teoria para universalização da cidadania. In Montoro, T.S (coord.). Comunicação e Mobilização Social. Brasília: UnB, 1996.

UENF, PETROBRAS. Relatório de Análise Crítica do Grupo Focal. Campos dos Goytacazes/ Rio de Janeiro: PETROBRAS, 2015a.

UNESCO. EDUCAÇÃO AMBIENTAL: As Grandes Orientações da Conferência de Tbilisi. Brasília: IBAMA, 1977.

VASCONCELOS, I. A Metodologia Enquanto Ato Político da Prática Educativa. In Candau, V.M (Org). Rumo a Uma Nova Didática. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

WWF. Relatório Planeta Vivo 2014 Sumário. WWF Brasil: 2014. Disponível em: http://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/sumario_executivo_planeta_vivo_2014.pdf. Acesso em 11/12/2018.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PROCESSO DE LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS

Paula Mousinho Martins

Silvia Alicia Martínez

Luana dos S. Azeredo

INTRODUÇÃO

O presente capítulo versa sobre a educação ambiental no Brasil e está dividido em três partes. Na primeira, apresenta-se brevemente a história da educação ambiental no Brasil, como forma de dar suporte teórico às problemáticas tratadas posteriormente. Na segunda parte, aborda-se a questão do Licenciamento Ambiental brasileiro como instrumento privilegiado da gestão ambiental pública, contemplando a legislação pertinente desde uma perspectiva igualmente histórica. Esse encaminhamento e as reflexões suscitadas a partir dele visam contextualizar o Projeto Pescarte no âmbito dos Projetos de Educação Ambiental (PEAs) desenvolvidos na região da Bacia de Campos, que é objeto da terceira parte.

O Pescarte foi concebido no bojo do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro a partir de discussões conjuntas com técnicos da Petrobras e do IBAMA. É um projeto de educação ambiental desenvolvido como medida mitigadora de atividades de exploração e produção de petróleo e gás pela mencionada empresa no processo de licenciamento ambiental federal conduzido pelo órgão gestor federal.

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA HISTÓRIA RECENTE DO BRASIL

A educação ambiental (EA) surgiu no Brasil entre as décadas de 1970 e 1980, em



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

meio a uma conjuntura histórica de liberdade restrita. Em decorrência das condições sociais, políticas e culturais da época, as poucas iniciativas de educação ambiental empreendidas mantiveram uma postura conservadora, tecnicista e apolítica.

No âmbito internacional, o tema da “sobrevivência da humanidade” entrara oficialmente em pauta na I Conferência Mundial para o Meio Ambiente, realizada pelas Nações Unidas em Estocolmo, no ano de 1972. Neste encontro, a educação ambiental ganha status de “assunto oficial” e adquire importância estratégica na busca pela qualidade de vida no planeta.

No mesmo ano, o MIT (Massachusetts Institute of Technology) elabora o Relatório Meadows, por encomenda do Clube de Roma (grupo de empresários preocupados com as consequências desastrosas que a já extensa “crise ambiental” poderia trazer). Considerado um tanto “alarmista”, esse relatório foi bastante criticado pelos países do Terceiro Mundo, sob a liderança do Brasil, principalmente em função de sua proposta de “crescimento zero” e da ameaça de suscitar um “congelamento” das desigualdades sociais (Cf. GRUN, 2013, p. 17).

Ao mesmo tempo, é publicado em Londres o “Manifesto pela sobrevivência” culpando o consumismo e o industrialismo capitalista pela degradação ambiental. A década de 1970 ainda veria a realização do The Belgrado Workshop on Environmental Education em 1975 e, em 1977, a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental na URSS, apontada como decisiva para os rumos tomados pela EA em vários países do mundo (Cf. GRUN, 2013, p. 18).

Como já mencionado, no Brasil deste período, a “proteção” do meio ambiente ainda era realizada bastante timidamente pelos recém-criados órgãos de meio ambiente – como a SEMA-Secretaria do Meio Ambiente, de âmbito federal, criada em 1973 pelo decreto-lei 73030, a FEEMA-Fundação Estadual do Meio Ambiente, no Rio de Janeiro (instituída em 1975 pelo decreto-lei 134/75) e a CETESB-Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental, em São Paulo (criada em 1976 pela lei 997/76) – todos de matiz exclusivamente técnico-científico e atuação circunscrita a problemas pontuais. O pouco controle governamental sobre o meio ambiente se dava por meio de uma negociação restrita entre o órgão e o agente poluidor, e diversas atividades causadoras de degradação ambiental escapavam das políticas públicas.

Assim, as primeiras iniciativas brasileiras de EA não surgem “de dentro” da área educacional, mas por intermédio dos engenheiros e técnicos dos referidos órgãos de meio



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

ambiente. Com poucas exceções – como a de Paulo Freire (1921-1997)¹ que já relacionava a questão ambiental à questão humanista/social em sua “pedagogia do oprimido”, desde a década anterior –, os educadores engajados ideologicamente e os movimentos sociais de cunho popular na década de 1970 ainda não se mostravam comprometidos com a problemática ecológica, havendo até conflito entre a luta político-social e as demandas ambientais, consideradas irrelevantes pelos movimentos de esquerda, um “luxo” ou “capricho” ao qual só países altamente desenvolvidos poderiam se dar (Cf. GRÜN, 2013, p. 18).

O discurso técnico-quantitativo e conservacionista, por sua vez, reinou soberano nesse período inicial da EA no Brasil, sendo o que mais se adequava às instituições políticas e econômicas do momento, justamente por não colocar em questão a ordem estabelecida. Como explica Lima² (2005, p. 112),

Inspirado por uma perspectiva de pretensa neutralidade ideológica que não problematizava os aspectos políticos, econômicos e éticos da questão ambiental e não exigia mudanças profundas na vida social, o conservacionismo pôde ser assimilado pacificamente, sem grandes traumas (apud LIMA 2009, p. 150).

Orientada pelas mesmas premissas “bancárias” que Paulo Freire repudiara na educação tradicional³, a EA conservacionista defende uma visão domesticadora, cientificista e individualista do ato pedagógico, considerado um mero “ajustamento de conduta” do indivíduo a um determinado padrão idealizado, supostamente correto, de o homem

1 Desde o fim da década de 1950, Paulo Freire inicia a construção de uma nova concepção do processo educativo, cujos alicerces mais importantes são a “pedagogia do oprimido” e a “pedagogia da libertação”. Ambas preconizam a conscientização política das classes populares a partir de uma concepção dialética da realidade (onde a separação entre natureza e cultura é colocada em xeque), tendo como meta a transformação radical da sociedade burguesa. Freire desenvolve uma crítica veemente ao caráter “vertical” do ensino tradicional e a sua visão tecnicista e alienante, onde o professor é tratado como o sujeito condutor do ato educativo e o aluno como um mero objeto. Na Pedagogia do Oprimido (1974), seu livro mais conhecido, o autor refuta a chamada “educação bancária”, baseada na “imposição” ou “depósito” do conhecimento realizado pelo professor sobre o aluno, visto como um ser vazio e passivo, pronto para ser “moldado”. Para Freire, o educando deve, antes de tudo, ser estimulado a criar seu próprio caminho pedagógico, e não a seguir um modelo previamente construído, a lhe ser “transmitido”.

2 LIMA, G. F. da C. Formação e dinâmica do campo da educação ambiental no Brasil: emergência, identidades, desafios. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005, 207 p.

3 Cf. nota 1.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

se relacionar com a natureza. Essa visão tem como pressuposto a superioridade do saber técnico-científico sobre o saber popular e, por isso, acredita que se cada indivíduo for educado para compreender o processo sistêmico da natureza, ele certamente agirá de maneira a não degradá-la⁴.

Nessa medida, a EA conservadora e conservacionista reproduz, sem questionar, a cisão cartesiana entre homem (sujeito) e natureza (objeto), na qual a segunda é tida como dado inerte, quantificável e manipulável, pronto para ser explorado e dominado – seja pela apropriação privada ou mercantil, seja pelo conhecimento. Esse tipo de EA não reconhece que a relação entre o eu e o mundo é atravessada por múltiplas mediações sociais, e que mudanças benéficas ao meio ambiente (natural e social) não se darão pelo mero desdobramento das mudanças individuais. A pedagogia conservacionista desenvolve, portanto, uma prática educativa despolitizada, pouco afeita à transformação, à ação coletiva e à problematização, cuja principal preocupação é a manutenção intacta de áreas protegidas e a defesa da biodiversidade. “O resultado prático disso tudo é a responsabilização pela degradação posta em um ser humano genérico, idealizado, fora da história, descontextualizado socialmente” (LOUREIRO, 2004, p. ?).

Foi a partir da crítica a essas posições que, na década de 1980, a EA começa a ser repensada no Brasil⁵, seduzindo setores que antes lhe eram refratários (militantes sociais e sindicais, educadores populares etc.), além de congregar ambientalistas com enfoques sociológicos. Surgem diversas vertentes com ideários semelhantes: EA Crítica, EA Emancipadora, EA Popular, EA Transformadora, Ecopedagogia, dentre outras.

Em todas elas, a EA é considerada um processo permanente, cotidiano e coletivo de agir, refletir e transformar a realidade de vida, onde as certezas são sempre relativas e a autocritica constante (Cf. LOUREIRO, 2004). Em outras palavras, a EA revela-se um caminho para a emancipação política e social, para a democracia e o exercício da cidadania, condições sem as quais não poderá haver transformação da relação do homem com

4 Nesse tipo de educação, como descreve Loureiro (2006, p. 27): “(1) professor educa, aluno é educado; (2) educador é o que sabe, educando, o que não sabe; (3) educador é o que define as escolhas, educando segue a prescrição; (4) educador é o que define o conteúdo programático, o educando se acomoda a ele; (5) educador é o sujeito do processo, educando é o objeto”.

5 Como será tratado adiante, essa mudança de mentalidade em relação ao tema ambiental, a partir do início da década de 1980, vai se refletir no plano legislativo, com a instauração da Política Nacional do Meio Ambiente, atingindo seu apogeu na nova Constituição Brasileira, em 1988, com a construção de um complexo arcabouço legal, de cunho avançado e democrático.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

a natureza.

As abordagens críticas de EA tendem, assim,

A rejeitar o antropocentrismo e a consequente subordinação da natureza; a fragmentação e a perda da interdependência inerente à existência; o reducionismo e o objetivismo que acabam sacrificando tanto os aspectos não racionais da realidade quanto toda a subjetividade humana; a pretensão positivista de uma neutralidade ideológica e inalcançável; e o utilitarismo de uma razão que instrumentaliza a exploração e a dominação dos seres humanos e da natureza (LIMA, 2009, p. 155).

Nos anos 1990, a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92 ou RIO-92), na cidade do Rio de Janeiro, deu proeminência formal ao Brasil no debate ambiental internacional, mas abarcou discussões nitidamente conservadoras, que permaneceram omissas em relação às reais causas dos problemas socioambientais, não escondendo sua clara opção pelo “desenvolvimentismo” (Cf. QUINTAS, 2010). A “Declaração do Rio” (também conhecida como Carta da Terra), por exemplo, aprovada no Fórum Global (evento paralelo ao principal), afirma que os países ricos têm maior responsabilidade na preservação do planeta do que os países pobres, já que estes precisam degradar para crescer. Já a Agenda 21, plano de ações assinado por 179 países na Conferência, notabilizou-se por ter consolidado o que chamaremos aqui de “mito do desenvolvimento sustentável” – proposta que tenta compatibilizar desenvolvimento econômico com proteção ambiental sem romper com as causas estruturais da crise ecológica.

Para os que defendem a tese do desenvolvimento sustentável, a crise ambiental pode ser combatida com a simples adoção de padrões de produção e consumo equilibrados e “ecoeficientes” (Cf. QUINTAS, 2010, p. 67). Segundo essa perspectiva reformista – pautada na visão cientificista, tecnicista e conservacionista de que falávamos há pouco –, desenvolvimento e proteção ambiental não são termos contraditórios, já que a mitigação de impactos ambientais e a redução da injustiça e da desigualdade sociais são decorrências naturais do uso de tecnologias “limpas” e de práticas ambientais saudáveis, tornando desnecessárias alterações de “paradigma”.

Ora, pesquisas socioeconômicas recentes mostram que, passados mais de duas décadas desde a Eco-92 – período em que a temática do desenvolvimento sustentável ganhou cada vez mais centralidade no debate oficial⁶ – a situação socioambiental no Brasil

⁶ Vale lembrar que, vinte anos depois da ECO-92, o tema do desenvolvimento sustentável retornou ainda com mais força na RIO+20 (Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável), real-



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

se agravou, numa clara demonstração de que desenvolvimentismo com sustentabilidade e desenvolvimentismo simplesmente “predatório” de fato não se distinguem.

É por isso que, em contraste com a visão desenvolvimentista, a proposta transformadora e crítica de EA entende que “as raízes da crise estão no próprio padrão civilizatório eurocêntrico, portador da ideia de progresso, imposta aos povos do planeta pela colonização” (QUINTAS, 2010, p. 70). Para essa pedagogia ambientalista emancipadora, impactos ambientais devem ser tratados como efeitos superficiais de causas mais profundas, uma vez que têm origem em um modelo civilizatório baseado em opções políticas e valorativas predatórias e nocivas à vida social e natural. Esse modelo já chegou ao limite, mas sobrevive retroalimentando-se de sua própria enfermidade. Quintas (2010) e Porto-Gonçalves (2006), dentre outros autores, são enfáticos em afirmar que, se quisermos superar esse modelo, será necessário deflagrar uma autêntica revolução civilizatória.

(...) quando se sabe que 20% dos habitantes mais ricos do planeta consomem 80% das matérias-primas e da energia produzidas anualmente, nos vemos diante de um modelo-limite. Afinal, seriam necessários cinco planetas para oferecermos a todos os habitantes da Terra o atual estilo de vida vivido pelos ricos dos países ricos e pelos ricos dos países pobres que, em boa parte, é pretendido por aqueles que não partilham desse estilo de vida (PORTO-GONÇALVES⁷, 2006, apud QUINTAS, 2010, p. 64).

Uma das tarefas da EA crítica é, por conseguinte, lutar para desfazer o mito do desenvolvimento sustentável a que nos referimos acima, e isto implica assumir que não se combatem as causas fundamentais do problema ambiental apenas lançando mão de fontes de energia limpa e renovável; economizando; combatendo o desperdício da água; ampliando a vida dos equipamentos; reciclando materiais; dando tratamento químico aos efluentes e destinação adequada aos resíduos... Ao colocar em xeque esse mito, a EA

izada em junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro, organizada para marcar o vigésimo aniversário da “Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento” (Rio-92), bem como os dez anos da “Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável”, realizada em Johannesburgo (África do Sul) em 2002. Como se pode ler no texto apresentado no site oficial do evento: “[A Rio+20 baseia-se] em três pilares – econômico, social e ambiental – [tratando] basicamente de dois temas: a ‘economia verde’ no contexto da erradicação da pobreza e a estrutura de governança para o desenvolvimento sustentável no âmbito das Nações Unidas”. (Cf. www.mma.gov.br/rio20/a-conferencia).

7 PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, 431 p.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

crítica revela-se, principalmente, uma ação de cunho político que aborda o problema do meio ambiente não de forma técnica, neutra e isenta, mas como uma questão social.

A seguir, examinaremos com mais detalhes tanto o arcabouço legal brasileiro elaborado a partir do início da década de 1980, quanto os principais conceitos relacionados ao processo de licenciamento ambiental e gestão ambiental pública no Brasil, ressaltando o papel que dentro deles exerce a EA pensada a partir da perspectiva crítica que descrevemos acima, vale dizer, como um instrumento privilegiado na tarefa de mediar conflitos socioambientais.

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL (CRÍTICA) COMO PARTE DO PROCESSO DE GESTÃO AMBIENTAL PÚBLICA

A primeira iniciativa governamental para se estabelecer uma gestão centralizada da questão ambiental no Brasil foi a Política Nacional de Meio Ambiente, estabelecida em 1981 pela Lei 6938⁸, que também cria o Sistema Nacional do Meio Ambiente-SISNAMA⁹ e o Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA, órgão consultivo e deliberativo do SISNAMA¹⁰.

Vale assinalar que a lei 6938 já encampa como um de seus princípios “a educação ambiental em todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente”. Esses e outros exemplos demonstram o quanto a década de 1980, ainda que com relativo atraso em comparação a outros países, foi pródiga no sentido legislativo a respeito do meio ambiente no Brasil, e o apogeu desta prodigalidade foi sem dúvida a promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988, merecidamente apelidada de “Constituição Cidadã”, que dedica o Artigo 225 exclusivamente ao meio ambiente:

8 A lei 6938 só será regulamentada na década seguinte, pelo Decreto 99.274 (1990), que por sua vez será alterado pelos Decretos 122, de 1991, e 3.942, de 2001.

9 O SISNAMA é constituído por órgãos e entidades da União, estados, Distrito Federal, municípios e pelas fundações instituídas pelo poder público – que a partir de então passaram a ser os responsáveis pela proteção e a melhoria da qualidade ambiental.

10 Ambos só foram regulamentados pelo Decreto 99274 de 06 de junho de 1990.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Longe de um conceito simples, a noção de “coletividade” a que a Carta Magna alude abrange um significado particularmente complexo e heterogêneo, bastante adequado à grande diversidade que caracteriza a sociedade brasileira – segmentada não apenas em classes, mas também em etnias e religiões distintas, as quais portam “interesses, necessidades, valores e projetos de futuro diversificados e contraditórios” (Quintas, 2009, p. 49).

Esse alto grau de heterogeneidade manifesta-se também nas assimetrias observadas na maior ou menor capacidade dos diferentes grupos sociais influenciarem as tomadas de decisão envolvendo a totalidade do corpo social – o que traz inevitáveis consequências para a qualidade do meio ambiente¹¹. Nesse sentido, o que para alguns grupos pode significar aumento de lucro, poder e benefícios, para outros implica prejuízo, desapropriação territorial, empobrecimento, ameaça à biodiversidade e, sobretudo, tensão, violência e conflitos. Estes últimos ficam tanto mais evidentes quando se trata da atuação de empreendimentos de grande porte, nos quais se conjugam fortes interesses políticos com o imenso poder de alguns poucos grupos econômicos, como é o caso da construção de hidrelétricas ou da instalação de indústrias de extração e tratamento de minerais, as quais, na maioria das vezes, acarretam sérios riscos de degradação socioambiental.

Fazendo jus à sua vocação avançada, vigilante e democrática, a Constituição de 1988 não se omite diante das graves ameaças que esses grandes empreendimentos representam para o meio ambiente e a sociedade brasileira, principalmente em seus setores mais vulneráveis. Numa clara demonstração de previdência e responsabilidade relativamente aos possíveis danos que essas atividades – extremamente lucrativas para alguns – são capazes de acarretar ao patrimônio socioambiental nacional, a Carta Magna de 1988 recomenda que sua construção dependa de um processo de licenciamento ambiental, ou seja, de um

11 Como observa Quintas (2009), os grupos de maior influência estão representados pelo setor empresarial, o poder legislativo, o judiciário, o Ministério Público, os órgãos ambientais, os jornalistas, as agências estatais de desenvolvimento etc. Em contrapartida, os interesses dos grupos sociais menos influentes nem sempre são levados em consideração, e são estes, na maior parte das vezes, os mais afetados, direta ou indiretamente, pelas intervenções no meio ambiente.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso (BRASIL, 1997).

Vale recordar a propósito que, um ano após a promulgação da Constituição foi criado, pela lei 7735, de 22 de fevereiro de 1989, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis-IBAMA, autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, que já nasce dotada de personalidade jurídica, direito público, autonomia administrativa e financeira, e cuja principal finalidade, ampliada posteriormente pela lei 11.516, de 2007, é:

I - exercer o poder de polícia ambiental; II - executar ações das políticas nacionais de meio ambiente, referentes às atribuições federais, relativas ao licenciamento ambiental, ao controle da qualidade ambiental, à autorização de uso dos recursos naturais e à fiscalização, monitoramento e controle ambiental, observadas as diretrizes emanadas do Ministério do Meio Ambiente ; e III - executar as ações supletivas de competência da União, de conformidade com a legislação ambiental vigente (BRASIL, 1997).

Alguns anos mais tarde, a Resolução CONAMA 237/97 veio rever e aperfeiçoar os critérios e procedimentos utilizados até então no monitoramento ambiental, efetivando a implementação do programa de licenciamento como instrumento de gestão ambiental. Assim, a partir da Resolução 237, o licenciamento ambiental torna-se o instrumento por excelência da gestão ambiental no Brasil, responsabilizando-se diretamente pela mediação das lutas e dos conflitos socioambientais. Como sintetiza Serrão (2013, p. 1),

O licenciamento ambiental, por ser por excelência o instrumento da gestão ambiental que regula os limites do padrão de desenvolvimento em curso e atua na relação público-privado, situa-se em um cenário permeado por conflitos e por disputas de interesses. Enquanto um instrumento de gestão ambiental pública, de atribuição exclusiva do Estado, o licenciamento ambiental legaliza e legitima a exploração de recursos naturais e o uso do espaço correspondente, por setores econômicos, causando conflitos e impactos em relação aos demais grupos ou setores sociais presentes no território em questão.

Um dos maiores problemas a serem enfrentados pela gestão ambiental pública no



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Brasil é o fato de que os grupos sociais mais afetados pelos empreendimentos que degradam o meio ambiente não são portadores “naturais” das ferramentas de luta e de participação. Afinal, como afirma Quintas (2009, p. 55), “as pessoas não nascem participativas, como nascem respirando”. O autor observa:

Nesta configuração, cabe ao Estado criar condições para transformar o espaço ‘técnico’ da ‘gestão ambiental’ em espaço público. E, desta forma, evitar que os consensos sejam construídos apenas entre atores sociais com grande visibilidade e influência na sociedade, à margem de outros, em muitos casos, os mais impactados negativamente pelo ato do Poder Público. Estes atores, em geral, por não possuírem meios materiais e capacidades necessárias, no campo cognitivo e organizativo, para intervirem de modo qualificado no processo de gestão ambiental, não conseguem defender seus interesses e necessidades (Idem, ibidem).

Uma das principais responsabilidades da EA como instrumento da gestão ambiental pública deve ser, pois, dirimir as assimetrias entre os grupos sociais – não apenas no plano da distribuição de custos e benefícios decorrentes do modo de destinação dos recursos naturais, mas também “nos planos cognitivo e organizativo dos meios materiais, cuja existência dificulta ou inviabiliza a defesa dos seus direitos durante este processo” (QUINTAS, 2009, p. 55).

Assim, se o licenciamento constitui o instrumento por excelência de comando e controle por parte do Estado com o fito de regular, mitigar e/ou prevenir os efeitos ambientalmente maléficos de empreendimentos econômicos (e também normatizar a relação público-privado), “a educação ambiental, enquanto condicionante da licença, torna-se um meio de exercício de participação e controle social em cada empreendimento licenciado” (LOUREIRO, 2010, p. 13). A EA é, portanto, ferramenta imprescindível dos processos de licenciamento devido à sua “importância estratégica para a socialização de informações e conhecimentos, a autonomia dos grupos sociais, a participação popular e a democratização das decisões” (LOUREIRO, 2010, p. 13). Entendida de modo crítico e transformador, a EA deve favorecer a emergência e a disseminação de uma consciência socioambiental pautada não apenas em valores éticos – capazes de modificar atitudes e comportamentos danosos ao meio ambiente – mas também em tomadas de decisão coletivas em contextos sociais de maior vulnerabilidade. Quintas (2002) esclarece como esse processo deve ser realizado:

Quando pensamos em educação no processo de gestão ambiental se deseja o con-



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

trole social na elaboração e execução de políticas públicas, por meio da participação permanente dos cidadãos, principalmente na forma coletiva, na gestão e uso dos recursos ambientais e nas decisões que afetam a qualidade de vida do meio ambiente (p. 11).

Essa compreensão crítica e politicamente engajada de EA, defendida pelo IBAMA como parte do processo de gestão ambiental e especificamente do licenciamento, está fortemente assegurada, como já vimos, pelo arcabouço legal brasileiro. Este vem sendo ao longo dos anos constantemente aperfeiçoado e complementado, apresentando nos dias de hoje uma feição bastante robusta e completa.

De fato, a atual legislação brasileira assegura não só a proteção do meio ambiente frente à exploração não sustentável de recursos naturais, mas também garante às comunidades diretamente afetadas por empreendimentos potencialmente causadores de impactos ambientais, processos de educação não formal que as capacitem a atuar em defesa de seus direitos. Entre esses direitos destacam-se: o acesso a informações sobre os danos, impactos ou riscos ambientais de determinado empreendimento; a formação pertinente para a mobilização necessária; e a participação em espaços de poder e de tomada de decisões, como, por exemplo, as Audiências Públicas.

Assim é que, desde 1999, quando se elabora o primeiro Termo de Referência (TR) Assim é que, desde 1999, quando se elabora o primeiro Termo de Referência (TR) para a construção e implementação de Programas de Educação Ambiental-PEA¹² como condicionantes nos processos de licenciamento de petróleo e energia – e sobretudo quando se

12 Do ponto de vista legal, a educação ambiental consolidou-se após a publicação da lei 9795, de 27 de abril de 1999, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), regulamentada pelo Decreto 4.281, de 25 de Junho de 2002. A lei 9795 afirma a obrigatoriedade da “Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade objetivando capacitá-la para a participação ativa na defesa do meio ambiente”, defendida já pela lei 6938 de 1981 (BRASIL, 1981). O Art. 6o do referido Decreto indica que deverão ser criados, mantidos e implementados, sem prejuízo de outras ações, programas integrados de educação ambiental: I - em todos os níveis e modalidades de ensino; II - nas atividades de conservação da biodiversidade, de zoneamento ambiental, de licenciamento e revisão de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras, de gerenciamento de resíduos, de gerenciamento costeiro, de gestão de recursos hídricos, de ordenamento de recursos pesqueiros, de manejo sustentável de recursos ambientais, de ecoturismo e melhoria de qualidade ambiental; III - nas políticas públicas, econômicas, sociais e culturais, de ciência e tecnologia de comunicação, de transporte, de saneamento e de saúde; IV - nos processos de capacitação de profissionais promovidos por empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas; V - nos projetos financiados com recursos públicos; e VI - ao cumprimento da Agenda 21.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

instituiu o Programa Nacional de Educação Ambiental-PRONEA pela lei 9.795 –, ampla relevância passou a ser dada não só à participação dos grupos sociais vulneráveis afetados por esses empreendimentos, mas também ao reconhecimento da pluralidade e da diversidade étnico-cultural da sociedade brasileira e, por fim, à interdisciplinaridade como premissa axial das atividades de EA no âmbito dos processos de licenciamento.

Esse mesmo espírito avançado e democrático presidirá, em 2005, os princípios orientadores dos PEA¹³, a saber: 1. Garantir a participação dos diferentes atores sociais afetados direta ou indiretamente pela atividade-objeto do licenciamento, em todas as etapas do processo; 2. Proporcionar meios para a produção e aquisição de conhecimentos e habilidades; 3. Contribuir para o desenvolvimento de atitudes, visando à participação individual e coletiva na gestão do uso sustentável e na conservação dos recursos ambientais, bem como na concepção e aplicação de decisões que afetam a qualidade ambiental (meios físico-natural e sociocultural).

Em 2010, como corolário de um processo que durou mais de duas décadas de ajustes e aperfeiçoamentos, será publicada pelo IBAMA, em atendimento à legislação pertinente, a Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA Nº 01/10 (NT 01/10), responsável por

estabelecer as diretrizes para a elaboração, execução e divulgação dos programas de educação ambiental desenvolvidos regionalmente por bacia de produção” nos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás (BRASIL, 2010, p. 1).

A NT 01/10 representa, pois, o coroamento do perfil robusto e moderno da legislação brasileira em relação à temática socioambiental, da qual importa assinalar, como faz Loureiro (2010): “as diretrizes e pressupostos voltados para uma prática participativa, historicizada, dialógica e humanista e um aspecto organizacional de grande relevância: o Órgão Gestor” (p. 12). Este último constitui uma instância interministerial inédita de gestão paritária entre o Ministério da Educação-MEC e o Ministério do Meio Ambiente-MMA, visando assegurar “diretrizes comuns e um diálogo entre a esfera ambiental e a de educação, com base na ação política unificada e no respeito às competências de cada órgão” (LOUREIRO, 2010, p. 12).

13 Cf. “Orientações pedagógicas do IBAMA para elaboração e implementação de programas de educação ambiental no licenciamento de atividades de produção e escoamento de petróleo e gás natural, Anexo ao Termo de referência para Licenciamento Ambiental das atividades de produção e escoamento de petróleo e gás natural” (Brasília, 2005).



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Esse modelo de organização gestora no Brasil teve ainda o mérito de colocar em prática uma proposta descentralizadora de EA, distribuída pelas três esferas do poder (federal, estadual e municipal), o que levou à diversificação de ações e espaços de atuação de agentes sociais públicos e privados e, sobretudo, à democratização do processo de licenciamento ambiental e da gestão de ações transformadoras da realidade local.

Acima de tudo, o que se visa é a participação e envolvimento qualificados “de grupos sociais socialmente vulneráveis em futuros processos de licenciamento, a fim de possibilitar uma gestão ambiental compartilhada” (LOUREIRO, 2010, p. 12). Por gestão ambiental compartilhada, o IBAMA entende:

o processo de compartilhamento de poder e responsabilidade entre representantes do Estado, representantes dos setores de maior vulnerabilidade socioambiental e representantes de outros segmentos sociais no acompanhamento, na discussão e na intervenção sobre o conjunto de atividades de significativo impacto ambiental, promovidas por agentes públicos e/ou privados, que direta ou indiretamente interferem na qualidade de vida dos diferentes grupos sociais (BRASIL, 2010, p. 2).

Não é demais repetir que, na perspectiva crítica adotada pelo IBAMA, a educação ambiental deve atuar fundamental e prioritariamente na gestão de conflitos. Numa sociedade complexa e violenta como a do Brasil contemporâneo, no bojo da qual conflitos de interesses não são apenas inerentes, mas também radicais e ameaçadores, uma gestão ambiental compartilhada entre Estado, representantes dos setores de maior vulnerabilidade socioambiental e outros segmentos sociais deve mediar as frequentes disputas pelo acesso e o uso dos recursos ambientais em nome do interesse público.

É nesse sentido, como explica Serrão (2013), que a EA como ferramenta da gestão ambiental pública assume na sociedade o papel de mediação.

Os processos educativos propostos para o licenciamento de petróleo pretendem realizar um papel de mediação junto aos grupos e movimentos sociais impactados, contribuindo para que os sujeitos envolvidos no processo educativo sejam capazes de desvelar a realidade vivida, em todos os seus aspectos, incluindo as contradições, as causas da desigualdade, da vulnerabilidade socioambiental e dos riscos a que estão sendo submetidos. Espera-se dessa forma, instrumentalizá-los, tornando-os aptos a defender seus direitos e interesses, motivando-os a reagir e a participar “como sujeitos políticos” dos espaços públicos de decisão. (SERRÃO, 2013, p. 1).



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

A partir da NT 01/10, será elaborado, para o contexto específico da Bacia de Campos (BC)¹⁴, um Programa de Educação Ambiental específico (PEA-BC), que tem entre seus principais objetivos não só a articulação dos diferentes projetos de EA das empresas produtoras de petróleo e gás nessa região¹⁵, mas também o direcionamento da atividade educativa para os grupos sociais mais afetados pelos impactos socioambientais dos empreendimentos licenciados (<http://www.pea-bc.ibp.org.br/>).

Em conformidade com as orientações ditas pela NT 01/10, entre 2011 e 2012, foi realizado pela Petrobras, em 14 municípios da BC, um amplo Diagnóstico Participativo (DP/PEA-BC) com vistas a levantar informações sobre os impactos socioambientais das atividades de petróleo e gás nessas localidades, particularmente aqueles relacionados aos acirrados conflitos que a disputa pelo uso dos recursos naturais (marítimos, terrestres e fluviais) da BC acarretava. Essa pesquisa, que envolveu um considerável número de pessoas, grupos e instituições, consistiu numa das tarefas arroladas como condicionantes para a Petrobras obter sua licença de operação na BC e, nessa medida, teve todos os seus passos e resultados acompanhados, medidos e avaliados pelo IBAMA segundo a orientação da NT01/10 (Cf. Relatório do Diagnóstico Participativo do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos 2011-2012).

Das informações técnicas, análises científicas e resultados desse extenso diagnóstico – o qual, é bom lembrar, permanece em processo de constante reatualização –, foram extraídas as bases para o planejamento e desenvolvimento articulado dos projetos de EA exigidos como condicionantes nos processos de licenciamento ambiental dos empreen-

14 A Bacia Sedimentar de Campos ocupa uma área marinha de aproximadamente 100 mil quilômetros quadrados, localizada na região que vai do centro-norte do Estado do Rio de Janeiro até o sul do Estado do Espírito Santo, e é responsável por mais de 80% da produção de petróleo e gás do Brasil. A indústria de petróleo na Bacia de Campos está baseada nas operações offshore de exploração e produção em águas profundas (entre 400 e mil metros de profundidade) e ultraprofundas (a partir de mil metros de profundidade), incluindo atividades de sísmica, perfuração, produção e escoamento. Os municípios mais ou menos afetados pela indústria são, no Estado do Rio de Janeiro (lagos e centro norte fluminense): São Francisco de Itabapoana, São João da Barra, Campos dos Goytacazes, Quissamã, Carapebus, Macaé, Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, Cabo Frio, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, São Pedro da Aldeia, Araruama, Saquarema, Maricá e Niterói. No sul do Espírito Santo, os municípios afetados são Marataízes, Itapemirim, Piúma, Anchieta, Guarapari e Vila Velha. (DP/PEA-BC).

15 As empresas que atualmente estão vinculadas ao PEA-BC são: Chevron, PETROBRAS, Petrorio, Shell e Statoil. Os PEAS desenvolvidos no Estado do Rio de Janeiro são: Foco, NEA-BC, Observação, Pescarte, Quipea, Rema e Territórios do Petróleo.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

dimentos marítimos de petróleo e gás da Petrobras, dentre os quais se insere o Projeto Pescarte, cujas linhas gerais descreveremos a seguir.

O PESCARTE COMO PROJETO DE MITIGAÇÃO DAS ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GAS NATURAL NA BACIA DE CAMPOS

O Projeto Pescarte foi concebido e está sendo executado por meio da gestão compartilhada entre a Petrobras e a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), a partir dos dados produzidos pelo já mencionado Diagnóstico Participativo do Programa de Educação Ambiental na Bacia de Campos (DP/PEA-BC). Enquanto projeto de mitigação dos impactos da indústria petrolífera, o Pescarte constitui:

Um conjunto de procedimentos metodológicos capazes de minimizar e/ou evitar os efeitos difusos negativos dos impactos da atividade licenciada, bem como o agravamento de impactos identificados e a ocorrência de novos impactos (BRASIL, 2010, p. 3).

Inscrito na Linha de Ação A da NT 01/10 do IBAMA¹⁶, o Pescarte tem por objetivo principal fomentar, de forma participativa e ancorado nos conceitos de “economia solidária”, “inclusão digital” e “geração de trabalho e renda”, a organização comunitária dos grupos sociais diretamente afetados pelas atividades de produção e escoamento de petróleo e gás da Petrobras na BC – pescadores artesanais e seus familiares –, de modo a estimulá-los a criar formas alternativas, cooperativas e sustentáveis de alcançar autonomia financeira e níveis adequados de desenvolvimento humano.

A análise e interpretação das informações coletadas pelo DP/PEA-BC indicaram claramente o caminho que o Pescarte deveria seguir conforme as diretrizes da Linha de

16 A Linha de Ação A tem como justificativa “a necessidade de desenvolver processos formativos para a intervenção qualificada de determinados grupos sociais em processos decisórios de distribuição de custos/benefícios a partir da exploração de recursos naturais. Considerando a complexidade do processo de licenciamento ambiental de uma maneira geral e, em particular, da cadeia produtiva do petróleo, podemos afirmar que o estímulo à organização dos segmentos sociais, que costumam ter pouca interferência na gestão ambiental das áreas em que vivem e desenvolvem suas atividades, é fundamental para a democratização do processo de licenciamento ambiental e, em última análise, da gestão das ações de transformação da realidade local” (Cf. BRASIL, 2010).



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Ação A da NTO1/10. Esses dados evidenciaram que: 1. A produção pesqueira artesanal era a atividade mais fortemente afetada pela exploração de petróleo e gás na BC; 2. A questão da renda figurava como a principal preocupação dos trabalhadores que viviam dessa produção; 3. A grande maioria desses trabalhadores encontrava-se em condições de extrema vulnerabilidade social.

De fato, além da profunda suscetibilidade aos impactos gerados pelas atividades offshore (dentre os quais se destaca a acirrada disputa pelo espaço marítimo de trabalho), o baixo rendimento econômico (decorrente em grande parte da atuação deletéria dos “atravessadores”) e o alto grau de dependência em relação a um recurso natural cada vez mais rarefeito no litoral brasileiro (pescado) tornavam os pescadores artesanais e seus familiares um dos públicos prioritários definidos pelas diretrizes pedagógicas do IBAMA para os processos formativos voltados para a organização comunitária e a participação no licenciamento ambiental. Em síntese, eles formavam aquele segmento social identificado como tendo “pouca interferência na gestão ambiental das áreas em que vivem e desenvolvem suas atividades” (BRASIL, 2010, p. 5).

O Pescarte pretende, dessa forma, trabalhar para “a democratização do processo de licenciamento ambiental e, em última análise, da gestão de ações transformadoras da realidade local” (Idem), já que sua proposta visa, acima de tudo, à participação e envolvimento qualificados de grupos sociais socialmente vulneráveis em futuros processos de licenciamento, a fim de possibilitar uma gestão ambiental compartilhada

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A perspectiva crítica, transformadora e emancipatória de EA defendida pela NTO1/10 do IBAMA como condicionante para o licenciamento de atividades de exploração de óleo e gás tem orientado, na região da Bacia de Campos, projetos socioambientais cuja história já pode ser considerada vitoriosa. Mais do que nunca, o momento histórico por que passa a sociedade brasileira clama pela manutenção desse tipo de proposta pedagógica e socioambiental cujo viés crítico e democrático rejeita reduzir problemas de ordem pública a questões de interesse privado, ao mesmo tempo que põe em primeiro plano os interesses das populações mais vulneráveis.

No âmbito de um projeto da envergadura do Pescarte, a intensa experiência junto às comunidades que mais sofrem o ônus do desenvolvimento econômico na região da BC e, no entanto, pouco ou nada retiram de seus bônus, nos ensina cotidianamente que



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

tanto a mitigação dos impactos, quanto a prevenção dos danos ambientais causados pela indústria petrolífera não devem depender do voluntarismo individual nem do casuísmo particular, mas sim de decisões políticas movidas pelo mais nobre interesse republicano e a mais vigilante responsabilidade social.

Por meio da gestão ambiental pública, os PEAs da Bacia de Campos têm lutado, com os instrumentos da informação, sensibilização e mobilização para que os sujeitos diretamente afetados pela indústria petrolífera, e que costumam ter pouca interferência na gestão ambiental das áreas em que vivem e desenvolvem suas atividades, conquistem sua cidadania efetiva, adquirindo a consciência de seus direitos e a qualificação necessária para uma intervenção coletiva e organizada nos processos decisórios de suas comunidades.

Estimulando-os a criar formas alternativas, cooperativas e sustentáveis de alcançar autonomia financeira e níveis adequados de desenvolvimento humano, o Projeto Pescarte, desenvolvido numa instituição de ensino superior com forte vocação para o desenvolvimento regional como é a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro-UENF, tem se mantido afinado com os princípios teóricos dos PEAs conduzidos pelo IBAMA, tornando-se um claro exemplo de compartilhamento de poder e responsabilidade na tarefa da gestão ambiental pública.

Num momento de grave instabilidade política e profunda crise econômica (afetando sobretudo a indústria petrolífera), e, principalmente, diante da ameaça concreta de flexibilização e enfraquecimento das regras do licenciamento ambiental (Projeto de Lei do Senado 654/2015), é hora de renovarem-se as expectativas de sucesso de uma proposta de EA que, associando coragem e disciplina, levou quase dois anos para ser construída e, embora ainda se encontre em sua fase inicial, já demonstra resultados bastante satisfatórios.

Apesar das condições adversas, o trabalho sério e comprometido do grupo de profissionais envolvidos no Pescarte junto às populações mais vulneráveis aos efeitos não só da indústria de petróleo e gás, mas também dos empreendimentos portuários que se multiplicam ao longo do litoral da BC, tem permitido que a esperança e a confiança nos bons resultados se renovem a cada novo dia.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Nota técnica CGPEG/DILIC/IBAMA nº 01/10**. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/servicos/nota-tecnica-cgpeg/dilic/ibama-n-01/10>>. Acesso em 12 de jan de 2015.

_____. **Resolução nº 237 de 19 de dezembro de 1997**. Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). 1997. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res97/res23797.html>>. Acesso em jul. de 2015.

_____. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 02 set. 1981.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Atualizada até a Emenda Constitucional nº 20, 15 dez. 1998. 21 ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

_____. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 28 abr. 1999.

_____. **Decreto nº 99.274, de 6 de Junho de 1990**. Regulamenta a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 07 jun. 1990.

_____. Decreto nº 4.281, de 25 de Junho de 2002. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 26 jun. 2002.

_____. Resolução CONAMA nº 237, de 19 de Dezembro de 1997. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 30 dez. 1994. 22 dez. 1997.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

_____. **Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA Nº 01/10.** Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Diretrizes para a elaboração, execução e divulgação dos programas de educação ambiental desenvolvidos regionalmente, nos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos marítimos de exploração e produção de petróleo e gás. Brasília, 2010.

GRUN, Mauro. **Ética e educação ambiental. A conexão necessária.** Campinas: Papirus, 2013.

IBAMA. **Como o Ibama exerce a educação ambiental.** Coordenação geral de Educação Ambiental. Brasília: Edições Ibama, 2002, 32 p. Disponível em: <www.macaerj.gov.br/midia/conteudo/arquivos/1366507498.pdf>. Acesso em 11 de jun. de 2014.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Trajetória e Fundamentos da educação Ambiental.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Educação Ambiental no Licenciamento:** Uma Análise Crítica de suas Contradições e Potencialidades. Sinais Sociais. SESC | Serviço Social do Comércio, ISSN 1809-9815. Ano 5, n. 14, setembro - dezembro de 2010, p. 10-35.

PEA-BC. **Programa de Educação Ambiental Bacia de Campos.** 20---. Disponível em: <<http://www.pea-bc.ibp.org.br/>>. Acesso em jun. de 2015.

QUINTAS, José Silva. Gestão Ambiental Pública. In.: BOZELLI, Reinaldo Luiz, et.al. (org). **Curso de Formação de Educadores Ambientais:** a experiência do Projeto Pólen. Macaé: NUPEM/UERJ, 2010.

QUINTAS, J. S. Educação Ambiental no processo de gestão ambiental pública: a construção do ato pedagógico. In: LOUREIRO F.B.; LAYRARGUES, P.P. e CASTRO, R. S. (orgs). **Repensar a Educação Ambiental** – um olhar crítico. São Paulo: Cortez, 2009.

SERRÃO, Mônica Armond. **Remando contra a maré: o desafio da educação ambiental crítica no licenciamento ambiental.** VII EPEA - Encontro Pesquisa em Educação Ambiental. Rio Claro - SP, 07 a 10 de Julho de 2013.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO SOCIAL

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM PARTICIPAÇÃO POPULAR: AVANÇANDO NA GESTÃO DEMOCRÁTICA DO AMBIENTE

Geraldo Timóteo

APRESENTAÇÃO

A Educação Ambiental Pública, em suas metas e princípios, procura, insistentemente, acolher e dar curso às demandas históricas dos setores de maior vulnerabilidade socioambiental. Sabemos, pois, que para alcançarmos a compreensão e promovermos a superação da estrutura social que mantém esses setores encarcerados entre a rotina do desemprego ou a imposição de um trabalho assalariado precário, temos que nos opor a uma liturgia liberal que prega a retração de toda e qualquer proteção social. Compreender esses aspectos requer uma atenção redobrada dos agentes públicos, seja os diretamente envolvidos na determinação da ação pública, seja seus implementadores, pois, em nome de uma emancipação política e social desejada por todos, não atentamos, muitas vezes, para os caminhos que podem tanto promover aquela emancipação, quanto atender à imediatez das urgências que se apresentam em nossa vida cotidiana.

Pois que, aqueles grupos vulneráveis não param de ser lançados à cena social de um país que ainda figura nos relatórios internacionais como o que apresenta a pior distribuição da riqueza interna, tendo como resultado uma profunda desigualdade entre ricos e pobres. E, apesar dos avanços conquistados nos últimos anos pelas políticas compensatórias, o quadro social continua alarmante. Dados oficiais dão conta de que 16,2 milhões de pessoas estão vivendo abaixo da linha de pobreza, de acordo com o censo 2010, do IBGE, cálculo que considera todos os indivíduos que vivem com menos de R\$ 70,00 per capita¹ ao mês.

Esses dados gerais, quando observados de perto, apresentam um quadro ainda

1 www.brasilsemisericia.gov.br, consultado em 21/03/2015.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

mais revelador de injustiça social e desigualdade que remete parte considerável da população a conviver com ausência de itens básicos como alimentos, saúde, renda, educação e moradia. Quando observamos o cotidiano das cidades e sua população atingida pela miséria, em especial, aqueles grupos ambientalmente vulneráveis às intervenções de desenvolvimento econômicas, esses elementos tornam-se mais graves, pois não são captados por macroindicadores como o IDH, PIB, GINI, entre tantos outros.

Dessa forma, os trabalhos desenvolvidos no contexto da Educação Ambiental Pública seguem as diretrizes determinadas pela Nota Técnica 01/2010, publicada pelo IBAMA-Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, o que torna, para todos os efeitos, as ações executadas dentro do escopo dessa nota técnica e com supervisão do IBAMA uma política pública. Essa política, por sua vez, segue consoante à atual Política Nacional de Meio Ambiente, competência esta do Ministério do Meio Ambiente. Entre seus pontos fundamentais, pode-se entender a construção de uma educação ambiental pública que supere a falsa encruzilhada entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social.

Assim, para atingirmos as metas estabelecidas naquele documento, o projeto propôs-se a desenvolver um intenso trabalho social que toma como pontos importantes: a) o diagnóstico participativo; b) a presença de uma equipe social multidisciplinar (sociólogos, geógrafos, historiadores, biólogos, antropólogos, cientistas políticos, economistas, engenheiros, psicólogos, administradores, entre outros) que mantém um contato direto com as famílias dos sujeitos da ação educativa; c) elaboração de um diagnóstico (quantitativo) que irá contribuir com o processo de execução, monitoramento e avaliação do projeto de trabalho social. O estudo socioeconômico, em seu primeiro momento, deverá ser censitário, com a utilização de questionários estruturados e que servirá, ainda, para a formação de um cadastro atualizado das famílias potencialmente beneficiárias, permitindo que se possa estabelecer um fluxo de contatos que manterá informados os sujeitos da ação educativa acerca das fases do projeto; d) a utilização de metodologias participativas (mapas rápidos participativos, grupos focais, oficinas, entrevistas semiestruturadas, entre outros), pois são essas que irão auxiliar no aprofundamento das questões que nortearam a proposta inicial do projeto de fortalecimento da organização social e comunitárias dos sujeitos da ação educativa; e) a participação das comunidades entendida como um processo pedagógico de construção de cidadania e um direito legítimo de qualquer cidadão participar e se beneficiar das ações públicas; f) a promoção da capacitação dos sujeitos da ação educativa e de suas organizações representativas para a autonomia na gestão democrática emancipatória dos processos organizacionais a serem implantados;



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

g) o trabalho social deve incentivar os sujeitos à busca de parcerias para o atendimento das necessidades das famílias e para a implantação das políticas sociais públicas na área de intervenção, contribuindo para o seu acesso a serviços de educação, saúde, esporte, lazer, cultura, transporte, habitação, assistência social, segurança alimentar e segurança pública. Essas diretrizes, ao serem realizadas, em seu conjunto, promovem um processo de formação de uma rede social capaz de aumentar a eficácia das ações de erradicação das condições sub-humanas de existência e, com isso, contribuir para o enfrentamento da pobreza, da exclusão social em busca de um desenvolvimento social integral do ser.

A realização dos trabalhos inicia-se com a ênfase na realização de um diagnóstico social, cuja finalidade é a de proporcionar aos técnicos, encarregados da realização dos trabalhos, informações acerca do grupo a ser beneficiado. Isto lhes permite a construção de instrumentos de acesso aos sujeitos da ação educativa com maiores chances de êxito, na medida em que os dados coletados passam a ser utilizados, pelos técnicos, como fonte que geram informações orientadoras de ações junto às famílias, entidades públicas e privadas inseridas na questão ambiental. Analisam-se conceitualmente os mecanismos usuais, que permitem a produção de ações eficazes para o alcance dos objetivos propostos nos eixos temáticos que suportam a ação social junto aos sujeitos da ação educativa.

REALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO SOCIAL

O diagnóstico social antecede o planejamento e o desenvolvimento das ações que levam ao desenvolvimento dos projetos de educação ambiental pública (PEA). Ele permite a construção de indicadores capazes de captar as demandas agregadas às necessidades locais. Desse modo, o diagnóstico socioeconômico passa a ser um orientador para o investimento dos recursos disponíveis, bem como para o desenvolvimento de novas formas de intervenção. Assim, ele auxilia a identificação dos eixos estratégicos que irão ampliar e adequar a ação local.

O desenvolvimento das ações pretendidas encontra no diagnóstico social as matrizes interpretativas capazes de dar respostas às demandas localmente definidas. Portanto, ele contribui, decisivamente, para a maior eficácia do esforço coletivo. As ações que serão implementadas deverão ser orientadas por essas demandas locais, sendo que a atuação dos técnicos será realizada, frequentemente, próxima à população beneficiada pelo PEA.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

O diagnóstico socioeconômico baseia-se em uma lógica que busca sistematizar as expectativas dos sujeitos da ação educativa, além de realizar a coleta de inúmeras informações que, de outra forma, não estariam disponíveis. A devolutiva das informações à comunidade tem o efeito de fortalecer a organização social, pois gera uma tomada de consciência, pela comunidade atingida, de sua realidade social, o que promove uma inversão do modelo de atendimento que priorizava aquilo que os projetos pretendem fazer para depois encaixar a demanda da população e, não, aquilo que os atores sociais indicam como necessário. Dessa forma, a educação ambiental busca a realização de uma ação local ou regional procurando adequar e adaptar as necessidades demandadas aos objetivos dessa política pública.

Sabemos que cada família tem um perfil, que engloba a faixa etária, a condição sócio-econômica, sua atual condição de moradia, o número de dependentes, o tamanho e o número de cômodos habitado e os custos envolvidos para a manutenção de um ambiente familiar. Ao reunirmos esses dados estatisticamente, temos como alimentar a interpretação das carências locais e estabelecermos uma medida de qualidade de vida daquela comunidade.

Além disso, a realização do diagnóstico social é de suma importância para o compartilhamento das responsabilidades entre os diversos agentes que atuam sobre a situação local. Isto visa à renovação dos laços de fraternidade e solidariedade social, capazes de garantir o sucesso da implementação das políticas dos PEAs.

Dessa forma, o diagnóstico social torna-se um instrumento capaz de proporcionar aos profissionais envolvidos neste trabalho (técnicos diretamente envolvidos), a capacidade de ampliar o desenvolvimento de parceria entre os diversos agentes (públicos e privados) localmente posicionados. Com isto, a intervenção social promovida será benéfica a todos os agentes envolvidos, pois promove um planejamento das ações, com melhorias na gestão dos recursos públicos. Isto ocorre na medida em que há o reconhecimento das competências das equipes e da apropriação de capacidades locais para a integração das ações, promovendo a ampliação da eficácia do conjunto de respostas que tanto o setor público, quanto o setor privado podem oferecer à população beneficiada.

A realização dessa ação vai ao encontro da possibilidade de formação de uma rede social capaz de conciliar as diversas políticas públicas ofertadas pela municipalidade e as demais entidades que atuam no campo social, em suas mais diversas demandas e carências. A integração desses elementos levaria, de fato, à construção de formas de atuação multissetoriais, percebendo a vulnerabilidade em sua multidimensionalidade, criando



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

mecanismos eficazes e sustentáveis para combatê-la, uma vez que ações fragmentadas apenas ampliam a incapacidade de promover as mudanças necessárias, pois geram mais expectativas do que ações concretas.

O desafio imposto aos setores que atuam na rede pública e que se dedicam a buscar mecanismos de integração social – em que uma das respostas a esse problema passa pelo acesso as políticas públicas – é o de integrar-se aos demais setores da sociedade em busca de orquestrar ações participativas e que vençam o desafio de elevar o nível da integração dos trabalhos desenvolvidos pelo setor público junto aos municípios. Busca-se, claramente, ao realizar-se um diagnóstico social, a obtenção de informações que possibilitarão uma melhor ação dos órgãos públicos, abrindo espaço para a formação de parcerias e ampliação dos efeitos benéficos possíveis de serem produzidos a partir do reconhecimento da complexa realidade que envolve as comunidades vulneráveis. Por isso, o diagnóstico social deve ser visto como o primeiro passo para o reconhecimento das ações junto aos sujeitos da ação educativa.

O que se pretende com a prática do diagnóstico social -- como instrumento do trabalho junto às populações beneficiadas por Projetos de Educação Ambiental Pública -- é ampliar o conhecimento tanto dos sujeitos das ações educativas, quanto dos locais em que serão promovidas aquelas ações. Assim, amplia-se o reconhecimento dos problemas e suas possíveis soluções, possibilitando um melhor arranjo institucional capaz de responder às demandas apresentadas.

Para que esses objetivos sejam alcançados, é necessário o levantamento de dados que somem:

- Características dos equipamentos locais de acesso público a serviços de educação, saúde, esporte, lazer, cultura, transporte, habitação, assistência social, segurança alimentar e segurança pública;
- Dados socioeconômicos da população alvo;
- Dados socioeconômicos da população local;
- Desenho de outros projetos desenvolvidos no local ou região;
- Levantamento de ações de economia solidária locais;
- Levantamento de instalações dirigidas aos sujeitos da ação educativa.

A integração das informações permitirá o desenvolvimento e o acesso dos agentes públicos e privados a mecanismos necessários à promoção de uma melhor acolhida e



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

melhoria de fato da qualidade de vida para os sujeitos da ação educativa.

DELIMITAÇÃO DO TRABALHO

Um dos elementos mais difíceis de se conseguir alcançar no trabalho envolvendo a comunidade é a adesão e a sustentabilidade das ações planejadas. Nesse sentido, influi, consideravelmente, a própria realização do diagnóstico que, bem realizado, dará os elementos iniciais para a projeção das ações. O debate em torno da agenda pública a ser implementada e os compromissos que devem ser assumidos terão que ser sempre lembrados. Assim, os atores sociais são levados a reconhecer seu papel e a capacidade individual de produzir os resultados esperados pelas ações coletivas planejadas e realizadas.

A construção de ações dialógicas permite aos atores envolvidos o reconhecimento e a análise da realidade social em que estão inseridos. Os membros do processo interagem entre si, construindo um envolvimento que é duradouro e profícuo. Ao serem os agentes responsáveis pelas informações produzidas e ao observarem como elas resultam em necessidade de ações coordenadas, os atores sociais passam a estabelecer uma relação de corresponsabilidade. Assim, eles se tornam os principais proponentes e, conseqüentemente, seus maiores beneficiados. A tomada de conhecimento sobre suas reais necessidades possibilita que eles próprios possam avaliar e planejar novas ações. O reconhecimento dos problemas enfrentados passa a ser visto como parte da solução a ser alcançada. Deste modo, os resultados gerados são frutos do esforço coletivo e individual.

Para isso, o diagnóstico deve envolver, além dos dados sobre as condições socioeconômicas das famílias beneficiadas, um histórico do próprio desenvolvimento local e das condições de desenvolvimento das famílias. A percepção do percurso que as famílias fizeram até chegarem àquele local é o resultado de uma série de ações que são socialmente informadas.

Para isso, são necessários espaços dentro das técnicas utilizadas – que vão além de um questionário estruturado, tal como grupo focal, entrevistas em profundidade, diagnóstico rápido participativo, etc. – que permitam às pessoas expressarem sua própria história e compartilharem, nesse momento, suas expectativas e reflexões com os demais atores sociais. Esse processo permite a tomada de consciência sobre a realidade social que perpassa todos, levantando suas características e posicionando os demais integrantes do grupo sobre as necessidades e carências que deverão ser enfrentadas coletivamente.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

EFEITOS ESPERADOS DA REALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO

O conhecimento aferido pelos processos estabelecidos de coleta de informações permitirá a elaboração de prognósticos, isto é, a busca antecipada dos possíveis desdobramentos das ações a serem implementadas, tendo como base a compreensão das condições reais em que se encontram os sujeitos da ação educativa.

As tomadas de decisões coletivamente asseguradas, através das metodologias participativas, levarão a que as escolhas sejam efetivadas, o que acarretará impactos na visão de futuro desse grupo de maneira positiva. Permite-se assim a elaboração dos objetivos a partir da realidade concretamente vivida pelos indivíduos-alvo dos trabalhos. Dessa forma, a formulação das opções estratégicas do grupo levará os técnicos sociais à elaboração e às determinações sobre quais ações devem ser implementadas. Com isto, podem ser inclusive elaborados programas, oficinas e projetos mais bem adequados aos objetivos traçados. Nesse sentido, a delimitação do escopo do trabalho é um dos elementos básicos a serem perseguidos pela equipe técnica, responsável direta pelo sucesso das ações a serem implementadas.

Tendo-se clareza do escopo do trabalho – podendo diferenciar-se devido às situações específicas em que se inserem –, a dinâmica da pré-implantação dos PEA deverá buscar o envolvimento das famílias no processo de participação para a escolha dos instrumentos que serão utilizados para organizar e implementar as ações. Trata-se de um processo lento, mas que efetivamente permite às famílias perceberem o melhor modelo de gestão, bem como as instituições com as quais elas poderão contar para o desenvolvimento dos trabalhos a serem planejados.

Ao fazerem esse percurso de descoberta das instituições e do modelo de gestão, as famílias estarão, necessariamente, discutindo as suas responsabilidades como atores sociais. Reconhecem desta maneira a função dos agentes públicos (técnicos), na construção não só dos objetivos que eles desejam alcançar, mas na compreensão dos mecanismos institucionais que devem ser acionados para que isso aconteça. O sistema de acompanhamento dos resultados será compreendido na medida em que a participação e a efetividade do envolvimento e da integração dos diversos agentes garantam o cumprimento das metas estabelecidas.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

DIAGNÓSTICO SOCIAL E SEU INSTRUMENTAL

Existem várias técnicas para produzir o diagnóstico social. Entre elas destaca-se o questionário; o grupo focal; a entrevista em profundidade; a entrevista semiestruturada; a história de vida; a história oral, entre outras. A mais utilizada é a entrevista padronizada por meio de questionário, aplicado censitariamente. Contudo, para conhecer melhor a população, são apresentadas muitas outras oportunidades como, por exemplo, a utilização das reuniões de avaliação e seminários com a comunidade – essa técnica requer que toda a reunião seja registrada e, posteriormente, analisada.

O elemento que induz a utilização preferencial do questionário é a sua fácil aplicação e tabulação dos dados, podendo ser realizada por pessoas com treinamento específico, mas de fácil assimilação. Outro motivo é que o questionário em si é um documento de registro de informações valiosas para o desenvolvimento dos trabalhos, podendo ser utilizado como cadastro das famílias, evitando-se o retrabalho.

Com o intuito de facilitar o desenvolvimento do diagnóstico social, elaborou-se um modelo de questionário capaz de proporcionar dados valiosos para a instrução dos trabalhos sociais a serem desenvolvidos pelas equipes técnicas e, ainda, possibilitar um reconhecimento do extenso universo pesquisado pelo questionário.

AS VARIÁVEIS E SUA REPRESENTAÇÃO

Há algumas variáveis no questionário apresentado que dispensam sua caracterização e definição de importâncias. Por isso, destacaremos as principais informações que podem ser obtidas com a tabulação dos dados do censo. As demais variáveis serão abordadas no relatório de pesquisa que será apresentado em livro próprio.

A primeira variável é a distinção que se deve fazer entre quem é o responsável pela resposta ao questionário e a pessoa que assume o papel de chefe de família ou, como está referido no questionário, o responsável pelo domicílio. Isso se faz necessário porque nem sempre quem responde é o responsável financeiro pelo sustento da família.

Essa informação, ao ser formulada, permitirá a obtenção dos dados relativos à segurança financeira da família e o número de mulheres que assumem o duplo papel de donas de casa e provedoras. Isso se deve ao fato de que, a partir dos anos de 1970, as



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

mulheres têm assumido cada vez mais este papel nas atividades de trabalho. Na década de 70, elas eram 18% trabalhando, enquanto atualmente esse percentual ultrapassa os 50%. As estatísticas sobre as famílias com o perfil social que são alvo de programas de transferência de renda, como, por exemplo, os programas habitacionais e o Bolsa Família, indicam que as mulheres são responsáveis diretamente pelo sustento das famílias em mais de 80% dos lares pesquisados.

Deve-se, ainda, considerar que as unidades familiares lideradas por mulheres ocupam o nível econômico mais baixo encontrado na pesquisa. Dessa forma, qualquer ação que queira interferir no processo de transformação da renda deverá verificar qual é o número de mulheres que se tornam responsáveis pela manutenção do seu imóvel e, com isso, gerar formas de valorização de suas atuais atividades de renda, uma vez que esse número tem uma tendência a não parar de crescer. E isso as coloca como sujeitas a outras necessidades de atendimento público, tais como creche e escola infantil. Mesmo em relação às reuniões que serão promovidas pela equipe técnica, deve-se levar em conta essa realidade. Assim, as promoções de atividades que coincidam com horários próprios de atividades domésticas, por exemplo, deverão ser repensadas, principalmente se sua programação for durante a semana, buscando-se, sempre, conciliar o horário das reuniões com a disponibilidade das mulheres.

O que se fará com a informação:

Os lares que possuem chefes femininos deverão ser observados com maior cuidado. Ações específicas, que lhes possibilitem o acesso a bens e serviços garantindo-lhes maior segurança tanto financeira quanto social, deverão ser foco das propostas a serem consideradas pelos Grupos Gestores locais.

Esse dado poderá ser compreendido quando for realizado o cruzamento entre chefes de famílias e situação do Estado Civil. O gênero do chefe de família e sua situação civil poderá orientar sobre quantas famílias contam com a presença dos genitores; e quantas contam com somente um deles. Essa informação irá possibilitar um filtro na ação individualizada da família. A presença de pessoas que possuem prole e declaram-se solteiros, separados ou divorciados, enseja preocupações do tipo:

a) Há crianças na família?



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

- b) Quais as idades das crianças?
- c) Com quem ficam os filhos?
- d) Onde ficam os filhos?
- e) Há crianças sendo utilizadas para cuidar de outras crianças?
- f) Há crianças trabalhando?
- g) Há recursos financeiros suficientes na família para sustentar o desenvolvimento das crianças?
- h) As crianças estão estudando?
- i) Há crianças em situação de risco social?

As ações a serem implementadas podem parecer distantes dos objetivos traçados em um PEA, no entanto, a equipe técnica não pode furtar-se a reconhecer uma situação de risco social grave, devendo estar preparada para comunicar às instituições de apoio à criança e ao adolescente e a compreender sua participação buscando intervenções ajustadas às necessidades do caso, sempre sob orientação da coordenação do projeto.

• **Tempo de Moradia no Local de Origem**

Essa informação está dividida em quatro escalas: menos de 1 ano; de 1,1 a 5 anos; de 5,1 a 10 anos e mais de 10 anos. A informação produzida pode ser indicativa de maior ou menor efeito do processo de locação da comunidade de pesca em novos ambientes urbanos. Núcleos familiares que estejam morando em um local há menos tempo podem apresentar um histórico que revela o processo de ocupação e reocupação do território, resultado aparente da explosão demográfica ocorrida em razão do desenvolvimento econômico acelerado vivido pelas comunidades atingidas por grandes projetos industriais. Por isso, é importante buscar informações acerca de onde moravam e quanto tempo moraram em cada local e as razões das mudanças.

Aquelas famílias que estão morando em um local há mais tempo podem apresentar restrições à mudança e carregam a memória das transformações sociais ocorridas e como conseguiram manter-se no local. Esse fato deve ser considerado na avaliação do impacto das mudanças na constituição e sobrevivência da família.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

• Medida de Cor

A medida de cor deve ser obtida seguindo os procedimentos estabelecidos pelo IBGE, que preconiza que a cor é autoidentificada, sendo elas: branca, preta, parda, amarela e indígena. Isto é, a própria pessoa define a sua característica de cor e a enquadra nas categorizações acima.

Essa informação é ainda importante por constar de reivindicações da comunidade negra com o fito de reconhecimento da composição étnica da população brasileira como forma de reconhecimento de sua identidade social.

No mais, a importância da identificação da cor está no fato de que há políticas apropriadas a serem consideradas para os indivíduos pertencentes a grupos que sofrem discriminação na busca de empregos e renda. É sabido que a população negra (somatório de pretos e pardos) sofre uma ação discriminatória que os impede de conseguirem melhores posições no mercado de trabalho.

Dessa forma, a identificação do percentual de pessoas que estão nessa categoria permitirá a elaboração de ações afirmativas da cultura negra, da construção de espaços para discussão da situação objetiva vivida por essas pessoas. Devem ser estabelecidos, assim, contatos com os órgãos que desenvolvem trabalhos relacionados ao tema do racismo, com o intuito de se desenvolver ações afirmativas para os afrodescendentes junto ao grupo vulnerável atendido.

Sobre a Escolaridade

A educação exerce papel fundamental na sociedade. A primeira questão a ser considerada é quantos e quais indivíduos do núcleo familiar estão em formação escolar. A escolaridade influi na capacidade dos indivíduos de melhorarem sua condição econômica e social e, no caso da implementação de projetos de GTR, é preciso saber com qual estoque de capital humano se estará trabalhando e quais os investimentos a serem produzidos para que as ações de GTR possam alcançar maior sucesso.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Grau de Escolaridade

O grau de escolaridade dos membros da família é um dado dos mais relevantes, pois pode orientar a ação dos técnicos no sentido de adequar suas práticas conforme o nível de escolaridade encontrada. Assim, cursos de qualificação, estímulo ao retorno à escola e alerta sobre a fragilidade da família na obtenção de emprego com melhor remuneração, além da identificação de indivíduos fora da faixa escolar, são alguns dos pontos que podem ser colhidos e que orientaram a construção de cursos profissionais que irão integrar as ações de GTR.

Sobre a Renda Familiar

A renda familiar é uma preocupação constante nos trabalhos sociais. A falta de renda é a razão primeira das dificuldades de sucesso dos empreendimentos de GTR, pois a necessidade imediata de entrada de recursos impõe aos membros das famílias a sua manutenção em condições de trabalho de baixa remuneração. Os núcleos familiares que apresentarem renda per capita abaixo ou igual ao da renda utilizada para a cessão de benefícios sociais – como a Bolsa Família e outros benefícios previstos na Lei Orgânica da Assistência Social-LOAS –, deverão ser o foco das ações do PEA com foco em organização social por meio de projetos de GTR, pois tais núcleos são os mais vulneráveis entre os vulneráveis, e qualquer ação que pretenda obter êxito na mudança da organização social por meio de uma melhor distribuição de renda deverá observar os extratos sociais mais desfavorecidos.

Situação Social

A relação de vizinhança é um dos elementos que, quando somados aos demais, oferece à Equipe Social os elementos que terão que ser trabalhados em termos da criação de um ambiente de maior confiança interpessoal, possibilitando que os indivíduos possam pôr em prática ações que promovam a solidariedade.

Uma pergunta que é reveladora do grau de integração do grupo familiar em seu espaço social é a frequência com que ocorrem visitas aos seus vizinhos. Essa pergunta relaciona-se diretamente à questão da percepção da confiança. A pergunta que deve ser feita a seguir é, justamente, sobre o quanto esses indivíduos admitem confiar em seus



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

vizinhos. Por isso, pode-se esperar que aquelas pessoas que dizem visitar com pouca frequência ou nunca os seus vizinhos, admitam, também, não concordar com a afirmativa de que se pode confiar na vizinhança.

Um grande número de pessoas que respondem negativamente à questão sobre a frequência de visita aos seus vizinhos e que não se pode confiar neles, irá requerer da Equipe Social um esforço maior no sentido de estabelecer um grau de socialização que permita o desenvolvimento do sentimento de confiança para a proposição de um projeto produtivo coletivo.

Deve-se procurar perceber antes como essas pessoas consideram a presença de pessoas “estranhas” em seu entorno. Assim, pessoas que mantêm relações diárias com seus vizinhos demonstram, ao contrário do perfil anterior, ter uma maior abertura para o outro, sendo mais acessível por possuir uma sociabilidade bastante desenvolvida. Isto permite à Equipe Social utilizar-se dessa capacidade e introduzi-la em círculos que permitam o estabelecimento de relações sociais mais rápidas. Garantir a convivência de pessoas que tenham o perfil mais aberto com pessoas fechadas poderá significar uma chance maior de se estabelecer ou restabelecer relações sociais profícuas entre os sujeitos da ação educativa.

Há, ainda, aquelas pessoas com o perfil mais moderado, que podem ser tanto solução quanto problema em uma reunião com presença heterogênea. Solução porque o perfil moderado está aberto à aproximação de perfis mais extrovertidos; e problema, pela dificuldade com a aproximação de perfis introvertidos que ficaram isolados. Ou seja, o risco está na possibilidade de um agrupamento formado por moderados e extrovertidos manter isoladas as pessoas de perfil introvertido.

Importância Dada à Família

Uma ação que permeia todo o trabalho é a relação com o núcleo familiar. Por isso, saber como as pessoas relacionam-se com ele é muito importante. A pergunta mais esclarecedora sobre a posição dos indivíduos frente à família é a que indaga sobre o grau de importância que alguns fatos representam para o entrevistado. Alguns fatos possíveis de serem investigados são a família, os amigos, a ação política, a religião, o trabalho. Essa pergunta deve ser feita de forma hierarquizada, ou seja, se o indivíduo apontou a família como muito importante, ele não poderá dizer o mesmo para outra variável.

Pode-se esperar que aquelas pessoas que colocam a família na posição de muito



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

importante, tendem a assumir responsabilidades maiores pelo bem-estar de seus membros, reforçando a perspectiva dos laços fortes. Enquanto que aqueles que dizem ser ela menos importante, podem possuir laços fracos mais amplos, o que lhes permite uma maior integração na comunidade. No entanto, podem ser indivíduos que não assumirão, também, responsabilidades sobre a ação comum.

A hierarquia estabelecida entre as respostas revela a compreensão que os indivíduos têm da realidade social em que estão inseridos. Por exemplo: podem-se ter indivíduos que não têm a família como o mais importante, declarando que a política ou o trabalho é que seja muito importante. Esse caso pode revelar um indivíduo que assume o sucesso da ação política ou do trabalho como sendo o meio para promover a melhoria da qualidade de vida de sua família.

Além disso, aqueles indivíduos com perfil político podem ser grandes aglutinadores de pessoas e capazes de assumir trabalhos coletivos com responsabilidade. Portanto, eles tornam-se boas lideranças quando recebem orientação nessa direção. Os trabalhos de oficinas e seminários são frequentemente bem acolhidos por esse tipo de perfil.

O fato de algumas pessoas colocarem a religião como muito importante, ou colocarem a família no mesmo nível ou abaixo, preterindo as relações familiares diante das relações com a religião, explica-se porque a religião produz um discurso sobre a relevância de Deus na vida das pessoas, fazendo com que o indivíduo tema colocar a família no mesmo grau de importância e estar, desta maneira, pecando. Naquilo que interessa ao trabalho a ser desenvolvido, essas respostas denotam pessoas que podem ser sensibilizadas para a necessidade de um trabalho comunitário.

Pessoas que colocam o trabalho em primeiro lugar, em nível de importância, normalmente são difíceis de serem convencidas a participarem de ações comunitárias. Uma consideração a mais que deve ser feita, quando a pergunta relaciona-se com o trabalho, é o cruzamento com o tipo de função que é exercida pelo indivíduo. Trabalhos muito pesados ou rotineiros podem atingir os indivíduos de tal forma que eles estarão sempre muito cansados ou indispostos para participarem das reuniões. A atitude da Equipe Social frente a essa situação, demonstrando a importância do comprometimento desses indivíduos com a ação que está sendo realizada, é fundamental, pois esta realidade pode representar um número significativo de pessoas nesta situação.

Aqueles que consideram os amigos como muito importantes, em detrimento das famílias, podem ser difíceis de serem motivados para participarem de reuniões em que o foco seja a melhoria da qualidade de vida familiar.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Cultura

As ações culturais devem ser consideradas como elementos aglutinadores das pessoas. A capacidade do desenvolvimento de ações lúdicas e a participação individual e coletiva nas ações culturais podem levar ao estabelecimento de relações amistosas e capazes de se transformar em elos para a melhoria da vida em comunidade.

As ações culturais estão diretamente relacionadas ao desenvolvimento individual. Há um grande número de pessoas que nunca tiveram acesso a bens culturais como: cinema, teatro, espetáculo de dança, etc. Neste sentido, essas pessoas acabam por possuir uma referência de vida cultural muito restrita. A Equipe Social, na medida do possível, deve procurar a promoção do acesso a bens culturais a essas pessoas, uma vez que isto pode significar a criação de laços de confiança entre as partes. Os bens culturais conduzem inevitavelmente as pessoas a novas possibilidades de inserção profissional e constroem novas bases para o relacionamento interno no desenvolvimento do trabalho social.

Assim, as perguntas sobre frequência a eventos culturais e sobre se há o desejo de participar ou assistir a algum evento podem ser uma orientação segura para as oficinas lúdicas, a apresentação de grupos culturais e o desenvolvimento de ações coletivas que permitam aos mesmos expressarem sua vivência no grupo local.

Expectativas de Vida

As perspectivas de melhoria na qualidade de vida das pessoas podem ser aferidas de diversas maneiras. Contudo, uma delas está contida naquilo que o indivíduo mais almeja: elevar seu padrão de renda. Por isso, aquelas pessoas que respondem que sua situação financeira poderá estar melhor nos próximos cinco anos, são indivíduos que se colocam mais abertos à possibilidade de participar de cursos de qualificação e buscar melhores empregos. Aquelas que afirmam que sua situação estará pior podem estar em um processo de baixa autoestima, precisando ser envolvidos com maior atenção nas ações planejadas.

O mesmo pode ser verificado para aquelas pessoas que consideram que sua situação está melhor hoje do que há cinco anos. Estas percebem uma melhoria que pode ser mantida também para o futuro. Nesse sentido, envolvido com o projeto de GTR, pode ser abordado como um elemento de melhoria das condições de vida.

No entanto, aquelas pessoas que consideram que sua situação está pior hoje do que há cinco anos, poderão identificar a necessidade de um projeto de GTR como parte da



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

situação de precariedade econômica. Para esses indivíduos, o incentivo à participação em ações de geração de trabalho e renda, como cursos de qualificação e ações produtivas, deve ser priorizado. A ação da Equipe Social deverá ser no sentido de estimular a participação dessas pessoas, de modo a conseguir que percebam que boa parte dos resultados que podem esperar deverão ser produzidos por elas próprias.

Religiosidade

A Equipe Social deverá observar com acuidade se as pessoas professam alguma fé religiosa. Pode-se afirmar que se trata de conhecimento corrente que algumas religiões impõem a seus adeptos restrições quanto à participação em determinados eventos e assuntos. Assim, pessoas que professam fé em uma religião muito conservadora tendem a colocar restrições à participação em festas, oficinas e outras ações comuns a serem promovidas pela Equipe Social.

Isto deverá ser considerado na hora em que for realizado algum evento que busque a congregação de todos os moradores.

MECANISMOS PARA PRODUZIR A AÇÃO

Após a elaboração, aplicação e análise dos dados contidos nos questionários, planeja-se a implementação das ações identificadas como essenciais. Neste contexto, ações como comissões de trabalhos, formação de associações, organização de estatutos, formação em economia solidária, entre outros cursos de qualificação, normalmente devem receber toda a atenção da equipe, pois são esforços cujos resultados são rapidamente destacados pelos sujeitos da ação educativa.

Em relação às reuniões, se torna necessário que elas sejam programadas com antecedência, contendo eixos claros e derivados das necessidades tanto da equipe, quanto dos sujeitos da ação educativa. O trabalho conduzido dessa forma levará a intervenções práticas. Com isso, ocorre o surgimento de um progressivo conhecimento da realidade vivida pelos atores sociais, aflorando a necessidade de capacitação, experimentação e intercâmbio entre as experiências produzidas.

Uma das formas de produzir um interesse na população é realizar a apresentação dos resultados da própria pesquisa. A tabulação dos dados e a apresentação das estatísticas



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

permitirão aos atores sociais a realização de sua própria avaliação da pesquisa.

Para que isso ocorra é necessário que os dados sejam adequados ao entendimento dos participantes. O exercício do feedback leva ao reconhecimento, por parte dos atores sociais, de que eles realmente têm acesso aos resultados da pesquisa. Desse modo, eles estarão aptos a discuti-los e propor ações a serem realizadas no desenvolvimento dos trabalhos da Equipe Social.

MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Existem duas formas principais de produzir resultados ao se deparar com a necessidade de participação da comunidade. Uma delas é a mobilização, que se caracteriza como a busca do envolvimento dos atores sociais na execução de ações. Na mobilização, a comunidade não participa da tomada de decisão do que deveria ser realizado. Ela é fruto de demandas apresentadas pelos técnicos – por meio do diagnóstico – ou por alguns dos atores sociais isoladamente. Ainda que a participação seja eficaz, ela decorre do convencimento da necessidade da realização da ação. Contudo, na maior parte das vezes, a mobilização peca por não proporcionar o aprendizado da comunidade em relação às ações que podem melhorar suas condições de vida.

A segunda forma de ação que pode ser levada a efeito junto à comunidade é o *empowerment*², que parte da ideia de dar às pessoas o poder, a liberdade e a informação que lhes permitem tomar decisões e participar ativamente da organização das ações que levam à melhoria das condições de vida no novo local de habitação. A utilização de equipes autogeridas e a adoção de sistemas orgânicos de administração e culturas participativas e abertas, possibilitam o surgimento de organizações que incluirão em seus

2 O *empowerment* se assenta em quatro bases principais: 1. Poder – dar poder às pessoas, delegando autoridade e responsabilidade em todos os níveis da organização. Isso significa dar importância e confiar nas pessoas, dar-lhes liberdade e autonomia de ação. 2. Motivação – proporcionar motivação às pessoas para incentivá-las continuamente. Isso significa reconhecer o bom desempenho, recompensar os resultados, permitir que as pessoas participem dos resultados de seu trabalho e festejem o alcance de metas. 3. Desenvolvimento – dar recursos às pessoas em termos de capacitação e desenvolvimento pessoal e profissional. É necessário treinar continuamente, proporcionar informações e conhecimento, ensinar continuamente novas técnicas, criar e desenvolver talentos na organização. 4. Liderança – proporcionar liderança na organização. O que permite orientar as pessoas, definir objetivos e metas, abrir novos horizontes, avaliar o desempenho e proporcionar retroação.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

objetivos a difusão e compartilhamento do poder com todos os seus membros, abrindo mão do controle centralizado, e isto parece ser a solução viável que promove rapidez, flexibilidade e capacidade de decisão e ação nesse tipo de organização.

O empowerment não é algo fixo, mas funciona em um continuum que vai desde um abaixo-assinado até ações que demandam um elevado grau de delegação de poder, como, por exemplo, a representação dos sujeitos da ação educativa em cooperativas produtivas ou de crédito. Quando esse grau é elevado, estamos diante de processos sociais que apresentam alto desempenho graças à excelência alcançada em suas dinâmicas sociais e aos resultados proporcionados pelo processo de mobilização e geração de confiança entre os pares.

Dessa maneira, o que se deve buscar com a ação promovida pelo PEA é que os agentes sociais aumentem sua capacidade de gerir localmente suas necessidades, buscando aumentar as oportunidades de planejamento, execução, monitoramento e avaliação do seu processo de desenvolvimento social e educacional.

O processo de transformação das demandas individuais em demandas públicas passa pelo processo de os agentes locais elegerem suas prioridades comuns a partir da demanda por ação identificada por eles próprios. Esses indivíduos, ao serem capazes de produzir uma agenda local de mobilização, estarão contribuindo, ainda, para o aperfeiçoamento da capacidade de convivência pacífica e solidária.

Os passos a serem seguidos para que se possa alcançar com êxito esse processo é:

1. Mobilização, sensibilização e capacitação da comunidade local;
2. Constituição do grupo gestor composto pelos atores sociais mobilizados;
3. Determinação das responsabilidades individuais dos membros do grupo gestor;
4. Produção do seminário em que serão partilhadas as informações coletadas na pesquisa padronizada;
5. Construção de forma participativa das ações a serem implementadas;
6. Construção da avaliação dos resultados apresentados;
7. Definição da agenda de compromissos a serem perseguidos pelos sujeitos da ação educativa;
8. Celebração dos compromissos assumidos;
9. Acompanhamento da implantação dos projetos estabelecidos pelos sujeitos do grupo gestor.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Quando as ações são implementadas, estas levam à ocorrência de mudanças no processo de sua produção. Invertendo o processo unidirecional, ao se colocar os técnicos sociais – atores normalmente responsáveis pelo planejamento das ações – em contato direto com a comunidade normalmente na posição de receptores das ações planejadas sem seu conhecimento, ainda que necessárias sob vários aspectos. Assim, o que se espera é que, ao facilitar o intercâmbio das informações entre as partes envolvidas, ter-se-á a participação de um número superior de pessoas durante todo o processo participativo. Com isto, os membros dos grupos-alvo vivenciarão, na prática, a multidisciplinaridade. O estabelecimento de nexos entre os vários setores necessários à produção das ações determinadas pelos próprios atores sociais rompe o processo passivo de participação que caracteriza os agrupamentos que são involuntariamente beneficiados por programas públicos, como ocorre em muitos dos casos da gestão ambiental pública.

FORMA COMO OS GRUPOS SOCIAIS SE ORGANIZAM

Há alguns passos que todos os grupos sociais seguem quando se encontram diante da decisão de participar ou não das atividades propostas por agentes que lhes são estranhos. Esses passos, ao serem reconhecidos, permitem aos técnicos alocar melhor sua capacidade de trabalho e agir no sentido de maximizar o contato com o grupo.

Assim, ao iniciar a ação, os indivíduos estarão motivados pelo acesso a informações relevantes para o grupo. Por isso, o primeiro contato deve ser um momento em que se estabelece a razão e o porquê daquela ação, qual será a periodicidade dos encontros, podendo, inclusive, dar início ao processo de consulta sobre o que deve ser feito.

No segundo passo, o grupo estará estimulado à participação pela expectativa de ter benefícios materiais. Esses benefícios vão desde a melhoria específica de algum bem público, passando pela possibilidade de obter algum benefício ao entrar em contato os técnicos.

O terceiro passo é a participação funcional. Para que haja melhora do bem público, torna-se necessário o envolvimento dos membros dos grupos, deixando esclarecida a eles esta necessidade para o desenvolvimento dos trabalhos, pois a ação desejada não poderá ser alcançada sem que todos participem. Com isso, os técnicos deverão agir como catalisadores da ação, facilitando o encontro do grupo e sua mobilidade.

No quarto passo, o que ocorre é a evolução do grupo para o processo de participação interativa, que conduz os membros a produzirem o processo de autoajuda, em que a



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

comunidade deixa de precisar da atenção e da condução dos técnicos sociais, sendo capaz de agir independentemente.

O risco de que as ações produzidas acabem por ficar estancadas em uma das etapas descritas anteriormente existe com grande possibilidade. Isto pode ser combatido com a ação atenta dos técnicos sociais, responsáveis diretos pela ação inovadora no sentido de conduzir o grupo à sua emancipação.

ESPECIFICIDADE DA AÇÃO SOCIAL DOS TÉCNICOS

No processo de produção do trabalho técnico social junto às famílias beneficiadas pelo PEA, existe a constância entre pesquisa e coleta de dados. Isto baliza a construção de uma perspectiva unitária ou multifocal sobre o significado da ação proposta para os agrupamentos sociais formados nas diversas comunidades e/ ou localidades em que se encontram as famílias dos pescadores. Essa constância entre pesquisa e ação deve ser orientada pelo processo de integração dos interesses anunciados pelos participantes e observada como impulsionador das mudanças a serem produzidas no papel social de cada membro dessa coletividade. Ao retirar do técnico a primazia do que deve ser implementado, o que se tem, de um lado, é a produção do reconhecimento, por eles, dos conhecimentos detidos e apreendidos pelos sujeitos da ação educativa. Dessa forma, os técnicos saem da posição de saber, permitindo o afloramento de novas perspectivas sobre o desenvolvimento dos trabalhos. Isto resulta na elevação da autoestima dos beneficiados e amplia a capacidade de sucesso da ação promovida. De outro lado, ocorre o reconhecimento, por parte destes moradores, de que os técnicos são elementos essenciais ao processo de mudança, uma vez que eles levantam os problemas e, juntos, constroem uma possível solução.

A questão básica sobre a concepção participativa da ação social junto aos sujeitos da ação educativa está fundamentada no respeito à sabedoria e no conhecimento cultural detido por todo e qualquer agrupamento humano. Principalmente aquele formado dentro do espectro de ação da política pública de meio ambiente. O respeito ao conhecimento, ao acúmulo cultural e aos elementos intrínsecos de sua organização social, implica no fortalecimento de sua capacidade de gestão e resolução de seus próprios problemas. Ocorre desta forma porque as ações são pensadas pelos próprios atores sociais. Seus valores, normas, visões de mundo, costumes e tradições, devem ser incentivadas e



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

reconhecidas, com o propósito direto de se constituírem como elemento motor das ações a serem implementadas.

A forma de produzir resultados eficazes está no reconhecimento de que cada sujeito é portador de uma visão de mundo que lhe é peculiar, isto é, subjetiva. Só quando ele manifesta seu desejo é que ocorre a concordância com a ação. A partir daí ele se dispõe a contribuir para a maneira de se operar aquela ação. Esta disposição revela a sua transformação e conversão em elemento aglutinador e capaz de alcançar os resultados esperados pela ação planejada. Desse modo, a ação vai ao encontro da real necessidade do grupo. Para isso, é necessário que os atores proponentes e responsáveis pelo início do processo de trabalho comunitário sejam capazes de escutar, colocar-se no lugar dos beneficiários e posteriormente promover momentos em que se possam transmitir seus conhecimentos. Por meio da produção de uma comunicação eficaz por parte dos técnicos, com o uso de jornais, panfletos, cartilhas, folder, cursos, dinâmicas, seminários, palestras, é que ocorre o processo de aprendizagem mútua, levando à percepção da posição da comunidade e de seu próprio ponto de vista, que será identificado, ampliado e dado o retorno para os beneficiários.

Só quando isso acontece somos capazes de, realmente, percebermos aqueles saberes como um conjunto, ainda que heterogêneo, e com o qual deve-se estar trabalhando. Para que haja de fato uma comunidade ao final do trabalho que se está realizando é preciso ter certeza de que todos foram ouvidos e que se ouviram mutuamente. Para isso, é necessário cultivar instrumentos que possibilitem a todos o direito de manifestarem suas posições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para alcançar esse processo é necessário estar atendo ao fato de que, muitas vezes, um determinado grupo, que irá ter acesso ao GTR, encontra-se sub-representado nos trabalhos que estão sendo realizados. Isso levará a que seus membros nunca se identifiquem nas ações realizadas, ou mesmo que suas necessidades sejam consideradas na elaboração do referido GTR. Esse é um processo que deve ser atentamente observado e mitigado.

O estímulo para o envolvimento dos beneficiários está contido nos elementos



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

históricos de cada grupo. Muitas vezes, eles não tiveram a mesma possibilidade de expressar, ou até mesmo acreditam não serem capazes de contribuir para o bom andamento do processo de transformação que se quer realizar. Uma observação atenta revelará aos técnicos sociais que boa parte dessa população foi doutrinada a nunca manifestar suas posições. O reforço que eles tiveram quando de alguma forma de manifestação, foi agressivo e tenso ao longo de suas vidas ou, outras vezes, sua ação não resultou em efeitos positivos. Nesse sentido, a ação da equipe social discutindo os parâmetros das ações a serem realizadas, indica o caminho e norteia a obtenção dos resultados desejados. Pois, quando o reforço passa a ser positivo e democrático, ele tem a capacidade de romper com a forma anterior de ação, mas, muitas vezes, torna-se uma tentativa de manifestação desordenada. Por isso, esse processo deve ser conduzido por meio de dinâmicas de grupo, que possibilitarão que o grupo perceba esse momento como uma conquista e que há formas adequadas de fazerem-se ouvir. Assim, quando o grupo formado consegue realizar a identificação do que é prioritário em sua ação, ele deixa de realizar somente queixas e de querer realizar todas as demandas em um só momento.

É importante que os técnicos demonstrem que a tentativa de realizar todas as ações em um só momento poderá levar a que nenhuma das demandas acabe por ser atendida. A construção de um mapa de priorização possibilitará aos beneficiários terem uma visão de conjunto e a perceberem quais das demandas represadas devem ser atendidas primeiramente e quais os efeitos de seu atendimento, conduzindo o grupo a um processo constante de autorreflexão e no aumento de sua capacidade crítica contributiva para a superação das condições de opressão a que estão submetidos os sujeitos da ação educativa.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBIER, Rennée. Pesquisa Ação. São Paulo, Liber Livro, 2007.

LUCIMANN, Thomas. BERGER, Peter L. A Construção Social da Realidade. Ed. Petrópolis, Vozes, 1985.

SANTOS, Boa Ventura (Org.). Produzir Para Viver, os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2002.

THIOLLENT, Michel. Metodologia de Pesquisa-Ação. São Paulo, Ed. Cortez, 1985.



pescarte



FUNAC INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO



Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

UENF



PETROBRAS



IBAMA
M M A

A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

JUSTIÇA AMBIENTAL: O PROBLEMA DA DISTRIBUIÇÃO DOS CUSTOS E BENEFÍCIOS DA EXPLORAÇÃO DO PETRÓLEO PARA AS COMUNIDADES PESQUEIRAS DA BACIA DE CAMPOS

Julio Esteves

INTRODUÇÃO

Como toda exploração de recursos naturais, também a exploração do petróleo traz custos e benefícios, ônus e bônus. Isso coloca uma nova modalidade do velho problema da justiça distributiva, a saber, a questão da justiça na distribuição dos custos e benefícios advindos da exploração desses recursos naturais entre os diversos segmentos da sociedade. Um dos mais importantes teóricos da questão da justiça distributiva foi o filósofo John Rawls. Sua obra *A Theory of Justice*, originalmente publicada em 1971 e revisada em 1999, reformulou o liberalismo clássico introduzindo uma acentuada preocupação com a questão da justiça social (*social justice*). Com efeito, não foi por acaso que a teoria da justiça de Rawls serviu de base para a implementação das políticas de ação afirmativa e da assim chamada ética ambiental (*environmental ethics*).

Tendo como referencial teórico principal a mencionada obra de Rawls, o presente *paper* tem por objetivo apresentar elementos que permitam discutir proficuamente a questão da distribuição de custos/benefícios advindos da exploração do petróleo na Bacia de Campos para as comunidades pesqueiras (pescadores artesanais) dessa região, uma vez que se trata do grupo social talvez mais diretamente afetado por essa atividade. Portanto, este trabalho se insere na linha de ação A e envolve como tema lateral a questão da organização dos segmentos sociais afetados pela atividade da exploração do petróleo, os quais costumam ter pouca interferência na gestão ambiental. A expectativa é a de promover entre esses segmentos mais diretamente impactados pela atividade *offshore* uma reflexão crítica sobre a justiça ambiental, o que é indubitavelmente fundamental para a democratização do processo de licenciamento ambiental e, em última análise, para a gestão das ações de transformação da realidade local.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

DESENVOLVIMENTO

John Rawls parte do princípio da primazia da justiça. Segundo ele, a justiça é a virtude suprema que as instituições sociais podem almejar alcançar. A justiça é inegociável, ou seja, não pode ser objeto de nenhum tipo de troca ou barganha. Não se pode, por exemplo, sacrificar a justiça em troca da estabilidade social ou do progresso socioeconômico. Assim, para Rawls, mesmo que uma ditadura produza paz, estabilidade social e até progresso econômico, jamais poderá ser considerada justa e deve ser rejeitada. Isso posto, Rawls procede imediatamente a uma precisão do sentido em que deve ser tomada a palavra ‘justiça’ no contexto de sua obra.

Muitas espécies diferentes de coisas são consideradas justas e injustas: não apenas as leis, as instituições e os sistemas sociais, mas também determinadas ações de muitas espécies, incluindo decisões, julgamentos e imputações. Também chamamos de justas e de injustas as atitudes e disposições das pessoas, e as próprias pessoas. Nosso tópico, todavia, é o da justiça social. Para nós, o objeto primário da justiça é a estrutura básica da sociedade, ou, mais exatamente, a maneira pela qual as instituições sociais mais importantes distribuem direitos e deveres fundamentais e determinam a divisão de vantagens provenientes da cooperação social (RAWLS, 2000, p. 7-8).

Para compreender o que Rawls tem em mente com o conceito de justiça social, precisamos compreender sua concepção de sociedade. Rawls define a sociedade como um empreendimento cooperativo visando vantagens mútuas e marcado tanto por um conflito quanto por uma identidade de interesses.

Há uma identidade de interesses porque a cooperação social possibilita que todos tenham uma vida melhor da que teria qualquer um dos membros, se cada um dependesse de seus próprios esforços. Há um conflito de interesses porque as pessoas não são indiferentes no que se refere a como os benefícios maiores produzidos pela cooperação mútua são distribuídos, pois para perseguir seus fins cada um prefere uma participação maior a uma menor (RAWLS, 2000, p. 4).

Em outras palavras, Rawls compreende a sociedade como uma espécie de (grande) associação, à qual os indivíduos aderem como “sócios” que visam obter vantagens que não teriam, se não tivessem se associado, mas que inevitavelmente resulta numa tensão, na medida em que cada “sócio” tem uma tendência natural a querer para si os maiores



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

benefícios e os menores custos possíveis resultantes desse trabalho ou cooperação social. Isso coloca o problema da justiça distributiva, o qual exige que se estabeleçam princípios que regulem de uma maneira justa a distribuição dos benefícios e custos resultantes do trabalho social. Nas palavras de Rawls (2000, p. 5), si os maiores benefícios e os menores custos possíveis resultantes desse trabalho ou cooperação social. Isso coloca o problema da justiça distributiva, o qual exige que se estabeleçam princípios que regulem de uma maneira justa a distribuição dos benefícios e custos resultantes do trabalho social. Nas palavras de Rawls (2000, p. 5),

Esses princípios são os princípios da justiça social: eles fornecem um modo de atribuir direitos e deveres nas instituições básicas da sociedade e definem a distribuição apropriada dos benefícios e dos custos da cooperação social.

Há vários sentidos em que a palavra ‘justiça’ é empregada no interior das instituições sociais. Há a justiça retributiva, a justiça comutativa, e até nos referimos à justiça nas ações dos indivíduos. A justiça distributiva é, especificamente, aquela que diz respeito à distribuição dos bens sociais, dos bens resultantes do trabalho de cooperação social. Segundo Rawls, a justiça distributiva tem um papel fundamental na estruturação da sociedade porque ela tem por finalidade reparar certas injustiças existentes nas posições que as pessoas ocupam e que constituem as suas expectativas e perspectivas de vida. Nas palavras do próprio Rawls (2000, p. 8),

a estrutura básica é o objeto primário da justiça porque seus efeitos são profundos e estão presentes desde o começo. Nossa noção intuitiva é a de que essa estrutura contém várias posições sociais e que homens nascidos em condições diferentes têm expectativas de vida diferentes, determinadas, em parte, pelo sistema político bem como pelas circunstâncias econômicas e sociais. Assim, as instituições da sociedade favorecem certos pontos de partida mais que outros. Essas são desigualdades especialmente profundas. Não apenas são difusas, mas afetam desde o início as possibilidades de vida dos seres humanos; contudo, não podem ser justificadas por um apelo às noções de mérito e de valor.

Para tornar mais claro o que Rawls quer dizer, tomemos como exemplo o segmento social objeto de nossa pesquisa. Os filhos dos pescadores artesanais, assim como seus próprios pais, vieram ao mundo numa posição social muito distinta daquela em que se encontram, por exemplo, os filhos de um banqueiro e os de um executivo de uma companhia petrolífera. Obviamente, as perspectivas de vida, de sucesso e de prosperidade



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

abertas ao filho de um pescador artesanal são muito distintas das do filho do banqueiro. A desigualdade entre eles é flagrante. E, no entanto, nenhum deles mereceu estar na situação em que se encontra: o filho do pescador não fez nada de errado para ter um ponto de partida tão desfavorável, e o filho do banqueiro tampouco teve qualquer mérito na obtenção de condições iniciais tão vantajosas. Diante disso, poder-se-ia dizer que a posição social em que se nasce não passa de uma questão de sorte, ou de azar. Não é o que pensa Rawls. Segundo ele, essas desigualdades na estrutura fundamental da sociedade não são fruto do acaso ou da sorte, são elas próprias um produto do trabalho social conjunto; elas são determinadas pelo sistema político e pelas circunstâncias econômicas e sociais. Desse modo, a justiça distributiva compreendida como justiça social visa projetar princípios que permitam reparar desigualdades fundamentais que favorecem ou desfavorecem injustificadamente as perspectivas de vida das pessoas.

Antes de passarmos para uma análise e consideração dos princípios da justiça social defendidos por Rawls, é importante assumirmos brevemente uma perspectiva histórica, de modo a evidenciar a novidade representada por sua proposta no interior da tradição do liberalismo clássico.

O grande impulso moral do liberalismo clássico foi a crescente hostilidade por parte do povo relativamente ao estabelecimento de desigualdades de status pelo Estado. O liberalismo clássico parte da premissa de que, originalmente, os homens são todos livres e iguais, ou seja, de que não há nenhuma base natural para as relações de subordinação que se observam no seio da sociedade civil. Desse impulso moral original, surgiram os princípios voltados à proteção das liberdades individuais, mais exatamente, voltados à proibição da escravidão, da servidão e das diferenças de casta. Mas a oposição à desigualdade se estendeu gradualmente para exigências mais positivas, tais como a exigência de igualdade de cidadania para todos os grupos, do sufrágio universal, do direito de exercer cargos e ofícios, da abolição da autoridade política hereditária. Em suma, o liberalismo clássico culminou numa exigência de igualdade política e jurídica como uma característica geral das instituições públicas.

O que tem levado ao desenvolvimento de formas modernas de um liberalismo igualitário, como o proposto por Rawls, é o reconhecimento de que uma sociedade pode impor de muitas diferentes maneiras desigualdades de status entre seus membros, maneiras essas que nem sempre assumem uma forma legal ou política explícitas. Pois, todo um sistema de instituições sociais e econômicas (na verdade, em parte possibilitadas por leis, tais como as leis do contrato e da propriedade, mas também



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

no fundo moldadas por convenções e padrões que são a soma de inúmeras transações e escolhas feitas por indivíduos ao longo do tempo) acaba por oferecer oportunidades de vida muito desiguais para as diferentes pessoas, dependendo de onde elas estejam situadas no interior da sociedade.

Como se sabe, a consciência das desigualdades de classe hereditárias desembocou em outros movimentos políticos além do liberalismo. Contudo, essa consciência ampliou as preocupações dos teóricos do liberalismo, os quais procederam a uma extensão natural da oposição à desigualdade artificialmente imposta, a saber, a desigualdade política, alcançando aquela forma de desigualdade que era previsível e evitável, mas também até então tolerada, a saber, a desigualdade econômica. No fim das contas, isso levou a uma grande expansão do que o liberalismo passou a exigir do Estado, porque não se trata mais apenas de uma proibição, ou seja, do direito à igualdade e liberdade entendida como não interferência arbitrária por parte do Estado, mas de uma obrigação positiva: o Estado deve interferir quando se trata de impedir que certas desigualdades sociais graves resultantes das diferentes posições ocupadas pelos indivíduos na sociedade tenham seus piores efeitos sobre eles.

Contudo, esse impulso igualitário no interior do liberalismo, ao contrário de movimentos mais à esquerda, sempre esteve estritamente ligado aos limites impostos à admissibilidade de intervenção por parte do poder estatal, como resultado do reconhecimento da soberania de cada indivíduo sobre si mesmo e sobre o próprio Estado. Assim, por mais que seja exigida do Estado uma intervenção positiva, feita com o objetivo de refrear o desenvolvimento das desigualdades econômicas institucionais e estruturais profundas, o Estado não pode violar os direitos básicos de liberdade dos cidadãos. Acomodar essas diretrizes e princípios divergentes numa teoria internamente coerente não é tarefa fácil, a qual levou a muitos desacordos dentro do campo liberal.

A teoria de Rawls se destaca justamente pelo modo como busca compatibilizar os ideais aparentemente inconciliáveis que impulsionaram o liberalismo clássico. A proposta de Rawls consiste em interpretar tanto a proteção dos direitos individuais quanto a promoção da igualdade socioeconômica como expressões de um único valor, a saber, o da igualdade nas relações entre pessoas através de suas instituições políticas e sociais comuns. Em suma, para Rawls, uma sociedade se torna injusta e deixa de tratar alguns dos seus membros como iguais, seja quando restringe a sua liberdade de pensamento ou de expressão, seja quando lhes permite crescer na pobreza.

Como foi dito acima, o objetivo de Rawls é estabelecer princípios de justiça na



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

distribuição das vantagens e desvantagens resultantes do trabalho cooperativo realizado pelas pessoas na sociedade. Entretanto, ao propor seus princípios de justiça distributiva, Rawls se orienta de preferência pelas vantagens e benefícios resultantes do trabalho social, e não pelo ônus e desvantagens advindos do mesmo. As vantagens e benefícios em questão, que devem ser distribuídos de uma forma justa entre os membros da sociedade, constituem no seu conjunto o que Rawls chama de bens sociais primários (primary social goods). Com essa expressão, em primeiro lugar, ele pretende traçar uma distinção entre bens que resultam do trabalho cooperativo em sociedade, os bens sociais, e outros bens cuja posse não está tão dependente da influência das estruturas sociais e que ele chama de bens naturais (natural goods), como saúde, vigor, inteligência e imaginação (66). Obviamente, o objetivo dos princípios de justiça social distributiva só poderia ser o de regular a distribuição dos bens sociais, ou seja, daqueles que mais diretamente se encontram sob a influência das estruturas da sociedade, e não a distribuição dos bens naturais. Contudo, em segundo lugar, ao caracterizá-los também como bens primários, Rawls quer mostrar que nem todos os bens resultantes do trabalho cooperativo social pertencem ao escopo dos seus princípios de justiça. Segundo Rawls, os bens resultantes do trabalho social que devem ser distribuídos de forma justa são somente aqueles que nenhum indivíduo pode deixar de querer para si, e na maior quantidade possível, ou seja, bens sociais primários. Nas palavras do próprio Rawls (2000, p. 97-8),

(...) bens primários (...) são coisas que podemos supor que qualquer ser humano racional quer, independentemente de outras coisas que ele queira. Independentemente de quais sejam no detalhe os planos de um indivíduo racional, supomos que haja várias coisas das quais ele preferiria ter mais do que menos. Possuindo mais desses bens, os homens podem estar de um modo geral mais seguros em ter maior sucesso em levar a cabo suas intenções e na promoção de seus fins, o que quer que sejam esses fins. Os bens sociais primários, para apresentá-los em categorias amplas, são direitos, liberdades e oportunidades, assim como renda e riqueza. (Um bem primário muito importante é o senso do próprio valor, mas a título de simplificação, deixo esse item de lado, para retomá-lo bem mais tarde, no parágrafo 67).

Em conformidade com princípios do liberalismo, Rawls parte da premissa de que o Estado não tem o direito de interferir nos objetivos, intenções, enfim, na concepção de vida ou de felicidade de cada indivíduo. Cada um deve ser livre para realizar os fins que, de acordo com sua própria concepção, constituem a sua felicidade, evidentemente, desde que



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

essa busca da própria felicidade não cause dano ou prejuízo ao mesmo direito dos demais. Rawls sustenta que, por mais diferentes que possam ser as concepções de felicidade dos indivíduos na sociedade, há certos bens que eles não podem deixar de querer ter, e no maior montante possível, pois eles seriam condição para realizar toda e qualquer concepção de felicidade imaginável e concebível. Tais seriam os bens sociais primários, a saber, “liberdade e oportunidade, renda e riqueza, e autoestima ou respeito próprio (self-respect)” (RAWLS, 2000, p. 66); e essa seria a razão pela qual o Estado teria o direito e o dever de distribuí-los de uma maneira justa: não seria possível ser feliz sem eles.

Naturalmente, é extremamente controversa a tese de que há certas coisas que ninguém pode deixar de querer ter, e na maior quantidade possível, pois toda e qualquer concepção de felicidade assim o exigiria. Com efeito, em contraposição a Rawls, não é de modo algum evidente que, por exemplo, grupos religiosos que fazem votos de pobreza queiram ter mais e mais renda e riqueza, já que isso vai até mesmo contra sua concepção de felicidade. Como quer que seja, o bem primário que mais vai nos interessar aqui é aquele que o próprio Rawls julga ser “muito importante” e que é tratado no parágrafo 67 da obra em questão: o senso do próprio valor, também denominado por Rawls como autoestima ou respeito próprio. Voltaremos a ele mais à frente.

Na determinação dos princípios de justiça, Rawls retoma a assim chamada teoria do contrato social ou, simplesmente, o contratualismo. A noção básica do contratualismo é a de que os indivíduos são originalmente livres e não se encontram submetidos a nenhuma autoridade a não ser a sua própria consciência. Consequentemente, a submissão à lei e à autoridade externas, ou seja, ao Estado, só pode ser justificada, se supusermos que foi estabelecida mediante um consentimento livre das partes concernidas, ou seja, mediante uma espécie de contrato. O que os contratualistas tinham em mente era mais ou menos o seguinte: nenhum ser humano tem a possibilidade de escolher a sociedade em que irá nascer e viver. Porém, uma organização político-social justa seria aquela em que cada qual, se tivesse tido essa possibilidade, teria escolhido nascer e viver. Para que uma sociedade seja justa nesse sentido de poder obter a aceitação e reconhecimento de todos igualmente, é preciso que os princípios e leis dessa sociedade emanem de seus membros como se cada qual tivesse sido legislador, como se eles tivessem brotado autonomamente de cada vontade, expressando a vontade geral. A teoria do contrato social é a simulação de uma situação hipotética, na qual os indivíduos reunidos criariam uma legislação fundamental, constitucional e justa de um Estado, na qual estaria manifesta a vontade geral.

A originalidade de Rawls está em conceber a situação em que se daria esse hipotético



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

contrato como caracterizada pelo que ele chama de “véu da ignorância”. Rawls sustenta que a escolha dos princípios da justiça social, ou seja, da justiça distributiva na partilha dos bens produzidos pelo trabalho social, deve ser concebida como realizada no que ele chama de “posição original” sob o “véu da ignorância”. Este último é caracterizado, entre outras coisas, pela ignorância quanto ao lugar que cada qual ocupará na sociedade, quanto à futura posição de sua classe e seu status social, quanto às suas concepções particulares do que seja a própria felicidade, quanto aos seus talentos e propensões psicológicas etc. A ideia básica é a de que, ignorantes quanto à posição social que viriam a ocupar na sociedade, os indivíduos, normalmente inclinados a querer obter o máximo de vantagens e o mínimo dos custos resultantes do trabalho social, são forçados a ser justos e equânimes. Vamos ilustrar essa ideia básica mediante uma situação simulada pelo próprio Rawls para explicar em que consiste o que ele chama de justiça procedimental (RAWLS, 2000, p. 91).

(...) considere-se o caso mais simples de divisão justa. Um certo número de homens deve dividir um bolo: supondo eu a divisão justa seja uma divisão equitativa, qual será o procedimento, se é que existe um, que trará esse resultado? Questões técnicas à parte, a solução óbvia é fazer com que um homem divida o bolo e receba o último pedaço, sendo aos outros permitido que peguem seus pedaços antes dele. Ele dividirá o bolo em partes iguais, já que desse modo pode assegurar para si próprio a maior parte possível. Esse exemplo ilustra os dois traços característicos da justiça procedimental perfeita. Primeiro, há um critério independente para uma divisão justa, um critério definido em separado e antes de o processo acontecer. E, segundo, é possível criar um procedimento que com certeza trará o resultado desejado.

O importante é observar que o que faz com que o homem finalmente divida o bolo (que representa o fruto das vantagens e desvantagens do trabalho social) de uma maneira justa e equitativa não é uma espécie de conversão moral, como se ele de súbito tivesse deixado de ser uma pessoa egoísta que só pensa no seu bem-estar e vantagem. Em outras palavras, não ocorre na situação proposta por Rawls um súbito discernimento de princípios de justiça que fizessem com que aquele encarregado de dividir o bolo viesse a ter respeito e consideração por todos igualmente. Pelo contrário, ele continua sendo aquela pessoa egoísta, porém, esperta. Desse modo, colocado nessa situação de ignorância quanto ao destino das partes do bolo, ele é forçado a ser justo, porque compreende que está no seu interesse próprio e egoísta uma divisão justa do bolo. Desse modo, a pretensão da teoria elaborada por Rawls é a de que princípios da justiça podem ser derivados do interesse próprio racional, desde



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

que colocado em determinadas condições ideais (o “véu da ignorância”). Como ele próprio se expressa acerca da intuição fundamental presente em seu livro: “The aim is to replace moral judgments by those of rational prudence” (“O objetivo é substituir juízos morais por juízos de prudência racional”) (RAWLS, 2000, p. 94).

Segundo Rawls, colocados na situação hipotética caracterizada pelo véu da ignorância, os indivíduos racionais escolheriam dois princípios de justiça como estruturantes da vida em sociedade. Ainda de acordo com Rawls (2000, p. 64), são estes os princípios de justiça distributiva:

Primeiro: Cada pessoa deve ter um direito igual ao mais abrangente sistema de liberdades básicas iguais que seja compatível com um sistema semelhante de liberdades para as outras.

Primeiro: Cada pessoa deve ter um direito igual ao mais abrangente sistema de liberdades básicas iguais que seja compatível com um sistema semelhante de liberdades para as outras.

Segundo: as desigualdades sociais e econômicas devem ser ordenadas de tal modo que sejam ao mesmo tempo (a) consideradas como vantajosas para todos dentro dos limites do razoável e, (b) vinculadas a posições e cargos acessíveis a todos.

O primeiro princípio é um princípio de estrita igualdade, enquanto o segundo é o princípio das desigualdades permissíveis. O primeiro diz respeito aos direitos e liberdades classicamente protegidos por leis, os direitos constitucionais da liberdade de expressão e de pensamento, de confissão religiosa, de participação política ativa ou passiva etc. Segundo Rawls, tais direitos individuais devem ser igualmente garantidos para o máximo das pessoas, sem qualquer restrição. O segundo princípio tem a ver com as operações do sistema socioeconômico, e, nesse caso, desigualdades são admissíveis, mas, para serem justas, têm de resultar em benefícios principalmente para os menos favorecidos. Antes, porém, de aprofundar esse ponto, é preciso observar que o primeiro princípio tem prioridade sobre o segundo, pois, como foi dito acima, não se pode trocar o direito à liberdade de expressão e de pensamento por um possível progresso econômico eventualmente alcançado por uma ditadura. Do mesmo modo, a primeira parte do segundo princípio, que diz respeito à igualdade de oportunidade, tem prioridade sobre a segunda



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

parte, o assim chamado “princípio da diferença”. Assim, a segunda parte do segundo princípio admite diferenças, ou seja, desigualdades econômicas no seio da sociedade, mas, para serem justas, elas têm de promover a igualdade de oportunidades, principalmente para os menos favorecidos. A segunda parte do segundo princípio exige que cada qual, qualquer que seja o seu ponto de partida de classe econômica e social, tenha a mesma oportunidade de desenvolver seus talentos naturais no mais alto nível. Desse modo, ele(a) estará capacitado(a) a competir por uma posição na sociedade, sem ser prejudicado(a) por deficiências inteiramente devidas a circunstâncias das quais não tem culpa e pelas quais não pode ser responsabilizado(a), dado que elas assentam em arbitrárias diferenças de origem social. Assim, o “princípio da diferença” admite que médicos atuando junto à comunidade pesqueira tenham um salário maior do que os proventos ganhos pelos próprios pescadores artesanais, mas isso só é considerado justo porque ou na medida em que a atuação do médico de algum modo contribui para as condições daquela comunidade e capacita aquelas pessoas a terem melhores oportunidades de ascensão social (estando saudáveis, as crianças da comunidade estudam mais e melhor, por exemplo).

A IMPORTÂNCIA DO RESPEITO PRÓPRIO E DA AUTOESTIMA NO CASO DOS PESCADORES ARTESANAIS

Vimos acima que, para Rawls, o respeito próprio (self-respect), a autoestima (self-esteem) e o sentimento do próprio valor talvez sejam os bens sociais primários mais importantes, razão pela qual uma teoria dos princípios da justiça distributiva não pode deixar de levá-los fortemente em conta. Gostaríamos de examinar aqui a importância e a relevância desses bens sociais primários tendo por base especificamente o grupo social objeto deste estudo, ou seja, o caso das comunidades de pescadores artesanais da Bacia de Campos.

Contudo, antes de qualquer coisa, é preciso que fique completamente claro que o sentimento do próprio valor, autoestima ou respeito próprio, apesar de ser algo subjetivo, justamente por ser uma espécie de sentimento, possui uma base ou fundamento social e intersubjetivo. Com efeito, desde aquela famosa passagem da Fenomenologia do Espírito, do filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel, em que ele introduz o que ficou conhecido como Dialética do Senhor e do Escravo, sabemos que a constituição da



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

consciência de si em geral, e a do próprio valor, em particular, assenta em relações de intersubjetividade. Em suma, em larga medida, constituímos a consciência de nosso próprio valor e autoestima a partir do reconhecimento desse valor por parte de terceiros, em última análise, por parte da sociedade em que vivemos.

A importância do reconhecimento público como fonte do sentimento de autoestima também é enfatizada por Rawls, como podemos ver na seguinte passagem da obra em que estamos nos baseando (2000, p. 194):

É claramente racional que os homens assegurem seu respeito próprio (self-respect). O senso de seu próprio valor é necessário para que eles persigam a sua concepção do bem com satisfação e tenham prazer em sua realização. O respeito próprio não é tanto uma parte de algum plano racional de vida, mas é o senso de que vale a pena realizar esse plano. Mas nosso respeito próprio geralmente depende do respeito dos outros. A não ser que sintamos que nossos esforços são respeitados por eles, nos é difícil, talvez impossível, manter a convicção de que vale a pena promover nossos objetivos.

Rawls quer dizer que o respeito próprio ou autoestima é uma condição *sine qua non* para que cada um de nós se mantenha firme na busca de realização da sua concepção da vida que merece ser vivida, numa palavra, da vida que, a nosso juízo, é a vida feliz. Segundo Rawls, se não considerarmos importante o que quer que coloquemos como objetivo e finalidade de nossas vidas, não teremos razão para envidar esforços para alcançá-los. Em outras palavras, precisamos saber que é respeitável, valioso e digno de ser buscado o que colocamos como objetivo de nossas vidas, pois, do contrário, não teremos motivo para continuar buscando tal objetivo. Mas a respeitabilidade de nossos objetivos depende de que cada um de nós tenha o sentimento do respeito a nós próprios, que, por sua vez, como escreve Rawls, “depende do respeito dos outros”, ou seja, depende de que constataremos esse respeito, por assim dizer, no olhar do outro.

No parágrafo 67 de *A Theory of Justice*, Rawls prossegue em suas considerações sobre o respeito próprio (2000, p. 487).

Podemos definir o respeito próprio (ou a autoestima) como tendo dois aspectos. Em primeiro lugar, como já notamos anteriormente (parágrafo 29), inclui um senso que a pessoa tem de seu próprio valor, a sua sólida convicção de que vale a pena realizar a sua concepção do bem, o seu plano de vida. Em segundo lugar, o respeito próprio implica uma confiança em nossa habilidade, na medida em que isso estiver em nosso poder, de realizar nossas intenções. Quando



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

sentimos que nossos planos têm pouco valor, somos incapazes de promovê-los com satisfação e de sentir prazer com sua execução. Nem podemos insistir em nossos esforços quando estamos ameaçados pelo fracasso ou pela dúvida em relação a nós mesmos. Fica claro então por que o respeito próprio é um bem primário. Sem ele, nenhuma atividade pode valer a pena, ou, se algumas coisas têm valor para nós, falta-nos a força para lutar por elas. Todo desejo e atividade se tornam inúteis, e afundamos na apatia e no cinismo. Portanto, as partes na posição original desejariam evitar quase a qualquer custo as condições sociais que solapam o respeito próprio.

Como podemos depreender da passagem acima, o respeito próprio não somente faz com que nossos fins e intenções nos apareçam como valiosos e dignos de serem buscados, ele faz também com que apareçamos aos nossos próprios olhos como pessoas capazes de buscá-los e de alcançá-los. E é interessante observar como a consciência que uma pessoa tem de ser capaz de alcançar os fins e objetivos que se propõe acaba tendo um efeito ampliador dessa capacidade, na medida em que, como escreve Rawls na passagem abaixo, provoca admiração nos demais, que passam a nos olhar com ainda mais respeito.

Pois embora seja verdade que, se nossos esforços não são apreciados por nossos consócios, nos é impossível manter a convicção de que vale a pena realizá-los, também é verdade que os outros tendem a valorizá-los apenas na medida em que esses esforços provocam a sua admiração e lhes dão prazer. Assim, atividades que exibem talentos complexos e sutis e manifestam capacidade para análise e sutileza são valorizadas tanto pela pessoa que as pratica quanto por aqueles ao seu redor. Além disso, quanto mais uma pessoa vivencia seu próprio modo de viver como merecedor de ser realizado, tanto mais tenderá a aplaudir nossas realizações (RAWLS, 2000, p. 488).

Para nossas finalidades no presente paper, também é interessante observar que, embora o sentimento do respeito próprio e de autoestima tenham uma base social e intersubjetiva, é suficiente que o indivíduo faça parte de uma pequena associação ou grupo, para que esse sentimento possa se constituir. Como escreve Rawls (2000, p. 489),

normalmente basta que, para cada pessoa, haja alguma associação (ou mais de uma), à qual ela pertença e no interior da qual as atividades que são racionais para elas sejam publicamente reconhecidas pelas outras. Desse modo, adquirimos o sentimento de que o que fazemos na vida cotidiana vale a pena. Além disso, os vínculos associativos fortalecem o segundo aspecto da autoestima, já que tendem a reduzir a probabilidade de fracasso e fornecem apoio contra o sentimento de dúvida em relação a nós mesmos, quando ocorrem problemas.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Gostaríamos de mostrar como essa questão do respeito próprio e do reconhecimento pelo outro adquire suma importância para as comunidades de pescadores afetadas pela atividade de exploração de petróleo. Para tal, lançaremos mão de algumas observações feitas por Giuliana Franco Leal no artigo intitulado “Justiça Ambiental, Conflitos Latentes e Externalizados: Estudo de Caso de Pescadores Artesanais do Norte Fluminense”. Seu estudo tem como base o caso dos pescadores artesanais que trabalham na Lagoa de Carapebus, uma lagoa costeira localizada dentro de um Parque Nacional, que fora criado em 1998, numa região que vem adotando um modelo eco-nômico fortemente baseado na extração de petróleo há cerca de três décadas, no Norte Fluminense, RJ. Uma das passagens mais interessantes do artigo da pesquisadora é aquela em que transcreve o depoimento de um pescador a respeito da criação do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba (PARNA Jurubatiba).

O que mudou pra mim depois do Parque é o seguinte: pra trazer benefício pra nós em que? Na função de ser sabedor do que é certo e o que é errado. A gente nem era informado, como você ouve falar: “a pesca foi perdida em defeso”. Mas nós não sabíamos o que era o defeso. O direito do defeso que a gente tinha que ter, todo pescador que é legalizado, ele tinha o direito de ter um plano de saúde, o pescador quando é legal. O pescador, ele tem direito a um plano de empréstimo pra comprar embarcação ou rede ou material de pesca. Isso tudo veio beneficiar o pescador. Através do Parque nós passamos a saber disso. Então, é um benefício do Parque.(...) Com o Parque, hoje o pescador é ouvido. Antes as pessoas não ouviam. A gente era tratado que nem bandido. A fiscalização chegava, botava uma arma na frente da gente e pedia os documentos. Eles pediam: “Seus documentos de pesca, cadê? Cadê a arma? Eles nem pediam primeiro os documentos. Mas a primeira coisa que eles pediam é a arma. Só que o cidadão quer o respeito, nós somos trabalhadores (Pescador G) (apud, LEAL, p. 87-8).

Vemos na passagem acima que, mais do que qualquer bem ou condição material, aquilo de que o pescador mais carece é o respeito. E como mostra a autora do artigo, em sintonia com a teoria de Rawls, esse respeito assenta e depende do reconhecimento social de sua atividade.

Sua demanda pode ser entendida como busca de reconhecimento, no sentido dado por Honneth (2003). Para este autor, a reprodução da vida social se dá sob o imperativo do reconhecimento recíproco que, em suas formas que vão além das relações amorosas e de amizade, assumem dois formatos: referem-se ao reconhecimento jurídico, sendo cada indivíduo um portador de direitos



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

universais dos seres humanos, ou dizem respeito ao assentimento solidário, pela estima social que permite aos sujeitos referirem-se positivamente a suas capacidades e características concretas.

Vimos acima, com Rawls, que, para que se estabeleça o sentimento do respeito próprio, basta que a pessoa esteja em alguma pequena associação ou grupo, no interior dos quais as atividades que são valiosas para elas sejam publicamente reconhecidas pelas outras pertencentes ao mesmo grupo ou associação. Ora, um dos aspectos que mais concorrem para a promoção desse sentimento de pertencimento a uma associação ou grupo é o aspecto cultural. Desse modo, seria interessante futuramente tematizar o papel do sentimento de autoestima e respeito próprio no interior das comunidades de pescadores artesanais da Bacia de Campos à luz das suas manifestações culturais, das quais trata o texto do prof. Giovane do Nascimento, incluído neste volume.

ULTERIORES DESENVOLVIMENTOS DA PROBLEMÁTICA

Podemos projetar determinados desdobramentos relativamente ao tema central deste paper. Com efeito, tendo por base o referencial teórico fornecido por Rawls, seria possível promover uma reflexão crítica entre os grupos sociais mais afetados pelas atividades de exploração petrolífera na Bacia de Campos, ou seja, as comunidades de pescadores artesanais, visando conscientização sobre a questão da distribuição dos custos/benefícios resultantes dessa atividade. Essa reflexão concentrar-se-á em torno de dois eixos: 1) os benefícios socioeconômicos da exploração do petróleo, e 2) os custos ambientais decorrentes dessa atividade. Em suma, projetamos prosseguir a pesquisa sobre a questão da justiça distributiva ou social sob o viés da justiça ambiental.

A promoção dessa reflexão crítica sobre a distribuição dos benefícios e dos impactos negativos advindos da exploração do petróleo entre as comunidades pesqueiras deverá ser levada a cabo por orientandos/pesquisadores previamente capacitados para o necessário trabalho de campo. A ideia é constituir um grupo de pelo menos 4 (quatro) orientandos de Iniciação científica e de pelo menos 2 (dois) de mestrado, os quais deverão ser previamente instruídos dentro do referencial teórico por meio de oficinas de capacitação por mim coordenadas, antes de procederem às visitas às comunidades pesqueiras. Uma vez devidamente capacitado, esse grupo de trabalho de campo deverá por sua vez



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

implementar oficinas de discussão e debate com os grupos sociais diretamente afetados (pescadores artesanais), visando desenvolver processos formativos possibilitadores de uma intervenção mais qualificada por parte desses grupos sociais, os mais diretamente afetados (pescadores artesanais), nos processos decisórios de distribuição de custos/benefícios a partir da exploração do petróleo.

Além disso, pretende-se com essa atividade de campo colher subsídios que auxiliem e embasem a reflexão puramente teórica, fundada em extensa bibliografia já disponível, sobre essa questão da justiça distributiva como justiça ambiental, da qual deverão resultar artigos científicos a serem submetidos para participação em congressos nacionais e internacionais e posterior publicação em periódicos especializados. Este objetivo de caráter mais estritamente teórico deverá contar com a participação de pelo menos 2 (dois) pesquisadores doutorandos.

JUSTIFICATIVA

Como se sabe, a formulação de Diagnósticos participativos é um requisito prévio fundamental para a elaboração de programas ou projetos de educação ambiental e de compensação direcionados às comunidades mais afetadas pelos impactos socioambientais advindos da exploração de um recurso natural, como o petróleo, por exemplo. O Diagnóstico participativo se constitui como um “conjunto de procedimentos metodológicos capazes de coletar e analisar dados primários junto a grupos sociais localizados na área de influência de determinado empreendimento”. Isso posto, um dos dados primários que, a nosso ver, deveriam ser coletados junto ao segmento mais atingido pela atividade offshore na Bacia de Campos, a saber, os pescadores artesanais, é justamente a sua própria percepção sobre a justiça na distribuição dos benefícios e impactos negativos dessa atividade sobre suas vidas e as perspectivas de seus familiares. Com efeito, a própria percepção dos pescadores sobre a (in)justiça da situação criada pelo impacto da exploração do petróleo é um importante aspecto que deve ser levado em conta na elaboração de programas ou projetos de educação ambiental ou de compensação pelos eventuais custos e danos socioambientais.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

GRUPOS FOCAIS

Como ficou indicado acima, pretende-se obter resultados em nível de reflexão teórica a partir de subsídios colhidos por meio de atividade de campo junto às comunidades pesqueiras e, reciprocamente, pretende promover uma discussão crítica junto a essas comunidades, com o objetivo de aprofundar a sua própria percepção da justiça na exploração dos recursos naturais. Desse modo, constituirá parte essencial deste futuro desenvolvimento da pesquisa a implementação de oficinas para atuar junto a essas comunidades. No que se segue, procederemos a uma apresentação sumária dos objetivos e temáticas das oficinas inicialmente planejadas.

- **Grupo Focal 1:**

A questão da justiça ambiental está relacionada com a discussão mais ampla dos assim chamados interesses transindividuais. Como explica Robinson Inácio de Miranda (17), “interesses transindividuais são aqueles que excedem o âmbito estritamente individual, mas não constituem propriamente um interesse público. São, portanto, interesses compartilhados por grupos, classes ou categorias de pessoas”. Outros exemplos de semelhantes interesses podem ser encontrados, por exemplo, na questão da proteção do consumidor, na proteção da criança e do adolescente, na proteção dos portadores de necessidades especiais, etc. Esse conjunto de interesses diz respeito a âmbitos que estão para além da esfera estritamente individual, sem, contudo, constituírem questões concernentes ao direito público em sentido também estrito.

Entretanto, poder-se-ia questionar se o direito ambiental no sentido mais amplo não estaria voltado à proteção e tutela de um interesse público, já que a degradação do meio ambiente traz consequências para todos indistintamente. Como quer que seja, no que tange em particular ao objeto deste estudo, indubitavelmente, há um grupo ou coletivo determinado que está sendo afetado pela atividade de exploração do petróleo, a saber, as comunidades pesqueiras (pescadores artesanais) da Bacia de Campos dos Goytacazes. Assim sendo, é oportuno aduzir aqui as considerações tecidas por Celso Antônio Pacheco Fiorillo sobre o princípio da participação no direito ambiental. Com efeito, segundo o autor (apud MIRANDA, 2011, p. 19), é

oportuno considerar que o resultado [da] omissão participativa é um prejuízo a ser suportado pela própria coletividade, porquanto o direito ao meio ambiente



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

possui natureza difusa. Além disso, o fato de a administração desse bem ficar sob a custódia do Poder Público não elide o dever do povo atuar na conservação e preservação do direito do qual é titular.

Como resulta claro das considerações feitas pelo jurista, a proteção e preservação do meio ambiente são algo que exige a participação de todos os concernidos. Assim, no que tange à proteção e preservação das costas e mares onde se desenrolam tanto atividades de extração e exploração de petróleo quanto as atividades que garantem o ganha-pão de comunidades pesqueiras há muito ali estabelecidas, temos constituída uma responsabilidade conjunta de todos esses atores. Eis por que propomos como tema de uma primeira oficina a discussão ampla do âmbito de responsabilidades na preservação do meio ambiente concernente aos diferentes atores. Mais exatamente, visamos debater com as comunidades de pescadores os limites e âmbito das responsabilidades das partes envolvidas: Poder Público, Companhias de Petróleo e os próprios pescadores. Essa oficina deverá se constituir de duas etapas: 1) capacitação prévia de bolsistas e técnicos a respeito da legislação e princípios da proteção do meio ambiente enquanto questão concernente ao direito ambiental; 2) implementação da oficina de discussão no interior das próprias comunidades mediante a ação dos bolsistas e técnicos previamente capacitados para tal.

O objetivo desse primeiro grupo focal será a produção de uma cartilha em cooperação com a própria comunidade sobre os direitos e deveres deles próprios no que tange à questão do uso sustentável e proteção do meio ambiente.

• Grupo Focal 2:

Como observamos acima, a questão da justiça ambiental está relacionada à distribuição dos custos e benefícios, do ônus e do bônus decorrentes da exploração de um recurso natural qualquer, por exemplo, da exploração do petróleo e do gás. No que se refere às comunidades de pescadores artesanais da bacia de Campos, o que se tem observado há muito tempo e motivado algumas ações por parte do Poder Público é uma flagrante desigualdade na distribuição dos custos ambientais em comparação com os benefícios decorrentes da exploração de petróleo e gás, uma vez que as atividades pesqueiras são enormemente impactadas, com pouco retorno para os pescadores enquanto sujeitos dessas atividades. Entretanto, foi também observado que, para aqueles pescadores, a real magnitude de tal injustiça não ressalta com a clareza que seria de se esperar, uma vez que alguns se dão conta dela de um modo somente parcial e difuso, e



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

outros nem sequer isso. O resultado dessa deficiência generalizada de conscientização por parte dos pescadores quanto à sua condição de injustiça ambiental tem como consequência a falta de uma união entre esses sujeitos e atores visando constituir uma pauta de luta e de reivindicação. Desse modo, buscaremos implementar uma oficina especificamente direcionada às comunidades de pescadores artesanais visando a uma discussão sobre seu direito à participação nas decisões sobre utilização do meio ambiente. O objetivo desse grupo focal é proporcionar um elemento de mobilização desses atores em torno de seus interesses.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LEAL, G.F. Justiça Ambiental, Conflitos Latentes e Externalizados: Estudo de Caso de Pescadores Artesanais do Norte Fluminense. In: **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, vol. XVI, n. 4, out.-dez. 2013, pp. 83-102. Também acessível no seguinte endereço: <http://www.redalyc.org/pdf/317/31729904006.pdf>

MIRANDA, R. I. Direito Ambiental. São Paulo: Rideel, 2011.

RAWLS, J. A Theory of Justice. Cambridge, Massachusetts: Belknap Press of Harvard University Press, 1971.

_____. Uma Teoria da Justiça. Trad. Almiro Pisetta e Lenita M. R. Esteves. Martins Fontes, São Paulo, 2000.

Outras Obras sobre a Relação entre Rawls e a Justiça Ambiental:

BELL, Derek. Environmental Justice and Rawls' Difference Principle. *Environmental Ethics* 26 (3): 2004, p. 287-306.

BELL, Derek R. Environmental Refugees: What Rights? Which Duties? *Res Publica* 10 (2): 2004, p. 135-152.

DAVIS, Ryan W. Justice: Metaphysical, After All? *Ethical Theory and Moral Practice* 14



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

(2): 2011, p. 207-222.

DOPPELT Gerald. The Place of Self-Respect in a Theory of Justice. *Inquiry* 52 (2): 2009, p. 127-154.

KAUFMAN, Alexander. Rawls's Practical Conception of Justice: Opinion, Tradition and Objectivity in Political Liberalism. *Journal of Moral Philosophy* 3 (1): 2006, p. 23-43.

LEHNING, Percy B. The Coherence of Rawls's Plea for Democratic Equality. *Critical Review of International Social and Political Philosophy* 1 (4): 1998, p. 1-41.

MALTAIS, Aaron. Global Warming and the Cosmopolitan Political Conception of Justice. *Environmental Politics* 17 (4): 2008, p. 592-609.

MANNING, Russ. Environmental Ethics and Rawls' Theory of Justice. *Environmental Ethics* 3 (2):1981, p. 155-165.

PEFFER, Rodney G. A Modified Rawlsian Theory of Social Justice: "Justice as Fair Rights. *Proceedings of the XXII World Congress of Philosophy* 50: 2008, p. 593-608.

PRESTON, Ted. Environmental Values, Pluralism, and Stability. *Ethics, Place and Environment* 7 (1 & 2):2004, p. 73 – 83.

SINGER, Brent A. An Extension of Rawls' Theory of Justice to Environmental Ethics. *Environmental Ethics* 10 (3): 1988, p. 217-231.

TAYLOR, Roger. The Environmental Implications of Liberalism. *Critical Review* 6 (2-3): 1992, p. 265-282.

THERO, Daniel P. Rawls and Environmental Ethics. *Environmental Ethics* 17 (1): 1995, p. 93-106.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS SABERES E FAZERES TRADICIONAIS DAS COMUNIDADES PESQUEIRAS LITORÂNEAS DO NORTE FLUMINENSE E REGIÃO DOS LAGOS A PARTIR DO PROJETO PESCARTE

Giovane do Nascimento
Leandro Garcia Pinho
Lílian Cesar Ságio

Se a invenção é assim de importância crucial para nossa apreensão da ação e do mundo da ação, a convenção não o é menos, pois a convenção cultural define a perspectiva do ator (WAGNER, 2012, p.139).

APRESENTAÇÃO

A partir das diretrizes definidas no Plano de Trabalho do Projeto Pescarte, que se encontra em seu primeiro ciclo (equivalente a um biênio) de pesquisas, o presente texto busca contribuir nessa empreitada elencando algumas questões no sentido de apresentar propostas com vistas ao que podemos denominar de resgate cultural das comunidades pesqueiras litorâneas do Norte Fluminense e Região dos Lagos, observando a relevância dos saberes e fazeres destas comunidades no âmbito da tradição oral, da cultura material e alimentar. É nesse sentido, que pretendemos contribuir para que sejam reconhecidas e valorizadas as atividades tradicionais destas comunidades em questão por intermédio da memória social, das representações e materialidade cultural. E, a partir desta perspectiva, considerar o pescador artesanal e sua comunidade vivente como protagonistas e sujeitos de suas trajetórias.

Entendemos que nossas considerações, embora ainda de forma ensaística, poderá oferecer alguma perspectiva teórico-prática para o segundo ciclo de atividades de pesquisa do Projeto Pescarte e, para tal, estará baseada em três eixos fundamentais: a) a tradição oral; b) a cultura material e c) a cultura imaterial.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Acreditamos que é a partir da valorização desse sujeito como produtor de culturas, de valores materiais e imateriais que podemos pensar temas como respeito, autonomia, criação e autocriação. Desse modo, nos parece evidente que não há como intervir numa comunidade sem o devido reconhecimento do que por ela foi produzido.

POR QUE DEVEMOS ACREDITAR EM PROJETOS EM MEIO À TANTA DESESPERANÇA?

Não é nenhuma novidade que o nosso país tem apresentado, embora muitos pudessem dizer sem muita eficácia, uma série de projetos no intuito de minimizar as desigualdades instauradas durante séculos em nossa sociedade.

De certa forma, ao se pensar um projeto estamos pensando, de maneira geral, na formação humana e sob quais condições se daria essa formação. Nesse sentido, é preciso pensar sob quais modelos, ou se contra eles, falamos ao elaborarmos um projeto; se pensamos juntos, ou se pensamos por nós mesmos sem o devido respeito à comunidade principal interlocutora e agente no processo de construção desse projeto. O esvaziamento do espaço público de discussão, o descrédito nas instituições responsáveis pela condução dos diálogos e a ausência de uma conduta sincera nas relações com as comunidades podem, em muitos casos, levantar sobranceiras céticas apresentando um reflexo de uma crise nas relações e, conseqüentemente, na formação humana. Afinal, se uma comunidade não é reconhecida em seus saberes e fazeres de qual outra maneira podemos efetivar uma relação de horizontalidade?

Mas, por que e sob quais condições podemos falar em crise na formação humana? O que permite afirmar que hoje, mais do que anteriormente, a formação se revele um grande problema social? Afinal, já estivemos melhor? É claro que não há resposta objetiva a essas questões, mas alguns sintomas de uma crise social mais ampla – a violência desenfreada, a perda de confiança nas instituições públicas, o individualismo generalizado – obrigam a considerar que a formação humana deveria, ao menos, interrogar-se sobre as mudanças necessárias à sua adaptação aos novos tempos.

É de certa forma recorrente, na história humana, a ideia de que a formação está em crise – pois que a cada vez que se submeteu a um exame racional e deliberado das práticas instituídas o resultado foi, como não poderia deixar de ser, a descoberta do descompasso entre fins e meios da formação, entre a sociedade e o modelo de formação,



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

entre as intenções e seus efeitos práticos. Isso se deve não somente à natureza da própria atividade de formação, que resiste às tentativas de objetivação e de instrumentalização, e a todo tipo de controle mais efetivo de seus resultados, mas igualmente ao fato de que, apesar das tendências conservadoras que levam cada sociedade a buscar manter-se como está, não há status quo que dure para sempre, na história. Assim, as práticas de formação estão continuamente divididas entre as duas tendências: de buscar preservar aquilo que, na sociedade tal qual ela se apresenta no presente, parece merecer ser conservado e de transformar aquilo que, parecendo indesejável na atualidade, deve ser extirpado da constituição dos indivíduos. É nesse sentido que se pode dizer que formação e crise são interdependentes: apenas em seu sentido mais restrito, em que deve ser comparada à aprendizagem animal, a formação pode vir inteiramente desacompanhada do exame crítico que proclamará sua insuficiência.

Mas o momento atual traz elementos que não permitem que nos contentemos com esta visão mais geral das coisas: real ou ilusório, o sentimento de falência das instituições, o descrédito em relação aos projetos de futuro, o desprestígio da função do modelo de formador parecem se fazer acompanhar de uma espécie de aligeiramento do sentido crítico do exame que cada sociedade estabelece em relação às formas instituídas de promover o desenvolvimento de seus membros.

Do ponto de vista das autoridades que se ocupam da formação em sentido amplo, escolas, comunidades ou instituições de educação não-formal, este exame vem-se restringindo às evidências produzidas pela simples quantificação, muito mais frequentemente do que por cálculos estatísticos mais elaborados. Mas os dados relativos à formação da sociedade podem nos fornecer algumas informações úteis, mas não servem para nada se não vêm juntos com uma reflexão ampliada sobre o sentido dessa formação.

Há, é claro, duas respostas extremas que sempre se apresentam para a educação moderna: a primeira baseia-se na ideia de que a educação deve pautar-se pelas necessidades do mercado de trabalho – que, a bem da verdade, talvez tenha sido historicamente o argumento mais convincente para a instituição dos sistemas públicos de educação; a segunda, no polo por assim dizer oposto, e que, como a primeira, data dos tempos modernos, estabelece que educam-se os indivíduos para a autonomia. Uma reflexão mais acurada poderia manifestar, em termos de conteúdo, a escassez da primeira resposta e o excesso da segunda. É insuficiente dizer, em termos de formação humana, que preparamos para o mercado de trabalho, uma vez que, por



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

mais estritas que possam ser as recomendações derivadas de pactos locais, nacionais ou internacionais para o desenvolvimento, ou por mais rudimentares que se apresentem as famosas «exigências do mercado», elas não são imediatamente traduzíveis em um modelo educacional, e assim não evitam a questão sobre o sentido da formação; mas é igualmente insuficiente dizer que formamos para a autonomia, para a liberdade, para o «aprender a aprender», ou ainda para a formação de um cidadão crítico, se estas formulações jamais ganham a concretude dos procedimentos, dos meios e vias a serem submetidos a constante avaliação.

Não é difícil imaginar, em cada um desses temas, um impiedoso ponto de interrogação – incapaz, todavia, de silenciar por um instante que seja as certezas dos experts no assunto.

O que, pois, devemos entender pela noção de crise? Em já famoso artigo¹, Hannah Arendt nos adverte para o sentido propriamente moderno que a expressão adquire, afirmando, no entanto, que a «crise geral que acometeu o mundo moderno em toda parte e em quase todas as esferas da vida se manifesta diversamente em cada país, envolvendo áreas e assumindo formas diversas.»

A palavra crise deriva do verbo grego *krino*, que significa separar, distinguir. Ação ou faculdade de distinguir, escolher, *krisis* também possuiria o sentido de contestação, ou de pôr em julgamento². Próximos da esfera jurídica, todos esses termos parecem oferecer uma perspectiva de ação, de um processo, e não uma mera descrição ou explicação de algo realizado, pronto. Mas, originariamente, o conceito deriva do campo das ciências médicas. De maneira semelhante a outros termos, que migraram para o campo das ciências humanas, a partir do século XIX ele ganha, juntamente com outras metáforas organicistas, o passaporte definitivo para a área das ciências humanas. Resta, portanto, saber se não é esse o contexto em que à noção se acrescentam as acepções de «degeneração», «morte», «falha no sistema», entre outros. Além, é claro, da tendência a «explicar» causalmente os fenômenos estudados. Não é essa, porém, a concepção de crise que nos interessa, como também não parece ser essa a noção que Hannah Arendt aplica à educação, muito embora nos dois casos não se afaste a ideia de que a crise marca tempos de incerteza, definindo para as novas gerações um ambiente social ao qual faltam as perspectivas de futuro e o entusiasmo dos projetos, tempos em que é preciso se contentar com um mundo cada vez

1 Hannah Arendt. Entre o passado e o futuro. In: A crise na Educação. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 221.

2 *κρίσις*. In : A. BAILLY. Dictionnaire Francais. Paris: Hachette, 1979. p. 1137.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

mais privado de sentido.

Ainda assim, a questão poderia ser colocada numa outra dimensão. Hannah Arendt já nos avisava que a crise nos dá a oportunidade, ao «dilacerar fachadas» e «obliterar preconceitos», de interrogar a essência de tudo aquilo que foi posto a nu. Uma crise nos obriga a voltar às questões mesmas e exige respostas novas ou velhas, mas de qualquer modo julgamentos diretos³. Ela não significa necessariamente «degeneração» ou «morte», mas pode também expressar a tomada de posição. Entretanto, a «crise se torna um desastre» quando dá lugar a juízos pré-formados e a ideias já corroídas pelo uso, que nos privam da oportunidade de reflexão⁴.

Após um longo período em que foi relegado ao esquecimento, o tema da formação humana voltou a ser objeto das preocupações, especializadas ou não, da sociedade – sobretudo a partir da década de 90, quando formar o cidadão e educar eticamente passaram a ser dadas, ao menos nos discursos e nos documentos oficiais, como tarefas prioritárias da formação pública. Não se dispõem até aqui de evidências que permitam avaliar os efeitos concretos dessa nova preocupação, e decerto é muito difícil aquilatar, por exemplo, os resultados práticos da introdução de novas disposições. O que, no entanto, não deixa espaço para dúvidas é que a atenção dedicada à questão tem por base a intensa crise da formação humana, em todas as facetas e dimensões em que ela se deixa evidenciar.

São múltiplas as perspectivas a partir das quais se poderia abordar a questão da crise da formação humana em nossa sociedade: de um ponto de vista «estritamente ético», seria possível relacioná-la à própria crise dos valores comuns que deveriam fornecer sustentação para a vida social e para o comportamento dos indivíduos; poder-se-ia, ainda, examinar a questão a partir da esfera política, buscando as relações entre as formas de organização instituídas e o espaço que fornecem para a ativa participação dos cidadãos e o cuidado com a preparação dos recém-chegados para essa vida comum. Tanto quanto se poderia, é claro, examinar as práticas de formação instituídas, elaborando a crítica dos modelos oficiais em que se inspiram e da forma como se concretizam no cotidiano, das comunidades.

³ Hannah Arendt. Entre o passado e o futuro. In: A crise na Educação. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 223.

⁴ Ibid.p. 223.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

A COMUNIDADE COMO O LUGAR DE CRIAÇÃO E AUTOCRIAÇÃO E OS MÉTODOS PARA A INTERLOCUÇÃO

O reconhecimento desse sujeito como um agente formador implica no reconhecimento de todo um patrimônio cultural e de suas tradições, a nosso ver, esse processo é fundamental para a formação e autoformação desse indivíduo e, em muitos casos, esse saber e fazer podem estar fadados ao esquecimento na medida em que não se institui como prática cotidiana, seja por um processo qualquer de descaracterização, seja pelo não reconhecimento do valor criativo e formativo desses valores.

Embora todas essas possibilidades, e todas as outras que não mencionamos, estejam relacionadas entre si, e não obstante o evidente interesse de cada uma delas, nosso intuito aqui se limitará às bases antropológicas sobre as quais se assenta uma tal formação e, para tanto, tomamos sempre como ponto de partida ou chegada os saberes e fazeres dessas comunidades, resgatando e possibilitando a merecida visibilidade dessas construções culturais que hoje necessitam, ao que parece, ter o seu espaço de construção definitivamente retomado.

Passemos a considerar algumas estratégias que podem contribuir significativamente para essa tarefa. Os processos da produção artesanal constituem lócus sociais em que memórias, valores e padrões culturais são preservados e re-criados, a partir de imbricados processos históricos de longa duração. E no que se refere à linguagem musical a audição não está restrita ao fato de que sou homem, possuidor de propriedades naturais que me permitem a audição, mas do que isso é por estar circunscrito numa cultura, Gerd Borheim tem razão quando diz que

o homem é consubstancialmente culto porque é necessariamente mundano, ou seja, formado pelo mundo no qual vive; mesmo sem ter recebido uma iniciação especificamente musical, todo homem tem “educação” musical já que recebe a música dentro de certos padrões culturalmente estabelecidos no evoluir da história e aos quais não se poderia furtar (BORHEIM, 2001, p. 137-138)

Diferentes camadas de saberes e significados estão presentes e sobrepostos numa peça de artesanato, numa canção entoada pelos pescadores, ou, ainda na culinária com seus segredos e habilidades no modo de preparo das comidas. Para compreendê-las, é necessário entender tudo o que foi mobilizado durante sua (re)criação, especialmente o emprego da memória coletiva e seu aparato conceitual. A memória constitui elemento



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

essencial da identidade de uma sociedade, de seus usos e representações, a partir de processos de seleção do que deve ou não ser lembrado, da possibilidade de dominação da recordação e de processos que envolvem a inculcação de ideias, sistemas de valores e padrões de comportamentos e concomitantemente, legitimam instituições, status e relações de poder (HOBSBAWN & RANGER, 1984).

Halbwachs definiu a memória coletiva como o processo de escolha de certos elementos do passado para construir uma narrativa a partir do presente. A memória coletiva está sempre encarnada num grupo que pode ser efêmero ou estruturado, sendo o vínculo entre os integrantes fundamental para a sua existência e manutenção (HALBWACHS, 1990). Por grupo, o autor compreende não um conjunto de indivíduos definidos, mas aquilo que o constitui em sua estabilidade e permanência, ou seja, essencialmente, uma ordem de ideias, preocupações e interesses que se particularizam e se refletem nas personalidades de seus membros e que subsiste de modo que qualquer um dos membros possa acessá-las no futuro bastando para isso que ele se recoloca nesta corrente de ideias da qual fez parte um dia. É a partir do exercício de rememorar, de contar e recontar e do labor tradicional que acontece a transmissão dos saberes artesanais, processos estes que se dão no próprio momento da produção do objeto.

Assim, cada peça está embebida de memórias e intenções, elementos que também constituem a identidade local e assim expressam, por meio destes objetos estéticos, parte do universo impalpável e imaterial local. Trazem à tona a dinâmica da vida cotidiana, da produção ao uso prático das peças e cujo trabalho artesanal, no caso, a produção em si, envolve processos de aprendizagem, disciplina do corpo, domínio de técnicas e de repertórios, criação de vínculos.

A história oral cumpre um papel fundamental nesses momentos e, para nós o destaque dos aspectos das linguagens sonoras, musicais e das narrativas memorialísticas envolvendo mitos, tradições e histórias de vida são essenciais para essa aproximação com o patrimônio cultural criado por essa comunidade. Seguindo as nossas proposições podemos nos interrogar com relação aos registros sonoros dessas variadas paisagens. Alguns aspectos que mais nos chamam atenção dizem respeito às cantigas dos pescadores, aos sons emitidos por estes relacionados às atividades pesqueiras e, além disso, às lendas, contos e mitos narrados pelos membros da comunidade que se entremeiam às histórias de vidas peculiares aos ambientes socioambientais dos sujeitos da pesca.

Por patrimônio cultural imaterial compreendem-se as “práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

lugares que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana”.

O Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular e o Instituto do Patrimônio Histórico Nacional vêm desde 2001 desenvolvendo e pesquisando junto ao Poder Público formas de implementação de planos de ação e políticas públicas visando a documentação, registro e valorização desses saberes por meio de inventários, que legitimam, apoiam e difundem as expressões do patrimônio cultural imaterial em âmbito nacional. Estas ferramentas políticas construídas a partir dos inventários e da salvaguarda de diferentes modalidades de expressões da cultura imaterial objetivam apoiar a continuidade dos bens imateriais registrados de modo sustentável, apontando não somente para a necessidade dos meios econômicos, mas para o acesso à existência intelectual, afetiva, moral e espiritual satisfatória de seus realizadores, a partir da especificidade de sua própria cultura. Assim pretende-se problematizar os próprios processos de construção, transmissão e re-construção de memórias, conhecimentos e padrões estéticos vinculados à produção cultural dessas comunidades pesqueiras. O artesanato por vezes é encarado como uma testemunha, fruto da utilização de técnicas e conhecimentos milenares, subterfúgio estético, marcado por um traço de ingenuidade não engajada que configura aquilo que é “tradição”, no sentido de ser exótico, elemento de nostalgia idílica. Este é um tipo de olhar exterior às redes, processos e fluxos imbricados na produção artesanal para o qual um produto só é reconhecido como artesanato conquanto tenha uma marca distintiva de “autenticidade”. Verifica-se, no entanto, que a produção de artesanato se articula de maneira densa/ tensa às redes de produtores, aos distintos mercados consumidores, às cooperativas, órgãos governamentais e não-governamentais de fomento que atuam junto ao setor.

Neste âmbito, outros tipos de produção e transmissão do conhecimento vêm sendo articulados ao artesanato, visando a ampliação dos tipos, modelos, cores das peças, implicando na utilização de novas tecnologias para a otimização da produção e garantia da qualidade/durabilidade/resistência do produto final. Por outro lado, este mesmo processo acarreta a promoção, divulgação e incentivo de práticas que articulam a produção local aos interesses e demandas globais, seja por meio das concorridas feiras de artesanato, seja nos websites e blogs da Internet. Muitas vezes os artesãos não possuem



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

excedentes de recursos para custear a realização de suas peças e exposições e por isso ficam na dependência de verbas e ações dos poderes locais que acabam se valendo das feiras e festivais dedicados ao artesanato como espaços criados para promoção e fortalecimento de filiações partidárias, religiosas etc., numa relação assimétrica de poder para expressar seus valores e interesses. Acreditamos que dessa forma podemos inclusive viabilizar condições propícias para que haja a produção e difusão de bens e serviços culturais diversificados que estejam em consonância com os valores, sentimentos e princípios que fundamentam os patrimônios culturais imateriais locais.

É fundamental investigar a diversidade de relações sociais envolvidas na cadeia de produção do artesanato admitindo sua íntima ligação ao tempo, aos saberes, valores, gostos, visando com isso compreender como o sujeito criador se relaciona com sua produção (arte e labor) e, concomitantemente, projetam ali sua visão de mundo. Por visão de mundo compreendemos, como quer Geertz, o quadro que um determinado povo elabora das coisas como elas são na simples realidade, seu conceito da natureza, de si mesmo, da sociedade (GEERTZ, 2008:93). Para responder a esta pergunta podemos nos valer da alavanca analítica desenvolvida por Overing (1991) e Lagrou (1998), segundo a qual as formas constituem imagens que, independentemente de serem materializadas ou imaginadas, remetem a veículos de relações que agem sobre o mundo.

Para Alfred Gell (1998), a teoria antropológica é necessariamente uma teoria sobre relações sociais entre pessoas e agentes sociais que, em certos contextos, podem ser substituídos por objetos de arte. A partir dessas concepções podem-se ampliar as fronteiras e questionamentos a respeito do poder, uso e circulação das formas, dentre elas os artesanatos encarando-os como “objetos artísticos”. Esses podem ser definidos pela teoria antropológica da arte como objetos cuja agência media e participa das relações sociais ao conferirem formato às ideias e valores referentes à dinâmica conceitual nativa de uma determinada cultura. É necessário compreender que na produção do artesanato estão presentes os valores, memórias, crenças e formas que expressam culturas. Estão também presentes relações com agentes externos que possuem visões distintas, mas que se relacionam com os artesãos e com seus artesanatos pelos meios mais distintos como as relações de parentesco, compadrio, vizinhança, amizade, relações de devoção com os símbolos religiosos e também as relações de mercado onde são prementes não somente a compra e venda, mas as associações e articulações entre artesãos de diferentes localidades nas feiras de artesanato e encontros devotados à discussão e incentivo ao cooperativismo e à economia solidária. Uma lição parece se mostrar nesse caso, para quem quer ser dedicar



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

à criação de um espaço de interlocução, um passo muito importante é o de considerar as conquistas políticas, até mesmo no sentido de integrar numa rede solidária aqueles que teimam em acreditar nos movimentos populares e em suas organizações, nas palavras de Theodor Adorno seria a “esperança dos desesperados”.

No âmbito da cultura material, é fundamental a realização de um mapeamento da produção artesanal, seja na confecção de utensílios para a sobrevivência da arte da pesca ou mesmo na expressão de artefatos artísticos relacionados a materiais advindos da cultura pesqueira. Outro aspecto a ser ressaltado refere-se ao olhar apurado sobre o conhecimento acerca da confecção de embarcações por parte desta comunidade pesqueira, tomando como foco a valorização das técnicas de produção das embarcações. Considerando, outrossim, o artesão e seu produto no locus da produção das embarcações, realizando, para tal, um levantamento desses locais em que os barcos são produzidos. As embarcações são aqui entendidas como produtos de complexidade e riqueza capazes de expressarem uma cultura peculiar do seu artesão, ligando-o diretamente à sua comunidade, fazendo, assim, com que o barco produzido tenha papel singular que liga o fazer do artesão ao ambiente de vida social e à biodiversidade que o circunda.

As filmagens visam dois enfoques: (1) os elementos do contexto cultural que se referem à situação de aprendizagem e os métodos utilizados para tanto; (2) as ações que envolvem a construção das embarcações, o preparo dos alimentos típicos e tradicionais das comunidades e as cantigas e sonorizações dos pescadores. Por meio destas discussões, sobre procedimentos de interlocução a partir do uso de imagens, pode-se verificar o processo de constituição, negociação e identificação de elementos estéticos que conferem forma e significado à produção material, sonora e alimentar como maneiras de expor os resultados das pesquisas a serem levantadas a partir de observação direta, entrevistas e anotações. Esse instrumento de pesquisa constitui meio de execução de um processo por meio do qual se dá o ato de descoberta progressiva do outro a partir da produção, leitura e releitura dos registros imagéticos que o constituem.

Ainda sob a perspectiva da História Oral, as entrevistas com sujeitos pesquisados, por meio de registros de áudio e, quando possível em vídeo, a serem transcritos, editados, recorrem a um levantamento desses sujeitos históricos realizado a partir das indicações realizadas durante as reuniões do grupo de pesquisa. Para tanto é grande relevância as transcrições e formatações com base nas orientações de Alberti (1990) constantes no livro História Oral – a experiência do CPDOC, que se refere ao trabalho desenvolvido com a metodologia de História Oral pelo Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Getúlio Vargas/RJ.

Dentre estas, destacam-se o método etnográfico, que possibilita o trabalho de coleta de dados com grupos e/ou com as comunidades específicas desta proposta. A “observação participante do tipo igualitário”, como enunciam Laburthe-Tolra e Warnier (2003, p. 428), nos auxilia a pensar bem como levar em consideração que o trabalho de campo precisa ser construído como lugar de descoberta e criação.

E, relembrando o que certa vez destacou Jacques Revel (2000, p. 33) – “que o social não é um objeto definido, mas que deve ser construído a partir de interrogações cruzadas” – não podemos esquecer as histórias de vida, que tanto enriquecem o processo de pesquisa a partir de destacados indivíduos que tenham histórico de conhecimento de suas tradições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância da memória, do patrimônio imaterial, no sentido de valorização do próprio sujeito, do reconhecimento de sua história e do valor de sua cultura são elementos marcantes e decisivos para a construção de uma interlocução com uma comunidade.

Procuramos pensar as ações, como dissemos anteriormente, relacionadas aos três eixos fundamentais que consistem na tradição oral, na cultura material e a na cultura imaterial. Nesse sentido, a realização de um tal empreendimento só poderá ser pensado nesta perspectiva de construção em constante parceria com os protagonistas da comunidade. É fundamental esse aspecto na medida em que, ao resgatar a memória cultural dessa comunidade, é possível se falar em resgate da própria autoestima, da autonomia e do respeito ao que é resultado de uma relação intersubjetiva e produtora de valores e do reconhecimento do patrimônio cultural acumulado por uma via formativa.

Longe, portanto, de se constituir em mais uma abstração teórica sem contato direto com a realidade, a construção antropológica assim designada nasce da confluência de valores, representações e disposições próprias ao contexto em que se elabora, do qual se alimenta e que, por sua vez, ela ajuda a constituir e a estabelecer com as características culturais que foram reconhecidamente as suas.

Porém, como paradigmas históricos, essas construções antropológicas são determinantes para a definição dos modelos, procedimentos e práticas formativas dos



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

valores de uma comunidade. É a permanência dos traços dessa redução antropológica que nos motiva a aceitar o desafio de, enfrentar, hoje, os enigmas da formação humana, sabendo de antemão que isso implicará a crítica aos grandes esquemas teóricos que, já há tanto tempo, buscam enfrentar o inexplicável: o fenômeno humano.

Resta-nos, cedendo ao óbvio, afirmar que em nenhum momento pretendemos esgotar a amplíssima questão à qual o estudo se dedica: mas, reconhecendo a grande negligência teórica com que, se não o conceito, ao menos o termo vem sendo aceito e reintroduzido em muitas áreas do saber, atualizar o exame de certas concepções e noções que, acreditamos, podem servir como poderosos instrumentos oferecidos à indolência conceitual com que se tratam os atuais e urgentes dilemas da formação cultural.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. *Entre o Passado e o futuro*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. *A condição humana*. 10^a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson. *Fotoetnografia: um estudo de antropologia visual sobre cotidiano, lixo e trabalho*. Porto Alegre: Tomo Editorial: Palmarinca, 1997.

ALBERTI, V. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

AMADO; FERREIRA. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

APPADURAI, Arjun. *Introdução: mercadorias e a política de valor*. In: *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Rio de Janeiro: Ed. UFF, 2008.

BAILLY, A. *Dictionnaire Grec-Francais*. 26.ed. Paris: Hachette, 1963.

BORNHEIM, Gerd. *Metafísica e finitude*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

BRANDÃO, Carlos R. (Org.). *Pesquisa participante*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e cidadãos – conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ. 1997.

CLIFFORD, James. *As Experiências Etnográficas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

COLLIER JR, J. *Antropologia visual: a fotografia como método de pesquisa*. São Paulo: Edusp, 1973.

GELL, Alfred. *Art and agency: an anthropological theory*. Oxford: Clarendon, 1998.

GEERTZ, Clifford. *O saber local*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. 4ª ed. Porto Alegre Artmed, 2005.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Trad. Laurent Leon Schaffter. São Paulo: Vértice-Revista dos tribunais, 1990.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

LAGROU, Elsje. *Caminhos, Duplos e Corpos: uma abordagem perspectivista da identidade e alteridade entre os Kaxinawa*. 1998. 365p. (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

OVERING, J. A estética da produção: o sendo de comunidade entre os Cubeo e os Piaroa. In: *Revista de Antropologia*, v. 49, 2006.

REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*. Lisboa: Bertrand Brasil; DIFEL, 1989.

SCHAFER, Murray. *O ouvido pensante*. Trad. Marisa Trenc de O. Fonterrada, Magda R. Gomes da Silva, Maria Lúcia Pascoal. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1991.

SHUSTERMAN, Richard. *Vivendo a arte: o pensamento pragmatista e a estética popular*. Tradução de Gisela Domschke. São Paulo: Editora 34, 1978.

THIOLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. 18.ed. São Paulo: Cortez, 2011.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

TOLRA, Philippe Laburthe; WARNIER, Jean-Pierre. *Etnologia antropologia*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

WISNIK, José Miguel. *O som e o sentido: uma outra história das músicas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

O TRABALHO NA PESCA ARTESANAL NO LITORAL NORTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Klenio Veiga da Costa

INTRODUÇÃO

No presente momento, meados da segunda década do século XXI, o fato concreto que aguça a curiosidade sociológica sobre o pescador artesanal e sua família é que, concomitantemente às profundas transformações sociais e econômicas em curso no Brasil, mais de um milhão de pescadores artesanais¹ conseguem, sob formas e em circunstâncias distintas, manter a capacidade de processar uma atividade produtiva, permanecendo produtores de mercadorias autônomos e não proletários.

O objetivo deste estudo é caracterizar a identidade produtiva da pesca artesanal neste território, particularmente as dinâmicas que regem a vida desses pescadores no que concerne ao seu sistema de produção. Ênfase especial será dada às formas de captura de pescado, às relações trabalhistas, à repartição da produção pesqueira. Serão igualmente abordados temas correlatos, tais como: 1) as relações que esses pescadores estabelecem com o meio ambiente; 2) os diferentes contextos sociais em que as comunidades pesqueiras estão inseridas; 3) as soluções consideradas pelas comunidades pesqueiras como facilitadoras para a introdução de novos arranjos produtivos locais ou o reforço dos sistemas produtivos já existentes.

Esse artigo está organizado da seguinte maneira: na primeira seção é apresentada a lente analítica que será utilizada para iniciar a investigação de campo, com destaque para a centralidade da relação Natureza e Cultura no processo de determinação da identidade do pescador artesanal. No segundo tópico, são feitas pontuações sobre o espaço social e econômico no qual os pescadores artesanais do litoral norte do Rio de Janeiro estão inseridos.

Na sequência, o terceiro tópico apresenta, ainda que de modo provisório, uma caracterização da pesca artesanal com destaque para pontos comuns nas diferentes

¹ Informações do Ministério da Pesca e Aquicultura, por meio do Registro Geral da Atividade Pesqueira, apontam que a pesca artesanal é exercida por 1.101.455 pessoas no Brasil (SINPESQ/MPA, julho de 2015).



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

expressões da haliêutica e destaca o caminho que a investigação seguirá para elaborar uma tipificação da(s) identidade(s) produtiva(s) da pesca artesanal presentes nos municípios da Bacia de Campos. A quarta seção traz aspectos da metodologia que é empregada para a condição da pesquisa. Nas considerações finais, são apresentados a importância do desenvolvimento deste estudo e possíveis desdobramentos para os próximos ciclos do Projeto Pescarte.

Por fim, é importante salientar que este texto é derivado de uma proposta de pesquisa que integra o Projeto Pescarte, executado por uma equipe do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, e que é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA. No âmbito do Pescarte, essa caracterização servirá de forma complementar a outras abordagens de investigação, para subsidiar as intervenções multiespecíficas no campo da Educação Ambiental Crítica e na construção de um projeto de Geração de Trabalho e Renda junto à pesca artesanal da Bacia de Campos.

O ESTUDO DA IDENTIDADE POR MEIO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: A PESCA ARTESANAL

Para este trabalho, busca-se levar em conta a relação entre o universo simbólico e as condições materiais de existência, destacando-se que a construção de identidades, representações coletivas, ou o sentimento de pertencimento a uma cultura, estrato, classe ou grupo social estão diretamente relacionados às imbricações do simbólico e do real.

Nesse sentido, Durkheim salienta que as representações religiosas, assim como as demais representações coletivas, estão relacionadas “a um conjunto de práticas; e também a um sistema de ideias, cujo objetivo é exprimir o mundo” (1983, p. 231). Assim, para esse autor o conceito de representações coletivas está relacionado à coesão do grupo. De modo complementar, Mauss ressalta que as representações coletivas, por ele compreendidas como “ideias, conceitos, categorias, motores de atos e práticas tradicionais, sentimentos coletivos e expressões” (1974, p. 185), são o conceito essencial da sociologia, pois são em torno destas ideias comuns que “se agrupam, tanto quanto sobre o solo, os homens, como seu material, seus números, suas histórias” (1974, p. 184). Mauss salienta ainda que mesmo fenômenos de caráter diferente são motivados por representações.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Para Godelier, nenhuma ação intencional do homem pode começar sem a existência de representações sociais. Assim, toda força produtiva material contém em seu germe um elemento ideal complexo que não pode ser considerado uma representação passiva e construída a posteriori no pensamento desta força produtiva, mas tal representação é um componente ativo, uma condição interna de seu aparecimento (GODELIER, 1981, p. 183). Desta forma, o autor acrescenta:

um processo de trabalho comporta muitas vezes atos simbólicos pelos quais se age não sobre a natureza visível, como fazemos com os utensílios, mas sobre poderes invisíveis que controlam a reprodução da natureza e são tidos como podendo conceder e negar ao homem o que ele espera: uma boa safra, uma boa caça, etc. Esta parte simbólica do processo de trabalho constitui uma realidade social tão real como as ações materiais sobre a natureza, mas sua finalidade, suas razões de ser e sua organização interna constituem igualmente realidades ideais, cuja origem é o pensamento que interpreta a ordem escondida do mundo e organiza a ação sobre as potências que o controlam (GODELIER, 1981, p. 185).

Assim sendo, as representações sociais consistem em um sistema simbólico, padrões culturais de classificação e ação no mundo, cujo objetivo prático é contribuir para o estabelecimento de uma realidade social comum a um grupo. Desta forma, elas são os elementos que subsidiam os indivíduos do grupo na elaboração e modelagem de suas identidades sociais. Em outras palavras, as representações sociais permitem que os indivíduos elaborem, a partir de identificações e diferenciações, sentimentos de pertencimento a um determinado grupo social.

As representações definem para os grupos uma identidade e lhes garante especificidade. Ao considerar essa premissa, destaca-se a importância do estudo das representações para a compreensão das relações e fenômenos sociais, fatos sociais que estão implicados diretamente na identidade. Assim sendo, uma reflexão sobre o sistema de referências culturais de uma determinada sociedade permite ao pesquisador conhecer os diversos componentes identitários do grupo em estudo.

Diferentes estudos sobre a pesca artesanal (DUARTE, 1999; KANT DE LIMA, 1997; BRITTO, 1999) empreendem reflexões a respeito da identidade social a partir de análises do universo simbólico e dos padrões culturais das comunidades pesqueiras. Nestes trabalhos, que discutem a pesca artesanal em diferentes comunidades do estado do Rio de Janeiro, a questão da identidade social é o foco central e para discuti-la são analisadas as distintas formas de organização da pesca, sobretudo no que toca a relação sociedade



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

e natureza. Além disto, estes estudos debatem a forma tradicional de reprodução social dos pescadores artesanais em interface aos processos de industrialização e urbanização.

No âmbito da pesca, a relação entre a natureza e a sociedade é um aspecto essencial na conformação da lógica e da estrutura de produção pesqueira (DIEGUES, 1983). Nos mares, rios e lagoas, espaço e tempo “se entretecem com tal vivacidade, que nem sempre se pode identificar com clareza à medida que cada noção orienta o comportamento tecnológico e a organização social dos pescadores” (MALDONADO 1994, p. 41). Desta forma, o pescador artesanal vive sob um modo de vida peculiar e sua identidade social e produtiva é influenciada diretamente pelas condições e temporalidades da natureza.

Em relação ao ofício da pesca, as condições climáticas, a estrutura geomorfológica e as características ecológicas dos pesqueiros representam desafios a serem superados. Ou seja, o território da pesca se apresenta não como um simples suporte passivo no qual o pescador desenvolve sua atividade. Para o pescador, o meio consiste em um objeto performativo, dotado de uma capacidade de agência, que desafia ou torna problemática tanto a segurança do trabalho como a exploração dos recursos pesqueiros fundamentais ao provimento da família e a concretização de seu projeto de vida. Diegues destaca que o meio aquático é

marcado pela fluidez das águas e seus recursos, pela instabilidade contínua provocada por fatores meteorológicos e oceanográficos, pela variação e migração das espécies, seus padrões de reprodução, migração etc. A vida no mar é também marcada não só por contingências naturais, mas por temores e medos, acidentes e naufrágios, pela flutuação dos preços pela extrema perecibilidade do pescado que, uma vez capturado deve ser vendido rapidamente, o que obriga o pescador a acertos particulares de comercialização que, usualmente, lhes são desfavoráveis (DIEGUES, 2003, p. 10).

Para Allut (2000, p. 103), a interação relativamente problemática entre pescador e o meio ambiente o conduz à necessidade de interpretar o entorno natural com a finalidade de criar condições que possibilitem o acesso seguro ao ambiente de trabalho. Desta forma, para a comunidade pesqueira, o meio aquático ganha uma feição muito particular. Essa natureza, socializada a partir das necessidades da pesca, corresponde aos movimentos operacionalizados, no tempo e espaço, pelos pescadores para viabilizar a melhor estratégia para garantir o sucesso e a segurança do projeto de vida familiar.

As condições sociais aliadas aos fatores naturais é o que contribui para que o pescador artesanal programe – segundo Geertz, a cultura é mais bem compreendida



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

se pensada como “um conjunto de mecanismos de controle – planos, receitas, regras, instruções (o que os engenheiros de computação chamam “programas”) para governar o comportamento” (2008:56) – e construa um conjunto de conhecimentos sistemáticos sobre o meio de que extrai seu sustento. O desenvolvimento deste “saber-fazer” – que está baseado em um aprendizado a partir da prática, mas que envolve igualmente os saberes ancestrais e uma sensibilidade sensorial habilidosa – é essencial para o desenvolvimento da identidade produtiva na pesca. Na vivência da haliêutica,

o pescador conhece, se ele achar o peixe espanando ali (...) ele vai em cima. Se ele vê o peixe borbulhando, ele se tiver paradim, (...) ele conhece o peixe e joga em cima. Se ele não vê nada disto, se [por exemplo] tiver ventando, [o] que ele faz? Joga avulso, [em] qualquer lugar. Vai chegando e jogando até acertar em cima e panhar o peixe (COSTA, 2008)².

O conhecimento do pescador artesanal sobre a natureza remete a uma sabedoria que lhe foi transmitida por seu pai, seus avós e outros pescadores mais antigos (MALDONADO, 1986). A respeito desta dinâmica de trabalho e vida que remete o presente ao passado, Kant de Lima (1997, p. 129) destaca que a “reprodução” não implica repetição pura e simples, mas, pelo contrário, a adoção das modificações indispensáveis para assegurar a continuidade da vida social, vinculada a uma representação da identidade social”. Portanto, o pescador artesanal é também resultado do trabalho de várias gerações, de ancestralidades corporificadas em técnicas que são repassadas, aperfeiçoadas e constantemente renovadas no campo material e simbólico (RAMALHO, 2007).

O domínio dos processos, naturais e sociais, envolvidos nas pescarias revela-se um elemento crucial na constituição deste modo de vida. Pois, o que caracteriza a identidade de pescador artesanal, não está relacionado ao ato de viver da pesca, mas em dominar plenamente os meios de produção da pescaria, ou seja, manejar com destreza redes, linhas, barcos, etc. Bem como ser profundo conhecedor dos movimentos próprios da natureza do lugar em que trabalha e vive.

2 Explicação de um pescador da Lagoa de Cima (Campos dos Goytacazes) sobre o uso de suas habilidades perceptivas no processo de captura do pescado.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

O LUGAR DA PESCA ARTESANAL NO LITORAL NORTE

Na história recente do litoral Norte do Rio de Janeiro, o início da exploração do petróleo na plataforma marinha continental, na década de 1970, representou uma profunda transformação no desenvolvimento social e econômico deste território (PIQUET, 2007; 2010). Em um curto espaço de tempo, na região, municípios que anos antes estavam economicamente estagnados pela crise do setor sucroalcooleiro tornaram-se detentores de receitas orçamentárias bilionárias³. Entretanto, a outra face deste recente dinamismo é marcada por persistentes contradições, por exemplo: os elevados índices de subemprego e desemprego que rivalizam com uma grande demanda por mão-de-obra qualificada.

A prosperidade dos municípios da Baía de Campos não significou para todos os setores da sociedade regional uma melhora em sua situação econômica, ambiental e social. Por seu caráter seletivo, no processo de reconfiguração do espaço regional, nem toda população conseguiu acessar os postos de trabalho na cadeia de produção de petróleo. Tão pouco, os municípios “produtores” investiram estrategicamente os recursos indenizatórios na elaboração de projetos de desenvolvimento que promovam equidade e qualidade de vida no médio e longo prazo.

No contexto de grandes desigualdades promovidas pelo desenvolvimento recente do Litoral Norte do Rio de Janeiro, a pesca artesanal é compreendida como um dos segmentos sociais mais vulneráveis⁴ (WALTER, 2010; HERCULANO, 2012). Ela sofre direta e indiretamente com as intervenções antrópicas na ocupação do ambiente marinho, bem como com as transformações socioeconômicas que têm se manifestado nos municípios. Assim, a instalação de plantas produtivas – realização de sísmicas, plataformas de exploração de óleo e gás – ou complexos de logística – os portos do Forno,

3 Segundo o Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Secretaria do Tesouro Nacional), os municípios de Campos dos Goytacazes e Macaé, no ano de 2013, estão entre os vinte maiores orçamentos municipais brasileiros e apresentaram receitas da ordem de 2.57 e 2.16 bilhões de Reais, respectivamente. Além disso, Quissamã (R\$ 12.439,17), São João da Barra (R\$ 11.565,70) e Macaé (R\$ 9.656,71) estão entre os vinte municípios que no ano de 2013 apresentam as maiores receitas orçamentárias per capita do país.

4 A precariedade social e econômica dos pescadores artesanais não é algo recente. Na história social brasileira, salienta Herculano (2012, p. 3), “os pescadores artesanais sempre foram um segmento da população tutelado e, pelo menos no caso do Estado do Rio de Janeiro, residual. (...) o pescador artesanal assoma como uma categoria de refugiado: eram escravos recém-libertos ou fugidos e que se tornavam marisqueiros, pescadores e lenheiros nos mangues da baía. Eram invisíveis e desconsiderados”



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Macaé e Açú – produzem impacto não apenas nas formas de acesso ao mar, mas também nas dinâmicas sociais que marcam a vida dos pescadores. Do mesmo modo, o crescimento populacional, decorrente de uma intensa migração de trabalhadores, impacta no uso que o pescador faz do espaço urbano – o mais crítico deles é a especulação imobiliária.

Além disto, é preciso considerar que diferentes políticas públicas também determinaram o exercício das atividades pesqueiras na região. Valpassos (2006) destaca que as obras de saneamento promovidas pelo extinto Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) causaram significativas transformações nos ecossistemas lacustres e fluviais. Estamos falando de dragagens e retificações em lagoas, rios e córregos, aterros etc. Esses empreendimentos sanitaristas resultaram em uma relação, por vezes, conflituosa entre as políticas de Estado e as comunidades pesqueiras; bem como em disputas entre fazendeiros e as populações ribeirinhas pelo controle dos canais.

Na década de 1960, quando o setor pesqueiro passa por uma reformulação modernizante, foi instituído um serviço público de extensão pesqueira para atender a pesca artesanal – o Programa de Apoio à Pesca Artesanal-PESCART, criado em 1973. Entretanto, o “extensionismo”, ao invés de assistir às comunidades pesqueiras artesanais, estava alinhado aos propósitos políticos estabelecidos, ou seja, à modernização, ao industrialismo e ao desenvolvimentismo. Desta forma, a política pública foi conduzida para que o pescador artesanal fosse incorporado a cadeia produtiva da pesca com mais um dos insumos da indústria. Diegues salienta:

Largando a pequena pesca à própria sorte, o objetivo do Decreto-Lei n. 221/67 era claro: atribuir à pequena pesca a função de um bolsão de força de trabalho barato para a frota empresarial-capitalista que, ao mesmo tempo, se apropriaria do pescado do setor mais dinâmico da pequena pesca (a produção dos pescadores artesanais motorizados), através do domínio da comercialização (DIEGUES, 1983, p. 147).

Na atualidade, as políticas setoriais promovidas pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, criado em 2009, sinalizam que a situação do pescador artesanal não se alterou. Neste novo impulso para a modernização do setor pesqueiro, as ações do ministério convergem para a expansão da aquicultura. Mendonça e Valencio (2008) salientam que no Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura (2003), a inclusão da aquicultura nas atividades da pesca artesanal é prescrita como solução, sobretudo, para a geração de renda familiar. Porém, diferentes autores, Ramalho, (2014),



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Neto (2010), De Azevedo e Pierri (2014), destacam que a aquicultura é atualmente o projeto principal de desenvolvimento pesqueiro do país, e nele o futuro do pescador artesanal é deixar de pescar, isto é, deixar de ser pescador.

CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO NA PESCA

Decerto, a produção da pesca artesanal não constitui um conjunto homogêneo. As especificidades da atividade pesqueira passam, sobretudo, pelas condições ambientais em que se opera a captura (rio, lagoa, costa, alto mar) e pelo uso de diferentes tipos de embarcações combinadas com o emprego de múltiplos aparelhos de pesca. Contudo, no que toca às relações sociais que caracterizam o trabalho e, inclusive, o qualificam como artesanal, a pesca desenvolvida na região apresenta três pontos comuns, quais sejam: a) a parceria como forma predominante na relação de produção; b) o trabalho familiar aplicado à prática produtiva; e c) a produção com vistas à produção de excedente.

Para a elaboração desta primeira impressão sobre a identidade produtiva na pesca artesanal, foram considerados os dados preliminares do Censo Pescarte para quatro municípios (Campos, Macaé, Arraial do Cabo e Cabo Frio), a experiência prévia do pesquisador como técnico social do Pescarte e as ações iniciais do trabalho de campo.

A Parceria

As unidades produtivas, que compõem a produção pesqueira artesanal na Bacia de Campos, agrupam em sua maioria (80,56%) pescadores que trabalham coletivamente – apenas 18,22% realizam a atividade de forma independente – em tripulações que variam entre 2 a 16 elementos. Nestas embarcações, a tripulação não possui vínculo trabalhista formal ou recebem por salários. O usual é que o pescador artesanal seja remunerado a partir de arranjos trabalhistas como “acordos de partilhas” ou “por produção”.

Deste modo, os pescadores são parceiros, ou seja, trabalhadores não assalariados e não proprietários dos meios de produção com que trabalham (por exemplo: canoas e redes). Assim, eles dividem com o proprietário dos meios de produção o resultado do seu trabalho na pesca. Visto de outro modo, o pescador remunera o proprietário pelo uso dos materiais necessários para a realização das pescarias. A escolha da tripulação acontece



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

por meio de contratos consuetudinários, verbais, explícitos entre as partes contratadas, que pode ser firmado pelo pescador com o proprietário ou o mestre da embarcação. Ainda que não sejam formais, o vínculo de permanência da tripulação em uma embarcação é relativamente estável. Entre os respondentes do Censo Pescarte 66,55% afirmaram pescar sempre com o mesmo grupo de pessoas.

Atividade da pesca artesanal no Litoral Norte está marcada não só pela ausência de vínculos empregatícios formais como também pelo insuficiente registro destes pescadores em entidades que garantem seus direitos trabalhistas. Estão registrados órgãos de regulamentação da atividade pesqueira, Colônias de Pescadores, Registro Geral da Pesca (Ministério da Pesca e Aquicultura) e Capitania dos Portos, apenas 27,1% dos pescadores entrevistados. Já aqueles que declararam não possuir nenhum tipo registrado representam 66,8%. É pertinente destacar que os documentos expedidos por estas entidades constituem o meio pelo qual o pescador artesanal obtém acesso aos direitos sociais, por exemplo, o benefício previdenciário⁵.

O Trabalho Familiar

Tal como em outras partes do litoral brasileiro, nos municípios da Bacia de Campos a pesca artesanal também está baseada na produção familiar. Para algumas famílias, o ofício da pesca é uma tradição legada pelos antepassados e pode remontar a até quatro gerações no interior de uma família. Mesmo considerada pelos pescadores uma atividade penosa e pouco valorizada pela sociedade, na atividade da pesquisa foi possível observar que no momento em que se apresentam ou são apresentados, além do nome e a referência à sua modalidade de trabalho na pesca, há pessoas que destacam que a sua profissão é uma herança familiar. Deste modo, fica explícito que ser pescador, antes de tudo, é algo intrinsecamente ligado à história familiar e à identidade dessas pessoas.

Na Bacia de Campos, o pescador e sua família se organizam para a produção de maneira que cabe à mulher, filhas e filhos, a execução de tarefas que extrapolam o tempo de permanência no mar, rios ou lagoas. Assim, na continuidade do processo produtivo, transferem-se para a casa do pescador atividades relativas ao tratamento do pescado para a comercialização, a confecção de algum instrumento de pesca, ou na administração

5 Na Previdência Social os pescadores artesanais são enquadrados como segurados especiais. Nesta condição, ele tem garantida a aposentadoria por idade, o recebimento do auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, salário-maternidade e pensão por morte.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

dos rendimentos. Esse trabalho complementar, realizado no espaço da casa e com a contribuição dos membros da família, consiste para as crianças e jovens no primeiro espaço de formação profissional.

A Economia de Excedente

Na região a pesca artesanal não é marginal à expansão do mercado de pescado ou tão pouco uma experiência social em extinção. Ao contrário, essa atividade é orgânica e essencial ao setor pesqueiro regional. Entre os municípios de São Francisco do Itabapoana e Macaé a pesca artesanal é responsável por uma expressiva captura de camarões (sete-barbas, barba ruça e branca), dourados e atuns. Nos ambientes lacustres, a pesca de traíras e tilápias sobressai. Nos municípios de Cabo Frio e Arraial do Cabo, limite sul da Baía de Campos, a pesca em mar aberto proporciona importantes capturas de sardinha-verdadeira e de outras espécies pelágicas; além disto, no complexo lagunar a captura do camarão rosa se destaca. Considerando as espécies capturadas⁶, que se destacam pelo valor de mercado ou pelo volume explorado, é pertinente pontuar que a pesca artesanal extrapola a condição de atividade sem importância econômica.

A participação do pescador artesanal do litoral norte do Rio no mercado acontece a partir da comercialização do pescado. Isso pressupõe uma especialização destes produtores e um princípio de divisão social do trabalho. No momento em que pescador artesanal passa a se reproduzir e reproduzir suas condições de existência na pesca essencialmente pelo comércio, as capturas de pescado tornam-se direcionadas para a produção de excedentes. Este excedente é o elemento gerador da renda monetária para os camaradas de pesca e o dono do barco. A partir da comercialização do excedente pesqueiro, os pescadores garantem a sobrevivência de suas famílias e o proprietário da embarcação faz os devidos reparos do meio de produção, garante o gelo, óleo e o rancho de futuras pescarias, bem como apura seu lucro.

Nestes termos, para caracterizar a pesca artesanal é apropriado valer-se da noção de economia de excedente, tal como formulada por Martins (1978). Segundo o autor, a economia de excedente proporciona uma situação na qual a comercialização não representa uma transação incidental ou que envolva os produtos que sobraram do consumo familiar. Por parte dos pescadores, há uma série de estratégias, especialmente sobre o trabalho,

⁶ Cumpre informar que a estatística pesqueira oficial do Estado do Rio de Janeiro mensura o desembarque em apenas em 16 municípios do Estado.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

para que a produção pesqueira logre resultados que satisfaçam às demandas do mercado e, principalmente, suas expectativas de rendimentos monetários. Por fim, é relevante destacar que, nesta situação, o pescador passa a depender mais intensamente de agentes financiadores, tais como frigorífico e peixaria, comerciantes de gelo ou material de pesca, que passam a lhe financiar a preparação do barco ou mesmo a comida da família nos períodos mais difíceis.

As condicionantes político-econômicas, acrescidas das características biofísicas e ecológicas, fazem aparecer diferentes formas de organização da pesca artesanal no litoral norte do Rio de Janeiro. Essas variações consistem em respostas, construídas pelos pescadores, para encontrar a melhor forma de reprodução social diante do cenário a que estão expostos. As múltiplas expressões da pesca equivalem a um conjunto de ações de fortalecimento da unidade de produção e da família que se reproduz a partir dela. Desse modo, é importante que o esforço de pesquisa caminhe no sentido de verificar e apreender quais são essas particularidades da pesca artesanal nos municípios do litoral norte. Pois, ao avançar na compreensão dessa diversidade, no final, será possível caracterizar com acurácia a identidade ou identidades produtivas da pesca artesanal no contexto regional.

METODOLOGIA

Para alcançar esse objetivo, essa investigação se apoia na tradição de estudos antropológicos que têm no trabalho de campo e no exercício da observação sistemática um estilo próprio da coleta de dados. Neste modo de fazer ciência são privilegiados os métodos qualitativos de interpretação de dados, não desprezando, no entanto, a eventual utilização de técnicas quantitativas na obtenção de séries mais abrangentes. Na observação participante,

é sempre necessário que o pesquisador seja aceito pelo outro, por um grupo, pela comunidade, para que se coloque na condição ora de partícipe, ora de observador. E é preciso que esse outro se disponha a falar da sua vida. Trata-se do que Bronislaw Malinowski (1978) chamava de “a necessidade de mergulhar na vida do outro”, para que essa vida possa, em alguma medida, ser reconstituída.



pescarte



FUNAC INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO



Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Martins (2004) chama a atenção que, para o cumprimento da proposta de Malinowski, o mergulho na vida do grupo e em culturas às quais o pesquisador não pertence, depende de que ele convença e estabeleça certo grau de empatia. Neste sentido, ressalta Goldenberg (2005), a convivência consiste no melhor instrumento de que o cientista social dispõe para compreender de dentro o significado das lógicas particulares características de cada cultura.

Enquanto técnica de pesquisa social, a observação participante proporciona àquele que observa partilhar, em certa medida, as atividades e os interesses do grupo social no qual está envolvido. Ou seja, ela permite uma visão de dentro. A convivência do pesquisador com o grupo estudado cria uma condição privilegiada para que ele acesse uma compreensão da vida social local que, de outro modo, não seria alcançável. Essa “imersão” na vida cotidiana do outro proporciona para o observador indícios e elementos que podem lançar luz sobre o significado atribuído pelo grupo social pesquisado às suas ações, atitudes etc. (DA MATTA, 1978; VELHO, 1978; COMBESSIE, 2004).

Ao longo desta pesquisa, na observação participante serão empregados diferentes instrumentos de pesquisa: observação direta, entrevistas semiestruturadas, fotografias, relatos de história de vida etc. Estes recursos serão empregados para entender o contexto dos significados, conflitos e a organização social do grupo estudado. A partir deste instrumental teórico-metodológico, procura-se tecer o histórico e a trajetória na pesca da população pesquisada, com a intenção de captar referências empíricas fundamentais para que se percebam os valores e contornos da identidade social da pesca artesanal do litoral norte do estado do Rio de Janeiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conjunto com o Censo Pescarte, a produção dessa pesquisa de base qualitativa sobre os pescadores artesanais, seu modo de vida e trabalho é muito pertinente. Afinal, a partir do conhecimento e da reunião destas informações será possível estabelecer uma caracterização desta atividade em suas diferentes feições e escalas. Precisar melhor essas condições materiais e o universo simbólico no qual o pescador artesanal está enredado facilita a compreensão sobre estes sujeitos e sua presença singular em nossa sociedade.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

No âmbito do Pescarte, o desenvolvimento desta pesquisa visa colaborar diretamente para a condução da política pública. A reflexão sobre “O trabalho na pesca artesanal...” busca informar que o corpo de saberes desses atores sociais transcende o conhecimento vulgar e duvidoso. Esse reconhecimento torna possível incorporar o pescador e seus familiares no desenvolvimento de ações voltadas para o fortalecimento e organização comunitária da classe pesqueira. Sendo que essa participação pode vir a favorecer a tomada de decisões mais acertadas nas ações de intervenção.

Além disto, entender como essas comunidades pesqueiras têm se organizado e sobrevivido no contexto capitalista é interessante para suscitar nas comunidades pesqueiras uma reflexão sobre suas condições sociais e econômicas. O resgate desse processo de resistência, alinhado a medidas de educação ambiental – em sua vertente crítica e transformadora – pode auxiliar o Pescarte a promover uma profunda reflexão sobre os valores éticos do trabalho na pesca e as relações de solidariedade grupal dos pescadores. Sendo assim, é indicado que este trabalho prossiga nos próximos ciclos do projeto e que atividades pedagógicas devolutivas sejam realizadas nas comunidades pesqueiras para debater e ampliar o que já foi apreendido pelo estudo.

No futuro, a investigação sobre a identidade produtiva do pescador artesanal, a partir da pesquisa qualitativa, deve ser expandida para a elaboração de uma observação participante das ações do grupo gestor. Neste empreendimento, o foco é realizar reflexões sobre as discussões em torno da criação do projeto de geração de trabalho e renda, a ser construído de modo colaborativo entre pescadores e universidade, com o financiamento da empresa de exploração petrolífera e a supervisão do IBAMA.

BIBLIOGRAFIA

ALLUT, Antonio García. O conhecimento do especialista e seu papel no desenho de novas políticas pesqueiras. In: DIEGUES, Antônio Carlos Sant’Ana. *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. Hucitec, 2000

BIDEGAIN P. *Lagoas do Norte Fluminense - Perfil Ambiental*. Rio de Janeiro: Semads, 148 p. 2002

BRITTO, Rosyan Campos de Caldas. *Modernidade e Tradição - Construção da Identidade Social dos Pescadores de Arraial do Cabo-RJ*. Niterói: EDUFF, 1999.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

CARVALHO, Edgar de Assis (Org.). GODELIER, Maurice. Col. Grandes Cientistas Sociais. SP: Ática, 1981.

COMBESSIE, Jean-Claude. *O método em sociologia: o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 2004.

COSTA, Klenio Veiga. *Cosmovisões da Natureza: Um estudo sobre as Representações Sociais de Natureza envolvidas na proteção da Lagoa de Cima – Campos dos Goytacazes-RJ*. 2008. 189p. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade-CPDA. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2008.

DA MATTA, Roberto. O ofício do etnógrafo ou como ter “anthropological blues”. In: Nunes EO, [Org.]. *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DE AZEVEDO, Natália Tavares; PIERRI, Naína. A política pesqueira no Brasil (2003-2011): a escolha pelo crescimento produtivo e o lugar da pesca artesanal. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 32, 2014.

DELGADO, Guilherme C. O setor de subsistência na economia brasileira: gênese histórica e formas de reprodução. Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo. Brasília: Ipea, 2004. p. 19-50.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant’Ana. A interdisciplinaridade nos estudos do mar: o papel das ciências sociais. In: Conferência proferida na XV Semana de Oceanografia, Instituto Oceanográfico da USP. 2003.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant’Ana. *Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza*. São Paulo: Editora Hucitec, 2000.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant’Ana. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: NUPAUB, 1998.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant’Ana. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática, 1983.

DUARTE, Luiz Fernando D. *As redes do suor: a reprodução social dos trabalhadores da*



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

pesca em Jurujuba. Niterói-RJ: EdUFF, 1999.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares de vida religiosa*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1989.

GEERTZ, Clifford. O Impacto do Conceito de Cultura Sobre o Conceito de Homem. In: Geertz, Clifford. *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOLDENBERG, Miriam. *A arte de pensar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

HERCULANO, Selene. PESCA E PETRÓLEO NO LITORAL FLUMINENSE. Revista Nordestina de Ecoturismo, n. 5 v. 1, 2012, p. 1-14.

KANT DE LIMA, Roberto. *Pescadores de Itaipu*. Meio ambiente, conflito e ritual no litoral do estado do Rio de Janeiro. Niterói: EDUFF. 1997, 328p.

MALDONADO, Simone Carneiro. *Mestres & mares: espaço e indivisão na pesca marítima*. Annablume, 1994.

MALDONADO, Simone Carneiro. *Pescadores do mar*. São Paulo: Ática, 1986.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 30, n. 2, 2004, p. 289-300.

MARTINS, J. de S. *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1978.

MAUSS, Marcel. Relações Reais e Práticas Entre a Psicologia e a Sociologia. In: _____. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU, 1974.

MENDONÇA, SAT de; VALENCIO, NFL da S. O papel da modernidade no rompimento da tradição: As políticas da SEAP como dissolução do modo de vida da pesca artesanal. *Boletim do Instituto de Pesca*, São Paulo, v. 34, n. 1, 2008, p. 107-116.

NETO, José Dias. Pesca no Brasil e seus aspectos institucionais-um registro para o futuro. *Revista CEPSUL-Biodiversidade e Conservação Marinha*, v. 1, n. 1, 2010, p. 66-80.

PIQUET, Rosélia. Impactos da indústria do petróleo no Norte Fluminense. Impactos sociais, ambientais e urbanos das atividades petrolíferas: o caso de Macaé, org. Selene



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Herculano. Niterói, <http://www.uff.br/macaeimpacto/OFICINAMACAE>, 2010.

PIQUET, Rosélia. Norte Fluminense: mudanças e incertezas na era do petróleo. *RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico*, v. 6, n. 9, 2007, p. 1-18.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. *Embarcações do encantamento: trabalho como arte, estética e liberdade na pesca artesanal de Suape, PE* / Cristiano Wellington Noberto Ramalho. Campinas, SP: [s. n.], 2007.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. ESTADO, PESCADORES E DESENVOLVIMENTO NACIONAL. DA RESERVA NAVAL À AQUÍCOLA. *RURIS. Revista do Centro de Estudos Rurais-UNICAMP*, v. 8, n. 1, 2014.

VALPASSOS, Carlos Abraão Moura. *Quando a Lagoa Vira Pasto: Um Estudo Sobre as Diferentes Formas de Apropriação e Concepção dos Espaços Marginais da Lagoa Feia – RJ*. Dissertação apresentada como requisito para a conclusão do curso de Mestrado em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. 2006, 139 p.

VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. In. Nunes EO, [Org.]. *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

WALTER, T. *Novos usos e novos mercados: qual a sua influência na dinâmica da cadeia produtiva dos frutos do mar oriundos da pesca artesanal?* Tese (Doutorado Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura E Sociedade – CPDA. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2010.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

EXPRESSÕES DO CONFLITO SOCIOAMBIENTAL NA COMUNIDADE PESQUEIRA ARTESANAL NO LITORAL NORTE DO RIO DE JANEIRO

Klenio Veiga da Costa

INTRODUÇÃO

O reconhecimento de que o modelo de desenvolvimento estabelecido penaliza tanto o meio ambiente quanto as populações nele imersas, aguçou as ciências sociais a discutir o tema e a ampliar o debate sobre a atual relação Sociedade versus Natureza. Nestes debates, especialmente no campo da ecologia política, foi estabelecido que as análises dos conflitos ambientais constituem o tema central, ou a problemática ambiental. Para os autores que representam esta corrente teórica, o problema ambiental tem íntima relação com os modos diferenciados que os distintos grupos sociais usam ou significam a natureza. Portanto, os conflitos emergem quando um grupo tem seu modo de vida ameaçado por processos desencadeados por grupos sociais com outras representações sobre a natureza.

A noção de conflito socioambiental, tal como formulada nas ciências sociais, constituiu uma interessante chave para se pensar questões referentes às práticas sociais de diferentes grupos, sobretudo a nossa própria sociedade. Deste modo, a análise dos conflitos socioambientais contribuiu para evidenciar as assimetrias em torno da apropriação da natureza, que estão intimamente relacionadas aos processos políticos e econômicos desiguais de nossa sociedade. Por outro lado, o debate a respeito dos conflitos ambientais, juntamente com a noção de justiça ambiental, possibilita pensar o quão necessária é a institucionalização de uma Gestão Ambiental que seja capaz de produzir mudança e que faça cessar as iniquidades socioambientais.

O presente trabalho apresenta um levantamento sobre os múltiplos conflitos socioambientais que incidem sobre o modo de vida e a atividade profissional dos pescadores artesanais do litoral norte do estado do Rio de Janeiro, especificamente nos



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

municípios de Arraial do Cabo, Cabo Frio, Macaé, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São João da Barra e São Francisco do Itabapoana. Além disto, é relevante mencionar que este texto é derivado de uma proposta de pesquisa que integra o PEA Pescarte, executado por uma equipe do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darci Ribeiro e que é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

MATERIAIS E MÉTODOS - A ATIVIDADE PAUTA ABERTA E O CORPUS DA PESQUISA

O material que serve de base para a discussão sobre os conflitos socioambientais que afetam o pescador artesanal da Bacia de Campos foi obtido a partir das Reuniões de Pauta Aberta realizadas pelo Programa de Educação Ambiental Pescarte (PEA Pescarte). Com esses encontros, o PEA Pescarte tinha por objetivo promover entre a comunidade pesqueira uma reflexão “sobre os problemas e perceber quais são os maiores desafios coletivos que precisam ser solucionados para garantir-lhes uma melhor qualidade de vida”. O resultado obtido foi um amplo painel com as dificuldades que a comunidade pesqueira enfrenta (Ver Anexo Quadro 1).

As atividades Pauta Aberta¹ aconteceram entre os meses de março e julho do ano de 2015, nos sete municípios em que atua o Pescarte, e totalizaram onze reuniões. Ao todo participaram 374 pessoas, 233 pescadores e 82 pescadoras. Os demais participantes (59) representavam instituições públicas como a FIPERJ e o INEA; programas de educação ambiental como Observação, NEA-BC, Território dos Petróleo; representantes do poder

¹ Em todas as reuniões, os técnicos sociais do PEA Pescarte faziam o convite à reflexão a respeito dos desafios enfrentados no cotidiano da pesca, o que acontecia na atividade Muro das Lamentações. Para a atividade, a assembleia era dividida em grupos menores e o mediador lançava a seguinte questão: “Quais os problemas que dificultam chegarmos aos nossos sonhos?”. Isto animava o grupo para o debate. Cada um dos problemas levantados foi registrado em um tijolinho de cartolina, na forma escrita ou por desenho. Na sequência, com a assembleia novamente reunida, os tijolos eram apresentados a todos e colados na parede formando um painel. A partir do muro das lamentações, os subgrupos apresentavam suas questões e estas eram debatidas pela assembleia. Neste momento, o facilitador iniciava uma conversa com o grupo refletindo sobre quais eram os problemas, se eles se repetiram entre os diferentes grupos e qual deles era passível de ser trabalhado pelo Pescarte, outro PEA, pelo poder público e/ou movimentos sociais.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

público municipal: secretários, vereadores e assessores parlamentares; bem como professores e alunos de instituições de ensino da rede federal e estadual (Ver Anexo Tabela 1).

O resultado dessas reuniões foi registrado em relatorias e estes documentos serviram como material de pesquisa. Para a construção do corpus da pesquisa, os relatórios foram lidos e fichados. Assim, foi possível construir um quadro geral com todos os problemas que afetam a comunidade pesqueira, bem como um quadro específico, concernente aos “conflitos socioambientais vivenciados pela comunidade pesqueira”. É pertinente lembrar que neste trabalho não há uma preocupação em hierarquizar ou estabelecer a frequência dos problemas levantados pelos pescadores e pescadoras, ou seja, criar um ranking de problemas. Afinal, acredita-se que todos os problemas apresentados pela comunidade pesqueira são, ao seu modo, muito graves.

A PROBLEMÁTICA SOCIOAMBIENTAL

A questão ambiental é atualmente pautada pela ideia da existência de uma crise ambiental, relacionada direta e exclusivamente à “probabilidade de um iminente colapso na relação quantitativa malthusiana entre população e território ou entre crescimento econômico material e a base finita de recursos” (ACSELRAD, 2004, s.p.). Desta maneira, destaca Acselrad, tal formulação tende a difundir nos debates sobre o ambiente um objetivismo que eclipsa os processos sociais de construção da noção de natureza.

O argumento que prepondera no debate público sobre o uso do meio ambiente, a grosso modo, concebe a base material como elemento independente das dinâmicas das sociedades e culturas. Este relativo rompimento entre natureza, sociedade e cultura está intrinsecamente ligado à cosmovisão de um projeto societário que reduz o mundo material à simples quantidades de energias. Desta forma, o ambiente é percebido como uno e limitado e, por conseguinte, submetido à lógica da escassez, da apropriação individual e desigual, nos termos hobbesianos.

Neste sentido, as questões inerentes às assimetrias sociais, espaciais e temporais e ao uso desigual de recursos e serviços ambientais pelos seres humanos são apenas externalidades dos processos sociais que englobam a todos. Além disto, postula-se a existência de uma “consciência ambiental” única, que paira sobre os atores, e é alcançada a partir da “tomada de consciência”: uma pretensa acuidade em observação da gravidade dos eventos relacionados ao meio ambiente, demonstrados principalmente



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

pelos indicadores da crise, mensurações realizadas a partir de instrumentais de cunho estritamente técnico-científico.

Frente a este posicionamento, a ideia de conflito socioambiental pode ser uma importante chave analítica para pensar as relações sociais e as relações entre sociedade e natureza. Para a vertente de estudos socioambientais conhecida como Ecologia Política, os conflitos socioambientais decorrem das disputas entre grupos sociais em razão dos distintos tipos de relação que eles estabelecem com o meio natural (LITTLE, 2001). O tema, portanto, refere-se aos direitos territoriais e significados culturais incrustados nestes territórios. Zhouri Laschefski e Pereira (2005) destacam:

O conflito eclode quando o sentido e a utilização de um espaço ambiental por um determinado grupo ocorre em detrimento dos significados e usos que outros segmentos sociais possam fazer de seu território, para com isso, assegurar a reprodução do seu modo de vida (ZHOURI et.al., 2005, p. 18).

Os conflitos são situações concretas ou latentes em que as condições e formas de reprodução social de indivíduos e de grupos sociais são postas em xeque. Para além disto, os conflitos também são circunstâncias nas quais as assimetrias de poder entre grupos e classes sociais são reveladas. Acelrad põe em evidência essa situação ao definir que os conflitos ambientais são

Aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos - decorrentes do exercício das práticas de outros grupos (ACSELRAD, 2004, p. 26).

Deste modo, o propósito dos estudos a respeito dos conflitos socioambientais é refletir a partir do ambiente sobre as contradições inerentes ao atual modelo de sociedade. Ou seja, ele busca expor que estes embates têm como pano de fundo as injustiças ambientais², que são “a condição de existência coletiva própria a sociedades desiguais onde

2 A Injustiça Ambiental tem como correlato a noção de Justiça Ambiental. Segundo Herculano, esse conceito vem da experiência dos movimentos sociais dos Estados Unidos e refere-se a busca por um “tratamento justo e do envolvimento significativo de todas as pessoas, independentemente de sua raça, cor, origem ou renda no que diz respeito à elaboração, desenvolvimento, implementação e reforço de políticas, leis e regulações ambientais. Por tratamento justo entenda-se que nenhum grupo de pessoas, incluindo aí

operam mecanismos sociopolíticos que destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais (...) mais vulneráveis...” (ZHOURI, LASCHEFSKI, 2010). Observa-se que as noções de conflito socioambiental e (in)justiça ambiental denunciam contradições nas quais as vítimas não só são excluídas do desenvolvimento, como também assumem todo o ônus dele resultante.

A análise da problemática ambientais por meio deste viés teórico suscita a reflexão sobre a impossibilidade de separar as sociedades de seu meio ambiente, uma vez que a natureza é construída por traços culturais e históricos. Deste modo, objetos, práticas e sentidos interagem e se conectam material e socialmente através de água, solo e atmosfera. Diante disto, o presente artigo busca revelar que, seja pela ação (ou não ação) do Estado, seja pelas atividades econômicas capitalistas, as práticas de reprodução material e simbólica de diferentes comunidades pesqueiras artesanais do litoral norte do Rio de Janeiro são duramente atingidas.

Para efeito analítico, propomos o enquadramento dos problemas socioambientais vivenciados pelos pescadores e pescadoras da Bacia de Campos a partir de duas modalidades, são elas: 1) Conflitos em torno do controle sobre os recursos naturais e 2) Conflitos em torno dos impactos gerados pela ação humana. Estas categorias foram propostas por Little com o objetivo de delimitar parâmetros “mais precisos para a compreensão e possível resolução dos conflitos socioambientais” (2001, p. 109). Entretanto, o autor destaca que sua tipologia não é uma regra rígida, o propósito é que ela sirva como ferramenta auxiliar para a análise da realidade social.

Resultados e Discussão

• Conflitos em torno dos impactos gerados pela ação humana

A intervenção humana nos ciclos naturais “gera muitos impactos que são nefastos tanto para a própria natureza quanto para os seres humanos” (LITTLE, 2001, p. 109). O que torna mais críticos estes impactos é que em alguns casos os grupos sociais, que

grupos étnicos, raciais ou de classe, deva suportar uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas resultantes de operações industriais, comerciais e municipais, da execução de políticas e programas federais, estaduais, locais ou tribais, bem como das consequências resultantes da ausência ou omissão destas políticas”(HERCULANO, 2002, p. 144).



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

promovem as intervenções e recebem os benefícios diretos destas, não estão sujeitos a nenhum dos seus impactos negativos. Por outro lado, aqueles que não recebem nenhum benefício, direto ou indireto, sofrem muito mais com estes processos (LITTLE, 2001). Este tipo de conflito ambiental trata de situações que não surgem necessariamente em torno de disputas territoriais. Em sua grande parte, eles são resultados de situações em que práticas sociais de um grupo provocam efeitos negativos que afetam outros grupos.

No mapeamento dos conflitos socioambientais que atingem a pesca artesanal foram identificados diversos casos de conflitos ambientais decorrentes dos impactos da ação humana, são elas:

- Poluição por esgoto dos rios, lagoas, lagoas
- Pesca predatória
- Desmatamentos das matas ciliares e manguezais
- Espécies invasoras no sistema lagoas
- Redução dos estoques pesqueiros
- Salinização de rios e lagoas
- Seca e Redução no volume de água nos rios e lagoas (barramento dos rio e canais, assoreamento do rio, obstrução da boca da barra)

A título de exemplo, será apresentado o contexto do conflito ambiental que envolve o despejo de esgoto nos corpos hídricos e os pescadores artesanais. A partir dos anos 1970, quando o estado do Rio de Janeiro passava pelo desenvolvimento da atividade industrial e eram descobertas reservas petrolíferas na Bacia de Campos, as cidades desta região sofreram profundas transformações. A extração comercial de petróleo na Bacia de Campos tornou-se o grande vetor do atual ciclo de desenvolvimento da economia e da sociedade regional (PIQUETT, 2010). Sem dúvida, as cidades da região mudaram com o petróleo; entretanto, a prosperidade gerada não significou, para todos aqueles que vivem na cidade, uma positiva transformação econômica ou socioambiental.

A brusca mudança no perfil produtivo, já que anteriormente a economia era baseada principalmente na atividade agropecuária, afetou a todos, sobretudo os segmentos sociais em situação de vulnerabilidade. Observa-se que a emergência de atividades industriais e terciárias foi acompanhada do adensamento demográfico, do surgimento de áreas de residência e consumo de alto padrão social, bem como o aumento proporcional de bolsões de pobreza.

As cidades crescem de forma desordenada e mutilada. Por exemplo, nem todos têm



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

acesso a serviços básicos como rede de esgoto. Tal incapacidade em recolher e processar seu esgoto gera efeitos que expõem a situações de vulnerabilidade muitas comunidades pesqueiras. Em Macaé, Campos dos Goytacazes, Cabo Frio e Arraial os pescadores relatam situações nas quais relacionam o crescimento populacional das cidades e o despejo de esgoto com o comprometimento dos estoques pesqueiros. Para eles, o despejo de efluentes sem o mínimo tratamento conduz a uma situação que compromete diretamente a produção e qualidade do pescado. Além disso, por habitarem nas proximidades dos corpos hídricos, os pescadores são diretamente vitimados pelo despejo do esgoto não tratado. A poluição inviabiliza completamente o uso da água, seja para beber ou usar em limpezas, gerando odores desagradáveis e carregando lixos de variados tipos e formas que podem causar perdas de petrechos.

Outro exemplo significativo dos conflitos ambientais gerados pela ação humana diz respeito à redução do volume de água observada nas lagoas das cidades de Campos dos Goytacazes, São João da Barra e São Francisco do Itabapoana. Decerto a crise hídrica local tem um componente climático (faltou chuva nos últimos anos), contudo, ela refere-se também às opções político-econômicas que animam o desenvolvimento da sociedade local e nacional. Assim sendo, a dimensão política da crise hídrica que afeta estes municípios pode ser observada no exemplo das ações para o saneamento da planície campista, operadas pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento-DNOS.

Em toda a planície costeira, o período que vai da década de 1930 até meados da década de 1970 caracteriza-se pela implementação de projetos de drenagem, intervenções de grande escopo no ecossistema, com o objetivo de se efetivar um processo de controle das águas, doenças e agregação de novas áreas cultiváveis (LAMEGO, 1974; SOFIATTI 2006; CARNEIRO, 2006).

Para compreender tal processo, é importante destacar que, a partir da Revolução de 1930, a agricultura no contexto da política econômica do Estado assume o importante papel de subsidiar o processo de substituições de importações e assim promover a modernização do país. Além disto, destaca-se o protagonismo assumido pela classe profissional dos engenheiros na direção das políticas públicas no estado do Rio de Janeiro (CARNEIRO, 2006). É neste contexto que ocorre a consolidação da Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense, que posteriormente ganhou amplitude nacional como Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS).

Na prática, a atuação do DNOS teve como resultado o amplo “dessecamento” da planície anteriormente pantanosa – repleta de lagoas e lagunas perenes e temporárias



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

–, mediante a construção de uma complexa rede de canais de drenagem, com mais de 1.300 km de extensão. Tal intervenção favorecia nitidamente a expansão das atividades agrícolas locais. Desta forma, o objetivo de transformar brejos, pântanos e mesmo lagoas e lagoas em terrenos agricultáveis foi concretizado e estas novas terras foram agregadas ao sistema produtivo das propriedades particulares (CARNEIRO, 2006).

Assim, é pertinente afirmar que os projetos de drenagem sempre estiveram relacionados à valorização fundiária, com o pretexto de sanear a região. Afirma Soffiati (2006) que o Estado realizou um amplo trabalho de engenharia hidráulica para permitir que a lavoura da cana e a pecuária incorporassem mais terras. Portanto, no centro da questão localiza-se a expansão e a concentração de terras agricultáveis através do dessecamento de lagoas, brejos e de áreas periodicamente inundadas.

As ações de saneamento, destacam Bidegain, Bizerril e Soffiati (2002), deflagraram uma substantiva transformação do ambiente da planície. Além do dessecamento da superfície das lagoas, houve rebaixamento do lençol freático, destruição de nichos ecológicos, alteração da velocidade do escoamento pelo aprofundamento do leito dos rios, etc. Todas estas situações comprometeram a flora e a fauna de uma forma geral, bem como afetou diretamente as comunidades que dependiam dos rios, lagoas e canais. Segundo os pescadores, na atualidade eles enfrentam problemas relacionados à falta d'água e redução das espécies de peixes, utilizados na alimentação e para obtenção de fonte de renda.

• **Conflitos em torno do controle sobre os recursos naturais**

De acordo com Acselrad, “as sociedades produzem a sua existência tendo por base tanto as relações sociais que lhes são específicas como os modos de apropriação do mundo material que lhes correspondem” (2004, p. 14). Assim sendo, os recursos naturais não devem ser reduzidos a meras quantidades de matéria e energia. Pois, antes de tudo, eles são artefatos culturais. Isto quer dizer que a natureza somente se torna recurso quando um grupo social a define como tal e fornece para ela um uso específico.

Por estarem intimamente ligados aos conhecimentos e tecnologias de um grupo social determinado, os recursos naturais assumem uma feição territorial. Desta maneira, os conflitos socioambientais deste tipo são disputas sobre a apropriação dos territórios que contêm tais recursos e, portanto, entre os grupos que reivindicam esses lugares como seus espaços de vida e de trabalho. Esses conflitos abarcam situações em que os grupos envolvidos são portadores de cosmovisões distintas, o que se reflete nas variadas formas



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

de apropriação da natureza naqueles recortes espaciais.

Na Bacia de Campos, muitos são os casos de comunidades pesqueiras que têm seu território e sua forma de reprodução material e simbólica ameaçadas por estarem situadas em áreas de interesses de outros grupos sociais. Na atividade “Reunião de Pauta Aberta”, os pescadores elencaram as seguintes situações:

- Falta liberdade para o pescador explorar seus pontos de pesca por conta das privatizações realizadas (Porto do Açu, áreas de exclusão, empreendimentos imobiliários, turísticos, agropecuários);
- O conflito do uso da marina de Arraial do Cabo entre pescadores artesanais e turismo;
- O conflito na gestão dos sistemas de canais na Planície Campista;
- Falta de fiscalização da atividade pesqueira industrial;
- Perda dos recursos pesqueiros e petrechos para a pesca industrial;
- A fiscalização seletiva na Resex Mar em Arraial do Cabo
- Falta de adequação do tempo do defeso ao ciclo natural de reprodução dos peixes e camarões;
- Limitação das espécies a serem pescadas;
- Dificuldade para obter licenças de pesca;
- Falta de fiscalização do defeso (tanto no que se refere ao cumprimento da suspensão da pesca, quanto na legitimação dos beneficiários);
- Criminalização dos pescadores artesanais na Lagoa de Araruama em Cabo Frio.

O conflito entre políticas públicas de preservação da natureza, especialmente o período de defeso, e a pesca artesanal são um exemplo significativo das disputas relacionadas aos recursos naturais. Segundo a legislação ambiental brasileira, o defeso consiste em um intervalo de tempo no qual as atividades de pesca, coleta e caça ficam vetadas. Este período é estabelecido pelo IBAMA, segundo critérios técnico-científicos, de acordo com o período de tempo em que os crustáceos e os peixes se reproduzem na natureza. Basicamente, a interdição visa à preservação e à fruição sustentável dos recursos naturais. O conflito em torno do defeso na Bacia de Campos é marcado pela não concordância dos pescadores artesanais com as medidas restritivas impostas pelo órgão de meio ambiente.

Nas atividades de pauta aberta foi possível apreender que o defeso criou dificuldades ecológicas e financeiras para a pesca. Segundo os pescadores artesanais, a interdição das capturas instaura uma pressão econômica, pois a paralisação, que dura meses, representa



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

uma redução na renda familiar. No período do defeso, os pescadores recebem um salário mínimo mensal como indenização (o Seguro Defeso), mas há aqueles que pescam, se esquivando da fiscalização, por considerarem que a renda indenizatória é insuficiente ou pela demora no pagamento. Além disso, as pescarias durante o defeso estão relacionadas também ao questionamento que os pescadores fazem do período estabelecido para que a pesca fique proibida.

Os pescadores destacam o descompasso entre a interdição da pesca e a cema (procriação da ictiofauna), especialmente nos ambientes de lagoas e lagunas. Desta forma, o período de interdição é questionado a partir da constatação de que os ritmos locais, dos quais os pescadores são peritos, não foram considerados pelas instruções normativas do IBAMA e Ministério da Pesca e Meio Ambiente. Por razão deste descompasso, os pescadores destacam que o defeso proíbe ou libera a pesca em épocas em que o pescado não está em reprodução. Para muitos, a falta de sintonia entre os calendários ecológicos é percebida como empecilho para que o pescador consiga o sustento de sua família a partir de seu próprio trabalho. Todas essas questões geram entre a classe pesqueira indignação e cobranças de revisão no período de defeso.

Outro exemplo de conflito em torno do controle sobre os recursos naturais diz respeito à falta de liberdade para pescar e, conseqüentemente, a perda do território pesqueiro em razão da operação e da instalação de empreendimentos industriais, imobiliários e turísticos na região. Nesse sentido, a disputa pelos recursos acontece entre grupos hegemônicos da sociedade urbano-industrial e a pesca artesanal.

As mudanças suscitadas pela instalação e operação da indústria petrolífera não se limitaram às cidades. Por se tratar de uma atividade majoritariamente offshore, o espaço marinho também foi profundamente transformado. Nas atividades de pauta aberta, a influência da indústria refere-se à impossibilidade dos pescadores de navegar e pescar nas áreas de restrição delimitadas ao redor das áreas industriais. Segundo determinação legal, a pesca é proibida em um raio de 500m em torno de plataformas e navios. Os pescadores, proibidos de se aproximar, reclamam da coincidência entre seus pesqueiros e as áreas de exclusão para a pesca. Bem como, destacam o risco que é conviver com o grande fluxo de embarcações de apoio à indústria.

Na pesca artesanal os impactos da indústria petrolífera são ainda maiores do que na pesca industrial. Isto porque as embarcações artesanais, de pequeno porte, não possuem autonomia para operar em regiões mais distantes da costa, tal como acontece com as embarcações da pesca industrial. Impossibilitados de explorar outras áreas de pesca no



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

litoral, estas pessoas se veem obrigadas a trabalhar em pesqueiros menos produtivos, mais distantes e/ou ilegalmente nas “sombras” das plataformas. A sobreposição entre plataformas e pesqueiros gera conflito porque tal confluência implica na necessidade do aumento no esforço de pesca, bem como significa a reelaboração da territorialidade marinha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As situações de injustiça ambiental aqui abordadas geram conflitos socioambientais, na medida em que os pescadores artesanais consideram que elas representam uma ameaça concreta à reprodução de seu modo de vida e à manutenção de sua identidade social. Apesar dos limites deste artigo, acredita-se que a categorização de conflitos empregada e os exemplos discutidos permitem a visualização das feições e das dificuldades que os pescadores enfrentam, clamando pela possibilidade real da conciliação ou da resolução dos conflitos.

Neste sentido, buscando um ponto de equilíbrio da pesca artesanal com as demais atividades exercidas, pode-se destacar que em relação aos conflitos em torno dos impactos gerados pela ação humana é possível que estes sejam solucionados através da adequada implantação dos meios técnicos já disponíveis ou de medidas políticas e econômicas de transformação de hábitos. Nossa sociedade, por exemplo, já dispõe de tecnologias que podem sanar os casos de contaminação por poluição de esgoto, bem como realizar tratamentos físico-químicos para tornar os efluentes menos prejudiciais. No âmbito político-econômico, estes tipos de conflitos, por estarem relacionados às práticas culturais de produção e consumo, podem ser minorados ou resolvidos a partir de uma atuação do Estado e do mercado na criação de instrumentos efetivos de regulação e fiscalização.

No caso dos conflitos referentes ao controle dos recursos naturais, por envolverem grupos com modos diferenciados de apropriação da natureza, as soluções para os conflitos consistem em situações de maior complexidade. Afinal, o que está em jogo é a afirmação de distintos projetos societários. Sobre a resolução destes conflitos, é importante reconhecer que as políticas ambientais e o sistema de licenciamento do Estado, ao estabelecer condicionantes e medidas de mitigação ou de compensação aos empreendimentos, desempenham um papel importante para que situações de injustiça ambiental não se generalizem.

De forma geral e para finalizar, é necessário que cada vez mais as políticas, a sociedade e o mercado considerem os pontos de vista baseados em processos socioecológicos e na



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

luta dos pescadores artesanais para continuar em seus territórios e preservar seu modo de vida. Em essência, almeja-se que no processo de elaboração das políticas ambientais cesse o autoritarismo baseado na exclusividade do conhecimento científico e na produção de verdades, negligenciando as práticas desenvolvidas pelas comunidades tradicionais, bem como o fato de que estes atores são cada vez mais reconhecidos como cidadãos e engajados nos processos decisórios sobre os rumos do desenvolvimento que os atinge.

BIBLIOGRAFIA

ACSELRAD, Henri. “Conflitos Ambientais – a atualidade do objeto”, “As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais”. In: ACSELRAD, Henri. (org) *Conflitos Ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

BIDEGAIN, Paulo, BIZERRIL, Carlos, SOFFIATI, Arthur. *Lagoas do Norte Fluminense - Perfil Ambiental*. Rio de Janeiro: SEMADS, 2002

CARNEIRO, Roberto Ferreira. Dos Pântanos à Escassez - Uso da Água e Conflito na Baixada dos Goytacazes. In: *II Encontro da ANPPAS*. Anais eletrônico. 26 a 29 de maio de 2004, Indaiatuba, São Paulo, Brasil. Disponível em: < www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GTO3/paulo_carneiro.pdf>. Acesso em: nov. 2008.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O homem e o brejo*. Rio de Janeiro: Lidador, 1974.

LITTLE, Paul E. Os conflitos socioambientais um campo de estudo e ação política. In: BURSZTYN, Marcel (org.). *A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2001.

PIQUET, Rosélia. *Impactos da indústria do petróleo no Norte Fluminense*. Herculano S. Impactos sociais, ambientais e urbanos das atividades petrolíferas: o caso de Macaé [internet]. Niterói-RJ: s.ed., 2010.

SOFFIATI, Aristides Arthur. A História Ambiental de um Campo Nativo de Planície. *III Encontro da ANPPAS*. 23 a 26 de maio de 2006 Brasília-DF.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. *Conflitos ambientais*. Desenvolvimento e conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 11-34.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Quadro 1 - Problemas que afetam a comunidade pesqueira nos municípios de atuação do PEA Pescarte

[illegible]

FONTE: PEA Pescarte - elaboração própria (2015)

Tabela 1 – Quantitativo de reuniões de Pauta Aberta por município e o total de participantes

Municípios	Número de reuniões no município	Pescadores participantes	Pescadoras participantes	Total de participantes
Arraial do Cabo	1	38	12	50
Macaé	1	28	6	34
Cabo Frio	2	94	12	106
Quissamã	1	8	9	17
Campos dos Goytacazes	2	7	16	23
São João da Barra	1	16	3	19
São Francisco do Itabapoana	3	42	24	66
Total	11	233	82	315

FONTE: PEA Pescarte - elaboração própria (2015)



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

CADEIAS PRODUTIVAS DO PESCADO NA BACIA DE CAMPOS: PROPOSTAS E ALTERNATIVAS A PARTIR DO PROJETO PESCARTE

Mauro Macedo Campos

Moisés Machado

Eliana Monteiro Soares de Oliveira

Lohana Chagas de Almeida

Samira Mello Guimarães de Carvalho

Ivan Souza de Abreu

INTRODUÇÃO

Este capítulo visa a estabelecer critérios para o planejamento, a implantação, o desenvolvimento e o monitoramento das ações da cadeia produtiva da pesca artesanal das comunidades pesqueiras localizadas na Bacia de Campos, região Norte do Estado do Rio de Janeiro – afetadas pelas ações do complexo produtivo da Petrobras. Tais ações buscam propiciar a melhoria de renda e da qualidade de vida dessas comunidades, por meio de intervenções no mercado do pescado da região.

Os pescadores artesanais dessa região são o foco da pesquisa e os beneficiários primeiros das ações desenhadas pelo Projeto Pescarte¹. Portanto, esses sujeitos da ação educativa serão a fonte das informações coletadas e o destino dos resultados alcançados pela pesquisa. Foram considerados como sendo os grupos vulneráveis, apontados pelo

1 O Pescarte é um projeto de mitigação ambiental e obedece aos parâmetros estabelecidos em Plano de Trabalho, formulado a partir das condicionantes oriundas da Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA nº 01/2010, Linha “A”, e do Diagnóstico Participativo do PEA-BC. O projeto é fruto do Plano de Caracterização Regional da Bacia de Campos (PCR-BC), e tem como objetivo a execução de ações de mitigação decorrentes da exploração e produção de petróleo e gás na Bacia de Campos (BC), desenvolvidas pela Petrobras, tendo como foco as comunidades de pescadores artesanais circunscritas a sete municípios da BC no estado do Rio de Janeiro.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Diagnóstico Participativo (DP) do PEA-BC, considerados como público-alvo da pesquisa, que abrange os pescadores artesanais e seus familiares (Pescarte, 2013). Os esforços da pesquisa concentram-se nas atividades dos pescadores artesanais da região da Norte Fluminense, incluindo os municípios de Campos dos Goytacazes, São João da Barra, São Francisco do Itabapoana, Macaé, Quissamã, Cabo Frio, Arraial do Cabo.

Tem como finalidade mobilizar, organizar e capacitar os sujeitos impactados (pescadores e suas famílias) direta e indiretamente nas atividades relacionadas à cadeia da pesca – vinculando-as a ações de geração de emprego, renda e preservação socioambiental. Pretende-se identificar as redes de relações existentes entre as comunidades estudadas, os agentes econômicos (distribuição e consumo) e institucionais (governos e instituições governamentais), procurando articulá-los com as colônias, cooperativas e associações existentes, bem como com os grupos gestores de pescadores artesanais, estruturados nos municípios, de modo que possam melhorar sua posição nessa rede de atores, fazendo valer, assim, os interesses coletivos dessa categoria.

A necessidade de investir no fortalecimento dos elos da cadeia produtiva da pesca, principalmente na sua ponta mais fragilizada (a pesca artesanal), se evidencia nos preços recebidos pelos pescadores pela sua produção. Remete, portanto, a uma parcela considerável de trabalhadores com uma frágil condição econômica. Existe uma lacuna na promoção, desenvolvimento e aprimoramento das tecnologias para a pesca artesanal, em especial aquelas que devem ser utilizadas desde a construção dos barcos, nas debilidades das técnicas de captura do pescado, dos manejos a partir da produção, da falta de terminais e dos processos de armazenamento, beneficiamento e comercialização adequados a este tipo de produção (UFRJ/SOLTEC/PÓLO NÁUTICO/ NUPEM, 2006).

Assim, de modo a unificar os saberes do ramo de produção de pesca artesanal (universidade, pescadores, entidades governamentais, ONGs e demais atores envolvidos) propõe-se elaborar um diagnóstico a partir de composições coletivas, de modo a canalizar os esforços para buscar soluções viáveis e comuns para o desenvolvimento e preservação da pesca artesanal nos municípios afetados pelas atividades da produção de petróleo *offshore*².

Neste sentido, assume-se aqui a tarefa de se deslocar do âmbito estritamente

2 As plataformas de extração de petróleo podem estar no continente, em terra firme, sendo denominadas de “plataforma on-shore”, ou no mar, que são as chamadas “plataforma off-shore”, possuindo uma estrutura moderna de perfuração em alto mar, abrigando trabalhadores e equipamentos necessários na perfuração de poços, além da extração de petróleo e gás. Tais plataformas podem ser fixas no solo marinho, ou flutuantes.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

acadêmico para enfrentar os desafios impostos pelo mundo real num contexto social diverso, buscando novos caminhos para o desenvolvimento de conceitos e ações que promovam a sustentabilidade da cadeia produtiva da pesca artesanal no Norte Fluminense, região onde se encontram as comunidades pesqueiras impactadas pelas atividades offshore na Bacia de Campos.

Para tanto, objetiva-se realizar um diagnóstico sobre a problemática da pesca na região, por meio de reuniões, levantamentos de dados primários e secundários e visitas a campo para delinear melhor a realidade da pesca nas comunidades da região. Visa a analisar a dinâmica da cadeia produtiva dos frutos do mar, na região da Bacia de Campos, a partir da análise de comunidades pesqueiras, distribuídas nos municípios da região, definidos pela pesquisa, de forma a verificar o grau das transformações que ocorreram e vêm ocorrendo no mercado de pescado, sua interação com as demais atividades econômicas em expansão nesse território e, assim, contribuir para a organização e fortalecimento da cadeia produtiva da pesca artesanal, beneficiando, basicamente, os pescadores, fonte primária da produção.

INTERFACE DA PESQUISA COM A ATIVIDADE PESQUEIRA

A atividade pesqueira vem tendo como desafio a superação do processo de decadência econômica da pesca artesanal tradicional, seja no que se refere aos baixos índices de competitividade do setor, seja no que diz respeito aos entraves que dificultam os investimentos nas atividades de beneficiamento e de transformação do pescado. Enraizada nas tradições locais, a pesca artesanal e os elos que a compõem (a produção de insumos, a estocagem, o beneficiamento, o transporte, a comercialização etc.) desdobram-se em atividades que, devidamente equacionadas, podem vir a aumentar a renda, o emprego e a qualidade de vida das comunidades pesqueiras da região (UFRJ/SOLTEC/PÓLO NÁUTICO/NUPEM, 2006). Apesar de serem informações de mais de uma década, vale ressaltar que, para alguns autores, a pesca artesanal em nível mundial estaria próxima dos limites máximos sustentados pela natureza (BOTSFORD et al., 1997; CONSTANZA et al. 1998; PAULY et al., 2002)³.

3 O número de espécies pescadas acima do limite, como também os efeitos indiretos da pesca nos ecossistemas marinhos, indicam que a utilização dos recursos do mar não tem sustentabilidade, levando assim a uma necessidade atual e urgente de se buscar um modo de gestão que permita a continuidade da pesca.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Segundo Botsfordet et al. (1997), os problemas relacionados à pesca estão relacionados a dois grandes fatores: um é a pesca irracional que inclui a pesca industrial predatória (sobrepesca), que provoca diminuição do estoque pesqueiro, transformações no mercado de trabalho e de produção do ramo da pesca e a deterioração dos habitats que provoca a degradação de locais importantes para a alimentação e procriação das espécies.

Apesar dos impactos deletérios no meio ambiente, a pesca constitui-se, ainda, num conjunto de atividades significativas para a economia local, destacando-se como um importante vetor para a promoção de emprego e renda, em especial para as populações mais vulneráveis à exploração de petróleo e gás que subsistem unicamente desta atividade tradicional nos municípios da Bacia de Campos. Sendo que, neste espaço geograficamente definido, evidenciam-se três atividades em grande expansão: o turismo, a aquicultura e o petróleo (WALTER, 2010).

A despeito da radicalidade das transformações econômicas e sociais da paisagem do Norte Fluminense, e dos muitos problemas ambientais que já se registram na região, a prática da pesca artesanal ainda se beneficia da conformação dos ecossistemas costeiros encontrados ali. Os diversos rios que irrigam o Norte do estado do Rio de Janeiro descarregam na costa uma quantidade de nutrientes importantes para a manutenção da cadeia nutricional da vida marinha. Porém, a sobrevivência desse ecossistema depende em grande medida da preservação do meio ambiente, principalmente das áreas de mangue que são o berçário de muitas espécies, das atividades da Petrobras, da qualidade da água dos rios e do despejo nos mananciais de esgotos e resíduos sólidos não tratados (UFRJ/SOLTEC/PÓLO NÁUTICO/ NUPEM, 2006).

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

As áreas de influência das atividades de pesquisa e intervenção estão localizadas na região norte do estado do Rio de Janeiro, afetadas pelas ações do complexo produtivo da Petrobras, essas áreas compõem a Bacia de Campos. A área da Bacia de Campos caracteriza-se por ser uma região de grandes investimentos estatais e privados, além de apresentar uma rica biodiversidade. É uma região imersa no bioma da Mata Atlântica, apresentando como principais ecossistemas a Floresta Atlântica, Restinga e Manguezal. A bacia do rio Paraíba do Sul é a principal responsável pela interligação destes ecossistemas.

A definição do recorte espacial contempla os municípios selecionados a partir



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

de informações coletadas em reunião temática sobre pesca e educação ambiental na Bacia de Campos. Este recorte foi definido pelo critério de interferência com a atividade pesqueira na área de influência dos empreendimentos da Petrobras na Bacia de Campos, entretanto, na definição do Projeto Pescarte (2013), novos critérios foram adicionados para uma outra definição de recorte, a saber: volume médio de pescado desembarcado em toneladas; número de pescadores e renda familiar⁴. A tabela 1, a seguir, apresenta os valores, por critério utilizado no Projeto, relativo à atividade de pesca artesanal em cada um dos municípios. Os dados são trabalhados em percentual, em relação ao total observado para todos os municípios da Bacia de Campos.

Tabela 1: Critérios de seleção de municípios para o Pescarte

Municípios	Sobreposição das Atividades no Espaço Marinho⁵ (em%)	Volume Médio de pescado desembarcado por mês⁶ (em %)	Número de Pescadores⁷ (em %)	Renda familiar⁸ (em %)
São Francisco de Itabapoana	40,6	24,1	23,3	68,0
Macaé	36,4	34,2	23,3	25,0
Cabo Frio	11,9	40,0	12,6	20,0
São João da Barra	8,4	35,7	9,1	27,0
Arraial do Cabo	2,8	17,9	7,4	42,0
Campos dos Goytacazes	0,0	20,4	20,8	76,0
Quissamã	0,0	16,2	1,5	48,0

Fonte: PCR-BC – Petrobras/Projeto Pescarte, 2013.

4 Os critérios relativos ao “volume médio de pescado desembarcado” e “renda familiar” foram usados pelo Pescarte como subsídio aos dados do Projeto de Caracterização Regional da Bacia de Campos (PCR-BC).

5 Dados do registro de avistagens das plataformas da Petrobras e abordagens dos navios de pesquisa sísmica dos barcos de pesca artesanal dentro da área de exclusão no período de 2007-2012 na Bacia de Campos.

6 Dados retirados do Relatório do Projeto de Caracterização Regional da Bacia de Campos (PCR-BC).

7 Dados do Ministério da Pesca e Aquicultura de 2013.

8 Dados retirados do Relatório do Projeto de Caracterização Regional da Bacia de Campos (PCR-BC) considerando o número de famílias no município com renda de até R\$ 600,00.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

A área selecionada abrange 152 localidades pesqueiras distribuídas nestes municípios, conforme pode ser verificado na Tabela 2. O projeto visa a atuar e interagir com o público definido, pertencente a sete municípios previamente selecionados. A segregação das comunidades tanto por município quanto pela população residente permite planejar melhor as intervenções a que o projeto se propõe.

Tabela 2: Relação de municípios e localidades de atuação do Projeto Pescarte

Municípios do Pescarte	Localidades do primeiro ciclo	Localidades incluídas no segundo ciclo
Arraial do Cabo	Praia dos Anjos; Figueira; Prainha Porto do Forno.	Monte Alto; Praia Grande; Sabiá; Caiçara; Praia do Pontal; Pernambuco; Parque das Garças; Morro da Cabocla; Morro da Boa Vista; Macedônia; Baleia; Sítio; Vila Industrial; Centro; Canaã; Novo Arraial.
Quissamã	Barra do Furado; Centro; Caxias; Ribeira.	Beira de Lagoa / Lagoa Feia; Visgueiro; João Francisco; Santa Catarina; Estrada do Machado; São Miguel; Carmo; Matias; Flexeiras.
São João da Barra	Atafona; Barra do Açu.	Centro; Quixaba; Azeitona; Capela de São Pedro; Alto Cordeiro; Folha Larga; Água Preta; Mato Escuro; Sabonete; Grussaí; Degredo; Palacete; Vila da Terra; Pipeiras; Chatuba; Telê Santana.
São Francisco do Itabapoana	Gargaú; Guaxindiba; Barra do Itabapoana	Lagoa Feia; Campo Novo; Barrinha; Pedregal; Ilha dos mineiros; Barra Velha; Buraco Fundo; Muritiba; Sossego; Santa Clara; Buena; Sonho; Tatagiba; Guarixima; Morro do bode; Guriri; Máquina; Praça João Pessoa; Travessão de Barra; Cacimbas; Boca da Areia.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Campos dos Goytacazes	Farol de São Tomé; Terminal Pesqueiro; Parque dos Prazeres; Lagoa do Vigário; Ponta Grossa dos Fidalgos; Coroa Grande	Pau Grande; Tocos; Dolores de Macabu; Lagoa de Cima; Retiro; Canto do Rio; Engenho das Flechas; Correnteza; Canal das Flechas; Santa Cruz; Mundéus; Santa Ana; Abadia; Beira do Tai; Travessão; Matadouro/ Tira-Gosto; Baixa Grande; Coqueiros; Mata cachorro; Caxias de Tocos; Parque Aldeia; Parque Santa Helena; Centro; Assentamento Zumbi; Rádio velho; Xexé; Vila do Sol; Boa vista; Itereré; Gaivotas; Vila dos pescadores; Lagamar; Barcelos.
Macaé	Barra de Macaé	Brasília; Nova Holanda; Nova Esperança; Malvinas; Aeroporto; Lagomar; Fronteira; Aroeira; Botafogo; Imbetiba; São José do Barreto.
Cabo Frio	Gamboa; Praia do Siqueira	Tamoios; Canto do Forte; Jardim Esperança; Passagem; Però; Monte Alegre; Manoel Correia; Vila Nova; Jardim Caiçara; Jardim Flamboyant; Parque Eldorado II; Jardim Olinda I; Jacaré; Tangará; Palmeiras; Itajuru; Jardim Excelsior; Parque Eldorado II; Jardim Olinda II; Guarani; Jardim Però; Cajueiro; Porto do Carro.

Fonte: PEA Pescarte - elaboração própria

No que se refere à análise da cadeia produtiva do segmento pesqueiro, como sendo uma fração do Projeto Pescarte, interessa, em um primeiro momento, identificar e analisar os elos existentes na cadeia produtiva da pesca artesanal da região e avaliar ações/políticas de intervenção pública, privada ou mista, que possam concorrer, de imediato, para a geração de trabalho e renda para estas comunidades beneficiárias⁹.

O passo seguinte é definir ações no processo produtivo de modo que se possa, de forma compartilhada com os sujeitos da ação educativa, redefinir e estruturar os padrões

⁹ Pretende-se relacionar e classificar quais as políticas públicas vigentes, seja de âmbito local, estadual ou federal, a partir da capacidade que possuem de contribuir para o desenvolvimento social e econômico destas comunidades.

de produção da pesca artesanal, tornando-os econômica, social e ambientalmente sustentáveis. Desse modo, é possível estabelecer critérios que permitam agregar valor ao processo produtivo de pescado artesanal para o mercado consumidor (privado ou institucional). Um passo fundamental neste processo é a criação de metodologias valorativas como “selos de origem” e “comércio justo”.

Nesse quadro, o Pescarte buscará ampliar as capacidades (de organização produtiva, comercial e social) das comunidades pesqueiras envolvidas, tornando-as qualificadas a participarem adequadamente de todo o processo de gerenciamento de toda a cadeia produtiva: produção, conhecimento da estrutura logística existente, preços praticados no mercado e volume de pescado demandado pelo mercado e pelos programas de alimentação institucionais (assistência alimentar e alimentação escolar, dentre outros programas públicos).

Com efeito, busca-se desenvolver propostas de melhorias efetivas nos resultados quantitativos e qualitativos, por meio da criação de ações e/ou cursos de capacitação sobre temáticas vinculadas à produção e à comercialização dos pescados, sobrevalorizando-o com certificação de origem, qualidade e produção. A base desta certificação de origem é o seu caráter socialmente justo e ambientalmente sustentável, em que pese toda a cadeia produtiva.

A proposta parte de uma ação inicial que objetiva a elaboração de projetos de geração de renda como estímulo e fortalecimento da organização social e de práticas que favoreçam a consolidação das identidades produtivas dos sujeitos envolvidos, e assim, ser capaz de buscar meios para a manutenção e resgate das identidades produtivas das comunidades em foco. Com base nisto, intenciona-se formatar padrões para todo o âmbito de inserção geográfica do Projeto Pescarte. Estabelecer condições técnicas devidamente testadas e validadas, que possam redundar em certificações e processos de qualidade, como será apresentado a seguir. Esse plano considera, também, as etapas de planejamento, avaliação e monitoramento dos resultados obtidos ao longo do projeto.

DIAGNÓSTICO DAS ATIVIDADES RELATIVAS À PESCA ARTESANAL NA BACIA DE CAMPOS

Um ponto central da pesquisa e que orienta este capítulo é o diagnóstico das etapas de produção, distribuição e consumo do pescado artesanal, de modo a criar



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

condições adequadas para se propor melhorias às comunidades pesqueiras. Buscam-se, assim, novos caminhos para o desenvolvimento de conceitos e ações que promovam a sustentabilidade da cadeia produtiva da pesca no Norte Fluminense.

Nessa etapa, objetiva-se identificar e mapear a produção pesqueira, com base no volume médio de pescados desembarcados na costa (em toneladas, espécie e tamanho), em informações de colônias e associações/cooperativas existentes. Compreender a logística, subsidiária ao processo produtivo e que engloba as técnicas de pesca, transporte, armazenamento e meios de distribuição. Pretende-se, ainda, analisar as possibilidades alternativas de escoamento da produção de modo a identificar potenciais compradores, públicos e/ou privados, dos municípios inseridos no projeto.

O acompanhamento do processo produtivo também possibilitará a verificação e correção de erros e não-conformidades que estejam sendo prejudiciais, cuidando para que sejam mantidas as características originais e culturais do pescado artesanal e tendo por base normas e procedimentos de qualificação já consolidados. O propósito é o desenvolvimento de ações de padronização do processo produtivo para certificar a origem e qualidade do produto, acarretando melhoria qualitativa e quantitativa para essas comunidades, por meio de atividades que privilegiem o trabalho socialmente justo e o desenvolvimento sustentável.

Produção, distribuição, consumo e reaproveitamento

A questão logística que vai da produção até o consumo de pescado deve ser colocada no diagnóstico da Pesquisa Pescarte. Significa, portanto, compreender toda a cadeia da pesca artesanal, da captura do pescado até chegar à mesa do consumidor. Envolve também o processo de reaproveitamento dos resíduos da produção pesqueira, que represente, em média, 50% ao longo de todo o processo de seu beneficiamento. Dessa forma, trataremos de pontuar essas questões.

• Mapeamento da produção

A produção do pescado na BC já avaliada por instituições de pesquisa e agências governamentais vem, por um lado, sendo sistematizada pelo grupo de pesquisa. Por outro lado, essas informações serão checadas por análises diretas de associações e



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

colônias de pescadores e, ainda, pelo Censo Pescarte, que em seu questionário busca ressaltar informações sobre a produção de pescado (espécies, volume, safra, etc.) e a tecnologia usada na captura (embarcações e outros meios de produção) e, finalmente, onde e como é feito o desembarque da produção. Sistematizar esta linha de pesquisa nos trará informações preciosas sobre o que ocorre “dentro do mar, dos rios e lagoas” até o desembarque.

- **Distribuição e beneficiamento**

Como na produção, as informações de distribuição e beneficiamento serão diagnosticadas com base em dados secundários e primários (Censo Pescarte e levantamentos com associações e colônias de pescadores).

É sabido que os pescadores distribuem sua produção nos terminais de pescas para intermediários (“atravessadores”), atacadistas e varejistas (frigoríficos, hipermercados, mercados, supermercados) e/ou direto para o consumo (direto nos terminais, como feirantes ou restaurantes). Todos esses destinos devem ser conhecidos e analisados, pois, otimizados, podem ser uma forma de aumento da renda dos pescadores e de melhorias de suas atividades, com atenção nas boas práticas sanitárias e de conhecimento e otimização dessas cadeias.

Nesse ponto, o uso da tecnologia para o conhecimento e divulgação online dos preços praticados nas diversas praças de comércio ganha um peso estratégico para esses pescadores. O ordenamento desta metodologia de busca e divulgação instantânea de preço é um passo importante no processo de garantia do preço justo, sobretudo na chamada “primeira venda” do pescado.

Já o beneficiamento da produção de pesca artesanal é feito basicamente por atacadistas e frigoríficos. Algumas cooperativas e associações desempenham também este papel. E em menor escala, os próprios pescadores artesanais, que beneficiam a produção diretamente para o consumidor. O objetivo de Pescarte, neste sentido, é otimizar as iniciativas de produção coletiva, e com isso, fazer com que este beneficiamento seja feito por meio da organização produtiva dos pescadores artesanais (cooperativas, associações etc.).

Uma vez definido o formato da organização produtiva, tem-se a definição das questões mais técnicas, como plantas industriais logisticamente bem distribuídas, com vistas ao mercado privado (supermercados, hipermercados, restaurantes e feiras de consumidores) ou público (programas de assistência alimentar, alimentação escolar,



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

hospitais, presídios etc.). Não é uma etapa simples. Demanda pesquisa, organização e recursos, que vão desde a construção da unidade produtiva até a otimização de espaços já construídos e subutilizados.

- **Otimização do processo produtivo: projeto experimental de uma fábrica de ração com rejeitos do pescado**

Ações que visam a reduzir os níveis de desperdício¹⁰ no processo produtivo de alimentos partem da reutilização das sobras, de modo que possam ser gerados produtos derivados comercializáveis. Estudos e investimentos no reaproveitamento dos rejeitos das indústrias de carnes e aves vêm ganhando espaço com a utilização de incrementos tecnológicos. Tal prática não tem sido verificada quando se trata da produção do pescado no Brasil. Algumas iniciativas de pesquisas que visam a suprir esta lacuna no processo de reaproveitamento dos rejeitos da pesca vêm sendo elaborados pelo Centro de Tecnologia de Carnes do Instituto de Tecnologia de Alimentos (CTC-Ital), capitaneados pela pesquisadora Eunice Yamada (2012), que alerta para as “variadas formas de utilizar restos para a fabricação de outros produtos alimentícios”¹¹. Segundo Yamada (2012), “o pescado tem cerca de 20% a 25% de carne comestível e 75% a 80% de resíduo recuperável, que são predominantemente vísceras, cabeças, ossos, pele e escamas. Parte desses restos são usados como farinha de peixe ou fertilizante.

No entanto, a maioria é descartada, o que pode resultar em poluição ambiental e perda de subprodutos que agregariam valor à produção”¹². Uma proposta de aproveitamento de resíduo encontra já estabelecido um grande mercado consumidor,

10 O desperdício de alimentos é um dos problemas mais agudos vivenciados em todos os países do mundo. De acordo com pesquisa realizada em 2010 pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), cerca de 1,3 bilhão de toneladas de alimentos por ano são desperdiçadas no mundo, o que equivale a um terço do total produzido pela indústria alimentícia. Ocorre na colheita da matéria-prima, nas etapas da produção, no transporte e na mesa dos consumidores. São vários os momentos em que se desperdiçam alimentos.

11 Ver em: <http://www.bv.fapesp.br/namidia/noticia/67142/pesquisa-reaproveita-pescado-contradesperdicio/>

12 Aparentemente, a filetagem poderá se tornar cubos de peixe em conserva no mercado. O aproveitamento das sobras da filetagem para a obtenção de outros produtos alimentares permite racionalizar o uso da matéria-prima, o que, consequentemente, reduz custos da produção.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

que são as pisciculturas dos municípios da região. Pode proporcionar ao piscicultor uma redução dos custos expressiva na compra da ração, pelo menos 30% dos custos com a criação do peixe estão relacionados a este insumo.

Iniciativas isoladas, neste sentido, têm-se apoiado em parcerias de associações de pescadores, prefeituras e empresas de produção de ração. Tais ações devem ser analisadas nas proposições do Pescarte, para que possam beneficiar-se das associações de pescadores da BC, permitindo-lhes maior “autonomia” no processo de beneficiamento de seu produto, valorando os resíduos e subprodutos provenientes desta etapa, em parceria com as Secretarias Municipais de Pesca, Agricultura, Meio Ambiente, Saúde, instituições estaduais e federais afins, instituições de pesquisas e empresas privadas. Tal iniciativa pode ser pensada em termos de uma fábrica de ração.

A produção da pesca artesanal nas 152 localidades é acompanhada com um grau elevado de desperdício de peixe no desembarque, no transporte, na pedra, na comercialização e no beneficiamento. Adiciona-se a falta de local apropriado para estocagem do excesso de peixe nos terminais (quando existem), bem como a falta de adequação dos barcos para acondicionamento durante as jornadas de pesca.

• Consumo e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)

Algumas questões relativas aos alimentos previstas no conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), se tratadas de maneira adequada, poderão trazer melhoria de renda aos pescadores artesanais, e, também, à preservação do meio ambiente.

Além dos aspectos verificados no conceito da SAN apontados pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA)¹³, há que se observar outras visões mais ligadas ao sistema agroalimentar. Tais percepções envolvem valores que vão além da produção e do consumo, mas também a preparação e distribuição dos alimentos, tecnologia, hábitos etc. (CUNHA e LEMOS, 1996).

Neste sentido, as concepções da SAN relacionam-se à capacidade local de produção e a disponibilidade de alimentos em quantidade suficiente, de modo que não afete o preço

13 Na visão do CONSEA a “segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam sociais, econômica e ambientalmente sustentáveis” (BRASIL, 2007).



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

dos alimentos. Mesmo porque, produzidos e manuseados de maneira adequada segundo os aspectos sanitários, os alimentos assumem a função de promotores da saúde. Alimento saudável refere-se à sua composição nutricional, que permite a redução da chamada “fome oculta”, que se explica pela falta de algum nutriente ou grupo deles, necessários à dieta dos indivíduos. Implica, ainda, nos hábitos de alimentação saudável, bem como na garantia de alimentação para grupos vulneráveis, como crianças, nutrízes, anciãos, dentre outros. Envolve, também, a implantação de equipamentos de comercialização adequados (públicos e/ou privados) distribuídos em locais onde se concentra ou circula a população, com a garantia de acesso fácil a informações relativas a preços e locais de compra, safra, qualidades nutricionais e formas de aproveitamento adequado dos alimentos.

As práticas de produção, distribuição, beneficiamento, reaproveitamento e visões relativas ao conceito de SAN podem ser desfrutáveis pelo Pescarte no processo de valorização e agregação de valor do pescado por pescadores artesanais na Bacia de Campos, que tem implicações necessárias para a sustentabilidade social e ambiental.

Vale dizer que o Pescarte tem como foco a difusão da educação ambiental crítica, junto às famílias dos pescadores afetados pelas atividades da Petrobras na Bacia de Campos. Pois bem, a produção de alimentos e seu consumo também podem ser trabalhados pelo foco da questão ambiental. Observamos que os conceitos apresentados, ainda que sucintamente, permitem trabalhar a alimentação dos pescadores e o alimento produzidos por eles dentro de critérios sustentáveis para o meio ambiente e que podem melhorar sua renda.

Não é demais dizer que o mercado, hoje conhecido como “justo”, tem valorado, condignamente, os alimentos produzidos desta forma, o que atende conjuntamente duas metas do Pescarte: educação ambiental e melhoria de renda dos pescadores.

PROGRAMA DE CERTIFICAÇÃO: “SELO PESCARTE DE QUALIDADE”

Esta etapa da pesquisa visa a extrair destes esforços conjuntos de mapeamento e planejamento das ações nas comunidades pesqueiras um desenho para a implantação de um “selo de padrão de qualidade e de origem”, que seja econômica, social e ambientalmente sustentável, que contemple a produção de pescado oriundo das 152 localidades pesqueiras dos sete municípios selecionados. Pretende-se articular as temáticas “mercado” e “qualidade”,



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

por meio do desenvolvimento de ações de padronização das etapas do processo de produção e comercialização.

Essas ações do projeto serão executadas juntamente com a comunidade de pescadores, suas famílias, suas associações e cooperativas, permitindo uma aprendizagem coletiva e a formação de uma rede de integração entre as linhas de produção dos municípios envolvidos. Esse processo permitirá entender como se organiza a cadeia produtiva do pescado, a partir do envolvimento dos pescadores artesanais, procurando aperfeiçoar e potencializar as práticas tradicionais locais – com o diferencial da manutenção das suas culturas e tradições.

O pescado produzido e beneficiado, ao ser garantido pelo “selo de origem e de qualidade”, tende a propiciar um mercado cativo e com maior valor para os produtos finais, melhorando a renda dos pescadores e das plantas de beneficiamento (que neste projeto pretende-se que sejam gerenciadas pelos pescadores artesanais). Adicionalmente, tal produto permitirá identificar novos canais de mercado e aumento do potencial de vendas.

A proposta de implantação deste “selo” representa, portanto, uma “forma real” de dar uma certificação da qualidade aos produtos oriundos dos pescados dessas comunidades. Os possíveis impactos de uma certificação de origem cultural, de qualidade e economicamente sustentável poderão ser percebidos nas próprias localidades, assim como pelos governos e pelos órgãos fiscalizadores e pelo próprio mercado. Ou seja, tem-se como expectativa real que os resultados decorrentes do conjunto de propostas inseridas no Projeto Pescarte promovam o resgate da cidadania e inclusão social e econômica das pessoas envolvidas nessas atividades.

O intento maior, como já ressaltado, é identificar todas as fases da pesca, desde a extração do pescado, passando pela tecnologia utilizada para a extração (instrumentos de pesca vis à vis as espécies capturadas), até o manuseio do produto final, pronto para o comércio/estocagem e sua comercialização in natura ou processado. Neste último caso, o processo organizacional se estenderá às cooperativas e/ou associações das comunidades, em que serão avaliadas as etapas do beneficiamento, quando houver, e fazer proposições sobre as melhores práticas de processamento do pescado. Para tanto, serão ofertados cursos de capacitação aos pescadores e seus familiares, de modo a que se possa garantir a qualidade pela via da padronização.

O conhecimento e acompanhamento dessa cadeia produtiva nos permitirá identificar (e corrigir) as possíveis não-conformidades preconizadas (ou sugeridas) pelas agências de qualidade e padronização (como as ISOs), em qualquer ambiente



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

produtivo, permitindo sugerir alterações no sentido da implementação do “selo de qualidade e origem”.

A materialização deste selo para os produtos dessas comunidades será fruto de todo o esforço agregado pelo Projeto Pescarte, que será respaldado por normas e procedimentos já consolidados internacionalmente e nacionalmente. Neste caso, toma como parâmetro a conjugação de quatro vertentes das *International Organization for Standardization* (ISOs):

1. ISO 9000, que padroniza as questões relacionadas à qualidade do processo produtivo;
2. ISO 14000, que padroniza as questões relacionadas ao gerenciamento e desenvolvimento ambiental;
3. ISO 22000, que padroniza as questões relacionadas à segurança alimentar;
4. ISO 26000, que padroniza as questões relacionadas ao desenvolvimento e amparo social.

Vale ressaltar que a proposta aqui não almeja certificações por quaisquer dessas organizações, dado o volume de exigências pouco prováveis de se obter em função das dimensões do Projeto Pescarte, além do custo elevado que representam. O que se pretende aqui é se valer das padronizações estabelecidas por tais organizações e adequá-las à realidade do projeto, sem perder em qualidade ao longo do processo produtivo. Estas devem, ao mesmo tempo, ser orientadas pela preservação e mitigação dos impactos ambientais aos quais as atividades da pesca artesanal estão sujeitas.

Em outro foco, os termos de operacionalização dos processos de certificação terão como ponto de partida os modelos que já vêm sendo traçados pelas incubadoras de empreendimentos populares de base tradicional, e orientadas pela lógica da economia solidária, alicerçadas em cooperativas e/ou associações de pescadores artesanais. Tais métodos têm sido respaldados pelas universidades, agências governamentais e organizações da indústria, comércio e agricultura. E, por fim, objetiva-se que o efeito combinado de tais formatos de padronização, validados internacionalmente, reflita em ganhos econômicos e desenvolvimento social para a comunidade pesqueira destas localidades.

O “selo de origem e qualidade” deverá respeitar os condicionantes derivados dos desdobramentos do conceito de segurança alimentar e nutricional. Também, para que todo o processo seja acompanhado e regulado por indicadores de processo respaldados por



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

normas e procedimentos já consolidados internacionalmente e nacionalmente, que vão na linha das quatro vertentes da International Organization for Standardization (ISO).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: DESENHO E DIAGNÓSTICO DA PESQUISA

Todo o processo de implementação do Projeto Pescarte tem sido feito por intermédio de processos de diagnósticos participativos. Com efeito, o diagnóstico do mercado do pescado artesanal da BC necessariamente se baseará nessas práticas. Salvo as análises iniciais de coletas e sistematização de dados secundários, todo o levantamento da produção, distribuição/beneficiamento e consumo do pescado será redesenhado por meio de busca e produção de informações com as associações e colônias de pescadores da região. Desta forma, o diagnóstico e os relatórios gerados contarão com os seguintes eixos, elaborados diretamente no campo (*in loco*):

(a) Produção: levantamento da produção de pescado capturado (volume, espécie);

(b) Infraestrutura: levantamento das condições físicas e sanitárias disponíveis nos terminais (armazenamento, frigoríficos, condições de descarte da produção excedente e dos resíduos), assim como equipamentos de informação ao pescador artesanal e condições de manutenção da qualidade do seu trabalho durante o processo de venda;

(c) Distribuição: levantamento da venda de pescado direta pelo pescador (venda individual nos terminais para famílias, restaurantes e para feirantes), para intermediários (atravessadores e frigoríficos) e redes de supermercados e/ou hipermercados;

(d) Beneficiamento: levantamento dos equipamentos existentes na região para beneficiamento de pescado (inclusive de produção de ração), tanto de cooperativas, quando de empresas privadas;

(e) Consumo: levantamento da demanda efetiva e potencial de consumo em estabelecimentos comerciais (supermercados e hipermercados, feiras etc.) e de consumidores institucionais (assistência alimentar, alimentação escolar, demandas de presídios, hospitais públicos, etc.).



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Esse diagnóstico, considerando a sua construção com metodologias participativas, deverá:

(a) Identificar o potencial de oferta e, para isso, deve-se mapear instituições diretamente ligadas à cadeia produtiva da pesca: (a.1) produção (grupos informais e formais de pescadores – associações, cooperativas e colônias); e (a.2) distribuição (atravessadores, frigoríficos atacadistas e comércio varejista – supermercados e hipermercados);

(b) Identificar atores e parceiros não diretamente inseridos na cadeia da pesca, mas que exerçam ou possuam potencial de exercer alguma influência sobre ela, como federação de pescadores, secretaria estadual de agricultura, secretarias municipais de pesca/aquicultura, trabalho e renda, meio ambiente, indústria, comércio, educação e assistência social, instituições de ensino/pesquisa e associação de comerciantes, atacadistas e agroindústria (indústria pesqueira) que queiram fornecer cursos de capacitação voltados para área de pesca;

(c) Identificar potencial de consumo por meio da demanda atual e potencial da rede privada de varejo e também dos programas públicos e institucionais de alimentação;

(d) Os atores identificados acima serão divididos em grupos temáticos para debater e discutir os principais entraves identificados em cada eixo pré-definido: produção no mar e nos rios, infraestrutura de desembarque e armazenamento, linhas de comercialização – direta ou indireta –, equipamentos e embarcações utilizadas, condições de acondicionamento e sanitárias, e consumo. Tais discussões poderão apontar soluções para os entraves identificados.

(e) Identificar o quantitativo de pescadores, cooperativas e associações que possuem os selos de certificação (municipal, estadual e federal), bem como os critérios para a obtenção das certificações, de modo que possam se inserir nos mercados potenciais, públicos e privados.

(f) Analisar as legislações, nas três esferas de governo, que podem auxiliar os pescadores artesanais, seja no transporte do seu pescado, no recolhimento dos rejeitos, dentre outras. Tais informações deverão ser repassadas aos sujeitos da ação educativa, de modo a subsidiá-los com os seus direitos.

A ideia é proporcionar uma maior interação entre os diversos atores, com discussões



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

orientadas para cada temática, buscando a objetividade e legitimidade necessárias para a elaboração dos projetos de ação, desta forma, eles terão mais apoio, legitimidade e, possivelmente, aplicabilidade.

A legitimação social dos projetos em diagnósticos participativos como aqui apresentados é condição necessária para sua implementação, mas não é suficiente, pois é preciso saber se tem viabilidade econômica. Ou seja, se remunerará de maneira suficiente os envolvidos nos projetos que serão desenvolvidos. Deve-se, portanto, fazer uma avaliação econômico-financeira de cada projeto, para ver se é viável e sustentável economicamente.

Por fim, vale ressaltar que a Petrobras desenvolve, para os projetos que acompanha diretamente, um estudo de viabilidade técnica e econômica (EVTE), com o qual a viabilidade dos empreendimentos das cooperativas e grupos de produção organizados pelos pescadores artesanais e implementados com a sustentação do Projeto Pescarte poderão ser avaliados do ponto de vista econômico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, L.C.de. *Cadeias Produtivas dos Mercados Pesqueiros: uma análise do mercado da pesca artesanal no município de Campos dos Goytacazes*. Monografia de final de curso de Administração Pública, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), 2016.

BOTSFORD, L. W.; CASTILLA, J. C.; PETERSON, C. H., 1997. *The Management of Fisheries and Marine Ecosystems*. Science (277), pp. 509-515.

CAMPOS, M.M.; TIMÓTEO, G.M.; e SILVA, T.A. Responsabilidade Social Offshore: ausência do Estado, incentivos privados e ressonância da fala dos pescadores artesanais (2015). In: Serie Áreas Temáticas, AT6 Cuencas y Territorios Hidrosociales – SATCTH Desigualdad, injusticia y cambio social: lasuerte de las comunidades de pesca artesanal en América Latina. Cuaderno de Trabajo Vol. 2, N° 4, 2015.

CONSEA Nacional, Presidência da República, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Princípios e Diretrizes de Uma Política Nacional de Segurança



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Alimentar e Nutricional. CONSEA, Brasília/DF, 2004.

COSTANZA, R. et. al., 1998. *Principles for Sustainable Governance of the Oceans Science*. (281) pp. 198-199.

Cunha, A.R.A.A e Lemos, M. B. Segurança alimentar sob o prisma das políticas urbanas de abastecimento. Belo Horizonte/MG, CEDEPLAR, 1996 (Texto para discussão 113).

E&P. (2003). SEÇÃO 3: Caracterização do Perfil Socioeconômico das comunidades de Pescadores e da Atividade Pesqueira no Município de Arraial do Cabo. Em: Relatório final: Projeto de Caracterização Regional da Bacia de Campos (PCR-BC/Habitats)- Socioeconomia e desembarque pesqueiro. Revisão 4, Vol.10. 199 – 344p.

E&P. (2003). SEÇÃO 4: Caracterização do Perfil Socioeconômico das Comunidades de Pescadores e da Atividade Pesqueira no Município de Cabo Frio Em: Relatório final: Projeto de Caracterização Regional da Bacia de Campos (PCR-BC/Habitats)- Socioeconomia e desembarque pesqueiro. Revisão 4, Vol.10. 345 - 484p.

E&P. (2003). SEÇÃO 5: Caracterização do Perfil Socioeconômico das Comunidades de Pescadores e da Atividade Pesqueira no Município de Campos dos Goytacazes. Em: Relatório final: Projeto de Caracterização Regional da Bacia de Campos (PCR-BC/Habitats)- Socioeconomia e desembarque pesqueiro. Revisão 4, Vol. 10. 485- 576 p.

E&P. (2003). SEÇÃO 9 Caracterização do Perfil Socioeconômico das Comunidades de Pescadores e da Atividade Pesqueira no Município de Macaé. Em: Relatório final: Projeto de Caracterização Regional da Bacia de Campos (PCR-BC/Habitats)- Socioeconomia e desembarque pesqueiro. Revisão 4, Vol.10. 749 - 834 p.

E&P. (2003). SEÇÃO 10 Caracterização do Perfil Socioeconômico das Comunidades de Pescadores e da Atividade Pesqueira no Município de Quissamã. Em: Relatório final: Projeto de Caracterização Regional da Bacia de Campos (PCR-BC/Habitats)- Socioeconomia e desembarque pesqueiro. Revisão 4, Vol.10. 835 - 918p.

E&P. (2003). SEÇÃO 12 Caracterização do Perfil Socioeconômico das Comunidades de Pescadores e da Atividade Pesqueira no Município de São Francisco de Itabapoana Em: Relatório final: Projeto de Caracterização Regional da Bacia de Campos (PCR-BC/Habitats)-Socioeconomia e desembarque pesqueiro. Revisão 4, Vol.10. 993 - 1086p.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

E&P. (2003). SEÇÃO 13 Caracterização do Perfil Socioeconômico das Comunidades de Pescadores e da Atividade Pesqueira no Município de São João da Barra. Em: Relatório final: Projeto de Caracterização Regional da Bacia de Campos (PCR-BC/Habitats)-Socioeconomia e desembarque pesqueiro. Revisão 4, Volume 10. 1087 - 1176

IBGE. (2000). INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

PAULY, D.; CHRISTENSEN, V.; GUÉNETTE, S.; PITCHER, T. J.; SUMAILA, R.; WALTERS, C. J.; WATSON, R.; ZELLER, D., 2002. Toward sustainability in world fisheries. *Nature*. (418) pp. 689-695.

PESCARTE. Plano de Trabalho do Projeto PESCARTE – EA. Linha de Ação A: Organização Comunitária para Participação na Gestão Ambiental no Âmbito do Licenciamento Ambiental. Campos dos Goytacazes, Novembro de 2013.

TCERJ. (2013). Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Estudo socioeconômico 2013. Disponível em <http://www.tce.rj.gov.br>

UFRJ/SOLTEC/PÓLO NÁUTICO/NUPEM (2006). Pesquisa-ação na Cadeia Produtiva da Pesca em Macaé. Relatório Final. Setembro de 2006, 174p.

WALTER, T. Novos usos e novos mercados: qual sua influência na dinâmica da cadeia produtiva dos frutos do mar oriundos da pesca artesanal. (2010). Tese de doutorado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. 353 f.

YAMADA, E. “Pesquisa reaproveita pescado contra desperdício”. PortalExame, em 19 de março de 2012. Ver em <http://www.bv.fapesp.br/namidia/noticia/67142/pesquisa-reaproveita-pescado-contradesperdicio/>. Acesso em 22 de setembro de 2014.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

A CADEIA PRODUTIVA DO PESCADO E A INVISIBILIDADE FEMININA: PRÁTICA, REPRESENTAÇÃO E APROPRIAÇÃO

Valdir Júnio dos Santos

INTRODUÇÃO

A abordagem centrada no papel desempenhado pelas mulheres na cadeia produtiva do pescado coloca-nos frente ao desafio de pensar uma pesquisa que dê conta da totalidade das práticas e relações sociais que estão inseridas no processo laboral dessas mulheres. Vislumbrando esses meandros, a proposta alinha-se às estratégias de se trabalhar com três categorias analíticas fundamentais: 1. a organização; 2. o planejamento e a 3. a gestão. Por organização entende-se a necessidade de captura dos códigos sociais em que homens e mulheres conjugam seu real vivido, indicando a importância de se analisar o cotidiano da pesca artesanal e os espaços ocupados por essas mulheres nas principais formas de organizações sociais – grupos, associações, cooperativas, sindicatos e federação. A análise do planejamento nos dará elementos para se pensar as principais contradições que se interpõem no mundo da pesca artesanal, e a sensibilidade do pesquisador irá direcioná-lo para a descrição densa das práticas e dos discursos associados aos significados socioculturais coletivos de gênero e trabalho. O conceito de gestão fecha o triângulo metodológico. Esse conceito sumariza as formas pelas quais a organização e o planejamento se replicam e se interpenetram na representação de um regime simbólico misto que rege tal relação de gênero no âmbito da pesca artesanal.

O eixo dinamizador da análise deve estar sensível à perspectiva de que “aquilo que se vê depende do lugar em que foi visto” (GEERTZ, 1998, p. 11) para se descortinar os processos sociais de invisibilidade da mulher na cadeia produtiva do pescado. Dessa forma, a pesquisa visa a capturar o modelo bipolar de divisão sexual de trabalho e dos espaços que demarcam o “mar” como território, por excelência destinado ao homem e suas atividades produtivas, e a “terra” destinada à mulher e suas atividades produtivas e reprodutivas. Isso aponta para a necessidade de se problematizar o conceito da pesca, da categoria pescador, para se chegar aos níveis mais sensíveis da análise da invisibilidade da mulher como objeto a ser estudado.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

É nesse esteio que Pereira (2013, p.2) indica que “a vulnerabilidade das mulheres na cadeia produtiva da pesca é acentuada pelo próprio processo histórico de exploração da mulher, pois, sendo o sistema patriarcal consolidado na sociedade, a mulher sofre com o acúmulo de múltiplas tarefas (cuidar da casa, dos filhos, trabalhar fora e ganhar salários mais baixos que os homens)”. Essas especificidades desnudam as significações das relações de poder a que essas mulheres estão submetidas, replicando na tradução político-social que, muitas vezes, as tornam sujeitos secundários nas elaborações de políticas públicas, na difícil participação nas organizações sociais e no próprio processo de deterioração de sua identidade como pescadora.

Essas considerações são reforçadas por estudos feitos por expoentes pesquisadores do tema, em que destacam sempre esses dualismos abstratos firmados no contexto social da pesca onde delimitam o “mar de fora” para os homens e o “mar de dentro” para as mulheres, em que reeditam o arbitrário cultural como processo natural do desenvolvimento da sociedade. A classificação dos espaços sociais decompõe-se em outras oposições de menor escala, onde “o mar se subdivide em mar de fora, mar alto ou mar grosso; espaço do trabalho masculino por excelência e em mar de dentro (entre a praia e os arrecifes), onde homens e mulheres exercem atividades produtivas. A terra, por sua vez, na percepção do grupo” subdividiu-se tradicionalmente entre “o espaço da agricultura e a praia, o primeiro concebido como essencialmente feminino, e o segundo como um espaço intermediário, onde, tal como no mar de dentro, trabalhavam tanto homens quanto mulheres” (WOORTMANN, 1992, p. 50).

Ao analisar o litoral norte do estado de São Paulo, Diegues (1983) salienta que “a mulher, em quase todas as sociedades de pescadores, não participa da atividade pesqueira de alto-mar, ainda que possa complementar a dieta familiar, catando moluscos na praia”. Reeditam-se aqui os dualismos abstratos como meio de descaracterizar a pesca feminina com o campo discursivo unitário da PESCA, em que a unidade do grupo está assentada nessa concepção limitada de pesca, em que a identidade do grupo acopla-se, de modo congênito, a oposição homem/mulher e sua consequente hierarquia sócio-estrutural, tendo o homem-pescador como o elemento que sumariza a comunidade total, já que a identidade masculina é aquela em que se constitui a identidade do grupo (WOORTMANN, 1992). À mulher não foi dada a oportunidade do aprendizado do saber-fazer da pesca, estando reservado a elas apenas vivenciarem os saberes ouvidos, mas pouco sentidos em sua vida cotidiana altamente vinculada à terra, ao espaço da casa, do beneficiamento e da venda do pescado.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Como os processos políticos não estão descolados dos processos sociais vividos e sentidos, a invisibilidade feminina na cadeia produtiva da pesca não está descolada da dinâmica silenciosa, no campo das políticas públicas, que as desconsideram como ramo importante do setor econômico da pesca, cujos resultados são os parques diretos conquistados na área trabalhista e previdenciária, assim como no acesso ao crédito e às melhorias na área educacional, de saúde e moradia. Quanto a este aspecto, o que se evidencia é a importância da mulher como agente privilegiado na preservação dos recursos e das comunidades pesqueiras. Por esse motivo, é importante compreender como as comunidades de pescadores artesanais vêm se reproduzindo ao mesmo tempo em que a totalidade dos processos sociais dá conta de pensar:

O trabalho das famílias está direta ou indiretamente ligado ao sistema produtivo da pesca. Por isso, ganham relevo hoje as abordagens de gênero e de idade que direcionam nosso olhar para a divisão do trabalho entre os sexos e as gerações. Trata-se de uma dimensão pouco valorizada, quer no âmbito dos estudos, que privilegiam a situação do homem pescador, quer no âmbito das políticas e das organizações sindicais de pescadores onde ainda predomina uma concepção restrita de pescador (MANESCHY, 1997, p. 84).

Assim, torna-se de grande relevância um estudo que tem como sujeito da ação educativa as mulheres na atividade pesqueira, primeiro por ser um tema pouco explorado pelas análises acadêmicas que têm a pesca como objeto. Dessa forma, torna-se imperativo uma pesquisa que tenha como norte a necessidade de se descortinar a importância desse segmento, dando visibilidade àquilo que parece invisível em meio à sociabilidade da pesca. Segundo estudos da Comissão Europeia (2013), há uma carência de informações pormenorizadas da situação vivenciada por essas mulheres em diferentes realidades. A conclusão dos mesmos é que:

- (1)** As mulheres sentem que não são bem-vindas nas atividades de captura da pesca no mar, o que talvez possa explicar a relativa falta de interesse que demonstram em participar;
- (2)** As mulheres são alvos constantes de discriminação;
- (3)** Constituem a maioria dos trabalhadores no setor da transformação, mas ocupam principalmente os postos de trabalho inferiores, que não requerem mão de obra qualificada, não tendo, por isso, perspectiva de progressão na carreira;



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

- (4) As mulheres desempenham um papel significativo, apesar de informal e não reconhecido, no apoio à atividade marítima dos cônjuges;
- (5) Por fim, o estudo conclui que as mulheres são alvo de discriminação econômica generalizada em todo setor.

Neste contexto, o objetivo do estudo é verificar a (in)visibilidade das mulheres inseridas na cadeia produtiva da pesca, visando a mapear as diferentes percepções e interpretações a respeito dos papéis sociais desempenhados por homens e mulheres, inter cruzando as representações nativas entre pesca e pescadores; analisar o modelo bipolar de divisão sócio-espacial do trabalho nessa cadeia produtiva, decodificando seu sentido e compreendendo suas relações complexas; desenvolver uma análise relacional, explorando as dimensões sociais de gênero nas comunidades pesqueiras selecionadas; entender o significado que as colônias e o estado têm atribuído às atividades produtivas e reprodutivas realizadas por essas mulheres, pois:

[...] o Estado considera o seu trabalho como extensão natural dos afazeres domésticos. Isso porque não é considerada legalmente profissional autônoma da pesca artesanal. Muitas delas não detêm qualquer registro do desenvolvimento de suas atividades. Por isso, são ignoradas pela previdência social e mesmo pela legislação trabalhista. Sem acesso, muitas vezes, a serviços como creches ou a benefícios previdenciários como licença maternidade, essas mulheres não têm qualquer estímulo a permanecerem na atividade pesqueira, preferindo atividades como empregadas domésticas e faxineiras (CABRAL apud SILVA et al, 2013).

Dessa forma:

O Estado constrói, portanto, dispositivos biopolíticos de hierarquização em que um homem é reconhecido como pescador, mas uma mulher, que desempenha o mesmo trabalho, para ser reconhecida como pescadora e ter, por exemplo, o direito à aposentadoria, precisa constituir provas, entre as quais, que é filha ou mulher de pescador (GEBER, 2013, p. ???).

Esse panorama sedimenta a importância de se contemplar todos os municípios que abrange o projeto PESCARTE, identificados pelo Diagnóstico Participativo (DP) do PEA-BC como vulneráveis, tornando-os, assim, alvos de ações e estudos mais pontuais para fortalecimento de seus processos emancipatórios. Sendo assim, os municípios de Arraial do Cabo; Cabo Frio; Macaé; Quissamã; Campos dos Goytacazes; São João da Barra e



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

São Francisco do Itabapoana estão dentro da área de abrangência da pesquisa. A escolha da metodologia leva em consideração as características do fenômeno que se pretende compreender, requerendo a adaptação e desenvolvimento de um método que eleve o nível de contribuição para os apontamentos explicativos na literatura especializada sobre o tema. Dessa forma, a metodologia apropriada para viabilizar tal projeto de pesquisa está, em geral, associada à triangulação metodológica (grupo focal, questionários e observação direta), entendida como uma combinação e cruzamentos de múltiplos pontos de vistas, a visão de vários informantes e o emprego de uma variedade de técnicas de coleta de dados, para chegarmos ao âmago das questões que tornam as mulheres sujeitos invisíveis nos processos sociais associados à cadeia produtiva da pesca artesanal, na área de estudo contemplada por esse projeto.

MULHERES E PESCA ARTESANAL: “PESCANDO LIBERDADE”

A concepção biológica do corpo ou uma interpretação teleológica sobre a superioridade masculina dispõe em cena a necessidade do manuseio do conceito de gênero como “princípio que transforma as diferenças biológicas entre os sexos em desigualdades sociais, estruturando a sociedade sobre a assimetria das relações entre homens e mulheres, buscando suas referências de ordem social e cultural” (BRUSCHUNI, 1998). Com efeito, a categoria teórica gênero nos convida a ultrapassarmos módulos socialmente construídos pelos etnometodologistas – que analisam o sexo como uma “atitude natural”, totalmente amolgada às construções sociais e suas realidades biológicas e físicas – incrustados no ideário da imutabilidade do sexo, na separação entre espaço socialmente definido para mulheres e homens, na diferença biológica e física.

Contrapondo-se aos dualismos abstratos impetrados por concepções limitadoras e em muitos casos castradoras de processos emancipatórios, Saffioti (1992) alinha-se à ideia de o conceito de gênero captar as formas de existência do corpo, afirmando que o mesmo é uma situação em que campos de possibilidades culturais são recebidas e reinterpretadas. Dessa forma, o corpo é essencial para definir a situação da mulher e do homem nos espaços sociais, mas torna-se insuficiente para defini-los enquanto homens e mulheres.

As interpretações naturalizadas e a dialética imanente entre homens e mulheres sofrem grande impacto em meio à modernidade e às transformações históricas, a reboque do avanço do capitalismo industrial. Sob esse ângulo, o movimento feminista, organizado



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

coletivamente, emerge com o objetivo de opor-se à situação de subalternidade das mulheres e da superficialidade estrutural na qual se assentava a ideia de desigualdade, totalmente descolada das concepções sociais e políticas avolumadas ao longo dos tempos.

Com a modernidade, novos ares são percebidos e espaços de transparência e elementos da vida social tornam-se mais visíveis. Sujeitos até então colocados às margens da vida social são agora percebidos e funcionais à produção e reprodução da vida cotidiana. A soma das variáveis: racionalidade política e pressão dos movimentos organizados da sociedade civil, ligados às mulheres, tem como fator resultante a elevação das mesmas ao cenário político, e fundamentalmente à esfera pública. O ato de se trabalhar com a categoria gênero nos coloca no terreno da unidade relacional em que o debate se concretiza, ou seja, não podemos destituir o masculino, o homem do feminino, mulher, pois não contribuiríamos para a transformação dos paradigmas sociais. A unidade da categoria gênero, ao amolgar homens e mulheres na análise relacional, traz à luz a ideia de que ambos são produtos do meio social e que, portanto, suas condições de vida são variáveis e históricas. Esse parece ser o caminho para ladrilharmos a perspectiva que retira parte dos sujeitos de sua invisibilidade social.

As correntes teóricas daí advindas se subdividem em feminismo liberal, feminismo marxista e feminismo radical. A primeira delas, o feminismo liberal, tinha como perspectiva a luta pela igualdade de oportunidades e direitos individuais, como o voto, a igualdade no mercado de trabalho e a luta pela isonomia da gramática de direitos legais. As críticas a esta perspectiva existem, sobretudo no que se refere à ênfase ao individualismo e à ausência de discussão e aprofundamento sobre as questões culturais, isto é, ela é altamente limitada em seu teor crítico no campo do social. O feminismo marxista, segunda linha teórica, alinha-se aos debates em torno do mercado de trabalho, em que as mulheres, em sua maioria, são tratadas como instrumento de controle e opressão advindos do modo de sociabilidade capitalista, ou seja, as mesmas atuam como exército de reserva e no trabalho doméstico servem como instrumento de acumulação. O feminismo radical fecha essa trilogia teórica, cuja fusão entre as duas últimas lhe dá consistência. As feministas radicais utilizam o termo para se referir a uma estrutura geral de dominação do homem na sociedade moderna, utilizando-se de estratégias políticas de reivindicação cujo foco está na intimidade pessoal, como casamento e relacionamentos, encarcerados pelas formas de contrato pessoal, sendo a reprodução apenas umas das muitas formas de se oprimir as mulheres.

Os efeitos desses movimentos e a repercussão desses processos no setor



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

pesqueiro colidem com a flexibilidade que caracteriza a atuação feminina no setor, na maioria das vezes conjugada à ideia de precariedade, baixa renda e exclusão de direitos profissionais e sociais. Mas, movimentos autônomos marcam não só o cenário nacional como internacional, muitos são os movimentos que vem desestabilizando noções – historicamente delineadas e muitas vezes aceitas como verdades absolutas – como a de “dependentes” ou “ajudantes”, com o objetivo de desqualificar sua capacidade produtiva na cadeia produtiva da pesca.

Na Europa Ocidental, novas associações “estão buscando o reconhecimento legal da condição de esposas de pescadores (fishermen’ wives) “com o objetivo claro de dar voz e voto às mulheres nos processos de negociações e decisões de política pesqueira que incidem sobre suas comunidades e meio de vida” (MANESCHY & ÁLVARES, 2004, s.p.).

No Brasil, a Articulação de Pescadoras no Brasil tem como agenda forçar as organizações de classe (como sindicatos, colônias e as federações) a respeitarem os espaços e tratarem, em pé de igualdade, as reais demandas sociais, políticas e culturais das mulheres pescadoras. Os objetivos desses movimentos organizativos são:

Formar ou vincular-se a organizações é, muitas vezes, uma exigência para atuar na defesa de direitos sociais e políticos, na defesa da terra e do meio ambiente, assim como para alcançar políticas compensatórias e de apoio à geração de renda. De fato. Embora as mulheres possam efetivamente participar das decisões relativas à produção no interior da família, compartilhando a administração das pescarias com os companheiros, elas carecem de voz nas organizações (MANESCHY & ÁLVARES, 2004, p. 50).

O fato é que as mulheres da pesca estão reivindicando o reconhecimento de sua condição produtiva nos mais diferentes contextos, formando associações e redes sociais que reconheçam a mulher pescadora como uma categoria de identificação cultural e política. Como exemplos dessas redes podemos citar: a Rede Europeia de Organização na Pesca e na Aquicultura (AKTEA), e no Brasil a fundação da Articulação Nacional das Pescadoras (ANP). O maior protagonismo da mulher pescadora na luta por seus direitos não dilui por completo os estigmas ainda vivenciados no dia-a-dia da pesca.

Se é possível constatar que as pescadoras brasileiras alcançam visibilidade social e política, elas continuam a enfrentar déficits no reconhecimento das muitas particularidades de suas atividades. Como visto anteriormente, muitas vezes elas não se dedicam de modo contínuo aos trabalhos na pesca, não só porque não há demanda constante, mas também porque elas conciliam esses trabalhos com



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

atividades econômicas fora da pesca e, finalmente, porque cuidam das famílias sem usufruírem de infraestrutura e de equipamentos coletivos apropriados (MANESCHY & ÁLVARES, 2004, p. 56).

O fato é que as mulheres inseridas na cadeia produtiva da pesca, ao mesmo tempo em que vivenciam a invisibilidade social, estão em nível nacional e internacional formulando caminhos que questionam a ordem social de gênero, e alertando para sua importância na produção de alimentos e na segurança das famílias, assim como nas práticas de regulação, gestão e desenvolvimento social e econômico.

REALIDADES VIVIDAS E DESAFIOS COLOCADOS: “PARTICIPANDO SEM MEDO DE SER MULHER”.

Prá mudar a sociedade do jeito que a gente quer/ Participando sem medo de ser Mulher. Por que a luta não é só dos companheiros/ participando sem medo de ser mulher/ Pisando firme sem medir nenhum segredo/ Participando sem medo de ser mulher. Pois sem mulher a luta vai pela metade/ Participando sem medo de ser mulher/ Fortalecendo os movimentos populares/ Participando sem medo de ser mulher. Na aliança operária Camponesa/ Participando sem medo de ser mulher/ Pois a vitória vai ser nossa com certeza/ Participando sem medo de ser mulher (Música “Sem medo de ser mulher”, autoria de Zé Pinto – Livro de Cânticos do Movimento de Mulher Trabalhadora do Nordeste).

No decorrer do trabalho de campo, foi possível perceber que, apesar da dificuldade de se reconhecerem como pertencentes à cadeia produtiva da pesca, a mulher começa a reivindicar junto ao termo PESCADORA, um campo de identificação cultural e política. Esse movimento torna-se importante, no que circunscreve ao tema central, a todo um ergástulo de problemas que dificulta o reconhecimento social e político dessas mulheres frente a direitos sociais e ao próprio reconhecimento de seus pares como pescadoras.

Partindo da premissa das relações sociais de gênero, podemos delinear modelos sexuais de relações de poder que desvendam o enigma das representações simbólicas do lugar, e o papel da mulher em comunidades tradicionais.

Dito isso, o trabalho feminino, apesar de ser considerado residual, tem uma importância estratégica para toda a unidade familiar. As mulheres costumam articular em seu cotidiano várias atividades que ultrapassam os cuidados meramente reprodutivos



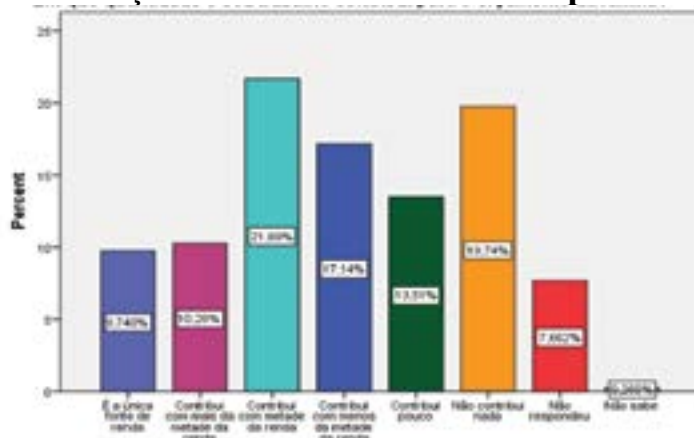
A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

dos grupos domésticos. As principais atividades podem ser assim listadas: pesca e coleta de mariscos; venda e processamento do pescado; diversificação das fontes de rendas familiares (a pluriatividade) na agricultura, no artesanato, no comércio e nos serviços. A mulher também ajuda na tecelagem e remendo das redes de pesca, preparo de linhas e iscas. Em alguns casos foi possível identificar mulheres como membro de tripulação, fato este demarcado pela atividade em família, geralmente a mulher era esposa do proprietário do barco, sendo esta uma estratégia de compensação para os rendimentos declinantes com despesas e acordos de partilhas.

O fato é que o trabalho feminino se configura como uma fonte de renda importante para a sobrevivência da unidade familiar, como fica visível no gráfico 1 em que quase 22% das entrevistadas afirmam que suas atividades contribuem com metade da renda destinada à sobrevivência da unidade familiar, seguida de 10,26% com mais da metade e 9,7% como única fonte de renda. Mas, essas mulheres vivenciam os dilemas e paradoxos da representação e do lugar do feminino em seus contextos sociais, ou seja, a mulher tem sua jornada de trabalho facilmente ampliada pela divisão sexual do trabalho e duplamente explorada pelo capital,

desde logo por exercer, no espaço público, seu trabalho produtivo [...]. Mas, no universo da vida privada, ela consome horas decisivas no trabalho doméstico, com o que possibilita (ao mesmo capital) a sua reprodução, nessa esfera do trabalho não diretamente mercantil, em que se criam condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho de seus maridos, filhos/as e de si própria (Antunes, 2009, p.108).

Gráfico 1 - Contribuição do Trabalho Feminino para Renda Familiar



Fonte: Pescarte



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Alguns ramos da cadeia produtiva do pescado destinado ao labor feminino foram facilmente caracterizados como intensivos não só pela prática como pelos códigos sociais neles impressos. Na comunidade do Terminal Pesqueiro (Farol de São Tomé), em Campos dos Goytacazes, as mulheres descreveram a atividade conhecida como “Fundo de Quintal”; sua dinâmica já traduz os níveis de precarização vivenciados cotidianamente por essas mulheres. O “Fundo de Quintal” consiste na reunião – geralmente na casa da dona do “quintal” e responsável pelo recebimento do camarão pelo atravessador – de mulheres para o descasque do camarão. O preço hoje pago pelos atravessadores a essas mulheres varia entre R\$ 0,50 e R\$2,00 por quilo de camarão descascado. Um preço, segundo as mesmas, bem abaixo do valor de mercado, visto que estes se destinam aos grandes centros urbanos, principalmente o Rio de Janeiro, vendidos a valores muito acima do quilo pago na origem do produto. O trabalho rotinizado, intensificado e precarizado também está presente nos espaços dos frigoríficos de peixes na comunidade do Farol de São Tomé (Campos dos Goytacazes).

As longas jornadas de trabalho (geralmente o trabalho tem início às quatro horas da manhã) e o trabalho part-time fortemente marcado pela informalidade criam sérias dificuldades de acesso a direitos então constituídos e assegurados pela legislação trabalhista brasileira.

A pluriatividade constitui-se como uma prática social, cujo principal objetivo é buscar formas alternativas que garantam a reprodução ou ampliação das fontes de rendas das unidades familiares. A interação com outras atividades ocupacionais além da pesca se intensifica principalmente em períodos de alta temporada (verão), já que o movimento no litoral se amplia e conseqüentemente o mercado de trabalho local. Esse processo delinea a dificuldade das pescadoras sobreviverem somente de suas atividades desenvolvidas na cadeia produtiva da pesca, sendo necessária uma complementação da renda com outras atividades.

A diminuição no volume do pescado esteve sempre associada aos impactos causados pelo desenvolvimento não sustentável advogado pelas empresas que se instalam na região e na falta de consciência ambiental dos pescadores frente à importância do defeso na renovação dos estoques pesqueiros. Nos grupos focais realizados no município de São Francisco do Itabapoana, as marisqueiras apontaram que a construção de usinas hidrelétricas ao longo do Rio Itabapoana vem causando a escassez de camarão, e uma intensa salinização da água (presença de camarão fraco e altamente salgados) do mangue (com o processo de avanço das águas do mar em direção ao mangue). No Município de Quissamã, a Sra. Roseli comenta que:



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Esse ano foi muito ruim de peixe, melhorou no final do ano e mesmo assim ficou apenas um mês e quinze dias de pescado em abundância.

Maria Luzia retruca dizendo:

No período que a pesca vai fechar é o período em que a pesca aparece com mais fartura para a gente aqui, aí a gente pensa, agora que é a hora boa para pescar.

Maria da Penha contesta dizendo:

Mas, se a gente fizer isso, a gente fica aqui um ano sem pescar e não tem um peixe para pegar mais – e continua dizendo – se a prefeitura pega a gente na lagoa a gente perde o nosso registro.

A diminuição do volume do pescado cria uma discrepância em relação aos pescadores(as), principalmente em ambiente lagunar e de rio, em que o desrespeito ao período do defeso e aos impactos ambientais sofridos nos últimos tempos (principalmente o acidente ambiental de Cataguases) no Rio Paraíba do Sul causaram a escassez ou inexistência de algumas espécies de peixes.

Na análise da dinâmica da organização social, ressaltamos a importância das organizações sociais para a introdução e direcionamento de atividades inovadoras no sistema econômico-social. A participação nas colônias de pescadores ou associações é sempre percebida como importante, de relevância social na luta por direitos, mas muitas se sentem excluídas em algumas pautas e eventos (percebem que não há espaço para o diálogo entre homens e mulheres no espaço associativo, até mesmo quando este é presidido por uma mulher) – muitas vezes direcionadas somente aos homens. Para muitas, esses espaços poderiam ser utilizados para a elaboração e implementação de cursos ligados às atividades de beneficiamento da pesca, de informática e inglês (como estratégia de incluir os jovens nesse processo), assim como poderiam oferecer serviços ambulatoriais e dentários aos familiares dos pescadores associados.

As experiências de trabalho coletivo sempre foram protagonizadas maciçamente por mulheres. No distrito de Atafona tem-se uma iniciativa pioneira para as mulheres daquela comunidade, ao fazer proveito dos recursos de investimentos do Programa de Organização Produtiva de Comunidades (Produzir), do Ministério de Integração Nacional, inicialmente destinados aos pescadores e aproveitados com sucesso pelas mulheres. Em fevereiro de 2007, cerca de 20 mulheres (hoje constam oito mulheres e três homens cooperados) se uniram para fundar a Cooperativa “Arte Peixe”, cuja proposta era tornar-se uma alternativa rentável para as esposas e filhas de pescadores, complementando a renda familiar. Em parceria com o Produzir, o Serviço Nacional de



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Aprendizagem Rural do Estado do Rio de Janeiro (Senar) forneceu diversos cursos. Entre eles, os de corporativismo, de boas práticas, de higiene alimentar, de meio ambiente e o de processamento de pescado (linguiça de camarão e hambúrguer de peixe).

A proposta de uma cooperativa que incorpore em seus quadros a unidade familiar do pescador é vista com bons olhos e apontada como a melhor solução para os problemas vivenciados na cadeia produtiva da pesca.

A invisibilidade feminina na cadeia produtiva do pescado foi reconfirmada em duas frentes: uma externa e outra interna. A externa alinha-se aos elementos estruturais patriarcais da própria sociedade, que repercute nas ações dos órgãos públicos e até mesmo dos órgãos de representação de classe, que muitas vezes ignoram a existência e importância das mulheres na cadeia produtiva da pesca. Outra interna, em que as famílias e as próprias mulheres, principalmente as que “atuam na terra” (é importante deixar claro que algumas mulheres pescam principalmente em ambientes lagunares e rios), muitas vezes não se dão conta da importância do seu trabalho e de sua própria incorporação na cadeia produtiva como pescadoras.

A presença da mulher na pesca marinha foi fortemente questionada por ser considerada pelos pescadores um trabalho pesado e um saber que exige força, destreza, aptidões físicas presentes somente nos homens. Portanto, um espaço eminentemente masculino por força da própria natureza, totalmente destituído de atitudes ou comportamentos preconceituosos (segundo os pescadores pesquisados).

PENSANDO A EPISTEMOLOGIA DA PESCA: UM PROJETO EM CONSTRUÇÃO

Em meio aos desígnios da sociedade moderna, os homens passaram a contrapor o elemento natureza como fonte de sua essência e a encará-la de modo predatório irrompendo sua ontologia. Esse homem que transforma a natureza – via trabalho – e é transformado, carrega em si o potencial de transformar o meio em que vive e desenvolve suas atividades. Esse potencial dinamiza o processo de racionalização que enriquece não só sua atividade como o desenvolvimento da atividade laborativa e as novas necessidades, daí advindas, que favorecem a:

Criação do homem com ricas e múltiplas faculdades, com sentimentos profundos, dotado de curiosidade científica, aspirações religiosas, estéticas, do conhecimento e do



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

conhecimento prático cotidiano. O trabalho [...] objetivação de forças essenciais humanas [...] cria, pois, a possibilidade permanente de evolução humana: a própria história (IAMAMOTO, 2011, p. 42).

É nesse contexto ontológico do ser social, em que a construção da história expõe a complexidade das realidades vividas e sentidas no cotidiano, que não podemos negar a história dos lugares e a necessidade epistemológica do sentir essas diferenças como elementos estruturantes da cultura e dos códigos sociais. Os pescadores, nesse sentido, são sujeitos sociais dotados de um fazer e ler a natureza que dão materialidade às suas condições concretas de trabalho.

Essa leitura nos permite reconhecer que esses sujeitos sociais fazem parte da territorialidade natural e que qualquer aproximação político-científica deve estar sensível a essa relação pescador/natureza e a construção de suas heranças culturais. Esses elementos criam um novo paradigma em que esta:

[...] nova episteme, [...] requer que se supere a limitação de ver os pescadores artesanais como objeto estáticos e como incapazes de pensar sobre sua própria condição social e histórica. Ao mesmo tempo a nova episteme questiona a arrogância dos sujeitos do conhecimento, os pesquisadores, gestores e técnicos que parecem capazes de procurar soluções, mas que na maioria das vezes o que fazem é reproduzir a rotinização, a burocratização e abstração do saber que consistem em explicar o outro sem ouvir profundamente as questões e problemas que esse outro expõe, ou seja, relatando cientificamente o agir do outro sem saber de fato qual é o sentido da ação dele (SILVA, 2014, p. 17).

Ao ladrilhar esse método o presente projeto tem como questões de pesquisa a forma como são percebidas e trabalhadas, no que se refere ao simbolismo, as representações e práticas de seus agentes (pescadores, associações, colônias, estado e as próprias mulheres), as diferenças entre homens e mulheres na “cultura da pesca artesanal”. Outro ponto de interrogação alinha-se ao espaço efetivamente atribuído às mulheres na cadeia produtiva da pesca. E se esses espaços se constituem como pontos fixos ou móveis. Ao nos debruçarmos sobre esses pontos analíticos macros, podemos alinhar uma agenda de pesquisa que desnude as diferentes vivências das mulheres em nível micro nos municípios abarcados pelo Projeto Pescarte como: (1) - mapear as diferentes percepções e interpretações a respeito dos papéis sociais desempenhados por homens e mulheres na cadeia produtiva da pesca, inter cruzando as representações nativas entre pesca e pescadores; (2) - analisar o modelo bipolar de divisão socioespacial do trabalho nessa



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

cadeia produtiva, decodificando seu sentido e compreendendo suas relações complexas; (3) – analisar, relacionalmente, as dimensões sociais de gênero nas comunidades pesqueiras selecionadas; (4) - verificar a (in)visibilidade das mulheres inseridas na cadeia produtiva da pesca, entendendo o significado que as instituições políticas e sociais atribuem às suas atividades produtivas e reprodutivas; e (5) – compreender os critérios para a tomada de decisão econômica no uso dos recursos do orçamento doméstico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres pescadoras configuram-se como o grupo mais vulnerável (vivenciam a precarização do trabalho, tanto em relação a salários, direitos e condições de trabalho), em que dualismos abstratos acabaram por recompor a necessidade de um projeto que incorpore a unidade familiar como meio de emancipação das pescadoras. Essas mulheres apresentam níveis de polivalência e multiatividades importantes para qualquer projeto de geração de trabalho e renda.

Os objetivos delineados nessa proposta de pesquisa indicam a necessidade constante de conhecer os diferentes estágios de vivências pelas mulheres pescadoras nas diferentes áreas geográficas da Bacia de Campos. Nesse sentido, o fazer científico percorre em meio ao debate da Slow Science, constituindo um diálogo denso e profundo com as pescadoras, cujo objetivo é subsidiar as ações do Projeto Pescarte, partindo do saber construído no cotidiano praticado.

BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho*. Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Editora Universidade / UFRGS, 2002.

DIEGUES, Antônio Carlos S. *Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar*. São Paulo, Ática, 1983.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

GEERTZ, Clifford. *O Saber Local. Novos Ensaios em Antropologia Interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 1998.

MANESCHY, Maria Cristina. *Da Casa ao Mar: papéis das mulheres na construção da pesca responsável*. Proposta, 84/85, 2002.

MORIN, E. *O Método*. Porto Alegre: Editora Sulina, 1998.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. *Trabalhadores e Camaradas: relações de gênero, simbolismo e ritualização numa comunidade amazônica*. Belém: UFPa, 1993.

PEREIRA, Maria Odete da Rosa. *Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos*. Plano de Trabalho 2 fase – PEA FOCO. Campos de Peregrino. Julho de 2013.

SAHLINS, Marshall. *Cultura na Prática*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2004.

SILVA, Vera Lucia da & LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. *A Regulação Jurídica da Pesca Artesanal no Brasil e o Problema do Reconhecimento do Trabalho Profissional das Pescadoras*. Universidade Federal da Paraíba, 2013.

WOORTMANN, Ellen F. *Da Complementaridade à Dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades pesqueiras*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 18, 1992.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

TRABALHO ASSOCIADO, ORGANIZAÇÃO SOCIAL E PRODUTIVA ENTRE PESCADORES ARTESANAIS NA BACIA DE CAMPOS: PROPOSTAS E DESAFIOS

Ana Paula Serpa Nogueira de Arruda

INTRODUÇÃO

A pesca artesanal no Brasil é responsável pela renda de milhares de brasileiros nos mais de 8 mil quilômetros da costa brasileira. Segundo dados do Ministério da Pesca (2014), atualmente a pesca artesanal é uma atividade exercida por cerca de 1 milhão de pessoas e, incluído o trabalho familiar, típico desta prática, chega-se à natureza de 3,5 milhões de pessoas envolvidas nesta atividade¹.

Contrariamente, territórios tradicionalmente utilizados pela pesca artesanal têm sido ocupados por outras atividades econômicas – como o turismo, a pesca industrial, e especialmente, no caso da Bacia de Campos (BC), pela exploração do petróleo – levando, muitas vezes, sua base produtiva à crise (WALTER, 2010).

Além disto, de acordo com Walter (2010), a pesca artesanal possui pouca tecnologia agregada às diversas etapas da cadeia produtiva, tendo por decorrência perdas consideráveis de produtividade, diminuição da qualidade do pescado e aumento do produto.

Tendo ainda que enfrentar, cotidianamente, situações de comercialização em um grau elevado de desigualdade, boa parte da produção da pesca artesanal na BC é escoada via intermediários, reduzindo significativamente as margens de lucro da comercialização por parte dos pescadores. Um mecanismo usual para o combate a estas desigualdades de renda entre pescadores é a sua organização em associações produtivas. Nesse sentido, tais constrangimentos poderiam ser revertidos por meio de projetos associativos de geração de Trabalho e Renda (GTR), um dos objetivos do Projeto Pescarte.

¹ Segundo dados do Ministério da Pesca (2014), 45% da produção anual brasileira é proveniente da pesca artesanal, praticada por 957 mil pescadores organizados em 1.200 colônias, 760 associações, 137 sindicatos e 47 cooperativas.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

O reconhecimento desta cadeia produtiva – como uma economia importante ao mesmo tempo em que revela uma realidade social gritante – e a intervenção sobre a mesma, meta do projeto Pescarte, tem por escopo a consolidação de protagonismos coletivos dos pescadores artesanais na BC, historicamente marginalizados em diversas áreas relacionadas ao seu campo de atuação.

O Pescarte é, a todos os títulos, ambicioso nesta empreitada ao estabelecer estratégias de intervenção por meio da incorporação destes atores, pescadores artesanais, e de suas famílias, rompendo com a prática de projetos “prontos”, impessoais – e por isto – desconectados da realidade e necessidade destes grupos. De fato, um princípio base neste projeto é a participação de todos os agentes envolvidos na intervenção, para a construção de processos mais justos no desenvolvimento da pesca artesanal, sendo, desta forma, fator de empowerment para esses sujeitos. Claramente, objetiva-se a autonomia e a emancipação social desses pescadores e de seus familiares por meio do que Boaventura de Sousa Santos (2002) chama de processos produtivos “alternativos” mais igualitários, solidários e democráticos – em um “produzir para viver” que dê conta dos desafios que isto representa no contexto da pesca artesanal.

Sob este viés, o Pescarte reclama uma inovação necessária ao trazer respostas de combate à discriminação e exclusão social desses grupos. Com isto, este estudo pretende acrescentar valor às suas intervenções ao refletir sobre as práticas e os processos de inserção destes pescadores em empreendimentos associativos de GTR – considerando a ótica de sua adequação aos sujeitos da ação educativa – refletindo assim sobre os requisitos instrumentais e metodológicos que a ele se impõem.

Mais claramente, este artigo² expõe a necessidade de uma análise das potencialidades e desafios para a realização de iniciativas de organização comunitária e produtiva dos pescadores artesanais localizados na Bacia de Campos (BC). As capacidades sociais de trabalho associado e de autogestão partem da disposição de organização dos pescadores artesanais, com o objetivo de um protagonismo coletivo que favoreça a sua inserção competitiva na cadeia produtiva do setor. É essencial salientar que, para alcançar a eficácia desses empreendimentos autogestionários, é importante ter a adesão de uma parte representativa dos que vão executá-lo,

² Este artigo apresenta as reflexões provenientes do desenvolvimento do projeto de Pós-doutorado em Políticas Sociais no âmbito do Projeto Pescarte (Trabalho associado, organização social e produtiva entre pescadores artesanais na Bacia de Campos: propostas e desafios).



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

entendendo os desafios para o estabelecimento de mecanismos de poder e de decisão compartilhados (EID; PIMENTEL, 2000).

A gestão compartilhada desses empreendimentos solidários expressa formas e possibilidades concretas de uma prática social pautada no coletivo, caracterizando um novo modo de produção – mais democrático, participativo e inclusivo. Essas práticas se instituem e se constroem baseadas em um projeto coletivo, a partir de iniciativas de organização comunitária, social e produtiva – o que não exclui o suporte técnico e administrativo que são essenciais para o sucesso desses empreendimentos.

Exatamente por esses fatores, não desconsideram as potencialidades de inserção mercadológica e aumento da produtividade; ao contrário, nelas ganham força e capacidade de transformação socioeconômica. Além disso, não se pode desconsiderar que a inserção no mercado desses empreendimentos associativos é forçosa para a viabilização da produção, escoamento e comercialização.

Contudo, estudos apontam que os desafios, para a implementação de projetos coletivos, destacando a possibilidade de implementação de unidades produtivas associadas, modernas e competitivas, são muitos: 1) organização; 2) qualificação de grupos produtivos artesanais; 3) disponibilização de equipamentos, recursos econômicos (capital de giro) e técnicos; 4) falta de capacitação administrativa e gerencial dos negócios e noções de empreendedorismo (MALDONADO; SANTOS, 2006).

Com isso, esse artigo tem por proposta discutir a pesquisa, no âmbito do projeto Pescarte, para a configuração deste cenário na Baía de Campos. Partimos do pressuposto de que existirão esses desafios, mas uma pesquisa que se dedique a promover uma estreita relação entre acompanhamento e avaliação, não apenas de resultados econômicos mas sobretudo sociais, demonstra uma estratégia integrada com instrumentos de gestão que deem valor às pessoas e famílias envolvidas. Consideramos, especialmente, a percepção, a composição, os arranjos e parcerias constituídos entre os pescadores artesanais, ou seja, os “produtos” sociais resultantes do Projeto Pescarte.

TRABALHO ASSOCIADO, ORGANIZAÇÃO SOCIAL E PRODUTIVA: REFERENCIAL TEÓRICO

As cooperativas de pescadores artesanais têm potencial para funcionar como importantes ferramentas de inclusão social, econômica e de manutenção das



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

famílias. O sucesso das cooperativas entre pescadores artesanais depende não somente de acertos econômicos, mas também de organização social, política, técnica e gerencial dos mesmos. Considerando-se que a atividade da pesca artesanal está intimamente ligada ao regime de economia familiar, o envolvimento dos demais membros da família nesses empreendimentos torna-se essencial.

De acordo com Marrul Filho (2001), uma das dificuldades dos pescadores artesanais, e motivo de fracasso das cooperativas de pesca, está no fato de que os mesmos se veem mais como produtores do que como comerciantes, o que demonstra a sua posição entre as “coisas do mar e da terra”. Assim, as cooperativas acabaram gerenciadas por pessoas que pouco conheciam sobre pesca, ou, contrariamente, por pescadores que não detinham conhecimentos gerenciais ou administrativos.

Em outros casos, também foi desprezado o papel dos intermediários, os chamados “atravessadores”, elementos da pesca artesanal que se especializaram na comercialização e distribuição dos produtos, pessoas da comunidade, que poderiam ter sido incorporadas durante a criação de empreendimentos associativos. Em decorrência desses desacertos, muitas cooperativas e empreendimentos solidários se viram paralisados, ou deixaram de existir (MALDONADO, 2006).

O caminho para essa capacitação passa pela necessidade de educação cooperativista para os pescadores e pela análise de experiências exitosas no setor, observando assim os desafios que se impõem nesta empreitada. Nesse sentido, importa refletir não apenas sobre a complexidade dos arranjos inerentes a esses empreendimentos, mas também sobre as especificidades e contextos locais dos municípios envolvidos no projeto Pescarte, detectando as possíveis práticas inovadoras, suas singularidades e similaridades, os processos dinâmicos que, por este motivo, podem ser o gatilho para o desenvolvimento de uma intervenção de fato transformadora.

Além disso, esses processos educacionais passam ainda pela consolidação de conceitos de autogestão, democracia e solidariedade por meio de uma formação que trabalhe com aspectos que vão da técnica à gestão:

Os processos educacionais relacionados aos empreendimentos solidários devem, portanto, propor uma educação libertadora, reflexiva, questionadora, dialógica, considerando a necessária relação de alteridade entre os sujeitos envolvidos[...] Trata-se de mudar sua perspectiva de gestão e de concepção politicopedagógica (ALVES & SALOMÃO, 2011, p. 365).

De fato, há que se propor inovações: novas práticas sociais, nova tecnologia social.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Não se deve desconsiderar a necessidade de vinculação entre uma gestão democrática e a viabilidade econômica e para isto deve-se considerar uma preparação que alie valores solidários a capacidade de manutenção e competitividade do empreendimento. Esse processo deve pautar a concepção de inovação social e saber coletivo, de forma que a autogestão seja mantida nessas experiências. Desta forma:

[...] a ideia de autogestão é uma ideia, mas antes de tudo é uma prática social e política, um método e uma perspectiva de transformação social, um movimento proveniente da experiência de vitórias e derrotas. Assim, o fundamento da autogestão é o direito à experimentação de novas formas de vida e de trabalho que se constrói a partir de iniciativas da sociedade civil, nas empresas, nos bairros, nas municipalidades (ALVES & SALOMÃO, 2011, p. 369-370).

Experiências econômicas solidárias partem da organização social e coletiva dos trabalhadores e possuem caráter de resistência aos modelos de exploração capitalista. Contudo, as cooperativas, para Boaventura, são unidades produtivas capazes de competir no mercado e devem ter ambição em termos de escala “local, regional, nacional, e até mesmo global” (SANTOS, 2002, p. 53). Para o autor,

[...] as cooperativas surgem como alternativas de produção factíveis e plausíveis, a partir de uma perspectiva progressiva, porque estão organizadas de acordo com princípios e estruturas não capitalistas e, ao mesmo tempo, operam em uma economia de mercado (SANTOS, 2002, p. 45).

Neste sentido, essas experiências não podem ser restritas a uma dimensão comunitária com reduzido impacto nas questões sociais e econômicas mais gerais. Há a necessidade de articulação externa, em termos de construção de redes com empreendimentos solidários, obtenção de apoio, parcerias e conceito junto às instituições públicas e privadas (EID et al, 2010).

Nesse processo, Boaventura de Souza Santos (2002) também destaca a importância das redes de colaboração e de apoio mútuo destes empreendimentos. Segundo o autor, “o risco de cooptação, fracasso econômico ou desvirtuamento dos projetos alternativos é muito elevado” (SANTOS, 2002, p. 66). A solução seria a integração de iniciativas em rede, uma vez que elas são frágeis para enfrentarem sozinhas a concorrência capitalista.

Cabe ressaltar ainda, segundo o autor, que esses empreendimentos estão pautados no surgimento de valores como autonomia, emancipação, integração social



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

dos trabalhadores, com condições reais de exercício pleno da cidadania através de empreendimentos econômicos solidários (SANTOS, 2002). Nesses chamados “processos alternativos de produção”, temos a configuração de um movimento contra-hegemônico fomentado por um modelo de organização social mais democrático, participativo, protagonizado por grupos sociais vulneráveis e em luta contra a exclusão social. Esses sistemas “alternativos” de produção ampliam as formas de sociabilidade por meio de concepções ligadas à solidariedade e à reciprocidade, baseadas no trabalho colaborativo, na participação democrática e na tomada de decisões. O caráter emancipatório dessas iniciativas está não somente nas mudanças da condição de vida, mas também no enriquecimento da organização social nos padrões de sociabilidade (SANTOS, 2002).

A empresa solidária, segundo Singer (2002), recusa a separação entre trabalho e posse dos meios de produção. O capital da empresa solidária é possuído pelos que nela trabalham, estando assim trabalho e capital fundidos.

A construção de uma economia solidária depende essencialmente da população, sua vontade de experimentar e aprender, aderindo aos princípios da solidariedade, da igualdade e da democracia, a sua vida cotidiana, porém esta nova forma de organização não acontece dia para noite, ela depende de um esforço de inúmeras esferas da sociedade civil (SINGER, p. 41, 2002).

De acordo com Santos (2002), nos últimos anos a teoria e as práticas cooperativas tem recuperado o fôlego. Elas surgem trazendo experiências exitosas, demonstrando a viabilidade econômica das mesmas, recuperando a discussão sobre o tema e sua capacidade de contrarresposta e alternativa ao sistema hegemônico e excludente. As possibilidades de um trabalho associativo são “factíveis” e “plausíveis”, promovendo como bandeira a autonomia das iniciativas coletivas, a descentralização e eficiência econômica e produtiva. Ao mesmo tempo em que possuem princípios “não capitalistas”, operam em uma economia de mercado, atuando com eficiência.

De acordo com Maldonado e Santos (2006), no caso da pesca artesanal, na medida em que são bem-sucedidos os empreendimentos associativos, eles processam mudanças sociais que atingem toda uma comunidade, em diversas áreas - social, econômica e política -, e, especialmente, pelo potencial de redistribuição de renda, e que, por isso, merecem a adoção de ações proativas urgentes. Esses empreendimentos possuem, ainda, a capacidade de:



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

[...] oferecer uma nova realidade a ser vivida pelos pescadores, pois possibilitam a introdução de controles administrativos por meio da autogestão, da obtenção de empréstimos sem maiores burocracias, do crescimento das vendas e da garantia de melhores preços para os produtos, levando os pescadores ao resgate da autoconfiança, pelo próprio esforço do grupo cooperativado, sem o paternalismo estatal (MALDONADO; SANTOS, 2006, p. 327).

A capacitação para esse novo modelo de gestão coletiva passaria por toda a comunidade, com princípios de maior eficácia organizacional social, administrativa e produtiva.

Para as autoras, um importante desafio para a efetivação de empreendimentos associativos entre pescadores artesanais está

Além dos esforços de organização dos pescadores dentro de um processo participativo e democrático, há a necessidade de se motivar as comunidades de pesquisadores para que estudem e proponham sistemas de produção integrados em que a pesca, a maricultura, o artesanato e o beneficiamento dos produtos de pesca constituam elementos centrais (MALDONADO; SANTOS, 2006, p. 332).

Nesse sentido, esses empreendimentos dependem de uma reformulação na forma como a pesca artesanal é conduzida coletivamente, exigindo um papel mais democrático das associações e colônias, bem como a abertura a parcerias - e não uma relação de tutela - com o setor público e privado.

De acordo com Lima (2009), o diferencial da proposta autogestionária de trabalho associativo está na proposta de controle coletivo pelos trabalhadores dos meios de produção e do processo de trabalho. Nesse contexto, significa a gestão associada à economia solidária, e assim uma outra forma de economia e de participação política, que possui diversas práticas e discursos complexos – ainda em configuração e disputa. Dentre os debates está o risco da orientação social dar lugar a uma direção puramente mercadológica –, demarcando o espaço de lutas presente na proposta solidária.

O desafio desses empreendimentos, de acordo com Nakano (2003, p. 65-80), está na transparência e democratização das informações e, especialmente, na participação dos trabalhadores na gestão do projeto. Para isto, é necessária uma constante reflexão e prática sobre a estrutura organizacional através do diálogo e da participação de todos os elementos envolvidos no processo produtivo (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2009).

ESTRATÉGIA METODOLÓGICA: POR UMA INTERVENÇÃO



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

SOCIAL EFETIVA E TRANSFORMADORA

O projeto Pescarte prevê o desenvolvimento de ações de melhoria dos processos de produção e, também, de agregação de valor na cadeia de comercialização e distribuição de pescado artesanal, tendo como objetivo a padronização produtiva, assegurando a certificação de origem e de qualidade. Salienta-se que essas ações serão realizadas considerando a participação da comunidade envolvida na cadeia produtiva, como forma de estimular e fortalecer a organização social e as identidades produtivas desses pescadores artesanais. Acredita-se, desta forma, que se consolidarão processos de trabalho mais participativos, solidários e ambientalmente sustentáveis, gerando projetos de geração de trabalho e renda (GTR) e certificações próprias para os pescadores artesanais da BC.

Desta forma, as potencialidades de melhoria nas condições laborais, sociais e econômicas de pescadores artesanais e de seus familiares na Bacia de Campos, por meio da elaboração de projetos de trabalho associativos e autogestionários, justificam a realização deste estudo. Considerando as precariedades existentes na pesca artesanal na Bacia de Campos - dentre elas a baixa renda, baixa capacidade associativa e de organização - torna-se relevante analisar os entraves e desafios para a elaboração de projetos coletivos, a fim de elaborar propostas e contribuições que apreciem as peculiaridades desta região.

Não obstante, são fundamentais o conhecimento e o acompanhamento da cadeia produtiva do pescado artesanal da BC, o que permitirá identificar suas potencialidades, bem como promover uma análise prévia desse mercado e da viabilidade social da proposta de criação de empreendimentos associativos, a exemplo de uma cooperativa, nessa região. Algumas iniciativas já foram identificadas, como a Cooperativa Arte Peixe (São João da Barra) e a Cooperativa Produtores da Pesca Artesanal (Cabo Frio), apontando para as potencialidades no que diz respeito a empreendimentos solidários.

Assim, esta pesquisa está em conformidade com o objetivo do Projeto Pescarte, visando ao fortalecimento da organização comunitária por meio da construção participativa de projetos de GTR. Nesse sentido, há uma evidente necessidade de capacitação dos sujeitos da ação educativa para a negociação desses projetos, assim como a formação do grupo gestor núcleo principal de elaboração e administração dos projetos a serem desenvolvidos. Para tanto, é importante um estudo claro sobre as potencialidades e entraves existentes na BC, bem como das experiências exitosas de empreendimentos geridos por pescadores artesanais apresentadas em outros contextos (nacionais e internacionais).

Partindo dessa proposta de análise, atuaremos de forma a contribuir com a



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

intervenção social desejada, efetivando estratégias a partir de um conjunto de eventos e assessorias que subsidiarão os pescadores artesanais (sujeitos da ação educativa) e, mais especificamente, o Grupo Gestor proposto pelo projeto Pescarte, a avançarem no processo de planejamento de projetos de GTR.

Como já exposto, o projeto Pescarte terá sua execução junto a pescadores artesanais de 7 municípios da BC, sua área de abrangência: Arraial do Cabo; Cabo Frio; Macaé; Quissamã; Campos dos Goytacazes; São João da Barra; São Francisco de Itabapoana. Esses municípios foram escolhidos por sua vulnerabilidade aos impactos das atividades de exploração de petróleo, o que tem consequências diretas sobre a atividade de pesca artesanal, bem como pela baixa renda familiar e pela quantidade de pescado desembarcado.

Esses fatores, em conjunto, tornam os pescadores artesanais desses municípios alvos de ações e estudos mais pontuais para fortalecimento de seus processos de organização econômica, social e política, diante das precariedades que vivenciam junto com seus familiares cotidianamente, assim como as suas potencialidades para uma reorganização produtiva e comunitária.

Por sua vez, como aponta Alves (2013), o sucesso na criação de empreendimentos coletivos que abarcam pescadores artesanais deve-se à essencial tarefa de conhecer as dinâmicas locais, considerando os inúmeros projetos que falham por não apresentarem esse cuidado:

Esqueceu-se de que em populações tradicionais e com características tão específicas, as propostas de mudanças devem ser trabalhadas com tempo, pois irão gerar novas relações sociais e econômicas na comunidade (ALVES, 2013, p. 567).

Além disso, outro grande desafio, como aponta o autor, ao se empreender projetos que contemplem diferentes comunidades, será analisar suas peculiaridades configuradas pelo local de pesca, marítimo ou continental, e dessa forma com diferentes artes de pesca, de espécie capturadas, de organização da produção em si, dentre outros fatores.

Não obstante, esse plano de estudo visa a analisar as possibilidades de ampliação da capacidade dos pescadores artesanais da BC de, apesar dessas peculiaridades, se inserirem nas dinâmicas produtivas por meio de um projeto coletivo, moderno e competitivo. Assim, esta pesquisa será realizada com base em um levantamento de dados que ocorrerá por meio da utilização dos dados de diversos instrumentos: questionários



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Pescarte, Grupos Focais realizados pelo Pescarte, entrevistas e visitas de campo às comunidades, e acompanhamento do Grupo Gestor.

Especialmente para este plano de trabalho, o acompanhamento do Grupo Gestor é essencial, considerando que o mesmo intermediará os projetos e o debate com a população pesqueira. Assim, a participação nas oficinas de Associativismo/Cooperativismo, bem como nas de formação do Grupo Gestor, também são de suma importância para o seu acompanhamento, uma vez que o mesmo ficará responsável pela elaboração dos projetos de GTR.

Nesse sentido, dividimos esta pesquisa em duas etapas:

1º momento: Conhecer para melhor intervir

Esta etapa implica em uma rigorosa análise sobre a realidade social vivenciada por esses pescadores artesanais, mais especificamente no que consistem suas disposições na participação e promoção de empreendimentos associativos de cunho coletivo. Nesse sentido, analisaremos as potencialidades e desafios para a realização de iniciativas de organização comunitária e produtiva entre os pescadores da Bacia de Campos, entendendo o quão favorável estão ao desenvolvimento de projetos coletivos. Se não, quais fatores os levariam a aceitar a realização desses empreendimentos.

Essa análise fornecerá informação para alimentar uma reflexão estratégica e operacional – ou seja – considerar as realidades de intervenção, suas lógicas e dinamismo.

Dessa forma, detalhar as possibilidades de trabalho associado entre pescadores artesanais da BC, por meio de cooperativas e empresas de autogestão voltadas para a geração de trabalho e renda e eficiência produtiva, evidencia uma opção por lógicas de planejamento estratégico, em oposição a uma visão de curto prazo e medidas imediatistas. Isto porque esses projetos serão concebidos pelos próprios pescadores, com acompanhamento de sua viabilidade técnica e financeira -, mas acima de tudo, projetos que empreendam a transformação econômica e social desses grupos. O que se deseja, ao fim, é a organização social por meio do fortalecimento da cadeia produtiva da pesca artesanal ao contribuir com a melhoria das condições de vida de seus trabalhadores.

Para isso, nessa etapa será importante traçar quais os desafios e obstáculos precisam ser vencidos para que esses pescadores da Bacia de Campos desenvolvam projetos coletivos. Com base na literatura e na análise preliminar dos relatórios, reuniões e Grupos Focais



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

desenvolvidos pelo projeto Pescarte, já podemos sistematizar alguns resultados – que variam em maior ou menor intensidade nos municípios analisados – mas que denotam os possíveis constrangimentos a serem enfrentados no estabelecimento de projetos coletivos: 1) Ausência de integração e articulação entre os municípios; 2) Desconfiança nas instituições; 3) Insucesso de experiências em práticas cooperativistas nos municípios analisados; 4) Cultura de participação pouco desenvolvida e 5) Insuficiência de lideranças com competências em gestão. Esses dados preliminares apontam para a importância das ações alinhadas pelo projeto Pescarte, como as Oficinas de Economia Solidária e as visitas a experiências exitosas, reconhecendo o conjunto de práticas econômicas solidárias (cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionadas, redes de cooperação na cadeia do pescado) entre outras, e que possam servir de modelo aos processos que estarão em desenvolvimento.

Convém ressaltar que, uma vez identificados esses constrangimentos acima elencados e outros que ainda serão sistematizados ao longo da pesquisa, esperamos cooperar com o desenvolvimento de ações que atuem a fim de minimizar essas dificuldades. Além disso, fora esses desafios há também as potencialidades que precisam ser sistematizadas, e que por si só já operam como forças contrárias às dificuldades elencadas. Há toda uma complexa rede de agentes da cadeia produtiva de pesca artesanal na BC a ser identificada com potencial de contribuição para a realização de empreendimentos associativos.

2º momento: Saber fazer – Inovação e intervenção social

Nesta etapa, a pesquisa se dedicará à operacionalização do projeto, analisando e avaliando, continuamente, as relações sociais inerentes à sua realização: a configuração do Grupo Gestor, a capacidade dos pescadores de manterem esse projeto coletivo, a confiança uns nos outros, os possíveis embates, os arranjos constituídos – de forma que – a participação de todos os agentes seja mantida ao máximo possível. O trabalho surge aqui como ponto central, na expectativa de que ele tenha se configurado em relações mais justas e democráticas e que esses empreendimentos pactuados pelo Projeto Pescarte tenham a capacidade de oferecer postos de trabalho que rompam com formas precarizadas, mas ao contrário, pautadas por ideias de autogestão e solidariedade.

Iremos, nesse sentido, realizar um acompanhamento que anteveja combinações que levem à evasão e desmotivação. Dessa forma, nos importa observar, disseminar e



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

fortalecer os mecanismos, em coerência com a filosofia do programa, que levam à motivação desses sujeitos, visando à qualidade e ao desenvolvimento desses empreendimentos, meta do projeto Pescarte.

Se num primeiro momento nos interessa saber como incentivá-los a participarem desses empreendimentos associativos, em um segundo passo buscaremos entender como mantê-los no projeto - quais arranjos e práticas os mantêm motivados e dispostos a continuarem nesta empreitada. Nessa etapa, nossas questões de pesquisa serão:

- Quais transformações nas relações sociais esses empreendimentos desencadearam?
- Ela se tornou espaço de relações mais justas, democráticas e solidárias?
- Quais razões os mantêm ligados a estes empreendimentos associativos?

Estudos têm apontado motivos para que pescadores artesanais desistam de empreendimentos coletivos. No caso do projeto Pescarte, essa pesquisa e análise contínua nos permitirá minimizar estes possíveis riscos de evasão. A constituição destes inputs nos permitirá ainda analisar a aquisição de competências e empowerment pelos atores envolvidos, identificando os pontos fortes e fracos com vistas que o projeto promova as melhorias necessárias. Avaliaremos, neste sentido, a constituição da organização social empreendida pelos pescadores em projetos de GTR, observando ainda os desvios, os obstáculos, o modo de funcionamento e gestão destes empreendimentos.

REFLEXÃO FINAL

A intervenção a ser realizada com os pescadores artesanais - especialmente com o objetivo de que os mesmos se organizem a tal ponto que possam desenvolver projetos de GTR - não pode desconsiderar as suas especificidades, no sentido de enraizamento cultural, social e político. Embora já existam arranjos e prelúdios para este fim, muitos obstáculos precisam ser vencidos, sobretudo em nível de organização, considerando a complexidade de uma intervenção que não destrua a identidade e a coesão existente entre os pescadores - mas contrariamente as reforce.

Nesse sentido, é importante analisar os desafios que contemplam a inserção laboral e produtiva desses pescadores e de seus familiares, inserção educativa, e reforço



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

dos laços sociais existentes – o que exige deste estudo, e, sobretudo do projeto Pescarte que o financia, uma flexibilidade que rompa com atitudes de relutância e desconfiança entre os pescadores. O insucesso de algumas experiências autogestionárias entre pescadores artesanais, exatamente pela falta de conhecimento da realidade social que circunda este grupo, de suas lógicas e reais necessidades, justifica e legitima a realização desta pesquisa.

O desenvolvimento de algumas interrogações quanto ao risco desses empreendimentos, no sentido de intervenção sobre as relações e práticas sociais, não deve constituir desânimo – ao contrário – vem no sentido de agregar ao projeto uma atuação estratégica sobre esses fatores, de modo que se produza o máximo de impacto positivo. É bem verdade que a par desta experiência proposta pelo Pescarte decorre a possibilidade de redefinir o lugar desses projetos de educação ambiental na forma que deles decorram respostas inovadoras e articuladas com a realidade social dos pescadores artesanais.

Assim, dar a palavra, escutar esses pescadores, observar suas práticas, identificar os protagonismos individuais e coletivos, parece ser o desafio principal para uma intervenção efetiva. Mais do que isso – faz deste grupo um parceiro na intervenção – por meio de estratégias de encorajamento e produção de empowerment que, de fato, assegure condições de transformação social, política e econômica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Gustavo Chaves. As Cooperativas de Pescadores Profissionais Artesanais no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. IN: Gestão de cooperativas: [recurso eletrônico] produção acadêmica da Ascar / organizado [por] Décio Souza Cotrim. - Porto Alegre, RS: Emater/RS-Ascar, 2013. 559-567 p. – (Coleção Desenvolvimento Rural, v. 2)

ALVES, Francisco; SALOMÃO, Silvana. Economia solidária e empreendedorismo: veretentes antagônicas ou parceiras de geração de emprego e renda. IN: GEORGES, Isabel; LEITE, Márcia de Paula (Orgs). Novas Configurações do trabalho e Economia Solidária. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009

DIEGUES, A. C. A sócio-etnologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. Etnográfica, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 361-375, 1999.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

EID, Farid. Análise sobre processos de formação de incubadoras universitárias da Unitrabalho e metodologias de incubação de empreendimentos de economia solidária. In: TIRIBA L.; PICANÇO, I. (orgs.) Arquitetos e Abelhas. Niterói: Idéia e Letras, 2005.

EID, Farid; CHIARIELLO, Caio Luis; PIMENTEL, Andréa Eloísa Bueno. Cadeias produtivas em assentamentos de reforma agrária. In: Trabalho associado, economia solidária e mudança social na América Latina. Neusa Maria Dal Ri (organizadora); São Paulo: Cultura Acadêmica ; Marília : Oficina Universitária ; Montevideu : Editorial PROCOAS, 2010.

MALDONADO, F.; SANTOS, A. C. Cooperativas de pescadores artesanais: uma análise sob a perspectiva teórica. Organizações

Rurais & Agroindustriais. v. 8, n.3, p. 323-333, 2006.~ MARRUL-FILHO, S. Crise e sustentabilidade no uso dos recursos pesqueiros. Brasília. CDS/UnB. 2001. 100 p. (Dissertação de Mestrado).

NAKANO, Marilena. Anteag: a autogestão com marca. In: SINGER, Paul;

SOUZA, André Ricardo de (orgs.) A Economia Solidária no Brasil. São Paulo: Contexto, 2000. p. 65-80.

OLIVEIRA, Caroline Terra de; RODRIGUES, Victor Hugo Guimarães. Educação ambiental a partir dos empreendimentos autogestionários: desafios, conflitos e reinvenção da esperança no espaço da pesca artesanal. Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient. ISSN 1517-1256, v. 22, janeiro a julho de 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um mapa de alternativas de produção. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Porto: Afrontamento, 2003.

SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: Boaventura de Sousa Santos (org.) Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

PESCADORES ARTESANAIS DA BACIA DE CAMPOS: O QUE NOS DIZEM OS INDICADORES DE SEGURANÇA ALIMENTAR - DADOS PRELIMINARES

Moíses Machado
Luiz Fernando Miranda da Silva
Mauro Macedo Campos
Geraldo Timóteo

INTRODUÇÃO

Este capítulo procura identificar e analisar indicadores de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) para as comunidades pesqueiras de sete municípios da Bacia de Campos. E, a partir deste levantamento, ter subsídios que possam servir para o acompanhamento, monitoramento e avaliação das condições de acesso à alimentação, aqui entendida como um direito para os pescadores artesanais dessa região.

Em termos objetivos do que se propõem, os indicadores devem ser claros, de fácil compreensão para a comunidade, acessíveis e disponibilizados pelo poder público e instituições de pesquisa.

Cada vez mais os indicadores têm sido usados como mecanismo de controle e avaliação de políticas públicas, assim como para aperfeiçoamento, adequação e correção de rumos do chamado ciclo de políticas públicas ou mesmo de ações de organizações não governamentais. Deste modo, podem refletir um aspecto social da realidade ou suas mudanças, e subsidiam as ações programáticas de governos e outras organizações.

Em termos conceituais, a própria legislação, assentada na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), já define a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) como meio de possibilitar o acesso aos alimentos pela população, considerando que:

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (BRASIL, 2007).

A LOSAN define também as condições de ampliação do acesso, que deve se dar

por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar, do processamento, da industrialização, da comercialização, incluindo-se os acordos internacionais, do abastecimento e da distribuição dos alimentos, incluindo-se a água, bem como da geração de emprego e da redistribuição da renda (CONSEA, 2004, p. 4).

A questão do acesso é considerada pressuposto básico da SAN, reafirmando a variável renda individual ou familiar como fatores limitadores a este acesso e, por suposto, a SAN (CONSEA, 2004).

Vale ressaltar também o caráter variado do enfoque da SAN, que se reflete em alguns desdobramentos apontados pelo Grupo de Trabalho sobre Indicadores Sociais e Monitoramento constituído no Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), onde a relação de indicadores agrega-os em sete dimensões: (i) produção; (ii) disponibilidade de alimentos; (iii) renda/condições de vida; (iv) acesso à alimentação; (v) políticas públicas relacionadas à SAN; (vi) saúde e acesso a serviços de saúde; e (vii) educação.

Dentre essas dimensões, para o desenvolvimento do presente capítulo foi dado destaque à dimensão do “acesso à alimentação”, usando-se a metodologia da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), adotada pelo IBGE no Suplemento de Segurança Alimentar da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD-2004 e 2009).

Para o que se pretende com este estudo, serão levados em conta os dados disponibilizados pelo CENSO que vem sendo desenvolvido com os pescadores artesanais e suas famílias em 79 comunidades pesqueiras distribuídas nos sete municípios cobertos pelo Projeto Pescarte. Os dados relativos à dimensão “acesso” deverão permitir, em função da abrangência e profundidade propiciadas pelo CENSO, verificar por outros ângulos e indicadores outras questões ligadas direta ou indiretamente a SAN do ponto de vista do “acesso”, tais como renda/condições de vida, acesso a políticas públicas de saúde e educação, entre outros.

Na segunda seção, apresentaremos a metodologia da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar-EBIA, apontando alguns de seus dados preliminares já coletados pela equipe Pescarte e o que se espera do resultado geral da coleta do CENSO, em termos de interpretação da situação de SAN dos pescadores artesanais da Bacia de Campos. Já



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

na terceira seção, são apontados caminhos para a próxima etapa da pesquisa, a partir de uma pesquisa amostral que possa avaliar a ingestão de alimentos pelos pescadores e seus famílias, importante para conhecer seus hábitos de consumo, que podem ser sãos ou, pelo contrário, levá-los a maiores índices de morbidade e mortalidade. Por fim, na última seção deste capítulo, apontaremos outras visões relativas ao conceito de SAN que podem ser desfrutáveis, no sentido de valorização da produção e comercialização da produção do pescado produzido por pescadores artesanais na Bacia de Campos, que tem implicações necessárias na sustentabilidade social e ambiental.

PESQUISAS DE PERCEPÇÃO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR E FOME

Os métodos baseados na percepção da insegurança alimentar foram inicialmente desenvolvidos para aplicação na América do Norte e voltados para as redes de programas de proteção alimentar. Levam em conta as questões sociais e também biológicas. Pessoas que não tenham meios para adquirir alimentos em quantidade suficiente podem se considerar em insegurança alimentar, ainda que não apresentem sinais clinicamente reconhecíveis de desnutrição. Além disso, mesmo não passando fome, algumas pessoas podem sentir um medo justificável de privações futuras (MACHADO, 2010).

Nesse sentido, a necessidade de disponibilizar indicadores sensíveis de insegurança alimentar que fossem direcionados para a pobreza e não se limitassem às definições clínicas, motivou a realização, nos anos de 1990, de pesquisas que levaram à construção de escalas, metodologicamente complexas e empiricamente fundamentadas, de insegurança alimentar. Em termos práticos, este método consiste na aplicação de questionários que, com uma série de perguntas, cobre uma escala que vai desde a percepção de preocupação e angústia frente à possibilidade de não dispor de alimentos regularmente, até a percepção de problemas na adequação da dieta (na diversidade e/ou na quantidade de alimentos) que, no limite, levam à fome (MACHADO, 2010).

No Brasil, de acordo com esse mesmo autor, essa metodologia foi aplicada em escala nacional em 2004 pelo IBGE, no âmbito da Pesquisa Nacional de Amostras Domiciliares-PNAD, por meio da aplicação da metodologia definida pela EBIA. A metodologia da EBIA visa detectar e dimensionar os problemas de insegurança alimentar no país, permitindo a classificação das unidades domiciliares de acordo com a situação de Segurança Alimentar (SA) e Insegurança Alimentar (IA), classificada de leve, moderada ou grave. Os resultados



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

medidos pela EBIA mostraram associação forte entre rendimentos per capita baixos e IA, demonstrando sua validade.

Por esse método, ainda segundo Machado (2010), a insegurança alimentar é percebida em vários níveis, que vão da preocupação de que o alimento acabe antes que haja dinheiro para comprar mais – dimensão psicológica da insegurança alimentar –, passando pela insegurança relativa ao comprometimento da qualidade da dieta sem restrição quantitativa, e chegando ao ponto mais grave: a insegurança quantitativa, situação em que a família passa por períodos concretos de restrição na disponibilidade de alimentos para seus membros, destacando a situação em que as crianças são atingidas como a mais grave das condições de insegurança alimentar.

A principal vantagem desse método provém do fato das medidas qualitativas apreenderem, como elemento essencial, o modo como as pessoas mais atingidas percebem a insegurança alimentar. Esse método permite captar não só as dimensões físicas, mas também as dimensões psicológicas da insegurança alimentar e ainda classificar os domicílios de acordo com sua vulnerabilidade ou nível de exposição à insegurança alimentar. Seus limites são dados pelo caráter “subjetivo” da insegurança alimentar, que dificulta comparações entre países e não permite captar a dimensão da segurança dos alimentos, ou seja, a qualidade sanitária (MACHADO, 2010).

Em suma, destaca-se que as diversas metodologias de medição de segurança alimentar são complementares ao evidenciar distintos níveis de agregação geográfica e demográfica, bem como seus indicadores diretos e indiretos. Estes indicadores refletem o sentimento de insegurança alimentar dos entrevistados, de forma a fazer uma gradação em relação à sua segurança de obter e consumir alimentos. Trata-se de uma escala de 15 perguntas que, à medida que as pessoas vão dizendo sim, vão sendo classificadas numa escala que vai de segurança a insegurança grave, moderada ou leve.

Algumas Perguntas da Escala Brasileira de SAN
Alimentos acabaram antes que os moradores tivessem dinheiro para comprar mais comida ?
Moradores tiveram preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida?
Algum morador de 18 anos ou mais de idade diminuiu alguma vez a quantidade de alimentos nas refeições ou deixou de fazer alguma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?
Algum morador com menos de 18 anos de idade alguma vez deixou de fazer uma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida?
Algum morador com menos de 18 anos de idade alguma vez sentiu fome mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida?



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Abaixo apresentamos alguns dados preliminares provenientes da aplicação da EBIA.

DADOS PRELIMINARES DO CENSO DO PESCARTE

Ao longo desta seção, serão apresentados os resultados já encontrados pelas pesquisas de campo do Projeto Pescarte. Parte dos argumentos que justificam a pesquisa, e o recorte espacial adotado, podem ser apontados pelo próprio Ministério da Pesca e Aquicultura-MPA ao destacar que a pesca artesanal é uma das principais atividades sociais, econômicas e ambientais realizadas no Brasil, com 3,5 milhões de pessoas vivendo ou obtendo a maior parte de sua renda da atividade pesqueira. E, considerando-se que apenas na região litorânea à Bacia de Campos existem cerca de 10 mil trabalhadores que subsistem da pesca artesanal, já se reforça o escopo deste estudo.

Serão mostrados e discutidos dados preliminares provenientes do estudo censitário de comunidades pesqueiras artesanais da região da Bacia de Campos, litoral do Estado do Rio de Janeiro, realizado em Campos dos Goytacazes, Macaé, São Francisco de Itabapoana, São João da Barra, Arraial do Cabo, Cabo Frio e Quissamã.

O estudo consistiu na aplicação da metodologia da EBIA em cada um desses municípios, por meio do Censo Pescarte, realizado no período de Novembro de 2014 e janeiro de 2016, com o universo dos pescadores residentes nesses logradouros. Verificou-se, nas respostas dos pescadores, resultados semelhantes às exaradas dos resultados da PNAD, ou seja, uma considerável insegurança alimentar nas camadas com rendimentos mensais até dois (2) Salários Mínimos.

Na tabela 1, é possível observar as respostas dos pescadores (adultos) aos fatores que eles consideram ser a razão de seu sentimento de insegurança familiar. Verifica-se, fazendo uma leitura comparativa das colunas de dados da esquerda com os da direita (2^a, 4^a e 6^a), nesta ordem, a preocupação em faltar alimentos, sentir fome pela existência de pouco alimentos e fome por ausência de alimentos. Esta última é a que teve menor relevância das respostas sim, dado não obstante preocupante, como preocupante é também as assinalações de sim nas outras razões. Há diferença entre as respostas dos sete municípios, que refletem as realidades econômicas e sociais de cada um. Percebe-se que os municípios de Campos dos Goytacazes e São João da Barra contiveram maior percentual de pescadores que se sentiram inseguros pela existência de pouco alimento



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

durante um dia (ambos com 45% da população)¹.

Tabela 1. Razões de insegurança alimentar referentes aos hábitos de adultos dos municípios da Bacia de Campos, RJ.

Municípios	Razões referentes aos adultos (18 anos ou mais)					
	Preocupação em faltar alimento		Sentiu fome pela existência de pouco alimento		Sentiu fome por ausência de alimento	
	n	%	n	%	n	%
Campos dos Goytacazes						
Sim	122	57	193	45	203	24
Não	89	42	227	54	630	75
Não sabe ou não respondeu	2	1	6	1	9	1
Total	213	100	426	100	842	100
Macaé						
Sim	31	29	42	20	52	13
Não	76	70	173	80	353	87
Não sabe ou não respondeu	1	1	0	0	1	0
Total	108	100	215	100	406	100
São Francisco de Itabapoana						
Sim	104	36	123	21	123	11
Não	187	64	455	78	963	89
Não sabe ou não respondeu	0	0	6	1	5	0
Total	291	100	584	100	1091	100
São João da Barra						
Sim	46	47	88	45	75	18
Não	50	52	106	54	329	81
Não sabe ou não respondeu	1	1	2	1	4	1
Total	97	100	196	100	408	100
Arraial do cabo						
Sim	46	28	76	23	64	10
Não	120	72	255	77	578	90
Não sabe ou não respondeu	0	0	0	0	0	0
Total	166	100	331	100	642	100
Cabo frio						
Sim	60	38	111	36	135	21
Não	95	61	198	63	501	78
Não sabe ou não respondeu	1	1	2	1	7	1
Total	156	100	311	100	643	100
Quissamã						
Sim	27	30	42	24	28	8
Não	62	70	133	76	313	92
Não sabe ou não respondeu	0	0	0	0	1	0
Total	89	100	175	100	342	100

Fonte: Censo PEA Pescarte

¹ Estes dados foram analisados agregados, sem separar entre pescadores continentais e marítimos.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Na tabela 2 são mostradas as razões pelas quais crianças e adolescentes “sentiram fome pela existência de pouco alimento” ou pela “ausência de alimentos”. No primeiro caso, as piores situações são verificadas nos municípios de Campos e São João da Barra. Com relação “à fome por ausência de alimento”, Macaé foi a cidade que teve o pior resultado.

Tabela 2. Razões de insegurança alimentar referentes aos hábitos de crianças e adolescentes dos municípios da Bacia de Campos, RJ.

Perguntas	Razões referentes às crianças e adolescentes (menos de 18 anos)			
	Sentiu fome pela existência de pouco alimento		Sentiu fome por ausência de alimento	
	n	%	n	%
Campos				
Sim	96,0	23,4	49,0	11,8
Não	294	71,5	343	82,7
Não sabe ou não respondeu	21,0	5,1	23,0	5,5
Total	411,0	100,0	415,0	100,0
Macaé				
Sim	15,0	7,9	26,0	14,7
Não	173	91,6	150	84,7
Não sabe ou não respondeu	1,0	0,5	1,0	0,6
Total	189,0	100,0	177,0	100,0
São Francisco de Itabapoana				
Sim	54,0	9,5	36,0	7,6
Não	505	88,6	424	89,4
Não sabe ou não respondeu	11,0	1,9	14,0	3,0
Total	570,0	100,0	474,0	100,0
São João da Barra				
Sim	45,0	24,3	13,0	7,0
Não	127	68,7	160	85,5
Não sabe ou não respondeu	13,0	7,0	14,0	7,5
Total	185,0	100,0	187,0	100,0
Arraial do cabo				
Sim	19,0	7,7	11,0	4,5
Não	224	90,3	231	93,9
Não sabe ou não respondeu	5,0	2,0	4,0	1,6
Total	248,0	100,0	246,0	100,0
Cabo frio				
Sim	47,0	20,7	22,0	9,7
Não	172	75,8	197	86,8
Não sabe ou não respondeu	8,0	3,5	8,0	3,5
Total	227,0	100,0	227,0	100,0
Quissamã				
Sim	18,0	12,3	8,0	5,4
Não	123	84,3	135	91,9
Não sabe ou não respondeu	5,0	3,4	4,0	2,7
Total	146,0	100,0	147,0	100,0

Fonte: Censo PEA Pescarte



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

No bloco de figuras (1, 2, 3 e 4) a seguir, observa-se o percentual de moradores distribuídos por municípios quanto à preocupação com a falta de alimento por restrição de renda leve, parcial, severa ou situações episódicas de fome. A restrição de renda nesses quatro quesitos é sempre maior em Campos dos Goytacazes; uma hipótese para esta situação pode ser explicada pelo fato de Campos ser um município grande, bastante povoado e urbanizado. Desta forma, a restrição de renda dos pescadores reflete, nesse caso, os custos urbanos, quais sejam, transporte, consumo de alimentos industrializados, moradia etc. Esses gastos inevitáveis em cidades maiores comprimem os gastos dos pescadores, refletindo-se na redução das despesas com alimentos. Nos casos de restrição severa da alimentação e episódios de fome, verifica-se que logo após Campos, Macaé e Cabo Frio estão em piores posições – municípios mais urbanizados. Os municípios onde a situação é melhor (primeira e segunda coluna dos quatro gráficos) são variáveis, com uma prevalência maior no município de Arraial do Cabo.

Figura 1 - Quantidade de moradores distribuídos por municípios quanto à preocupação com a falta de alimento por falta de dinheiro



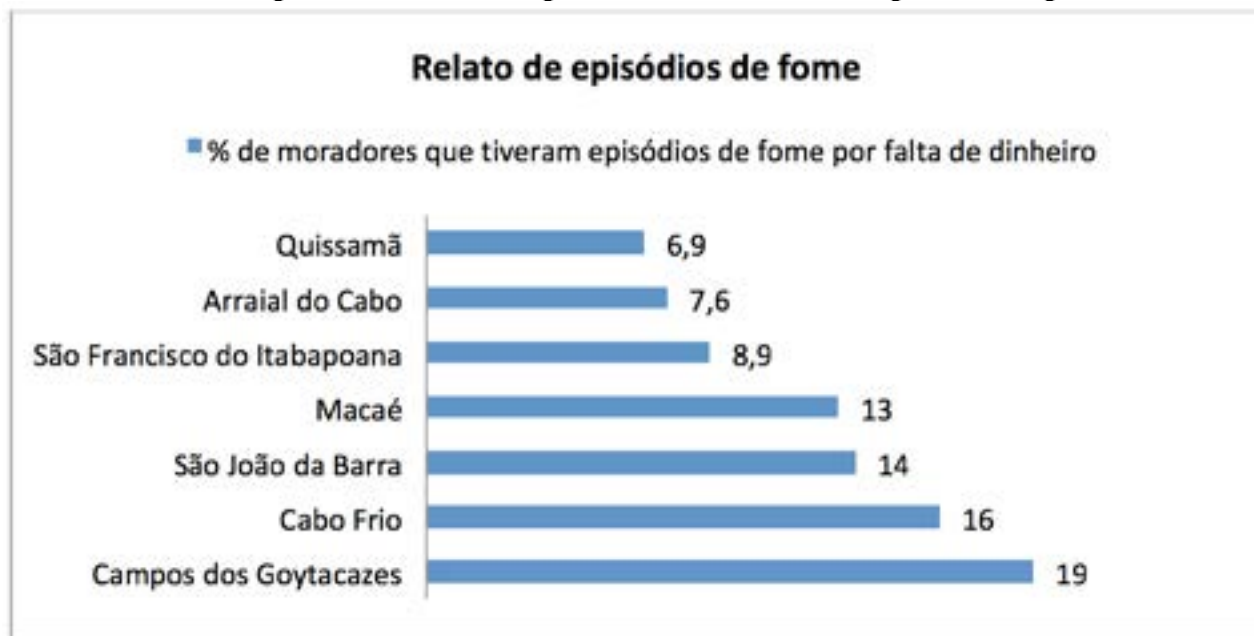
Figura 2 - Quantidade de moradores distribuídos por municípios quanto à restrição de alimentos por falta de dinheiro



Figura 3 - Quantidade de moradores distribuídos por municípios quanto à restrição severa de alimentos (até uma refeição ao dia) por falta de dinheiro



Figura 4 - Quantidade de moradores distribuídos por municípios quanto aos relatos de episódio de fome por falta de dinheiro para comprar comida



Na Tabela 3, pode-se verificar os quesitos Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e Insegurança Alimentar (INSAN) nos sete municípios pesquisados, tendo como base o banco de dados Pescarte. Para fins comparativos, colocamos na Tabela os dados do IBGE, do Suplemento de Segurança Alimentar da PNAD de 2009. Ressalvando 3 municípios (Campos, São João e Cabo Frio) em que a insegurança alimentar (leve, moderada e grave) é maior comparativamente à situação do estado do Rio de Janeiro e região Sudeste, os demais municípios estão em melhor posição, com maior SAN. Se pegarmos a média dos sete municípios da Bacia de Campos, verificamos que esta é bastante semelhante à do estado do Rio de Janeiro.

Tabela 3 - Domicílios com situação de SAN e IN(SAN) por Regiões/ estados (2009) e municípios da Bacia de Campos (2015)

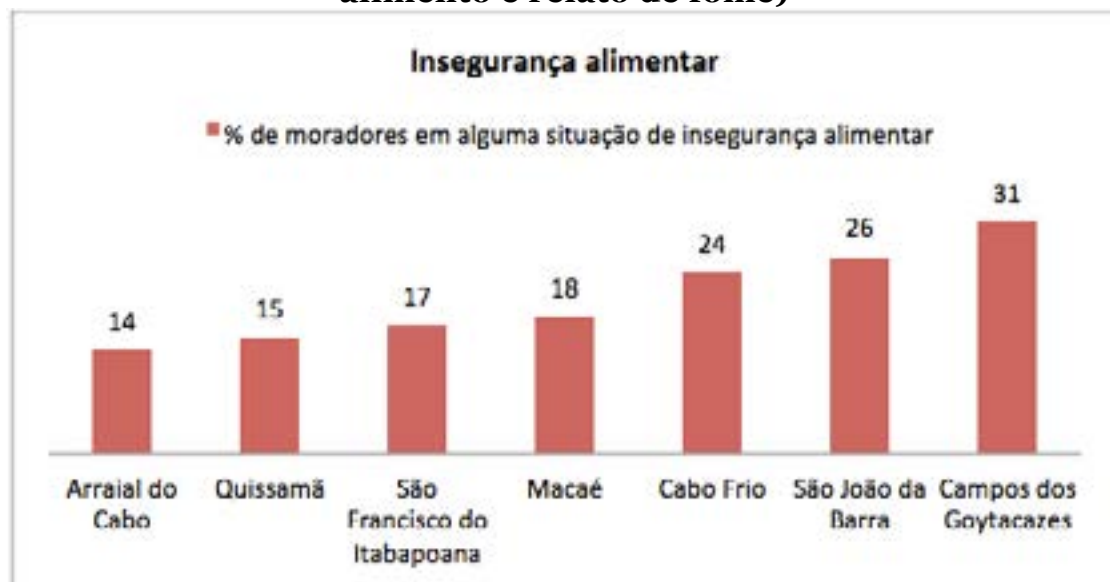
Referência	Total	Segurança Alimentar	Insegurança Alimentar
Sudeste	100	76,7	23,3
Rio de Janeiro	100	78,1	21,9
Campos dos Goytacazes	100	69	31
São João da Barra	100	74	26
Cabo Frio	100	76	24
Macaé	100	82	18
São Francisco de Itabapoana	100	83	17
Quissamã	100	85	15
Arraial do Cabo	100	86	14
Média Bacia de Campos	100	79,29	20,71

O gráfico de barras abaixo (Figura 4) mostra a distribuição da INSAN (leve, moderada e grave) nos sete municípios da Bacia de Campos que são objeto de estudos do Pescarte. As informações de cada barra são as mesmas relatadas na Tabela acima para cada um dos municípios.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Figura 5. Quantidade de moradores que relataram estar em alguma situação de insegurança alimentar (preocupação com falta de alimento por escassez econômica, poupar consumo alimentar, restrição severa de alimento e relato de fome)



Ainda que preliminares, os dados relativos à SAN dos pescadores artesanais da Bacia de Campos confirmam a situação de restrição alimentar com a qual esses pescadores convivem. Boa parte da INSAN dos pescadores pode ser imputada à renda insuficiente para que eles possam adquirir alimentos em quantidade suficiente, ou restrições financeiras que afetam a qualidade da alimentação ingerida (com maior dificuldade de adquirir frutas e fontes de proteínas).

O QUE SE ESPERA DOS RESULTADOS DA PESQUISA

A análise mais refinada das informações depende dos dados propiciados pelo Censo Pescarte. Uma vez coletados todos, caberá analisá-los em diferentes categorias ou variáveis tais como: gênero, faixa etária, renda/condições de vida, domicílios, comunidades e



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

municípios. Teremos um agregado geral da situação de SAN dos pescadores artesanais da BC, que certamente será desagregado por essas mesmas categorias, dando-nos condições de fazer comparações entre os municípios e apontar áreas e sujeitos em situação de maior insegurança alimentar, com grave propensão a desenvolver doenças, ou seja, maior morbidade e mortalidade.

Não é temerário dizer que talvez essa pesquisa seja a que tenha maior abrangência em uma comunidade específica, ou, melhor dizendo, entre todos os povos e comunidades tradicionais considerados pelo CONSEA Nacional. Nesse sentido, não é demais que se volte ao campo, baseando-se no mapeamento do Censo, para setar uma amostra estratificada da população pesquisada e aplicar outra pesquisa, relativa à ingestão domiciliar de alimentos.

UM PASSO ALÉM: A INGESTÃO DE ALIMENTOS DOMICILIAR DOS PESCADORES ARTESANAIS DA BC

A pesquisa Pescarte foi definida com base na realização de um Censo, portanto, com o levantamento de dados e o mapeamento de toda a população de pescadores da BC. Deste modo, pretende-se, para uma próxima etapa do Pescarte, realizar uma amostra estratificada da população alvo com o objetivo de verificar a qualidade da alimentação ingerida pelos pescadores, posto que uma má alimentação é causa de fatores que aumentam os riscos de morbidade e mortalidade.

As Pesquisas de Ingestão Domiciliar de Alimentos conseguem medir o fenômeno da “insegurança alimentar” com maior fidelidade, pois procuram examinar os hábitos de ingestão alimentar das famílias. No Brasil, são realizadas como estudos pontuais realizados por institutos de pesquisa e universidades. Uma vantagem desses métodos é que eles se fundamentam na avaliação direta da ingestão de alimentos (MACHADO, 2010).

A exemplo do que foi feito pela Fundação João Pinheiro, em Belo Horizonte (MG), ao implementar sua Pesquisa por Amostras de Município (PAD-MG), procurou-se fornecer uma ampla base de dados da população mineira (educação, saúde, trabalho, renda, consciência ambiental, gastos individuais e por domicílio, informações sobre a juventude e protagonismo juvenil) para subsidiar a definição e avaliação anual de Políticas Públicas no estado de Minas Gerais.

A pesquisa é domiciliar e os dados são representativos para as 12 mesorregiões do



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

estado, urbanas e rurais em todo o estado, RM BH e a capital. A amostra foi composta por 18 mil domicílios em 308 municípios do estado. A PAD levantou a ingestão de alimentos desses domicílios, e fez inferências para todos os recortes territoriais da pesquisa, tendo como base o conceito de Vida Saudável e Alimentação Saudável.

Para manter uma vida saudável, é necessário, de acordo com órgãos de promoção à saúde e nutrição, ter uma alimentação variada e balanceada, que combine vários tipos de alimentos. Este cardápio variado deve conter carboidratos, lipídios, proteínas (15%), vitaminas, sais minerais e fibras. As pessoas devem consumir diariamente porções adequadas desses vários grupos de alimentos.

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde (PNAN) preconiza 10 passos para uma alimentação saudável:

(1) Fazer pelo menos três refeições (café da manhã, almoço e jantar) e dois lanches saudáveis por dia. Não pular as refeições;

(2) Incluir diariamente seis porções do grupo de cereais (arroz, milho, trigo, pães e massas), tubérculos como as batatas e raízes como a mandioca/macaxeira/aipim nas refeições. Dar preferência aos grãos integrais e aos alimentos na sua forma mais natural;

(3) Comer diariamente pelo menos três porções de legumes e verduras como parte das refeições e três porções ou mais de frutas nas sobremesas e lanches;

(4) Comer feijão com arroz todos os dias ou, pelo menos, cinco vezes por semana. Esse prato brasileiro é uma combinação completa de proteínas e bom para a saúde;

(5) Consumir diariamente três porções de leite e derivados e uma porção de carnes, aves, peixes ou ovos;

(6) Consumir, no máximo, uma porção por dia de óleos vegetais, azeite, manteiga ou margarina;

(7) Evitar refrigerantes e sucos industrializados, bolos, biscoitos doces e recheados, sobremesas doces e outras guloseimas como regra da alimentação;

(8) Diminuir a quantidade de sal na comida e retirar o saleiro da mesa. Evitar consumir alimentos industrializados com muito sal (sódio), como hambúrguer, charque, salsicha, linguiça, presunto, salgadinhos, conservas de vegetais, sopas, molhos e temperos prontos;



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

(9) Beber pelo menos dois litros (seis a oito copos) de água por dia. Dar preferência ao consumo de água nos intervalos das refeições;

(10) Tornar sua vida mais saudável. Praticar pelo menos 30 minutos de atividade física todos os dias e evitar as bebidas alcoólicas e o fumo. Manter o peso dentro de limites saudáveis.

A PAD-MG fez seu primeiro levantamento tendo como base o ano de 2009, encontrando resultados preocupantes, que não cabe replicar neste trabalho. Aqui, basicamente, pode-se intuir que uma amostra domiciliar baseada na ingestão de alimentos pelas famílias propiciaria conhecer os hábitos de ingestão dos pescadores artesanais, procurando meios de colocá-los dentro do decálogo proposto pela PNAN. Certamente, seria um excelente retorno aos pescadores artesanais e suas famílias questões mais propositivas em relação a seus hábitos, que podem não estar corretos muito mais por uma questão de falta de informação do que, talvez, de renda.

OUTRAS ABORDAGENS DESFRUTÁVEIS DE SAN QUE PODEM FAVORECER A MELHORIA DE RENDA DOS PESCADORES ARTESANAIS

Algumas questões relativas aos alimentos, se tratadas de maneira adequada, poderão trazer melhoria de renda aos pescadores artesanais, melhoria dos preços ao consumidor final e, também, para a saúde e preservação do meio ambiente.

Com efeito, Cunha e Lemos (1996), em artigo que discute as questões relativas ao conceito de SAN, alertam que necessariamente a produção dos alimentos seja feita no meio rural, sua distribuição e consumo destinados em grande parte para áreas urbanas. Assim, além dos aspectos verificados no conceito da SAN apontados pelo CONSEA Nacional e a LOSAN, há que se observar outras visões mais ligadas ao sistema agroalimentar. Tais percepções envolvem valores que vão além da produção e consumo, mas também a preparação e distribuição dos alimentos, tecnologia, hábitos, etc. Esses valores dos alimentos permitem percebê-los, segundo Cunha e Lemos (1996), a partir das seguintes visões:

(a) Alimento como bem-salário: está relacionado à produção e disponibilidade de alimentos (suficiência), de tal maneira que seu aumento



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

possibilite redução real do preço dos alimentos e, portanto, aumento real de salário. Algumas ações, no âmbito estadual ou regional, podem ser tomadas neste sentido, tais como:

(1) Programas de melhoria e estímulo à produção agropecuária:

- (1.1) Pesquisa e difusão tecnológica adaptadas às condições regionais
- (1.2) Extensão rural
- (1.3) Capacitação tecnológica de produtores
- (1.4) Criação de mecanismos de acesso à terra

(2) Programas de centralização da comercialização e de redução da incerteza:

- (2.1) Estruturação de centrais de abastecimento regionais
- (2.2) Mecanismos de informação de preços
- (2.3) Programas de plantio programado

No âmbito municipal, as iniciativas de aumento da disponibilidade alimentar envolvem:

(3) Programas de regulação de preços urbanos:

- (3.1) Estruturação de programas que visam à redução de preços em equipamentos de comercialização
- (3.2) Programas de estímulo à descentralização urbana de equipamentos de comercialização
- (3.3) Mecanismos de informação de preços
- (3.4) Programas de incentivo ao fluxo intermunicipal de alimentos

(4) Programas e iniciativas de disponibilidade alimentar para segmentos específicos:

- (4.1) Programas de alimentação escolar e de assistência alimentar
- (4.2) Programas emergenciais de distribuição alimentar

(b) Alimento seguro: voltado para os aspectos sanitários dos alimentos que sejam promotores da saúde. Está ligado às instituições governamentais e não governamentais que discutem e promovem a sanidade dos alimentos. Envolve as questões relativas a insumos e medicamentos utilizados na produção e normas adequadas de acondicio-



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

namento, transporte e distribuição. Destacam-se, muito por pressão de grupos urbanos, as exigências relativas a selos ou certificados de origem e distribuição adequada.

Destacamos algumas medidas no plano regional e local:

- (1) Programas de fiscalização e inspeção sanitária:**
 - (1.1) Ações normativas para comércio intermunicipal (SIE)**
- (2) Programas de erradicação de zoonoses e de medidas fitossanitárias:**
 - (2.1) Estabelecimento de barreiras fito e zoossanitárias intermunicipais**
- (3) Agências de defesa dos direitos do consumidor (sistema PROCON)**
- (4) Programas de fiscalização e inspeção sanitária (vigilância sanitária):**
 - (4.1) Código sanitário e de postura**
- (5) Organizações comunitárias e de grupos de consumidores**

(c) Alimentos saudáveis: tal visão está ligada à composição nutricional dos alimentos, como vitaminas, proteínas, micronutrientes, teor de gorduras e fibras, açúcares. Segundo Cunha e Lemos (1996), três pontos devem ser enfatizados em relação a esta questão: (i) a fome oculta, ou seja, falta de determinado nutriente ou grupo deles na dieta regular dos indivíduos, causando distúrbios de saúde; (ii) garantia de hábitos saudáveis, evitando-se colesterol, gorduras, açúcares, alimentos potencialmente cancerígenos e promoção de alimentação rica em fibras e orgânicos; e (iii) garantia de alimentação para grupos mais vulneráveis tais com crianças, nutrizes, anciãos e pessoas com distúrbios causados por determinado tipo de alimento.

Destacam-se:

- (1) Programas de informação de valores nutricionais**
- (2) Ações específicas para acesso alimentar para demandas específicas**
- (3) Programas de alimentação a grupos biologicamente vulneráveis (crianças, nutrizes e gestantes, idosos, enfermos)**



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

(d) Alimentos práticos: tal aspecto tem relação com a realidade da vida nos centros urbanos, a menor disponibilidade de tempo para elaboração das dietas e o trabalho da mulher fora do lar. Tal praticidade pode trazer efeitos perversos no que se refere à oligopolização de grandes redes de varejo, que levam ao controle e aumento do valor dos produtos. Medidas tais como apoio a pequenos comércios, feiras e sacolões regulados pelos municípios podem diminuir o impacto das grandes redes, por outro lado a relação direta produtores e grupos de famílias consumidoras podem favorecer as duas pontas da cadeia alimentar.

(e) Alimento típico: necessariamente este aspecto tem a ver com a produção e hábitos locais de produção e elaboração de alimentos, garantindo seus valores socioculturais sem distrair das questões relativas à sanidade. Podem compor cestas básicas regionais e promoção de pratos e receitas que valorizem seus usos e formas de preparos locais.

(f) Alimento natural ou orgânico: são alimentos produzidos sem defensivos, insumos ou remédios químicos, promovem a saúde do trabalhador no campo, dado que além de sustentavelmente produzidos devem respeitar a saúde e a dignidade dos trabalhadores. É um amplo mercado em expansão, mas pela sua forma de produção tem restrições de escala, tornando-se mais caros, esperando-se do poder público apoio para o aumento de produção, equipamentos de comercialização direta e subsídios.

(g) Alimentos produzidos dignamente: promovem sua produção tendo em vista as obrigações determinadas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), segundo as quais a obtenção de produtos alimentares deve se dar a partir de práticas produtivas que não utilizem trabalho servil ou escravo, trabalho infantil e que priorizem produções comunitárias (CUNHA e LEMOS, 1996).

(h) Alimentos como qualidade de vida urbana: tal visão refere-se à alimentação como qualidade de vida urbana. Envolve, entre outras, a questão de implantação de equipamentos de comercialização adequados, próximos aos locais de trabalho e de moradia principalmente da população mais vulnerável. Nesta linha há de se garantir acesso fácil a informações relativas a preços e locais de compra, safra, qualidades nutricionais e formas de aproveitamento adequado dos alimentos. Pode-se, por exemplo, divulgar, com o apoio do poder público, os locais onde se pode adquirir mais em conta uma cesta básica mais barata, ao mesmo tempo que se podem disponibilizar, em parceria com a iniciativa privada, para produtores ou pequenos varejistas, equipamentos distribuídos em locais por onde concentra ou circula a população.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

CONCLUSÃO

Os dados relativos à SAN dos pescadores artesanais da Bacia de Campos, ainda que preliminares, apontam para a urgência de se tomar medidas que possam debelar a insegurança alimentar percebida junto às famílias dos pescadores. Tais evidências decorrem do fato de estas não se alimentarem regularmente, em quantidade suficiente e com uma qualidade adequada do alimento. As respostas coletadas pelos questionários evidenciam que as famílias dos pescadores sofrem por suporem que “amanhã poderá faltar alimentação suficiente em casa”, ou por não disporem regularmente de alimentos, o que lhes causa sobressaltos e angústias permanentes. Além dos efeitos psicológicos deste sentimento, os efeitos para o aumento do adoecimento e morbidade se tornam evidentes.

Pode ser verificado, ainda, que as famílias não se alimentam bem não só por insuficiência de renda, mas por dispenderem sua reduzida renda em alimentos prejudiciais à saúde, gordurosos e com excesso de açúcar. Tal fato poderá ser evidenciado, numa segunda fase desta pesquisa, por intermédio de amostra representativa da população alvo em que se inquiria a efetiva ingestão de alimentos das famílias.

Por fim, vale dizer que o Pescarte tem como foco a educação ambiental das famílias dos pescadores afetados pelas atividades da Petrobras na Bacia de Campos. Pois bem, a produção de alimentos e seu consumo também podem ser trabalhados pelo foco da questão ambiental. Observamos que os conceitos apresentados, ainda que sucintamente no último item, permitem trabalhar a alimentação dos pescadores e os alimentos produzidos por eles dentro de critérios sustentáveis para o meio ambiente e que podem melhorar sua renda. Não é demais dizer que o mercado, hoje conhecido como “justo”, tem valorado, condignamente, os alimentos produzidos desta forma, o que atende conjuntamente duas metas do Pescarte: educação ambiental e melhoria de renda dos pescadores.

Um dos caminhos para melhorar a dieta dos pescadores, bem como das classes sociais sujeitas à pobreza, é melhorar a renda das famílias. Como produtores de alimentos, os pescadores podem aumentar seus rendimentos (Bens de Salário), beneficiando sua produção e garantindo-a por “Selo de Certificação”, baseado na origem de um pescado saudável com qualidade sanitária, prático para o mercado atual e, enfim, social e ambientalmente sustentável. Este é o caminho mais direto de garantir, talvez, a regularidade de alimento na mesa do pescador artesanal, presa da insegurança alimentar.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brasil. Lei Orgânica de Segurança Alimentar Nutricional. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União 2006.

Brasil. Insegurança Alimentar no Brasil: do Desenvolvimento do Instrumento de Medida aos Primeiros Resultados Nacionais. Avaliação das Políticas e Programas do MDS – Resultados. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, MDS, Brasília/DF (2007).

Brasil. Ministério da Pesca e Aquicultura. Pesca Artesanal. 2014. Disponível <http://www.mpa.gov.br/index.php/pesca/artesanal>. Data de acesso: 21/07/2014.

CONSEA Nacional, Construindo um sistema de monitoramento da realização progressiva do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), no contexto do Sistema Nacional da Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). CONSEA, Brasília/DF, 2007.

CONSEA Nacional, Presidência da República, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Princípios e Diretrizes de Uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. CONSEA, Brasília/DF, 2004.

Cunha, A.R.A.A e Lemos, M. B. Segurança alimentar sob o prisma das políticas urbanas de abastecimento. Belo Horizonte/MG, CEDEPLAR, 1996 (Texto para discussão 113).

FAO. O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: Um Retrato Multidimensional. Relatório 2014. Disponível em https://www.fao.org.br/download/SOFI_p.pdf. Data de acesso: 27 de jun. 2015.

IBGE. Suplemento de Segurança Alimentar. Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD). Disponível <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao>. 2004, 2009 e 2013.

Machado, M (coordenação). Acesso a Alimentação, Projetos Indicadores em SAN, IPEAD, UFMG, 2010.

Machado, M. Continuidade e mudança: comparação entre as trajetórias das políticas de segurança alimentar de Belo Horizonte e Santos. Dissertação de Mestrado, Fundação



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

João Pinheiro, Belo Horizonte, 2007.

Machado, M; Menicucci, T.M.G e Souza, Z.B. A Experiência da Política de Segurança Alimentar de Belo Horizonte: Parcerias, Participação e Controle Social. Revista Observatório do Milênio, ano 2, nº1, outubro de 2009, Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Informação da Prefeitura de Belo Horizonte/MG.2009

Segall-Corrêa AM, Marin-Leon, L. A, Segurança Alimentar no Brasil: Proposição e Usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. Segurança Alimentar e Nutricional, 16(2): 1-19, 2009

Panigassi, G et al. Insegurança alimentar como indicador de iniquidade: análise de inquérito populacional. Cad. Saúde Pública. 2008, 24(10):2376-2384.

Pessanha, Lavínia, D. R. (2002) A Experiência Brasileira em Políticas Públicas Para a Garantia do Direito ao Alimento. IPEA, Rio de Janeiro/RJ, 2002.

Pessanha, Lavínia, D.R. et alia(2008). Indicadores para avaliar a Segurança Alimentar e Nutricional e a garantia do Direito Humano à Alimentação: metodologias e fontes de dados. ANPOCS, Caxambu, 2008.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

ANÁLISE QUALI-QUANTI E PRODUÇÃO DE INDICADORES DO PROJETO PEA PESCARTE

Vitor Peixoto
Diego Cavalhar
Murilo Nogueira

INTRODUÇÃO

O projeto PEA Pescarte possui uma equipe de pesquisadores altamente qualificada e estruturalmente guarnecida que tem a missão de produzir análises acadêmicas para subsidiar todas as etapas que vão desde o diagnóstico da realidade local até a execução e avaliação dos impactos do próprio projeto. São profissionais de diversas áreas que atuam no campo interdisciplinar e contam com interação constante com a equipe de campo, produzindo dados e construindo interpretações científicas concernentes ao mundo da pesca no intuito de subsidiar efetivamente o cumprimento do objetivo principal do Pescarte: a mobilização e organização social dos sujeitos da ação educativa.

O presente capítulo se coloca como uma proposta de atividades do grupo de pesquisadores do PEA Pescarte. O objetivo geral é apresentar a agenda metodológica de pesquisa e contribuir com as ações da Petrobras em Educação Ambiental na Bacia de Campos e por meio da produção de análises qualitativas e quantitativas, tanto por meio de grupos focais, entrevistas em profundidade, censo da pesca quanto por acompanhamento longitudinal da evolução dos dados socioeconômicos dos Sujeitos da Ação Educativa.

Especificamente, esse grupo visa a auxiliar todo o contingente de pesquisadores do projeto PEA Pescarte na construção de questionários de surveys, no instrumental analítico, desenhos metodológicos de pesquisa, na organização de dados, na elaboração de indicadores e análises quantitativas do censo assim como no planejamento, desenho e realização dos grupos focais com os sujeitos da ação educativa.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

DESAFIOS DA CARACTERIZAÇÃO DOS GRUPOS PESQUISADOS E OBJETOS DE PESQUISA

Alguns dos principais desafios das pesquisas em ciências humanas é a definição dos conceitos e a operacionalização dos indicadores, pois são tarefas que exigem caracterizações dos objetos analisados (GERRING, 1999, 2011), por conseguinte, da escolha de atributos que farão a delimitação do objeto a ser analisado. No caso aqui em tela, a caracterização que desafia a todos é a categoria dos pescadores artesanais, posto que são estes o centro dos objetivos do projeto, portanto, uma extensa bibliografia foi utilizada para dar pistas das características que deveriam ser investigadas.

Segundo Ramires et al. (2002), a pesca artesanal é aquela em que o pescador sozinho ou em parceria com um amigo, participa diretamente da captura do pescado e utiliza instrumentos relativamente simples. É conhecida como pesca artesanal, porque os pescadores são os próprios fabricantes de seu material de pesca, dominando o ofício da confecção de redes, tarrafas e outros instrumentos de trabalho. A pesca artesanal contempla tanto a captura de espécies aquáticas para fins de subsistência, quanto para fins comerciais (WALTER, 2010), podendo ser uma atividade sazonal de quem pratica na maior parte do ano outras atividades econômicas, como a agricultura (DIEGUES, 1995, apud WALTER, 2010). Segundo esses autores, a pesca artesanal se diferencia da pesca industrial por utilizar instrumentos simples e por ter características bastante diversificadas, tanto em relação aos habitats que atuam quanto aos tipos de peixes que pescam.

Outra característica fundamental do pescador artesanal que o diferencia de outros grupos de trabalho é o fato de que os recursos pesqueiros possuem características que atuam de forma contrária à racionalidade do mercado capitalista. Deste modo, é fundamental destacar que os recursos pesqueiros não são frutos do trabalho humano, mas se realizam segundo as leis de reprodução biológica. Assim, o volume de produção é limitado pela capacidade de reprodução do ambiente. Sendo assim, as possibilidades de capturas estão determinadas por fatores naturais, que restringem a atividade do pescador (MALDONADO; SANTOS, 2006).

Uma das influências dos fatores naturais sobre a pesca é a sazonalidade que define também essa atividade. A sazonalidade é responsável pela oscilação da renda dos pescadores, na medida em que nos períodos de safra os preços do produto são menores se



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

comparados com os preços dos períodos de entressafra. Ao mesmo tempo, sua atividade está sob constante pressão econômica, definindo o valor do produto pescado, que acaba por governar a sua estratégia de pesca (WALTER, 2010).

Por sua vez, a definição jurídica de pesca artesanal é operacionalizada pela Lei n. 11.959, de 29 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, assim como regulamenta as atividades pesqueiras e substitui o Código de Pesca de 1967. Pela nova lei, a pesca artesanal se define como uma modalidade de pesca comercial, que pode ser praticada de modo autônomo pelo pescador ou com auxílio do grupo familiar, utilizando-se de meios de produção próprios ou em contrato de parceria, podendo ainda dispor de embarcações de pequeno porte. Ao contrário do que a literatura afirma, essa legislação estabelece tipologias diferentes para a pesca artesanal e a pesca de subsistência, esta última considerada como categoria não comercial. Outro fato digno de nota é a possibilidade da pesca artesanal utilizar-se de embarcações de pequeno porte (de até 20 AB) e não somente embarcações simples, como barcos movidos a remo.

Como se não bastassem os elementos supracitados que introduzem grande complexidade na caracterização do objeto de análise, outros fatores de ordem natural associados aos problemas ambientais enfrentados pelos ecossistemas pesqueiros e os conflitos com outras atividades tais como o turismo, indústria do Petróleo, pesca industrial influenciam e alteram a dinâmica da pesca.

Qualquer pesquisa que se proponha a analisar e investigar cientificamente esses grupos de pescadores artesanais deve levar em conta a enorme variação de comportamentos, compreensões e atitudes que podem assumir os grupos sociais, não raramente dentro de uma mesma comunidade, além de interpretações de seus interesses de forma densa. A enorme variabilidade entre as comunidades de pesca traz um desafio analítico, a saber, o grau de generalização, pois o que é conhecido por amostragem em uma determinada comunidade pode não ser válido para outra comunidade, por mais próximas geograficamente que sejam. São exemplos da grande heterogeneidade do grupo de pescadores artesanais o tempo de permanência no mar, o uso de apetrechos de pesca, as diferentes artes de pesca, a descentralização geográfica, os horários e rotinas de trabalho, a própria busca pela pluriatividade para compensar os problemas de ordem econômica advindos do controle dos preços pelos intermediários, a sazonalidade natural da atividade, dos custos de produção e da redução dos recursos pesqueiros em razão dos



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

problemas ecológicos mencionados¹.

Outro desafio de caracterização foi o estabelecimento do conceito de localidade e comunidade de pescadores. Deste modo, foi estabelecido como conceito de comunidade a área de localização dos portos de desembarque e comercialização do pescado. Os dados existentes no mapeamento das comunidades pesqueiras da Baía de Campos apontavam para a existência de 26 comunidades, entretanto, devido à dispersão geográfica dos pescadores para o interior do continente, o projeto definiu como localidade a presença de três ou mais famílias em uma área geográfica, expandindo o número de locais de concentração de pescadores de 26 comunidades pesqueiras para 154 localidades.

Todos esses são elementos que introduzem complexidade e desafiam a definição dos conceitos quando se trata de caracterizar a pesca artesanal e impõem a necessidade de lançar mão de um manancial de métodos de investigação científica para alcançar toda a população e dar conta da enorme variação existente. Portanto, faz-se mister a utilização de metodologias que se complementem e se retroalimentem como é caso do censo, grupos focais e surveys de dados em painel para que o fenômeno seja analisado em todas as dimensões.

METODOLOGIA QUALI-QUANTI

Há muito tempo que as modernas perspectivas metodológicas abandonaram a rivalidade entre os métodos qualitativos e os quantitativos. No Brasil, no entanto, persiste em alguns nichos acadêmicos a incompreensão da complementaridade que as abordagens podem assumir, e pior: o preconceito com alguns métodos pode levar a desconsiderar a necessidade de todos os métodos (SOARES, 2005).

Nesse sentido, o grupo de pesquisadores do PEA Pescarte entende que diferentes problemas de pesquisas demandam distintos desenhos de pesquisa, e pode muito bem haver interações entre as abordagens de modo a produzir sinergia analítica e metodológica.

Os métodos quali e quanti são produtos de abordagens teóricas distintas na sociologia e o debate entre os dois métodos se originaria na oposição entre as perspectivas positivistas e interpretacionistas. Segundo Gerring & Thomas (2011), os positivistas estão

¹ Esses fenômenos foram revelados pelo Diagnóstico Participativo do PEA-BC e, posteriormente, verificados pelos Grupos Focais realizados pelo Pescarte nas comunidades pesqueiras dos sete municípios da Baía de Campos contemplados pelo projeto.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

normalmente identificados como naturalistas, que se utilizam de métodos quantitativos e apresentam sua perspectiva como apenas uma lógica de inferência, buscando assim a neutralidade na observação dos fenômenos, enquanto os interpretacionistas sugerem que pode haver múltiplas lógicas de trabalho nas ciências sociais. Os positivistas se esforçam para identificar as causas que influenciam um fenômeno, através do método comparativo, que relaciona casos para o estabelecimento de leis gerais.

Ao contrário, os interpretacionistas buscam compreender os fenômenos entendendo as perspectivas dos indivíduos, por meio da investigação da interação entre as pessoas dentro dos contextos históricos e culturais em que elas vivem (GERRING; THOMAS, 2011; KIRSCHBAUM, 2013).

Desse modo, abordagens que enfocam a subjetividade dos indivíduos, buscando o ponto de vista dos atores e suas formas de interpretação do meio social onde estão inseridos, utilizam os métodos qualitativos de pesquisa. Por outro lado, as pesquisas quantitativas se calcam na dedução de hipóteses estabelecidas por meio das teorias existentes, em muitos casos oriundas dos estudos qualitativos. No caso das pesquisas quanti, todo material coletado é mensurável e condensado em variáveis, e as variáveis são comparadas em sua variação, permitindo ao pesquisador criar leis gerais, extrapolando os padrões observados nos casos existentes para aqueles não conhecidos (KIRSCHBAUM, 2013). Para Guering & Thomas (2011), a diferença dos dois métodos reside no fato de que nas pesquisas quanti as observações são altamente comparáveis, porque os instrumentos metodológicos possuem uma única métrica. Em contraste, as pesquisas quali não assumem um elevado nível de comparabilidade, rejeitando as possibilidades de comparação entre casos, porque as ferramentas utilizadas são linguísticas e as palavras possuem uma variedade de significados.

Embora haja uma diferença de paradigmas na construção do conhecimento das ciências sociais, que opõe os métodos quantitativos e qualitativos, vários trabalhos, atualmente, identificam a necessidade da interação entre os dois métodos. Em vários casos, estudos quantitativos se utilizam de resultados de estudos qualitativos de forma complementar para aumentar a validade das suas observações (KIRSCHBAUM, 2013). Destarte, os estudos qualitativos alcançam maior validade interna nos casos observados, porque buscam aprofundar sua análise em casos específicos, comprometendo, entretanto, as possibilidades de generalização de padrões observados. Em contraste, os estudos quantitativos perseguem os objetivos de generalização dos resultados de uma população estudada a partir de uma amostra, o que aumenta a validade externa e reduz a validade



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

interna dos casos estudados.

Kirschbaum (2013) demonstra, a partir da perspectiva dos mecanismos causais, as contribuições das pesquisas quali para os estudos quanti, quando o desenho de pesquisa quantitativa depende das descrições realizadas pelo método quali. O autor mostra que o método qualitativo busca os mecanismos causais de um fenômeno, ou seja, busca compreender as causas de um fenômeno, enquanto o método quantitativo objetiva identificar os efeitos causais, isto é, entender as influências das variáveis causais, já identificadas nos estudos qualitativos, sobre o fenômeno estudado.

MÉTODOS QUANTITATIVOS E O CENSO DA PESCA

Como já afirmado anteriormente, a metodologia empregada no PEA Pescarte faz uso tanto de dados quantitativos, quanto de dados qualitativos de forma sinérgica por meio da retroalimentação de informação e interação constante entre as equipes de pesquisa e de campo.

Construção do instrumento de pesquisa

Após uma intensa pesquisa bibliográfica sobre os temas em questão, as equipes selecionaram as dimensões analíticas que mais afetam o grupo de pescadores artesanais: caracterização da atividade, trabalho, capital social, invisibilidade feminina, organização social e ação coletiva, além obviamente das questões socioeconômicas clássicas. Tais dimensões analíticas deram origem a diversos blocos de perguntas, visando a obter dados específicos dessa população: demografia, dados socioeconômicos, caracterização familiar, avaliação de serviços e equipamentos públicos, trajetória profissional, características da atividade pesqueira, confiança interpessoal e nas instituições representativas, relações de gênero e segurança alimentar. Vale informar ainda que o modelo do Questionário Pescarte se encontra no Anexo 1 deste livro.

Desse modo, os dados quantitativos são coletados com a ajuda do questionário Pescarte, um survey de natureza censitária aplicado aos pescadores artesanais e seus familiares identificados como vulneráveis no diagnóstico participativo, em sete municípios da Bacia de Campos (Campos dos Goytacazes, São Francisco do Itabapoana, São João da Barra, Quissamã, Macaé, Cabo Frio e Arraial do Cabo) e objetiva, através dos dados



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

coletados no censo:

I) Conhecer a realidade dos sujeitos da ação, promovendo a discussão e atualização dos resultados do Diagnóstico Participativo referentes ao grupo social em estudo;

II) Produzir informações que contribuam para a promoção do fortalecimento da organização comunitária por meio da construção participativa de projetos de Geração de Trabalho e Renda, bem como para a formulação de políticas públicas voltadas para tais comunidades.

Quanto à estrutura do questionário, após uma bateria exaustiva de testes e pré-testes, foi estabelecido um ordenamento de modo a não influenciar as questões subsequentes, posto que as perguntas em surveys podem gerar uma condução interpretativa das respostas subsequentes e, por isso, devem ser tratadas em conjunto e não independentemente (ALMEIDA, 2002).

Sem dúvidas, a elaboração de um instrumento de coleta único e que contemple todas as dimensões analíticas é um grande desafio. A elaboração do desenho de um survey é de grande importância para a boa qualidade da pesquisa. Um desenho mal elaborado pode comprometer, inclusive, a análise dos dados coletados (BABBIE, 2003). Na fase de elaboração do questionário é preciso lançar mão de certa engenhosidade – principalmente se tratando de um questionário que visa explorar, de uma só vez, diversas dimensões socioeconômicas e culturais das comunidades pesqueiras – para garantir o êxito do Estudo. Almeida (2002), por exemplo, demonstra em seu trabalho a influência da posição da pergunta no survey, bem como a interferência que o contexto em que o questionário é aplicado pode causar em certos casos e dependendo do tema pesquisado.

A elaboração de um questionário de pesquisa pode parecer, à primeira vista, uma tarefa simples e trivial. Contudo, [...] os efeitos do posicionamento de uma pergunta no questionário sobre os resultados da pesquisa podem ser muito grandes, e até mesmo invalidar os resultados de uma pesquisa. Assim, o que é detalhe se torna extremamente relevante, exigindo que os questionários de pesquisa sejam cuidadosamente elaborados e pré-testados (ALMEIDA, 2002, p. 339).

Especificamente, no caso do instrumento de coleta do Censo dos pescadores da Bacia de Campos, por analogia, o mesmo cuidado para com a posição das perguntas



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

foi tomado em relação à disposição dos blocos no questionário. Dessa forma, blocos de perguntas e perguntas que possam gerar algum constrangimento maior para o respondente foram postas na parte final do questionário, como por exemplo, o bloco de inquérito alimentar dos pescadores. Além disso, tomou-se cuidado com a elaboração de cada uma das perguntas individualmente, de modo que uma interferisse o mínimo possível na resposta da outra, evitando a criação de vieses no próprio instrumento de coleta (ALMEIDA, 2002).

Ainda sobre o processo de elaboração do questionário, devido a todas as dimensões a que o questionário se propõe a cobrir e ao grande volume de informações que seria preciso explorar, tomou-se um cuidado especial quanto às questões que seriam inseridas no mesmo para não cometer o erro de inchá-lo demasiadamente.

Destarte, o questionário se inicia com questões que exploram as características demográficas e socioeconômicas dos pescadores artesanais dos municípios estudados. Posteriormente, seguem questões sobre a caracterização familiar. Neste bloco, são coletadas informações do número de pessoas que moram no mesmo domicílio que o respondente, o grau de parentesco desses indivíduos, idade, sexo, cor, escolaridade, situação no mercado de trabalho, ocupação profissional e rendimento dos membros da unidade familiar, dentre outras informações.

Quanto ao bloco de avaliação de serviços públicos, o questionário busca coletar dados a respeito do acesso por parte dos pescadores artesanais a alguns serviços públicos, como saneamento básico, habitação e rede de distribuição de energia elétrica, além de informações sobre o acesso a bens de consumo. O questionário Pescarte aborda, ainda, a avaliação de equipamentos públicos como os de saúde, educação, assistência social, cultura, lazer e entretenimento e meios de comunicação. Dentro da avaliação dos equipamentos de saúde, são inseridas questões sobre fecundidade e mortalidade nas comunidades estudadas. Tais informações são tidas como relevantes, uma vez que refletem a qualidade dos serviços públicos observada pelos pescadores artesanais da Bacia de Campos e tal diagnóstico pode auxiliar na tomada de decisão dos atores políticos e na elaboração de políticas públicas para atender às demandas de tais comunidades.

Posteriormente, compõem o questionário questões sobre a trajetória profissional dos sujeitos da ação. As perguntas contidas nesse bloco exploram os motivos pelo qual o sujeito opta pela sua ocupação profissional, bem como os motivos pelos quais ele permanece ou deixa tal profissão e as relações de trabalho em que este já se encontrou.

Em seguida, o questionário é composto por um grupo de questões que visa a



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

caracterizar a atividade pesqueira – espécie de pescado, ambiente de pesca, rotina, informações sobre a comercialização do pescado, características da embarcação utilizada, a influência das atividades do petróleo na cadeia da pesca, dentre outras – nas comunidades inseridas no estudo.

O survey compreende, ainda, um conjunto de perguntas intitulado Bloco Capital Social e Laços Fracos. Este se dedica à coleta de informações sobre a organização social dos pescadores, visando a identificar o grau de envolvimento comunitário e a participação política nas organizações sociais como forma de medir o capital social, por meio de variáveis que expressam relações interpessoais, tais como níveis de confiança dos pescadores entre si e nas instituições representativas das comunidades pesqueiras; analisar o papel dos atores e agentes locais, assim como as suas bases organizativas; as interações entre os agentes locais e estes com as entidades e organizações que atuam nas instituições representativas das comunidades pesqueiras; analisar o papel dos atores e agentes locais, assim como as suas bases organizativas; as interações entre os agentes locais e estes com as entidades e organizações que atuam nas comunidades pesqueiras. No contexto do projeto Pescarte, tais informações são imprescindíveis, uma vez que se trata de um projeto de intervenção social que objetiva fortalecer as relações sociais em tais comunidades por meio da geração de trabalho e renda.

A inserção de questões relacionadas ao gênero também pode ser observada no questionário Pescarte. Tais questões visam a obter informações sobre as relações de gênero nas comunidades pesqueiras da Bacia de Campos. A partir destas questões é possível desenvolver estudos sobre o papel da mulher na cadeia da pesca e a invisibilidade feminina em tais comunidades.

O instrumento de coleta do Censo dos pescadores da Bacia de Campos contempla, ainda, perguntas sobre a atuação de demais programas de educação ambiental executados na região, anteriormente ao projeto Pescarte.

Por fim, tal instrumento de coleta é constituído por um inquérito alimentar para os pescadores artesanais da Bacia de Campos. Na realidade, tal inquérito é a reprodução da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA). Tal escala permite mensurar os níveis de segurança ou insegurança alimentar – entendida, aqui, como déficit nutricional diretamente ligado à pobreza – servindo de importante instrumento para a elaboração de políticas públicas de combate à fome e à insegurança alimentar.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Coleta e análise dos dados

Para a coleta dos dados, o projeto Pescarte conta com uma equipe de trabalho de campo em cada um dos municípios estudados. Além da aplicação dos questionários, esta desempenha funções de mobilização dos sujeitos para as ações de educação ambiental, dentre outras. Para desempenhar tais funções, adotou-se o método da amostragem por bola de neve, em que os primeiros participantes do estudo – os pescadores – indicam novos participantes e assim sucessivamente, até que o número amostral estipulado seja alcançado. Trata-se, portanto, de um método de amostragem não probabilístico (BALDIN; MUNHOZ, 2011). Como segunda etapa, para garantir que toda a população de pescadores artesanais das comunidades pesquisadas fosse abordada, adotou-se, também, a técnica de varredura, por meio da qual as comunidades são mapeadas e, posteriormente, os técnicos sociais realizam o trabalho de aplicação do survey de maneira concentrada por localidade – rua, bairro, praia – certificando-se de que todos os pescadores artesanais dos sete municípios em questão sejam contabilizados no Censo dos pescadores artesanais da Baía de Campos.

O questionário Pescarte tem ainda uma particularidade quanto à sua aplicação. O bloco de perguntas sobre as relações de gênero deve ser respondido apenas pelas mulheres dos pescadores artesanais. Dessa forma, muitas vezes os técnicos sociais precisam interromper a aplicação no momento em que o entrevistado do sexo masculino termina de responder as demais questões do survey e retornar para o término do mesmo em outro momento para coletar as informações que devem ser fornecidas pelas mulheres. Os dados obtidos por meio do questionário Pescarte estão sendo tabulados e analisados por meio de uma planilha eletrônica do Programa SPSS. Para a codificação dos dados obtidos nas perguntas fechadas foi realizado editado um Livro de Código, que conteve uma lista inicial de códigos. Já as perguntas abertas serão primeiramente categorizadas pela equipe de pesquisadores que possuem ampla experiência no campo, posto que foram eles os mediadores dos Grupos focais. Acredita-se que esta experiência da equipe nas análises qualitativas é fundamental para que as análises quantitativas sejam realizadas e interpretadas acuradamente. A tarefa de codificação das respostas das perguntas abertas são um exemplo dos ganhos analíticos de se possuir uma equipe transdisciplinar envolvida tanto nas metodologias qualitativas quanto nas quantitativas. Uma vez codificadas, as variáveis são organizadas e estão prontas para as análises estatísticas e apresentadas em tabelas e gráficos.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Os dados do Censo foram, assim, construídos com base em análises qualitativas realizadas pelos pesquisadores desde a concepção do questionário até a codificação das questões abertas e análise estatística dos resultados, num sistema de sinergia metodológica. A retroalimentação continua, porque as informações do próprio campo, ou seja, a aplicação do questionário nas comunidades de pesquisadores produz conhecimento da realidade do grupo pesquisado, o que de outra forma não seria possível.

ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE SEMI-ESTRUTURADAS

As entrevistas são um instrumento metodológico de pesquisa qualitativa, que visa a verificar a ótica dos entrevistados, captar e compreender as atitudes, condutas, valores e motivações, de modo a conhecer as particularidades da realidade que se está estudando. Elas se subdividem em dois níveis, de acordo com sua estruturação: pesquisas estruturadas e semiestruturadas. Segundo Veiga e Godim (2001), as entrevistas estruturadas seguem um roteiro preestabelecido, que restringem as possibilidades de aprofundamento e abordagens multifacetadas do tema pesquisado, enquanto que as entrevistas semiestruturadas utilizam um roteiro mais flexível, que permite um diálogo com o entrevistado, aprofundando em aspectos que as entrevistas estruturadas não são capazes de coletar do universo do entrevistado.

Deste modo, as entrevistas semiestruturadas são preferíveis quando se deseja analisar com profundidade a realidade do entrevistado. Seu caráter subjetivo, conforme assinalam Veiga e Gondim (2001), exige do pesquisador uma interpretação baseada na perspectiva da pessoa que está sendo analisada, isto é, “sua vida e seu mundo só podem ser entendidos a partir ‘de seus olhos’” (VEIGA; GONDIM, 2001, p.5).

De acordo com Lane (1962, apud VEIGA; GONDIM, 2001), as entrevistas em profundidade têm como vantagem o seu caráter discursivo, que permite que cada entrevistado apresente a sua linha de argumentação, favorecendo a realização de inferências do pensamento dos entrevistados.

As entrevistas em profundidade são empregadas tendo em vista a necessidade de aprofundamento de um tema de interesse, escolhido pelo pesquisador. Deste modo, as entrevistas não permitem a generalização estatística de seus resultados mas, como esclarece Marconi e Lakatos (2010), elas permitem avaliar com mais precisão valores e condutas, podendo o entrevistado ser avaliado em todo o contexto da conversa, naquilo



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

que diz e como ele se refere, ou seja, as reações às perguntas e a forma de respondê-las. Por outro lado, as mesmas autoras ressaltam que esta técnica de pesquisa possui limitações como, por exemplo, a possibilidade do entrevistado ser influenciado pelo entrevistador de forma consciente ou inconsciente, além do tempo extenso de uma entrevista, que impõe dificuldades para sua realização, visto que ela ocupa um tempo largo do entrevistado, em comparação a outros instrumentos de pesquisa, como o questionário e o formulário. Em razão do tempo, o universo de pessoas disponíveis para a entrevista pode ser reduzido, o que dificultaria a obtenção do critério de saturação: busca de todos os casos que apótem os padrões de respostas existentes dentro de uma população.

Na seleção dos casos para a entrevista, seguiremos os critérios estabelecidos por Gorden (1975), citado por Valles (2000), de acessibilidade, disposição e relevância das informações dos entrevistados, ou seja, o estudo selecionará entrevistados acessíveis e dispostos a dar informações que sejam relevantes para o estudo. Em seu turno, a definição da quantidade de entrevistas a serem realizadas deverá seguir os critérios de saturação, isto é, serão selecionados casos até que o pesquisador adquira confiança empírica de que as categorias analisadas foram saturadas (GLASSER e STRAUSS, 1967, apud, VALLES, 2000).

A coleta de dados dar-se-á de duas maneiras, uma pela gravação da conversa e outra pelas anotações em um caderno de campo feito pelo entrevistador, que tem como objetivo principal registrar as reações do entrevistado que não podem ser recolhidas pela gravação do áudio. O procedimento posterior à aplicação das entrevistas consiste em transcrevê-la, produzindo um documento com o registro das falas, que serão confrontados com as anotações de campo, subsequentemente, para o reconhecimento de padrões de respostas, o pesquisador poderá utilizar-se da técnica de pattern-matching, de Campbell (1966). Por meio dessa técnica, o pesquisador poderá agrupar os dados e verificar as principais variáveis por categoria para uma possível identificação de padrões de respostas entre os diferentes entrevistados.

COLETA DE DADOS SECUNDÁRIOS

A análise documental é importante instrumento que complementa dados obtidos por meio de outras fontes, revelando aspectos que até então não tinham sido desvelados pelas técnicas aplicadas anteriormente. A coleta de dados secundários se concentrará na



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

análise documental dos relatórios produzidos pelas atividades do Pescarte (reuniões com comunidades de pescadores e com lideranças), na análise dos relatórios e áudios dos grupos focais realizados com pescadores, mulheres pescadoras e jovens filhos de pescadores, nas sete cidades que compõem o projeto. As fontes documentais serão estudadas por meio da análise de conteúdo e analisadas criticamente, de modo que sejam inseridas no contexto histórico e social do momento em que foram produzidas. A análise de conteúdo dar-se-á por meio da separação em unidades relevantes de análise, considerando as unidades de acordo com o tema abordado. A identificação e classificação dessas unidades permitem agrupar os dados e as principais variáveis por categoria, tornando possível classificar as unidades que abordam o mesmo tema. Em seguida, far-se-á a codificação das categorias criadas. Será realizado ainda um cruzamento das fontes que se complementam para que seja possível uma leitura não apenas literal das informações, mas para que se tenha uma compreensão real, em termos explicativos.

GRUPOS FOCAIS

O objetivo primordial da técnica de grupo focal é revelar as percepções dos participantes sobre os assuntos em discussão no intuito de aprofundar opiniões, percepções, atitudes, comportamentos e sentimentos dos participantes. A essência do grupo focal consiste na interação dos participantes entre si, bem como com os mediadores, e objetiva colher dados a partir da discussão focada em tópicos específicos e diretivos. Essa atividade tem como objetivo identificar as percepções dos sujeitos da ação educativa acerca da vulnerabilidade social que os envolve, para posteriormente analisar o nível de dependência dos recursos naturais para as condições básicas de vida, o nível de acesso aos direitos sociais e a capacidade de organização e intervenção nas decisões políticas.

Um dos maiores desafios para a realização do grupo focal é exatamente a sua composição. No caso dos jovens filhos de pescadores, por exemplo, existe um obstáculo à parte, qual seja, o da arregimentação para a participação. A problemática é tão grave que impossibilitou de ocorrer o grupo nos municípios de Macaé, Arraial do Cabo e Cabo Frio por não comparecimento. Para que fosse viabilizado o grupo em Quissamã, foi necessário fazer duas convocações, posto que a primeira também não pôde ocorrer por ausência de participantes. A adesão ao grupo tem sido um elemento de dificuldade importante



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

para a realização da metodologia empregada, entretanto as equipes de campos não têm poupado energia para captar e arrebataram esses jovens.

O grupo focal tem como objetivo levantar hipóteses para futuramente serem validadas e testadas pelos métodos quantitativos, ou mesmo buscar soluções para problemas práticos da ação educativa percebidos na sua execução. O grupo focal é iniciado com uma reunião composta entre 5 e 14 participantes, selecionados de acordo com as suas características, que ajudam a responder as questões propostas por análises prévias teoricamente orientadas.

Para que a metodologia do grupo focal seja bem-sucedida, é imprescindível um roteiro de perguntas semiestruturadas que ao mesmo tempo oriente os mediadores a conduzir a discussão e permita alguma flexibilidade à reunião, tornando possível uma reunião frutífera. Os roteiros foram elaborados pela equipe de pesquisadores do Pescarte a partir das discussões em grupos e condensadas.

Todos os grupos focais tiveram como procedimento iniciar a atividade com o agradecimento pela presença dos participantes e com o pedido para que os sujeitos da ação educativa se apresentassem. No encerramento, um agradecimento novamente à presença dos participantes e se repassou a agenda do Projeto Pescarte no município, informando a importância de cada atividade.

ESTUDOS PROSPECTIVOS: REALIMENTAÇÃO DO BANCO DE DADOS DO CENSO

Os dados coletados com o questionário Pescarte serão estudados de modo prospectivo em ciclos de dois em dois anos. Desse modo, uma amostra probabilística será escolhida entre os participantes do questionário Pescarte para o acompanhamento longitudinal desta amostra. O estudo prospectivo tem como objetivo monitorar as possíveis mudanças nos padrões de respostas das unidades escolhidas para serem acompanhadas ao longo do tempo, permitindo assim conhecer as mudanças de opiniões e os eventos que produziram tais alterações.

O desenho de pesquisa com surveys tem importância fundamental não somente por conta das rápidas mudanças na população de pescadores, mas também para acompanhar as próprias transformações introduzidas pelo projeto PEA Pescarte.

As amostras com intervalo de confiança de 95% auxiliarão na tomada de decisões do PEA Pescarte, assim como permitirão acompanhar alterações nas características das populações no mercado de trabalho, na composição da renda, na exposição aos impactos



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

socioambientais e outras dimensões que poderão ser ajustadas com o auxílio do que já foi estabelecido e conhecido com base nas análises do Censo da Pesca.

Uma das principais características dos desenhos de pesquisa longitudinais é o acompanhamento das unidades observacionais ao longo do tempo, o que permite análises de cadeias de causalidade mais acuradas e precisas (BHATTACHERJEE, 2012; KING; KEOHANE; VERBA, 1994).

CONCLUSÃO

Este capítulo descreveu como o grupo de pesquisa do PEA Pescarte concebe o processo de produção de conhecimento e utiliza metodologias qualitativas e quantitativas de forma complementar e sinérgica. Como foi observado, longe de representarem alternativas excludentes, as metodologias servem uma a outra num processo contínuo de retroalimentação.

Destarte, a equipe de pesquisadores tem um contato constante e direto com o campo e auxilia a coordenação na tomada de decisões, produzindo indicadores e análises sobre a realidade das comunidades de pescadores, assim como a própria evolução do projeto, o que a torna essencial para a avaliação geral das diversas etapas que compõem o PEA Pescarte.

Essas atividades de pesquisa são a garantia de que haja avaliações amparadas em metodologias científicas que se complementam e que perpassam desde as fases de elaboração dos questionários do Censo da Pesca, até a construção de indicadores com os dados quantitativos, realização e interpretação qualitativa das informações dos grupos focais, realização das entrevistas em profundidade, análise de dados secundários, construção de análises estatísticas e acompanhamento da evolução geral das comunidades de pescadores, que exige atualização constante dadas as características de alta volatilidade, sazonalidade e sensibilidade aos impactos socioambientais de cadeias produtivas externas à atividade.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. C. O efeito do contexto e posição da pergunta no questionário sobre o resultado da medição. **Opinião Pública**, v. 8, n. 2, p. 328–339, 2002.

BABBIE, E. **Métodos de Pesquisa de Survey**. 2. ed. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2003.

BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. Snowball (bola de neve): Uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária, I Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação - SIRSSE. **Anais...** Curitiba, 2011.

BHATTACHERJEE, A. **Social Science Research**: principles, methods, and practices. Tampa, University of South Florida, 2012.

BRASIL. Lei Ordinária Nº 11.959, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a política nacional de desenvolvimento sustentável da aquicultura e da pesca; regula as atividades pesqueiras. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-010/2009/Lei/L11959.htm, acesso em 18 de fevereiro de 2016.

CAMPBELL, D. T. Pattern matching as an essential in distal knowing. In K. R. Hammond (Ed.). **The psychology of Egon Brunswik**. New York, Holt, Rinehart & Winston, 1966, 81-106.

GERRING, J. What makes a concept good? A criterial framework for understanding concept formation in the social sciences. Polity, 1999.

GERRING, J. **Social science methodology**: a unified framework. [s.l.]. Cambridge University Press, 2011.

GERRING, J.; THOMAS, C. QUANTITATIVE AND QUALITATIVE: A Question OF COMPARABILITY. International encyclopedia of political Science, 2011.

KING, G.; KEOHANE, R. O.; VERBA, S. **Designing Social Inquiry**. New Jersey: Princeton University Press, 1994.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

KIRSCHBAUM, C. Decisões entre pesquisas quali e quanti sob a perspectiva de mecanismos causais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 82, p. 179–193, jun. 2013.

MALDONADO, F.; SANTOS, A. DOS. Cooperativas de pescadores artesanais: uma análise sob a perspectiva teórica. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 8, n. 3, p. 323–333, 2006.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo, Atlas, 2010.

RAMIRES, M.; BARELLA, W.; CLAUZET, M. A pesca artesanal no Vale do Ribeira e Litoral Sul do estado de São Paulo Brasil, Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. **Anais...**Indaiatuba: 2002

SOARES, G. A. D. O calcanhar metodológico da ciência política no Brasil. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 48, p. 27–52, 2005.

VALLES, M. Técnicas cualitativas de investigación social. 2000.

VEIGA, L.; GONDIM, S. M. G. A utilização de métodos qualitativos na Ciência Política e no Marketing Político. **Opinião Pública**, v. 7, n. 1, p. 1–15, 2001.

WALTER, T. Novos Usos e Novos Mercados: Qual sua influência na dinâmica da cadeia produtiva dos frutos do mar oriundos da pesca artesanal. [s.l.] Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), 2010.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

MAPEAMENTO DA PESCA ARTESANAL NA BACIA DE CAMPOS - RJ: CONFIABILIDADE DA PESQUISA

Paulo Sérgio Belchior Mesquita
Geraldo Márcio Timóteo

INTRODUÇÃO

Com cerca de 100 mil quilômetros quadrados de área e se estendendo do limite da cidade de Vitória, no Estado do Espírito Santo, até Arraial do Cabo no litoral norte do Estado do Rio de Janeiro, a Bacia de Campos é considerada a maior reserva petrolífera do Brasil. Esta Bacia respondia, em 2017, segundo o anuário estatístico da Agência Nacional de Petróleo por cerca de 49,9% de toda a produção nacional de petróleo (m^3).

Tabela 1- Produção de petróleo em m^3 - 2017

Bacia Sedimentar	% produção
Solimões	0,8 %
Parnaíba	0,0%
Ceará	0,2 %
Potiguar	1,8 %
Alagoas	0,1 %
Sergipe	0,9 %
Recôncavo	1,2 %
Espírito Santo	2,9 %
Campos	49,9 %
Santos	42,2 %

Fonte: Anuário estatístico ANP (2018), elaborado pelo autor.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

A principal área atingida pela exploração do petróleo, iniciada em meados dos anos de 1970, é a Região Norte e Região dos Lagos do Estado do Rio de Janeiro. Inicialmente, a economia local estava voltada para as atividades tradicionais de criação de gado, pesca e de cultivo, principalmente, a cana-de-açúcar. Após serem descobertos os primeiros poços petrolíferos na região, deu-se início à instalação da base de operações da Petrobras no município de Macaé provocando mudanças não só na atenção dada aos outros setores, como também uma nova direção nas expectativas locais do que seria uma boa colocação no mercado de trabalho. Como afirma Souza; Terra e Campos (2013), a economia da região Norte Fluminense durante a década de 1960 encontrava-se estagnada devido, principalmente, à redução da produtividade sulcroalcooleira, em consequência da depreciação das máquinas e equipamentos e da perda de competitividade, frente ao desenvolvimento de tal atividade econômica no interior de São Paulo. Muito embora, na década seguinte, a produção de cana-de-açúcar tenha sido estimulada pela elevação dos preços e pelos incentivos gerados pelo Programa Brasileiro de Álcool-Proálcool, a atividade sucroalcooleira no Norte fluminense torna a declinar nas décadas de 1980 e 1990. Tal cenário só não foi pior devido, como mencionado, à instalação da Petrobras em Macaé e ao início das atividades de exploração de petróleo na região.

As mudanças sociais, demográficas, culturais e ambientais provocadas nos municípios pela implantação dos sistemas de exploração de petróleo e gás atinge de maneira substancial os interesses econômicos e produtivos da comunidade de pesca, em razão de cinco macrovariáveis conceituais, quais sejam: a) Ocupação do Espaço Marinho que aponta para a restrição de acesso aos pescadores às áreas utilizadas para implantação dos sistemas de exploração e transporte de petróleo e gás, com respectivo aumento do tráfego de embarcações; b) Dinâmica Demográfica atingida pelo efeito atrativo sobre a mão de obra em busca de oportunidade de ingresso em uma das diversas empresas instaladas para atender o polo petroleiro; c) Pressão sobre a infraestrutura urbana que atinge a todos, mas com maior intensidade os mais vulneráveis socialmente; d) Modelo de Uso e Ocupação do Solo que diz respeito às formas como ocorrem ocupações tanto com destinação humana quanto industriais, além do processo urbano de valorização do espaço urbano atingidos, também, por processo de desapropriações forçadas, provocando deslocamento de populações e afastamento das zonas tradicionais de saída e chegada da pescaria; e) Royalties, que são compensações financeiras pagas pela exploração de petróleo e gás aos Estados e Municípios e que provocou, entre outras consequências, nas administrações locais, o efeito da “preguiça fiscal”, que significa



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

claramente que as administrações passaram a não julgar como necessárias outras fontes de receita.

Somados, esses impactos atingem diretamente a comunidade pesqueira e isso torna central, dentro do recorte realizado pelo Diagnóstico Participativo da Bacia de Campos (DP-BC), mitigar esses impactos sobre a pesca artesanal, sabedores, ainda, de que outros estão a ocorrer dada a instalação de novas indústrias na região, bem como às novas alterações relacionadas ao mercado de trabalho e à constante reestruturação das atividades intensivas em mão de obra que vão sendo substituídas, paulatinamente, por aquelas intensiva sem capital, demandando, dessa forma, trabalhadores cada vez mais qualificados (SOUZA; TERRA; CAMPOS, 2013), diante de uma comunidade tradicional que exerce uma ocupação exercida, em sua maioria, por produtores autônomos e de baixa escolarização.

Segundo estimativas do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), por meio dos dados do Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), atualmente, o Brasil conta com quase um milhão de pescadores artesanais, distribuídos por 12 grandes bacias hidrográficas e pelo litoral do país, usufruindo, dessa forma, da grande biodiversidade marítima e hidrográfica brasileira. Além disso, estima-se que a pesca artesanal contribua com cerca de 45% de toda a produção anual de pescado desembarcada.

Com a finalidade de conhecer o perfil dos profissionais ligados a esta atividade, buscou-se obter, por meio de um questionário estruturado (melhor descrito no item 3.3. deste artigo), os indicadores que expressassem a realidade das famílias ligadas à pesca artesanal.

Nesse sentido, é importante observar o grau de consistência interna do instrumento de coleta, verificando a qualidade e nível de confiança no questionário, significando que as variáveis (perguntas) devem estar correlacionadas entre si, e com o resultado final da pesquisa.

REFERENCIAL TEÓRICO

Conforme Freitas e Rodrigues (2005), a teoria clássica da medição considera que em toda medição o valor observado X é composto aditivamente por duas variáveis: o valor verdadeiro (V) e erro aleatório de medição (E).



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

$$X = V + E \quad [1]$$

Segundo Hayes (1995), a variância de cada conjunto de variáveis está associada de forma semelhante às próprias variáveis, ou seja:

$$\sigma^2_x = \sigma^2_v + \sigma^2_e \quad [2]$$

Assim, à medida que a variância associada a erros aleatórios diminui, a variância dos valores observados se aproxima da variância dos valores verdadeiros, o que representa maior confiabilidade nas medições (e consequentemente maior confiabilidade atribuída ao instrumento de coleta de dados utilizado). Conceitualmente, a confiabilidade reflete o quanto os valores observados estão correlacionados aos valores verdadeiros.

Segundo Hair Junior et al (2005), confiabilidade é o grau em que um conjunto de indicadores de uma variável latente (construto) é consistente em suas mensurações. Construto é um conceito que o pesquisador pode definir em termos teóricos, mas que não pode ser medido diretamente ou medido sem erro, apenas representado ou medido por um ou mais indicadores.

Conforme Nichols (1999), a confiabilidade de um teste pode ser obtida dos seguintes modos:

- O quadrado da correlação entre os valores observados e os valores verdadeiros

$$(\rho^2_{xv}); \quad [3]$$

- A proporção da variância total dos valores observados em relação à variância dos valores reais

$$\left(\frac{\sigma^2_x}{\sigma^2_v} \right) \quad [4]$$

- 1(um) menos a proporção da variância total dos valores observados pela variância do erro



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

$$\left(1 - \frac{\sigma^2 X}{\sigma^2 E} \right)$$

[5]

Entretanto, como em muitos problemas reais os valores verdadeiros das variáveis não são conhecidos, e é impossível determinar a confiabilidade diretamente, por meio do cálculo da correlação entre os valores observados e verdadeiros (FREITAS E RODRIGUES, 2005). Com essa finalidade foi desenvolvido o coeficiente alfa. Esse foi apresentado por Lee J. Cronbach, em 1951, como uma forma de estimar a confiabilidade de um questionário aplicado em uma pesquisa.

O coeficiente α é uma técnica estatística utilizada para verificar se o instrumento utilizado na pesquisa consegue inferir ou medir aquilo a que realmente se propõe, conferindo relevância para a pesquisa, ou seja, a avaliação da consistência interna dos questionários para um conjunto de dois ou mais indicadores de construto (BLAND; ALTMAN, 1997).

De forma geral, dada uma matriz de respostas:

Tabela 2 - Matriz de respostas

Entrevistados	Perguntas (Itens)						Total
	1	2	...	<i>i</i>	...	<i>k</i>	
1	X ₁₁	X ₁₂	...	X _{1i}	...	X _{1k}	X ₁
2	X ₂₁	X ₂₂	...	X _{2i}	...	X _{2k}	X ₂
⋮	⋮	⋮	⋮	⋮	⋮	⋮	⋮
<i>p</i>	X _{p1}	X _{p2}	...	X _{pi}	...	X _{pk}	X _p
⋮	⋮	⋮	⋮	⋮	⋮	⋮	⋮
<i>n</i>	X _{n1}	X _{n2}	...	X _{ni}	...	X _{nk}	X _n
	S ₁ ²	S ₂ ²	...	S _n ²	...	S _k ²	S _t ²

Fonte: HORA et al. (2010) adaptado de Cronbach, L.J. (2004)



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

O coeficiente α mede a correlação entre as respostas em um questionário por meio da análise do perfil das respostas dadas pelos respondentes (HORA et al., 2010). Calcula-se variância (S^2_k) de cada item, representado pelas k colunas, e a variância total (S^2_t), que é a soma das variâncias de cada item.

$$\alpha = \frac{K}{(K-1)} \left[1 - \frac{\sum S_i^2}{S_t^2} \right] \quad [6]$$

Onde:

α = Coeficiente alfa de *Cronbach*

K = Número de itens

S_i^2 = Variância de cada item

S_t^2 = Variância do total (soma das variâncias de cada item)

Dado que todos os itens de um questionário utilizam a mesma escala de medição, o coeficiente α , com $\alpha \in [0,1]$, é calculado a partir da variância dos itens individuais e das covariâncias entre os itens (HORA et al., 2010).

O uso de medidas de confiabilidade, como o alpha de *Cronbach*, não garante unidimensionalidade ao questionário, mas assume que ela existe. A unidimensionalidade é uma característica de um conjunto de indicadores que tem apenas um conceito em comum (HAIR JUNIOR et al., 2005).

É relevante ressaltar que apesar da literatura científica a respeito das aplicações do coeficiente α nas diversas áreas do conhecimento ser ampla e abrangente, ainda não existe um consenso entre os pesquisadores acerca da interpretação da confiabilidade de um questionário obtida a partir do valor deste coeficiente. Em geral, o valor mínimo aceitável para o α é 0,70; abaixo desse valor, a consistência interna da escala utilizada é considerada baixa. Em contrapartida, o valor máximo esperado é 0,90; acima deste valor, pode-se considerar que há redundância ou duplicação, ou seja, vários itens estão medindo exatamente o mesmo elemento de um constructo; portanto, os itens redundantes podem ser eliminados. Usualmente, são aceitos valores de alfa entre 0,70 e 0,90 (STREINER, 2003).



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Tabela 3 - Classificação a partir do coeficiente α de Cronbach

Valor do alpha de Cronbach	Nível de confiabilidade
$\alpha \leq 0,30$	Muito baixa
$0,30 < \alpha \leq 0,60$	Baixa
$0,60 < \alpha \leq 0,70$	Moderada
$0,75 < \alpha \leq 0,90$	Alta
$\alpha > 0,90$	Muito alta

Fonte: Adaptado de Freitas e Rodrigues (2005).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Objeto de Estudo

Questionário é um documento com perguntas e outros tipos de itens que visam obter informações para análise (BABBIE, 1999). No presente estudo, o questionário compõe-se de um acervo de questões que procuram dimensionar parâmetros sociais que ainda não haviam sido investigados em uma comunidade de pescadores. Assim, temos que qualquer pesquisa que se proponha a investigar um grupo tão diverso quanto esse deve estar preparado para encontrar uma grande variedade de comportamentos e atitudes que variam de grupo para grupo e, mesmo, dentro do mesmo grupo. Essa enorme variabilidade apresenta como desafio analítico o grau de generalização que se pode realizar a partir dos dados coletados, pois, o que é conhecido por amostragem em uma determinada comunidade pode não ser válido para outra comunidade por mais próximo geograficamente que estejam.

São exemplos da grande heterogeneidade do grupo de pescadores artesanais o tempo de permanência no mar, o uso de apetrechos de pesca, as diferentes artes de pesca, a descentralização geográfica, os horários, rotinas de trabalho, condições meteorológicas, e a própria perícia da pesca, levando a que haja entre os pescadores a figura do mestre



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

pescador, socialmente reconhecido em sua capacidade de conduzir uma boa pescaria. Soma-se a todo esse cenário, ainda, a própria busca pela pluriatividade para compensar os problemas de ordem econômica advindos do controle dos preços pelos intermediários, a sazonalidade natural da atividade, os custos de produção e da redução dos recursos pesqueiros em razão dos problemas ecológicos mencionados.

Todos esses elementos conduzem à escolha do uso de uma metodologia de coleta de dados de forma censitária para alcançar toda a população e dar conta da enorme variação existente permitindo um melhor conhecimento da realidade socioeconômica e demográfica. Para tal, é necessário que o instrumento de coleta (questionário) utilizado para obter tais informações seja confiável.

Procedimentos de Coleta de Dados

Com o propósito de obter informações que descrevam a realidade da pesca artesanal de forma mais verossímil possível, o PEA Pescarte entrevistou, no período entre novembro de 2014 e janeiro de 2016, as famílias dos indivíduos envolvidos com a pesca artesanal em sete cidades da bacia de Campos (Arraial do Cabo, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Macaé, São Francisco do Itabapoana, São João da Barra e Quissamã).

Figura 1 – Municípios Recenseados



Fonte: PEA Pescarte



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

A equipe responsável pela coleta de dados, denominada de técnicos sociais, foi previamente treinada para mobilização e aplicação do instrumento.

Inicialmente, a equipe de técnicos sociais do projeto mapeou as residências e realizou esclarecimentos sobre a pesquisa. Posteriormente aplicou o questionário por meio de entrevista individual em local e horário de melhor conveniência dos entrevistados.

Ao fim da pesquisa, foram entrevistadas 3478 famílias envolvidas com a cadeia da pesca, sendo compostas por 10082 pessoas e identificados 4331 pescadores (Tabela 4).

Tabela 4 - Total populacional

Município de Estudo	Nº de famílias	Nº de pessoas	Nº de pescadores
Campos dos Goytacazes	586	1643	821
Macaé	302	841	327
São Francisco de Itabapoana	1020	3055	1353
São Joao da Barra	481	1272	531
Arraial do Cabo	391	1096	446
Cabo Frio	548	1738	665
Quissamã	150	437	188

Fonte: PEA Pescarte, 2018.

Características Sociodemográficas

A pesquisa permitiu traçar o perfil sociodemográfico das famílias de pescadores da bacia de Campos. Tais famílias são compostas de 54,1% de indivíduos do sexo masculino e 45,9% do sexo feminino (Figura 2). O software utilizado para análise é o IBM SPSS



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Figura 2 - Sexo do Respondente



Fonte: PEA Pescarte, 2016.

A tabela 5 mostra a disposição percentual da população, segundo sexo e faixa etária.



pescarte



FUNAC INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO



Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

UENF



PETROBRAS



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Tabela 5 - Faixa etária x Sexo

		Sexo		Total
		Masculino	Feminino	
Faixa etária	0 a 4 anos	2,8%	2,5%	5,3%
	5 a 9 anos	3,5%	3,3%	6,8%
	10 a 14 anos	3,4%	3,7%	7,2%
	15 a 19 anos	4,6%	4,5%	9,1%
	20 a 24 anos	4,3%	3,8%	8,1%
	25 a 29 anos	3,4%	3,2%	6,5%
	30 a 34 anos	3,7%	3,4%	7,0%
	35 a 39 anos	4,4%	3,3%	7,6%
	40 a 44 anos	4,2%	3,8%	8,0%
	45 a 49 anos	5,2%	3,9%	9,1%
	50 a 54 anos	4,8%	3,4%	8,2%
	55 a 59 anos	4,2%	2,6%	6,8%
	60 a 64 anos	2,7%	1,7%	4,5%
	65 a 69 anos	1,6%	1,2%	2,9%
	70 a 74 anos	0,9%	0,5%	1,3%
	75 a 79 anos	0,3%	0,4%	0,7%
	80 a 84 anos	0,2%	0,3%	0,4%
	85 a 89 anos	0,1%	0,1%	0,3%
	90 a 94 anos	0,0%	0,0%	0,1%
	95 a 99 anos	0,0%	0,0%	0,0%
	Acima de 99 anos	0,0%	0,0%	0,0%
	Total	54,3%	45,7%	100,0%

Fonte: PEA Pescarte, 2016.

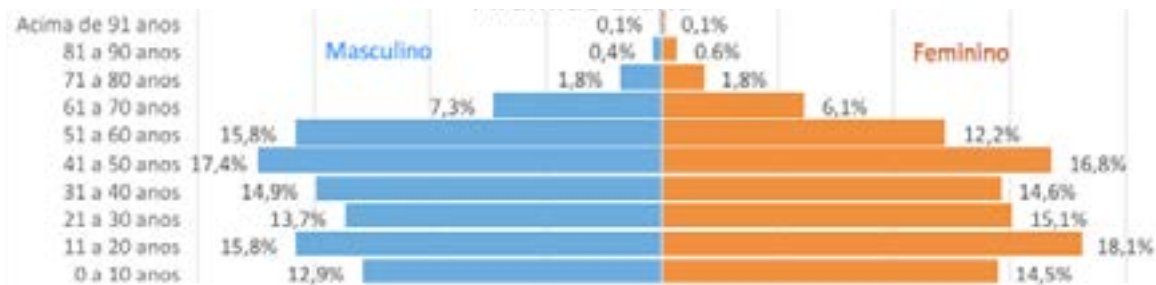
Analisando a pirâmide etária desta população (Figura 3), destaca-se



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

dentre os indivíduos do sexo masculino a faixa etária de 41 a 60 anos, e dentre os do sexo feminino a faixa de 41 a 50 anos. Ambos os sexos apresentam também um número expressivo de jovens (11 a 20 anos).

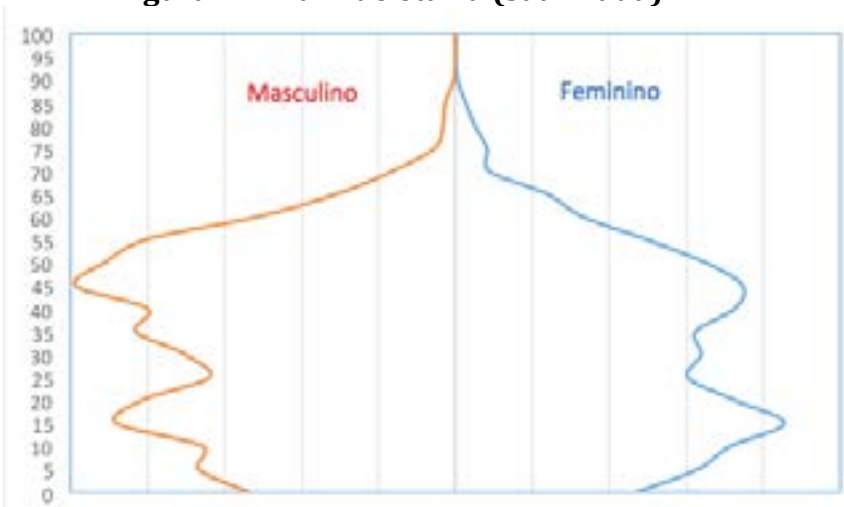
Figura 3 - Pirâmide etária



Fonte: PEA Pescarte, 2016.

A Figura 4 é a pirâmide etária com linhas suavizadas da população de indivíduos analisados (envolvidos com a cadeia da pesca), e a figura 5 é a pirâmide etária da população de Estado do Rio de Janeiro.

Figura 4- Pirâmide etária (suavizada)



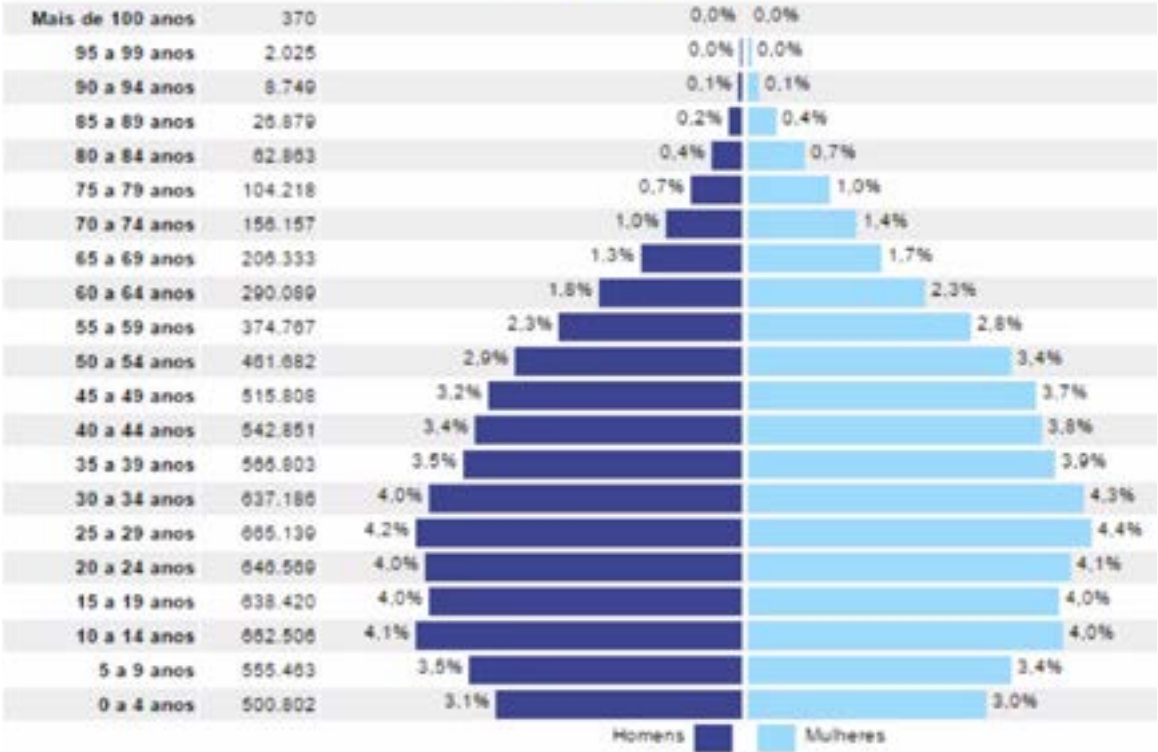
Fonte: PEA Pescarte, 2016.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Aparentemente, o formato da pirâmide acima (Figura 4) sugere alguma recuperação das classes etárias mais jovens, diferentemente da pirâmide abaixo (Figura 5).

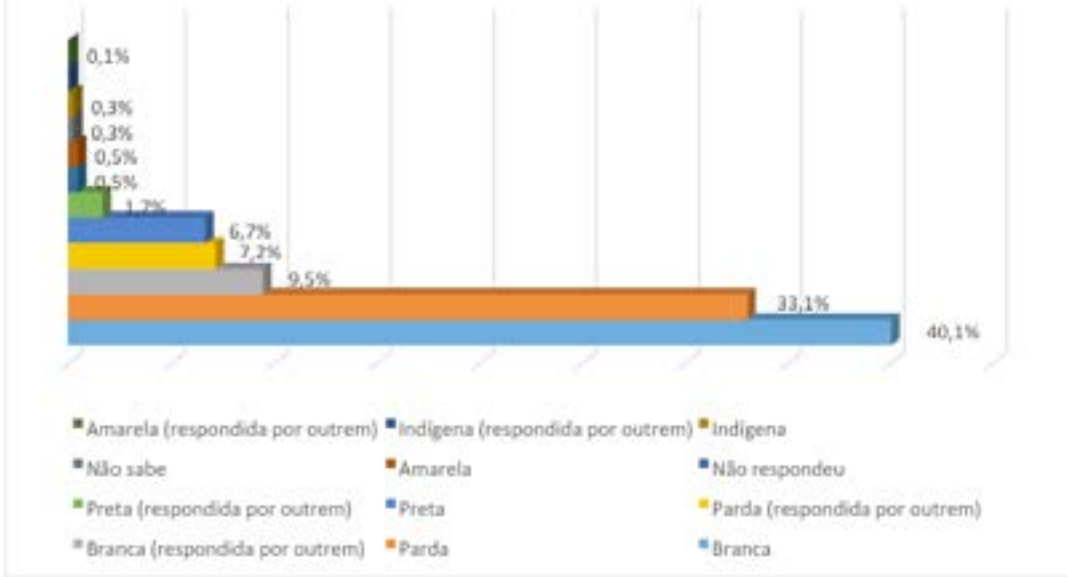
Figura 5 - Pirâmide etária do Estado do Rio de Janeiro
Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade
Rio de Janeiro - 2010



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010

Com relação à cor ou raça dos respondentes (Figura 6), os indivíduos que compõem as famílias dos pescadores responderam que 49,6% são brancos (respondente principal + respostas de outrem), 40,8% são pardos, 8,4% preta (respondente principal + respostas de outrem), seguidos de 0,6% amarela (respondente principal + respostas de outrem) e 0,4% indígenas (respondente principal + respostas de outrem).

Figura 6 - Cor ou raça



Fonte: PEA Pescarte, 2016.

Tabela 6 - Qual o último grau/ano/série em que foi aprovado?

	Porcentagem válida	Porcentagem acumulada
Ensino fundamental incompleto	52,4	52,4
Ensino médio completo	11,6	64,0
Ensino médio incompleto	8,7	72,7
Ensino fundamental completo	7,0	79,7
Nunca estudou e não sabe ler nem escrever	5,4	85,0
Não sabe	2,9	88,0
Pré-escola	2,8	90,8
Creche	2,4	93,2
Nunca estudou, mas sabe ler e escrever	1,7	94,9
Ensino superior incompleto	1,6	96,4
Ensino superior completo	1,6	98,0
outros	1,4	99,4
Não respondeu	,4	99,8
Pós-graduação	,2	100,0

Fonte: PEA Pescarte, 2016

Com relação à cor ou raça dos respondentes (Figura 6), os indivíduos que compõem as famílias dos pescadores responderam que 49,6% são brancos (respondente principal + respostas de outrem), 40,8% são pardos, 8,4% preta (respondente principal + respostas de outrem), seguidos de 0,6% amarela (respondente principal + respostas de outrem) e 0,4% indígenas (respondente principal + respostas de outrem).

Procedimentos de Análise de Dados

Para esta análise, as várias perguntas (itens) que compõem o questionário, foram divididas em 10(dez) blocos (dimensões ou construto) conforme tabela 7.

Tabela 7 – Dimensões do questionário

Dimensão	Itens relacionadas
1 - Caracterização familiar (CF)	Situação familiar e habitacional
2 - Avaliação de serviços públicos (ASP)	Habitação
	Energia
	Água
	Esgoto
3 - Classificação econômica (CE)	Posse e quantidade de bens
4 - Avaliação de serviços e equipamentos públicos (ASEP)	Saúde
	Educação
	Assistência social
	Cultura, lazer e entretenimento
	Meios de comunicação



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

5 - Trabalho e trajetória profissional (TTP)	Situação profissional
	Previdência social
	Dificuldades profissionais
6 - Caracterização da atividade pesqueira (CAP)	Arte de pesca
	Local de pesca
	Comercialização
	Rotina de trabalho
	Estrutura profissional
	Conflitos
7 - Capital social e laços fracos (CSLF)	Participação em instituições associativas
	Lideranças
8 - Gênero (G)	Mulheres que atuam na cadeia da pesca
9 - Educação ambiental (EA)	Mitigação/compensação de impacto ambiental
10 - Inquérito alimentar para pescadores (IAP)	Quantidade/frequência de alimentos consumidos

Fonte: PEA Pescarte - elaboração própria

A *caracterização familiar* permite descrever os dados sociodemográficos e alguns aspectos da estrutura e funcionamento familiar

Serviço Público é todo aquele prestado pela Administração pública ou por seus delegados, sob normas e controles estatais, para satisfazer necessidades essenciais ou secundárias da coletividade ou simples conveniência do Estado.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Classe econômica avalia a estratificação socioeconômica e de consumo baseada no critério de classificação econômica Brasil 2015 da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa – ABEP.

Considera-se *equipamentos públicos* as instalações e espaços de infraestrutura urbana destinadas aos serviços públicos de abastecimento d'água, esgotamento sanitário, coleta de águas pluviais, disposição e tratamento dos resíduos sólidos, transporte público, energia elétrica, rede telefônica, gás canalizado, educação, saúde, cultura, assistência social, esportes, lazer, segurança pública, abastecimento, serviços funerários e congêneres.

Trabalho pode ser considerado como o conjunto de atividades, produtivas ou criativas, que o homem exerce para atingir determinado fim. A trajetória profissional pode ser a objetiva (cargos ocupados, status) ou subjetiva (a maneira como o indivíduo vivenciou essas experiências) (DUBAR, 2005, 2006).

Caracterização da atividade pesqueira é a análise de todos os itens relacionados com o processo do setor pesqueiro, que permita entender as comunidades e o ambiente em que vivem desde a captura de pescado até tarefas diversas relacionadas com a pesca.

O *capital social* implica a sociabilidade de um grupo humano, com os aspectos que permitem a colaboração e o seu uso.

Gênero é a identidade social relacionada ao sexo (feminino) de grupo de indivíduos.

Educação ambiental é o desafio de se organizar ações que desenvolvam conhecimentos, habilidades e atitudes, para que diferentes grupos sociais afetados por empreendimentos percebam a escala e as consequências explícitas e implícitas dos riscos e danos socioambientais decorrentes destes empreendimentos no seu cotidiano e se habilitem a intervir, de modo qualificado, nos diversos momentos do processo de licenciamento ambiental, produzindo, inclusive, suas agendas de prioridades (IBAMA, 2012).

O *inquérito alimentar para pescadores* permite avaliar o grau de (in)segurança alimentar das famílias envolvidas com a pesca artesanal.

RESULTADOS

Com a finalidade de verificar o grau de confiabilidade do construto (tabela 1), para cada dimensão proposta, foi calculado o valor do coeficiente “alpha” de Cronbach (fórmula 6), obtendo os resultados a seguir (Tabela 8):



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Tabela 8 - Nível de confiabilidade das dimensões

Dimensão	Valor do Alpha de Cronbach	Nível de Confiabilidade
ASP	0,995	Muito alto
TTP	0,933	Muito alto
IAP	0,913	Muito alto
EA	0,825	Alto
CAP	0,811	Alto
G	0,765	Alto
CE	0,739	Moderado
CSLF	0,728	Moderado
CF	0,727	Moderado
ASEP	0,704	Moderado

Fonte: PEA Pescarte - elaboração própria

Observa-se que a dimensão que obteve a maior confiabilidade foi avaliação de serviços públicos (confiabilidade muito alta $\alpha=0,995$), e seus itens exprimem a disponibilidade de serviços básicos de abastecimento, saneamento e energia elétrica. A dimensão trabalho e trajetória profissional, com nível muito alto de confiabilidade, é o conjunto de informações que retratam o caminho profissional percorrido pelo indivíduo. A seguir, classificada também como confiabilidade muito alta (0,913), o inquérito alimentar para pescadores cujos itens são baseados na escala brasileira de segurança alimentar e avalia os graus de severidade com que o fenômeno (fome) é vivenciado pelas famílias de pescadores. A dimensão educação ambiental com nível alto de confiabilidade (0,825) avalia a abrangência e o grau de envolvimento da população com os projetos de educação ambiental.

A caracterização da atividade pesqueira obteve na análise um grau alto de confiabilidade ($\alpha = 0,811$), e seus itens descrevem a rotina do indivíduo ligado à pesca artesanal. A dimensão gênero, considerada como confiabilidade alta, avalia o grau de participação das mulheres nas decisões domésticas e associativas. A classificação econômica obteve um valor de confiabilidade de 0,739 (nível moderado), e seus itens baseiam-se no critério de classificação econômica Brasil para estimar o poder de compra das pessoas e famílias urbanas. A dimensão capital social e laços fracos, classificada como confiabilidade



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

moderada, avalia o grau de confiança dos indivíduos nas instituições representativas e naquelas que se relacionam direta e indiretamente com a pesca, o grau de confiança nas relações interpessoais, o grau de participação política do indivíduo e quantidade de redes formais e informais em que o indivíduo participa. A dimensão caracterização familiar foi considerada como confiabilidade moderada. A dimensão avaliação de serviços e equipamentos públicos mede a percepção da qualidade dos equipamentos públicos disponíveis, obteve na análise um nível moderado de confiabilidade.

CONCLUSÕES

Este capítulo avaliou a confiabilidade do questionário utilizado pelo projeto Pescarte para descrever o perfil da pesca artesanal na Bacia de Campos-RJ.

Questionário é um instrumento de pesquisa constituído por uma série de questões sobre determinado tema (VIEIRA, 2009). Os questionários devem possuir validade e confiabilidade. A validade se refere ao grau com que uma medida empírica reflete adequadamente o significado real do conceito considerado, já confiabilidade pode ser interpretada como o problema de determinada técnica, ao ser aplicada repentinamente a um objeto, produzir a cada vez, os mesmos resultados (BABBIE, 1999).

A validação do instrumento desta pesquisa foi feita por meio da realização de pré-teste, conduzido pela equipe de técnicos sociais e pela análise sistemática dos resultados pelo núcleo interdisciplinar de especialistas que compõem o grupo de pesquisadores do projeto Pescarte. Em relação à confiabilidade, utilizou-se o coeficiente alpha de cronbach, uma das técnicas estatísticas mais utilizadas para este fim.

No geral, os níveis de confiabilidade obtidos nas dimensões do instrumento de pesquisa, que variam de “moderado” a “Muito alto” indicam a qualidade das informações disponíveis na base de dados do projeto Pescarte. Logo é possível afirmar que o instrumento de coleta (questionário) mede as dimensões analisadas de forma consistente.

REFERÊNCIAS

AGENCIA NACIONAL DE PETROLEO. Anuário estatístico 2018. <http://www.anp.gov.br/dados-estatisticos>. Acesso: 12 de setembro de 2018.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

BABBIE, E. **Métodos de pesquisa de survey**. Tradução de Guilherme Cezarino. Editora UFMG. Belo Horizonte, 1999.

BLAND, J. M.; ALTMAN, D. G.. **Statistics notes: Cronbach's alpha**. British Medical Journal, v.314, n.7080, p. 572, 1997.

DUBAR, C. **Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos**. Revista Educação & Sociedade, 2006.

DUHACHEK, A., COUGHLAN, A. T., & IACOBUCCI, D. **Results on the standard error of the coefficient alpha index of reliability**. Marketing Science, 2005.

HAIR JUNIOR, F.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L.; BLACK, W. C. **Análise multivariada de dados**. Porto Alegre: Bookman, 2005. 600p

HORA, H. R. M.; MONTEIRO, G. T. R.; ARICA, J. **Confiabilidade em Questionários para Qualidade: Um estudo com o Coeficiente Alfa de Cronbach**. Produto & Produção, v.11, n.2, p.85-103, 2010.

HAYES, B. E. **Medindo a satisfação do cliente: desenvolvimento e uso de questionários**. Quality Mark, 228p. Rio de Janeiro, 1995.

FREITAS, A. L. P.; RODRIGUES, S. G. **A avaliação da confiabilidade de questionários: uma análise utilizando o coeficiente Alfa de Cronbach**. XII SIMPED, Bauru/SP, 2005. Disponível: http://www.simpep.feb.unesp.br/anais_simpep_aux.php?e=12 Acesso: 29 de outubro de 2015.

IBAMA - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Noticias**. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/publicadas/educacao-ambiental-ibama-edita-nova-norma-para-licenciamento>, Acesso:13 de fevereiro de 2016.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sinopse do censo demográfico 2010. Disponível em: http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=12#topo_piramide, Acesso em 24 de fevereiro de 2016.

MAROCO, J. GARCIA, M. T. **Qual a fiabilidade do alfa de Cronbach? Questões antigas e soluções modernas?** Instituto Superior de Psicologia Aplicada. Laboratório de Psicologia, v.4, n.1, p.65-90, 2006. <http://publicacoes.ispa.pt/index.php/lp/article/viewFile/763/706>, Acesso: 01 de janeiro de 2016.

STREINER, D. L. **Being inconsistent about consistency: when coefficient alpha does and doesn't matter**. Journal of Personality Assessment. v. 80, p. 217-222. 2003.

VIEIRA, SONIA. **Como elaborar questionários**. Editora atlas. São Paulo, 2009.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

QUESTIONÁRIO



pescarte



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Data de Preenchimento:

Hora de Início:

Hora de Término:

FORMA PS-CT1-001

REV4 - 21 de Agosto de 2015

Nº

Nome da Comunidade:

Identificação Socioeconômica / Características Demográficas

IS.1. Município do estado

(Preenchido pelo Entrevistador)

- ☐ Campos dos Goytacazes (1)
☐ Maciço (2)
☐ São Francisco do Itapicuru (3)
☐ São João do Rio (4)
☐ Araruama (5)
☐ Cabo Frio (6)
☐ Quissamã (7)



IS.11. Localidade/comunidade do estudo (Preenchido pelo Entrevistador)

- ☐ Figueira (1)
☐ Praia (2)
☐ Porto do Forno (3)
☐ Praia dos Anjos (4)
☐ Gamboa (5)
☐ Praia de Siqueira (6)
☐ Barra de Abaeté (7)
☐ Barra do Furado (8)
☐ Centro Quissamã (9)
☐ Caxias (10)
☐ Ribeira (11)
☐ Fard de São Tomé (12)
☐ Terminal Pesqueiro (13)
☐ Cunha Grande (14)
☐ Parque Pissarra (15)
☐ Lagoa do Vigário (16)
☐ Ponta Grossa dos Figueiras (17)
☐ Alameda (18)
☐ Aço (19)
☐ Cargos (20)
☐ Guaranhita (21)
☐ Barra de Itapicuru (22)
☐ Outros: _____

IS.2. Qual o seu nome? (o apelido se tiver, seguir o formato (Nome/Apelido))

IS.3. Qual o endereço de sua residência (colocar ponto de referência)?

IS.4. Por favor, não hesite anotar um número de telefone somente para que a supervisão da pesquisa possa confirmar a realização da entrevista. Por favor, qual o número de telefone para contato?

IS.8. Qual é o seu estado civil?

- ☐ Solteiro(a) (1)
☐ Casado(a) no civil e no religioso (2)
☐ Casado(a) só no civil (3)
☐ Casado(a) só no religioso (4)
☐ União consensual (5)
(vive junto sem ser casado(a))
☐ Desquitado(a)/divorciado(a)/separado(a) judicialmente (6)
☐ Separado(a) sem ser judicialmente (7)
☐ Viúvo (8)
☐ Outro, Especifique: (9) _____

IS.9. O(A) senhor(a) tem filho(s)?

☐ SIM ☒ Quantos? _____ ☐ NÃO

IS.10. O(A) senhor(a) tem religião/culto?

☐ SIM ☒ NÃO ☐ NÃO RESPONDE

IS.11. Qual a sua religião/culto?

- ☐ Evangélica (1)
☐ Umbanda (2)
☐ Católicas (3)
☐ Espiritismo Kardecista (4)
☐ Católica (5)
☐ Judaica (6)
☐ Budista (7)
☐ Acredita em Deus, mas não tem religião (8)
☐ É ateu não acredita em Deus e agnóstico (9)
☐ Outros, Especifique (10) _____

IS.12. Em que ESTADO o(a) Sr.(Sra.) nasceu?

IS.13. Em que CIDADE o(a) Sr.(Sra.) nasceu?

IS.14. Em qual CIDADE o Sr(a) passou mais tempo de sua vida até a idade de 15 anos?

IS.15. Há quanto tempo reside, sem interrupção, nesta LOCALIDADE?

ANOS _____ MESES _____

IS.16. Qual foi a principal razão que o (a) levou a permanecer ou mudar-se para esta localidade?

☐ Oportunidades de trabalho (1)
☐ Ficar com a família (2)
☐ Melhor Educação (3)
☐ Para tratar da saúde/bem-estar (4)
☐ Ser atraído a políticas públicas/programas sociais locais (5)
☐ Porque goste do local (6)
☐ Por falta de outras opções (7)
☐ Outros (8) Anotar: _____

IS.17. Onde o(a) Sr.(Sra.) morava há 5 anos atrás (em outubro de 2006)?

☐ Neste bairrô (1)
☐ Outro bairrô neste município. Qual? (2) _____
☐ Outro município? (3) _____
☐ Outro Estado? (4) _____

Bloco de Caracterização Familiar

Explicar para o entrevistado: Todos esses dados serão usados estatisticamente e os nomes não serão divulgados.

Então faça um bloco aqui, colocando um pouco sobre todas as pessoas que moram na sua casa e que compõem a sua família.

EX.1. Quantas pessoas moram em sua casa, incluindo o (a) Sr. (Sra.)?

Nome Completo	Qual é o grau parentesco de []?	Qual o sexo de []?	Qual a idade de []?	Qual a cor de []?	Qual o status parental em que foi aprovado?
CF.1.1	CF.1.1	CF.1.1	CF.1.4	CF.1.4	CF.1.6
CF.1.2	CF.1.2	CF.1.2	CF.1.4	CF.1.4	CF.1.6
CF.1.3	CF.1.2	CF.1.2	CF.1.4	CF.1.4	CF.1.6
CF.1.4	CF.1.2	CF.1.2	CF.1.4	CF.1.4	CF.1.6
CF.1.5	CF.1.2	CF.1.2	CF.1.4	CF.1.4	CF.1.6
CF.1.6	CF.1.2	CF.1.2	CF.1.4	CF.1.4	CF.1.6
CF.1.7	CF.1.2	CF.1.2	CF.1.4	CF.1.4	CF.1.6
CF.1.8	CF.1.2	CF.1.2	CF.1.4	CF.1.4	CF.1.6

Nome Completo	Atividade [] (resposta à questão 1)	[] ou algum outro profissionalmente? Qual?	[] ou algum outro profissionalmente? Qual?	[] possui ou não algum carro profissionalmente, qual?
CF.1.1	CF.1.1	CF.1.8	CF.1.8	CF.1.15
CF.1.2	CF.1.1	CF.1.8	CF.1.8	CF.1.15
CF.1.3	CF.1.1	CF.1.8	CF.1.8	CF.1.15
CF.1.4	CF.1.1	CF.1.8	CF.1.8	CF.1.15
CF.1.5	CF.1.1	CF.1.8	CF.1.8	CF.1.15
CF.1.6	CF.1.1	CF.1.8	CF.1.8	CF.1.15
CF.1.7	CF.1.1	CF.1.8	CF.1.8	CF.1.15
CF.1.8	CF.1.1	CF.1.8	CF.1.8	CF.1.15

Nome Completo	Qual a situação de [] no mercado de trabalho? (ver opções)	Qual a situação principal - ou - a profissão de []?	Qual o rendimento mensal de [] nesta ocupação principal?	[] possui ou não um veículo? Qual?	Qual é a renda mensal de [] nesta ocupação? R\$ (R\$ 100,00)
CF.1.1	CF.1.1	CF.1.1	CF.1.1	CF.1.1	CF.1.1
CF.1.2	CF.1.1	CF.1.1	CF.1.1	CF.1.1	CF.1.1
CF.1.3	CF.1.1	CF.1.1	CF.1.1	CF.1.1	CF.1.1
CF.1.4	CF.1.1	CF.1.1	CF.1.1	CF.1.1	CF.1.1
CF.1.5	CF.1.1	CF.1.1	CF.1.1	CF.1.1	CF.1.1
CF.1.6	CF.1.1	CF.1.1	CF.1.1	CF.1.1	CF.1.1
CF.1.7	CF.1.1	CF.1.1	CF.1.1	CF.1.1	CF.1.1
CF.1.8	CF.1.1	CF.1.1	CF.1.1	CF.1.1	CF.1.1

Legenda para CF.1.1 a CF.1.8 (Codificador, atenção, as questões 1.1 a 1.8 deverão ser acrescentadas de 1)

Pescador(a) (amarante) (1)	Gravador(a) (8)	Mantenedor(a) da produção de pesca (15)
Mestre (2)	Manequeiro(a) (9)	Pescador(a) estagiário temporariamente da atividade (16)
Catador(a) (3)	Descascador(a) (10)	Outro (17) Especifique: _____
Aquicultor(a) (4)	Filoteador(a) (11)	
Mantenedor(a) de barco (5)	Coxilheiro(a) de Barco de Pesca (12)	
Dono(a) de barco que não pesca (6)	Pescador(a) de Canoa (13)	
Dono de Barco e Pescador (7)	Abastecedor(a) (14)	

Núcleo Completo	☐ possui algum benefício social?	Valor total desses benefícios?	☐ possui alguma deficiência? Qual?	☐ tem algum problema de saúde? Qual?	Em qual unidade de saúde ☐ é atendido atualmente?
CF.1.1.	CF.1.1.1.	CF.1.1.2.	CF.1.1.3.	CF.1.1.4.	CF.1.1.5.
CF.1.2.	CF.1.2.1.	CF.1.2.2.	CF.1.2.3.	CF.1.2.4.	CF.1.2.5.
CF.1.3.	CF.1.3.1.	CF.1.3.2.	CF.1.3.3.	CF.1.3.4.	CF.1.3.5.
CF.1.4.	CF.1.4.1.	CF.1.4.2.	CF.1.4.3.	CF.1.4.4.	CF.1.4.5.
CF.1.5.	CF.1.5.1.	CF.1.5.2.	CF.1.5.3.	CF.1.5.4.	CF.1.5.5.
CF.1.6.	CF.1.6.1.	CF.1.6.2.	CF.1.6.3.	CF.1.6.4.	CF.1.6.5.
CF.1.7.	CF.1.7.1.	CF.1.7.2.	CF.1.7.3.	CF.1.7.4.	CF.1.7.5.
CF.1.8.	CF.1.8.1.	CF.1.8.2.	CF.1.8.3.	CF.1.8.4.	CF.1.8.5.

Agora me dê uma lista de atividades relacionadas à pesca. Por favor, indique para cada membro de sua família se ele(a) exercem ou não estas atividades:

Membro	Pesca	Verde	Outro	Frigorífico	Exatidão de Lenda	Pesca e Comércio	Artesanato	Manufatura	Servente	Alimentação	Outro	Membro	Pesca	Verde	Outro	Frigorífico	Exatidão de Lenda	Pesca e Comércio	Artesanato	Manufatura	Servente	Alimentação	Outro
CF.20.1	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	CF.20.6	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
CF.20.2	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	CF.20.7	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
CF.20.3	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	CF.20.8	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
CF.20.4	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	CF.20.9	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
CF.20.5	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	CF.20.10	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

Gostaria agora de falar um pouco sobre seus pais. Caso não se sinta confortável em dar as informações, por favor, diga a seu pai/pai para o próximo bloco.

CF.21. Por quem o (a) Sr. (Sra) foi criado(a)?

☐ Pais e mãe (1)
☐ Só mãe (2) **→ vá para CF.26**
☐ Só pai (3)
☐ Irmão(s) ou irmão(s) (4)
☐ Tio(s) (5)
☐ Avô(s) (6)
☐ Criado em abrigado(a) (7)
☐ Outro responsável: avó (8)

CF.22. Até que série/grau seu RESPONSÁVEL MASCULINO cursou a escola?

☐ Nunca estudou e não sabe ler (1)
☐ Nunca estudou mais sabe ler (2)
☐ Ensino fundamental incompleto (3)
☐ Ensino fundamental completo (4)
☐ Ensino médio incompleto (5)
☐ Ensino médio completo (6)
☐ Ensino superior incompleto (7)
☐ Ensino superior completo (8)
☐ Curso técnico (9)
☐ Tecnólogo (10)
☐ Especialização (11)
☐ Pós-graduação (12)

CF.23. Qual era o principal trabalho remunerado do seu RESPONSÁVEL MASCULINO quando o Sr./Sra tinha 15 anos? Marcar somente uma opção:

☐ Pescador (1) ☐ Peixeiro (8)
☐ Alvo (2) ☐ Detetista (9)
☐ Colador (3) ☐ Comerciante (10)
☐ Aguardador (4) ☐ Armeiro (11)
☐ Manutenção de barco (5) ☐ Outro (12): Especifique _____
☐ Manutenção de Petróleo de pesca (6) ☐ De era aposentado/pensionista (13)
☐ Dono do barco (6) ☐ Desempregado (14)
☐ Agricultor (7)

CF.24. Neste trabalho ele era? **Marque**

☐ Empregado (1) ☐ Outros: Especifique _____
☐ Autônomo (2)
☐ Empregador (3)

CF.25. Até que série/grau seu RESPONSÁVEL FEMININO cursou a escola?

☐ Nunca estudou e não sabe ler (1)
☐ Nunca estudou mais sabe ler (2)
☐ Ensino fundamental incompleto (3)
☐ Ensino fundamental completo (4)
☐ Ensino médio incompleto (5)
☐ Ensino médio completo (6)
☐ Ensino superior incompleto (7)
☐ Ensino superior completo (8)
☐ Curso técnico (9)
☐ Tecnólogo (10)
☐ Especialização (11)
☐ Pós-graduação (12)

CF.26. Qual era o principal trabalho do seu RESPONSÁVEL FEMININO quando o Sr./Sra tinha 15 anos? *Marcar somente uma opção:*

☐ Pescadora (1)	☐ Dona do barco (6)	☐ Artesã (11)	☐ Serviços relacionados à pesca: (lavadora, descascadora etc.) (15)
☐ Mestre (2)	☐ Agricultora (7)	☐ "Ela era aposentada" pensionista (13)	☐ Manutenção de petrechos de pesca (16)
☐ Catadora (3)	☐ Pedreira (8)	☐ Desempregada (14)	☐ Outro (17). Especifique: _____
☐ Aquicultora (4)	☐ Marisqueira (9)	☐ Do lar (18)	
☐ Manutenção de barco (5)	☐ Comerciante (10)		

CF.27. Neste trabalho ela era? *Marque as opções:*

☐ Empregada (1)	☐ Empregadora (3)
☐ Autônoma (2)	☐ Do lar (4)

CF.28. A quantas gerações sua família está na pesca?

☐ Pais (1)	☐ Bisavós (3)
☐ Avós (2)	☐ Trisavós (4)

Bloco Avaliação de Serviços Públicos (habitação, energia, água, esgoto)

É agora, gostaria de saber um pouco sobre as condições de sua habitação:

ASP.1. A sua casa é? *Marque as opções:*

☐ Alugada (1)	☐ Deida (4)
☐ Própria, não quitada (2)	☐ Compartilhada (5)
☐ Própria, quitada (3)	☐ Outro (6). Especifique: _____

ASP.2. Qual é o total de cômodos de sua casa, incluindo o banheiro? _____ **Cômodos**

ASP.3. Em sua casa, algum outro cômodo, além dos quartos é utilizado como dormitório? ☐ Sim ☐ Não

ASP.4. Qual outro cômodo, além dos quartos, é utilizado como dormitório?

☐ Cozinha (1)	☐ Banheiro (4)
☐ Sala (2)	☐ Copa (5)
☐ Varanda (3)	☐ Outros (6). Especifique: _____

ASP.5. Em sua casa tem água canalizada em pelo menos um cômodo? ☐ Sim ☐ Não

ASP.7. Além da principal, que outras formas de abastecimento de água são utilizadas em sua casa?

☐ Não tenho nenhuma outra forma de abastecimento (1)

☐ Poço (2)

☐ Nascente (3)

☐ Canto-pipa (4)

☐ Água da chuva armazenada em sistema (5)

☐ Água da chuva armazenada de outro modo (6)

☐ Cedido por vizinho (7)

☐ Rios, lagoas e igarapés (8)

☐ Rede geral de distribuição (9)

☐ Outra (10). Especifique: _____

ASP.6. De onde vem a principal fonte de água que abastece a sua casa? *Marque as opções:*

☐ Rede geral de distribuição (1)
☐ Poço (2)
☐ Nascente (3)
☐ Canto-pipa (4)
☐ Água da chuva armazenada em sistema (5)
☐ Água da chuva armazenada de outro modo (6)
☐ Cedido por vizinho (7)
☐ Rios, lagoas e igarapés (8)
☐ Outra (9). Especifique: _____

ASP.8. Com que frequência, geralmente, a água proveniente da rede geral está disponível em sua casa? *Marque as opções:*

☐ Todo tempo (1)
☐ Pelo menos uma vez ao dia (2)
☐ Alguns períodos do dia (3)
☐ De forma muito irregular (4)
☐ Não tenho acesso à rede geral (5)
☐ Falta em noventa (6)

ASP.9. Como é tratada a água utilizada para beber em sua casa? *Marque as opções:*

☐ Filtrada (1)
☐ Fervida (2)
☐ Mineral industrializada (3)
☐ Tratada de outra forma (4)
☐ Sem tratamento (5)

ASP.10. Quantos banheiros de uso exclusivo dos moradores existem em sua casa?

☐ 1 (1)	☐ 2 (2)	☐ 5 (5)
☐ 3 (3)	☐ 4 (4)	☐ Mais de 4 (6)

ASP.11. Qual o destino do esgoto da sua casa?

☐ Rede geral de esgoto (1)
☐ Fossa Sética (2)
☐ Fossa rudimentar (3)
☐ Esgoto a céu aberto / vala (4)
☐ Direto para Rio, Lago ou Mar (5)
☐ Outra (6). Especifique: _____

ASP.12. Qual o destino dado ao lixo da sua casa?

- ☐ Coletado diretamente por serviço de limpeza (1)
- ☐ Coletado em sacada de serviço de limpeza (2)
- ☐ É queimado (3)
- ☐ É enterrado (4)
- ☐ Jogado em terreno baldio ou lagoado (5)
- ☐ Jogado em rio, lago ou mar (6)
- ☐ Coleta seletiva (7)
- ☐ Outro (8) Especifique: _____

ASP.13. Qual a origem da rede elétrica utilizada em sua casa? *(Exclusivo)*

- ☐ Rede Geral (1)
- ☐ Outra origem (gerador, placa solar, eólica, etc) (2)
- ☐ Não tem energia elétrica (3)
- ☐ Não tem relógio (4)
- ☐ Compartilhada com vizinhos (5)

ASP.14. Agora vou ler uma lista de bens e gostaria de saber quais deles o (a) Sr. (Sra.) e as pessoas que moram nesta casa possui/ possuem e a quantidade de cada um deles. *(Se Apply)*

Item	QNT	Item	QNT
14.1 Carro		14.11 Videocassete, DVD ou Blu-ray	
14.2 Moto		14.12 Ar condicionado	
14.3 Geladeira com freezer		14.13 Computador	
14.4 Geladeira sem freezer		14.14 Fogão a gás	
14.5 Freezer		14.15 Forno micro-ondas	
14.6 Máquina de lavar / Tanquinho		14.16 Linha de telefone fixo	
14.7 Empregado(a) doméstico		14.17 Telefone celular	
14.8 Rádio AM/FM		14.18 Ventilador	
14.9 TV em cores		14.19 Lava-louça / Secadora de Roupas	

ASP.15. O(A) Sr. (Sra.) ou os membros da família acessam o internet em casa ou em algum outro lugar?

☐ Sim ☐ Não

ASP.16. Qual equipamento utiliza para acesso à internet? *(Multiple Escolha)*

☐ Computador
 ☐ Celular
 ☐ Tablet

ASP.17. Pensando na situação financeira da sua família, em geral hoje, comparando há 05 anos, ou seja em 2009, o(a) Sr. (Sra.) como que agora está. *(Se Apply)*

☐ Bem melhor (1)
 ☐ Do mesmo jeito (3)
 ☐ Muito pior (5)
 ☐ Um pouco melhor (2)
 ☐ Um pouco pior (4)

Bloco Avaliação de Serviços e Equipamentos Públicos (saúde, educação, assistência social, cultura, comunicação)

Agora vamos falar um pouco sobre os equipamentos e serviços de saúde, educação, assistência social, cultura e lazer, segurança existentes em sua localidade. Neste bloco vamos verificar a sua opinião sobre esses serviços e se você os utilizou nos últimos 12 meses.

ASER.1. **SAÚDE** **ASER.1.1.** Avaliando os equipamentos de saúde (Exemplos: Posto de Saúde, Hospital Público, Família Municipal, Ambulatório de seu município) numa escala de 0 a 10, onde 0 é péssimo e 10 é ótimo, qual nota você daria para esses equipamentos:

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

ASER.1.2. Já teve alguma doença que o Sr./a Sra. considera estar relacionada à sua atividade de trabalho na pesca?

☐ Sim ☐ Não

ASER.1.3. Das doenças abaixo qual o Sr./a Sra. considera a mais grave?

- ☐ Hipertensão (1)
- ☐ Diabetes (2)
- ☐ Infecções gastrointestinais (3)
- ☐ Problemas de saúde (Pneumia e contusão) (4)
- ☐ Varíola, eritema, hantavírus, sarampo (5)
- ☐ Lesões causadas por esforço repetitivo (6)
- ☐ Problemas oftálmicos decorrentes da frequente exposição ao sol (7)

- ☐ Problemas respiratórios (8)
- ☐ Micoses (9)
- ☐ Câncer de pele (10)
- ☐ Descolamento das artérias (decorrente do fortalecimento do músculo) (11)
- ☐ Dengue
- ☐ Sarampo

☐ Outros (12) *Especifique:* _____

Mortalidade

ASER.1.4. Nos 12 meses anteriores, faleceu alguma pessoa que morava neste domicílio?

☐ Sim ☐ Não

Nome	Mãe e ano de Nascimento	Ano	Idade ao falecer	Causa da Morte
ASEP1.5.1	ASEP1.5.2	ASEP1.5.3 (M) (F)	ASEP1.5.4	ASEP1.5.5
ASEP1.6.1	ASEP1.6.2	ASEP1.6.3 (M) (F)	ASEP1.6.4	ASEP1.6.5
ASEP1.7.1	ASEP1.7.2	ASEP1.7.3 (M) (F)	ASEP1.7.4	ASEP1.7.5
ASEP1.8.1	ASEP1.8.2	ASEP1.8.3 (M) (F)	ASEP1.8.4	ASEP1.8.5
ASEP1.9.1	ASEP1.9.2	ASEP1.9.3 (M) (F)	ASEP1.9.4	ASEP1.9.5

Em relação as mulheres desse domicílio, quais delas já tiveram filhos?

Nome da Mãe	Idade da Mãe	Nº total filhos vivos nascidos vivos (parturição)	Nº de Nascimento: vivos nascidos nos últimos 12 meses
ASEP1.10.1	ASEP1.10.2	ASEP1.10.3	ASEP1.10.4
ASEP1.11.1	ASEP1.11.2	ASEP1.11.3	ASEP1.11.4
ASEP1.12.1	ASEP1.12.2	ASEP1.12.3	ASEP1.12.4
ASEP1.13.1	ASEP1.13.2	ASEP1.13.3	ASEP1.13.4
ASEP1.14.1	ASEP1.14.2	ASEP1.14.3	ASEP1.14.4

ASEP.2 ➡ EDUCAÇÃO

ASEP.2.1. Avaliando os equipamentos de educação (Exemplos: Creche, Escola de Ensino Fundamental, Escola de Ensino Médio, Escola de Ensino Técnico, Faculdade, Universidade) de seu município numa escala de 0 a 10, onde 0 é péssimo e 10 é ótimo, qual nota você daria para esses equipamentos?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

ASEP.3 ➡ ASSISTÊNCIA SOCIAL

ASEP.3.1. Avaliando os equipamentos de assistência social (COMAS, CREAS e Secretaria de Assistência e Família) de seu município numa escala de 0 a 10, onde 0 é péssimo e 10 é ótimo, qual nota você daria para esses equipamentos?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

ASEP.4 ➡ CULTURA, LAZER E ENTRETENIMENTO

ASEP.4.1. Avaliando os equipamentos de cultura, lazer e entretenimento (Praça, Quadras de Esportes, Campos de Futebol, Clubes, Prazer, Teatro, Cinema, Biblioteca Pública, Feira de Artesanato, Museu, Casa de Cultura, Bares, Estádio) de seu município numa escala de 0 a 10, onde 0 é péssimo e 10 é ótimo, qual nota você daria para esses equipamentos?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

ASEP.5 ➡ MEIOS DE COMUNICAÇÃO

ASEP.5.1. Avaliando os equipamentos de comunicação (Sinal de TV, Sinal de Rádio, Sinal de Celular, Telefone Fixo, Agência de Correio, Sinal de Internet) de seu município numa escala de 0 a 10, onde 0 é péssimo e 10 é ótimo, qual nota você daria para esses equipamentos?

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Bloco Trabalho e Trajetória Profissional

TTP.1. Por que você se tornou? (Opcional Principal)

☐ Trabalho familiar (1) ☐ Ajuda e família (6)

☐ Não sabe fazer outra coisa (2) ☐ Falta de outra empresa (7)

☐ Porque gostei (3) ☐ Outros (8). Especifique:

☐ Sem rendimento (4) ☐ Outra (9). Especifique:

☐ Porque estudei (5)

TTP.2. Por que você se tornou? (Opcional Secundária)

☐ Trabalho familiar (1) ☐ Ajuda e família (6)

☐ Não sabe fazer outra coisa (2) ☐ Falta de outra empresa (7)

☐ Porque gostei (3) ☐ Complementar a renda (8)

☐ Sem rendimento (4) ☐ Outros (9). Especifique:

☐ Porque estudei (5)

TTP.1.1. Com que idade o(a) Sr. (Sra.) começou a trabalhar nessa atividade?

TTP.1.2. Há quanto tempo o Sr. (Sra.) exerce essa atividade, em anos completos?

TTP.2.1. Com que idade o(a) Sr. (Sra.) começou a trabalhar nessa atividade?

TTP.2.2. Há quanto tempo o Sr. (Sra.) exerce essa atividade, em anos completos?

TTP.3. Nas embarcações em que o (a) Sr. (Sra.) trabalha ou já trabalhou, qual foi a relação de trabalho, mais frequente? (Seu opçoes)

☐ Acordo paritárivicamaradagem (Partes) (1) ☐ Salário sem carteira assinada (4)

☐ Sociedade (2) ☐ Por produção (5)

☐ Salário com carteira assinada (3) ☐ Pesca assente (6)

☐ Outros (7). Especifique:

TTP.4. O senhor tem conta em banco? (Comente ou Posse)

☐ Sim ☐ Não

TTP.5. Quais documento(s) relacionado(s) à atividade pesqueira o(a) Sr.(Sra.) possui? *(Múltipla Escolha)*

☐ Carteira de pescador profissional (capitania dos portos) (1) ☐ Não possui nenhum documento (4)

☐ Registro geral de pesca (RGF - carteira da colônia) (2) ☐ Algum outro (5) Especifique: _____

☐ Registro da embarcação (3)

TTP.6. O(a) Sr. (Sra.) contribui para a previdência social (INSS)? ☐ Sim ☐ Não

TTP.7. O(a) Sr. (Sra.) já contribuiu, em outro tempo, para a previdência social (INSS)? ☐ Sim ☐ Não

TTP.8. Qual é a modalidade de sua contribuição? *Se respondido*

☐ Autônomo (1)

☐ Assalariado com carteira assinada (2)

☐ Assalariado sem carteira assinada (3)

☐ Empregador (proprietário do barco) (4)

☐ Segurado especial (5)

☐ Outros: (6) Especifique: _____

TTP.9. Por que o(a) Sr. (Sra.) parou de contribuir?

☐ Não tinha condições financeiras muito caras (1)

☐ Contribuiu como empregado com carteira assinada (2)

☐ Perdeu o período de contribuição (3)

☐ Não viu necessidade em continuar contribuindo (4)

TTP.10. Em algum momento da sua vida, o(a) Sr. (Sra.) deixou de ser pescador(a)? ☐ Sim ☐ Não

TTP.11. Por que o(a) Sr. (Sra.) deixou de ser pescador(a)? *Anotar:* _____

TTP.12. Por quanto tempo o(a) Sr. (Sra.) permaneceu fora da pesca na última vez que o(a) Sr. (Sra.) saiu? *Anotar:* _____

TTP.13. Qual a ocupação o(a) Sr.(Sra.) exerceu nesse período em que permaneceu fora da pesca? *Anotar:* _____

TTP.14. O(a) Sr.(Sra.) tem intenção de permanecer na profissão de pescador(a) artesanal? ☐ Sim ☐ Não

Em dúvida (3)

TTP.15. Qual o principal motivo do Sr. (Sra.) permanecer na profissão de pescador(a) artesanal?

☐ Independência (não ter patrão) (1)

☐ Liberdade de horários (2)

☐ É uma atividade lucrativa (3)

☐ Trabalhar com familiares/amigos (4)

☐ Tradição familiar (5)

☐ Porque gosta da profissão (6)

☐ Porque só sei ser pescador (7)

☐ Contato com a natureza (8)

☐ Outra (8) Especifique: _____

TTP.16. Por que o(a) Sr. (Sra.) não tem a intenção de permanecer na profissão de pescador(a) artesanal?

☐ Atualmente não é uma boa atividade econômica (1)

☐ Não proporciona um futuro melhor aos filhos (2)

☐ Atividade desgastante (3)

☐ Sem rendimento certo (4)

☐ Profissão de risco (5)

☐ Outros (6) Especifique: _____

TTP.17. Em sua opinião, qual é o principal dificuldade para a atividade pesqueira?

☐ Poluição das águas (1)

☐ Falta de organização dos pescadores (2)

☐ Concorrência da pesca industrial (3)

☐ Falta de fiscalização ambiental (4)

☐ Excesso de fiscalização ambiental (5)

☐ Aumento do número de pescadores (6)

☐ Inadequação do período do defeso (7)

☐ Falta de capacitação (8)

☐ Desrespeito a legislação ambiental (9)

☐ É uma atividade custosa (dificuldade financeira) (10)

☐ Diminuição da quantidade de pescado (11)

☐ Outros (12) Especifique: _____

TTP.18. O(a) Sr.(Sra.) gostaria que seus/seus filhos (as) trabalhassem na pesca? ☐ Sim ☐ Não

TTP.19. Por que o senhor gostaria que seus (suas) filhos(as) trabalhassem na pesca?

☐ Contato com a natureza (1)

☐ Independência (não ter patrão) (2)

☐ Liberdade de horários (3)

☐ É uma atividade lucrativa (4)

☐ Trabalhar com familiares/amigos (5)

☐ Outros: Especifique: _____

TTP.20. Por que o senhor não gostaria que seus (suas) filhos(as) trabalhassem na pesca? (principal razão)

☐ Atualmente não é uma boa atividade econômica (1)

☐ Deseja futuro melhor aos filhos (2)

☐ Atividade desgastante (3)

☐ Sem rendimento certo (4)

☐ Profissão de risco (5)

☐ Outros: Especifique: _____

TTP21. O(a) Sr.(Sra.) tem ou teve contato com a pesca industrial?

TTP22. Qual é o tipo de contato que o(a) Sr.(Sra.) tem ou teve com a pesca industrial?

TTP23. O(a) Sr.(Sra.) gostaria de trabalhar (ou voltar a trabalhar) com a pesca industrial?

TTP24. Por que o(a) Sr. (Sra.) não tem interesse em trabalhar com a pesca industrial?

TTP25. Por que o(a) Sr. (Sra.) tem interesse em trabalhar com a pesca industrial?

TTP26. O(a) Sr.(Sra.) recebe seguro deleso?

TTP27. Para qual espécie?

TTP28. Durante o período do deleso o (a) Sr. (Sra.) pratica alguma outra atividade?

TTP29. Qual outra atividade o (a) Sr. (Sra.) realiza durante o período do deleso?

TTP30. Onde o(a) Sr. (Sra.) realiza essa atividade? (Se não se aplica)

TTP31. No trabalho que tipo de ajuda o Sr. (Sra.) recebe para realizar a pesca?

TTP32. Quem fornece esta ajuda?

TTP33. Qual o nome do programa/política do governo?

Caracterização da Atividade Pesqueira

CAP.1. Qual a principal arte de pesca que o(a) Sr. (Sra.) utiliza?

Por favor, indicar apenas uma espécie que utilize mais de uma equipamento.

CAP.2. O(a) Sr.(Sra.) utiliza a arte de pesca?

CAP.3. Quais outras arte de pesca o(a) Sr.(Sra.) utiliza? *exemplo:*

- ☐ Rede de emalhar Fava (1)
- ☐ Rede de emalhar à deriva (2)
- ☐ Rede de arrasto (3)
- ☐ Cerco (4)
- ☐ Linha de mão (5)
- ☐ Espinhal (6)
- ☐ Armadilha (7)
- ☐ Cação Manual (8)
- ☐ Pargueiro (9)
- ☐ Zigueiro (10)
- ☐ Corco (11)
- ☐ Tanala (12)
- ☐ Outros: (3) Especifique: _____

CAP.4. De onde normalmente o(a) Sr.(Sra.) sai para pescar?

CAP.5. Onde o(a) Sr.(Sra.) normalmente desembarca o pescado (em qual comunidade? município)?

CAP.6. O(a) Sr.(Sra.) pesca sempre no mesmo barco sempre?

CAP.7. O(a) Sr.(Sra.) pesca:

- ☐ Individualmente (1)
- ☐ Coletivamente (2)

CAP.8. Com quantas pessoas, na maioria das vezes, o(a) Sr.(Sra.) pesca no mesmo barco?

CAP.9. O(a) Sr.(Sra.) pesca sempre com o mesmo grupo de pessoas?

CAP.10. Quanto você recebe em dinheiro na sua última saída?

CAP.10.1. Qual foi a espécie (esp. de animal mar. pescado)?

CAP.11. O(a) Sr.(Sra.) poderia dizer, aproximadamente, o quanto aquele valor equivale em quilos desse pescado?

CAP.12. O(a) Sr.(Sra.) pesca todos os meses do ano?

CAP.13. Em qual período do ano o(a) Sr.(Sra.) não pesca? (indicar os meses que não pesca).

CAP.14. Por que o(a) Sr.(Sra.) deixa de pescar nesse período?

- ☐ Pelas condições do mar (bravateira) (1)
- ☐ Devido à baixa quantidade de pescado (2)
- ☐ Porque exerce outras atividades mais lucrativas (3)
- ☐ Verão
- ☐ Inverno
- ☐ Defeito Marinho (camarão, sardinha, etc.)
- ☐ Defeito Continental (Água doce, piracema)
- ☐ Outros (5) Especifique: _____

As pessoas nos informaram que a pesca apresenta diferença entre Verão e Inverno. Gostaríamos agora de falar sobre sua rotina de trabalho na pesca durante o ano.

CAP.15. Por favor, o(a) Sr.(Sra.) poderia nos dizer qual é a sua rotina de trabalho na pesca no período de verão? Com isso queremos saber se o(a) Sr.(Sra.) pesca todos os dias, indo e vindo do marlagão, ou se pesca por vários dias no mar, sem retorno à terra.

CAP.16. Nessa sua rotina de trabalho na pesca (no verão), com que frequência o(a) Sr.(Sra.) o faz?

- ☐ Todos os dias (incluindo sábado e domingo) (1)
- ☐ Um dia (2)
- ☐ Dois dias por semana (3)
- ☐ Três dias por semana (4)
- ☐ Quatro dias por semana (5)
- ☐ Cinco dias por semana (6)
- ☐ Nenhum dia (7)

CAP.17. Em relação à sua rotina de trabalho (no verão) quanto tempo, em dias, o(a) Sr.(Sra.) ficou no mar?

CAP.18. Em relação à sua permanência longa no mar (no verão), quantas vezes o(a) Sr.(Sra.) o faz no mês?

CAP.19. Por favor, agora o senhor(a) poderia nos dizer qual é a sua rotina de trabalho na pesca no inverno? Com isso queremos saber se o(a) Sr.(Sra.) pesca todos os dias, indo e vindo do mar, ou se pesca por vários dias no mar, sem retorno à terra.

CAP.20. Nessa sua rotina de trabalho na pesca (no inverno), com que frequência o(a) Sr.(Sra.) o faz?

- ☐ Todos os dias (incluindo sábado e domingo) (1)
- ☐ Um dia (2)
- ☐ Dois dias por semana (3)
- ☐ Três dias por semana (4)
- ☐ Quatro dias por semana (5)
- ☐ Cinco dias por semana (6)
- ☐ Nenhum dia (7)

CAP.21. Em relação à sua rotina de trabalho (no inverno) quanto tempo, em dias, o(a) Sr.(Sra.) ficou no mar?

CAP.22. Em relação à sua permanência longa no mar (no inverno), quantas vezes o(a) Sr.(Sra.) o faz no mês?

CAP.23. Como o(a) Sr.(Sra.) armazena o pescado no seu barco?

☐ Isopor/Caixa Térmica (1) ☐ Não Armazena/Vende direto (4)

☐ Caixa de Gelo (2) ☐ Outros (5) **Especifique:** _____

☐ Uma Porção (3)

Gostaríamos agora de conversar sobre as formas de comercialização do pescado e de custo da pesca.

CAP.24. Para quem o(a) Sr.(Sra.) prefere comercializar a sua produção? *Marque*

☐ Empresa de beneficiamento (1) ☐ Venda direta ao consumidor local (5) ☐ Feiras (9)

☐ Atravesador (2) ☐ Mercado municipal (6) ☐ Qualquer comprador em potencial (10)

☐ Leiteiro (3) ☐ Feira livre (7) ☐ Outros (11) **Especifique:** _____

☐ Pousada (4)

☐ Restaurante/bar (8)

CAP.25. Quando o(a) Sr.(Sra.) vai para pescar já vai com a venda do pescado acertado previamente?

☐ Sim (S) ☐ Não (N)

CAP.26. Como é feito o acordo da venda do pescado? *Marque as opções*

☐ Com adiantamento de recursos para a pesca (combustível, alimento, gelo) (1)

☐ Com adiantamento de parte da venda em dinheiro (2)

☐ Com crédito no mercado local para abastecimento (3)

☐ Com a definição do preço do pescado (4)

☐ Uma quantidade e preço fixo, o restante é negociado na hora (5)

CAP.27. Com quem é feito o acordo da venda do pescado?

☐ Com o atravessador (1) ☐ Comerciantes locais (gelo, isca, etc.) (3)

☐ Com donos de outros barcos (2) ☐ Irmão terceiro (desconhecido) (4)

CAP.28. Em que quantidade? *Marque as opções*

☐ Quantidade fixa (o comprador pede uma quantidade em quilos e compra somente essa quantidade) (1)

☐ Toda a produção, independente da quantidade pescada (2)

CAP.29. Quando o preço e as formas de pagamento oferecidos pelo seu pescado não atendem às suas expectativas, o que o(a) Sr.(Sra.) faz?

☐ Não vende mais (1)

☐ Negocia com os compradores (2)

☐ Procura outro comprador (3)

☐ Quarta o pescado para vender mais caro (4)

☐ Não vende (5)

☐ Outro (6) **Especifique:** _____

CAP.30. O(a) Sr. Sra. costuma realizar compras de alimentos, medicamentos, gelo ou outros produtos a crédito ou seja, fiado, no comércio local?

☐ Sim (S) ☐ Não (N)

CAP.31. Quando o(a) Sr. (Sra.) não consegue crédito com o comércio local, a quem o(a) Sr. (Sra.) recorre?

☐ Atravesador (1)

☐ Pessoas com quem pesca (2)

☐ Amigos (3)

☐ Vizinhos (4)

☐ Família (5)

☐ Instituições Financeiras de Empréstimo (BAG, BCN) (6)

☐ Agiota (7)

☐ Outros (8) **Especificar:** _____

CAP.32. O(a) Sr.(Sra.) diria que sua renda é suficiente para suprir todas as necessidades durante um mês?

☐ Sim (S) ☐ Não (N)

CAP.33. Nesse caso, qual a renda que o(a) Sr.(Sra.) considera necessária para que um pescador possa viver somente da pesca?

Renda: _____

CAP.34. Se o(a) Sr.(Sra.) tivesse essa renda com a atividade de pesca, o senhor se manteria somente como pescador(a)?

☐ Sim (S) ☐ Não (N)

CAP.35. Se o(a) Sr.(Sra.) tivesse essa renda com a atividade da pesca gostaria que seu(sua) filho(a) viesse a ser um(a) pescador(a)?

☐ Sim (S) ☐ Não (N)

CAP.36. Se houvesse uma cooperativa/associação/pequena empresa/união produtiva na sua comunidade administrada pelos pescadores locais e a universidade o Sr.(Sra.) daria preferência na venda de seu pescado para ela?

☐ Sim (S) ☐ Não (N)

CAP37. Se o Sr.(Sra.) total convidado a fazer parte desta cooperativa/associação/pequena empresa/entidade produtiva o(a) Sr.(Sra.) aceitaria?

☒ Sim ☐ Não sabe responder agora (2) ☐ Não

CAP38. Por que o(a) Sr.(Sra.) gostaria de fazer parte desta cooperativa/associação/pequena empresa/entidade produtiva?

☐ Porque permite a organização dos trabalhadores (1)
☐ Garante os custos de produção (2)
☐ Garante o aumento da renda (3)
☐ Facilita o acesso a linhas de créditos (4)
☐ Facilita o acesso ao mercado (5)
☐ Garante a competitividade no mercado (6)
☐ Evitaria a venda para o(a) intermediador(a) (7)
☐ Outros (7). **Especifique:** _____

CAP39. Por que o(a) Sr.(Sra.) não gostaria de fazer parte desta cooperativa/associação/pequena empresa/entidade produtiva?

☐ Porque cooperativa/associação/indústria geram conflitos (1)
☐ Porque desconhece o papel de uma cooperativa/associação/indústria (2)
☐ Porque não gosta de desenvolver trabalho coletivo (3)
☐ Prefere manter sua autonomia/independência (4)
☐ Porque não vê benefícios em se associar numa cooperativa/associação/pequena empresa/entidade produtiva (5)
☐ Outros (5). **Especifique:** _____

CAP40. O Sr. ou Sra. gostaria que seu filho(a) participasse desta cooperativa/associação/pequena empresa/entidade produtiva?

☒ Sim ☐ Não

CAP41. Em relação a cooperativa/associação/pequena empresa/entidade produtiva que tipo de projeto o Sr. (Sra.) teria mais interesse: de produção ou de beneficiamento?

☐ Produção (reprocessamento, aquicultura, tanque rede)
☐ Beneficiamento (fritar, frito, congelamento, fabricação de rações)

CAP43. O que o(a) Sr.(Sra.) considera necessário, em termos de infraestrutura, para melhorar a realização da pesca em sua comunidade?

☐ Flutuação da barragem de barragem (1)
☐ Local de armazenamento do combustível (2)
☐ Cais/traiçoeiro (3)
☐ Estrutura de beneficiamento do pescado (4)
☐ Armazenamento do pescado (5)
☐ Loja de material de pesca (6)
☐ Fábrica de gelo (7)
☐ Transporte/recolhimento (8)
☐ Diminuição do preço do combustível (9)
☐ Reconstituição de mata ciliar (10)
☐ Repovoamento de espécies (11)
☐ Fato de água nos reservatórios (Dêbito Aquifero em Lagos e Rio) (12)
☐ Outros (10). **Especifique:** _____

CAP44. Por favor, o senhor poderia me indicar o que poderia ser feito de mais importante para o desenvolvimento da atividade da pesca artesanal em sua região?

☐ Políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da pesca (1)
☐ Áreas exclusivas para pesca artesanal (2)
☐ Controle à pesca predatória (3)
☐ Criação de cooperativas (4)
☐ Financiamento para compra equipamentos e manutenção de embarcações (5)
☐ Abertura da boca da barra (6)
☐ Implementação de políticas ambientais (7)
☐ Criação de Mercado de Pesca (8)
☐ Ovas (9). **Especifique:** _____

CAP45. Neste momento, eu gostaria de conversar sobre a embarcação que o(a) Sr.(Sra.) trabalha com maior frequência ou é proprietário:

CAP45.1 Qual o nome da embarcação? _____

CAP45.2 Qual o nome do proprietário da embarcação? _____

CAP45.3 Em que município a embarcação está registrada?

☐ Anápolis do Cabo ☐ São Francisco do ☐ Macaé
☐ Cabo Frio ☐ Itaboraí ☐ Guapimirim
☐ Campos dos ☐ São João del ☐ Itaúna
☐ Goytacases ☐ Barra

CAP45.4 Qual o registro da embarcação por espécie?

CAP45.5 Qual é a capacidade de carga de pescado?

_____ KG

CAP45.6 Possui catamarã? ☒ Sim ☐ Não

CAP45.7 Qual o comprimento total da embarcação? (unidade metros)

☐ Pequeno – menor ou igual a 6m (1)
☐ Médio – maior que 6 a 12 m (2)
☐ Grande – maior que 12 (3)

CAP45.8 Seu barco tem motor?

☒ Sim ☐ Não

CAP45.9 Qual o material do casco?

☐ Madeira (1)
☐ Alumínio (2)
☐ Aço (3)
☐ Fibra (4)
☐ Outros (5). **Especifique:** _____

CAP45.10 Qual a localização do motor?

☐ Centro (1)
☐ Póster (2)
☐ Póster (3)

CAP45.11 Qual a localização do motor?

☐ Centro (1)
☐ Póster (2)
☐ Póster (3)

CAP45.12 Qual o tipo de combustível usado?

CAP45.13 Equipamentos eletrônicos

☐ Rádio (1)
☐ GPS (2)
☐ Sonar (3)
☐ Telemetria (4)
☐ Não tem nenhum (5)
☐ Outros (6). **Especifique:** _____

CAP45.14 Qual a motorização da embarcação?

(6) Descreva o modelo do HP (potência, marca e cilindros)

Potência (HP): _____
 Marca do motor: _____
 Nº de cilindros: _____

CAP46.0 O senhor participa das despesas da área de pesca? **CAP46** Com quanto o(a) Sr. (Sra.) participa das despesas totais da área de pesca? R\$ _____

CAP46.1 Com quanto o(a) Sr. (Sra.) participa das despesas com gás? (em dinheiro) R\$ _____

CAP46.2 Com quanto o(a) Sr. (Sra.) participa das despesas com combustíveis? (em dinheiro) R\$ _____

CAP46.3 Com quanto o(a) Sr. (Sra.) participa das despesas com luz? R\$ _____

CAP46.4 Com quanto o(a) Sr. (Sra.) participa das despesas com alimentação? R\$ _____

CAP46.5 Com quanto o(a) Sr. (Sra.) participa das despesas com aquisição com petrechos de pesca? R\$ _____

CAP47. Normalmente, quem realiza a manutenção da embarcação? _____

CAP48. Normalmente, quem realiza a manutenção dos petrechos de pesca? _____

CAP47.1 Normalmente, onde é realizada a manutenção da embarcação? *Sur as opções*
☐ No próprio município (1)
☐ Em outro município (2) **Especifique:** _____

CAP48.1 Normalmente, onde é realizada a manutenção dos petrechos de pesca? *Sur as opções*
☐ No próprio município (1)
☐ Em outro município (2) **Especifique:** _____

CAP49. Normalmente, como é realizado o abastecimento de combustível de barco no qual o Sr.(Sra.) trabalha? *Sur as opções*
☐ No próprio município (1)
☐ Em outro município (2) **Especifique:** _____

CAP50. Sobre a utilização de rádio de comunicação, qual o(a) Sr.(Sra.) utiliza? ☐ Não utiliza (4)
☐ Rádio particular/comunidade (1)
☐ Rádio da colônia (2)
☐ Rádio da prefeitura (3)
☐ Outros (5) **Especifique:** _____

CAP51. Nesta localidade, há fiscalização da atividade de pesca? ☐ Sim ☐ Não

CAP52. Quais são os órgãos que realizam essa fiscalização? *Sur as opções*
☐ Prefeitura (1)
☐ INEA (2)
☐ Polícia ambiental (3)
☐ Polícia federal (4)
☐ Capitania dos portos (5)
☐ IBAMA (6)
☐ Outro (7) **Especifique:** _____

CAP53. Existem conflitos entre os pescadores e esses órgãos fiscalizadores? ☐ Sim ☐ Não

CAP54. Quais são os motivos dos conflitos existentes entre os pescadores e órgãos fiscalizadores? *Múltipla*
☐ Fiscalização deficiente em relação à pesca industrial (1)
☐ Fiscalização excessiva no período de defeso (2)
☐ Abuso de poder (3)
☐ Período de defeso errado (4)
☐ Legislação deficiente (5)
☐ Falta de fiscalização (6)
☐ Outros (7) **Especifique:** _____

CAP55. Há algum outro tipo de conflito em sua atividade de pesca? ☐ Sim ☐ Não

CAP56. Qual(is) é (são) o(s) outro(s) conflito(s) existente(s)?
☐ Entre os próprios pescadores (1)
☐ Com a pesca industrial (2)
☐ Com a colônia (3)
☐ Com a associação (4)
☐ Exploração de petróleo (5)
☐ Com instituições municipais (secretarias de pesca, assessoria, obras, etc.) (6)
☐ Outros (7) **Especifique:** _____

CAP57. A atividade de petróleo influencia na atividade pesqueira? ☐ Sim ☐ Não

CAP58. Em sua opinião qual é essa influência? *Sur as opções*
☐ Trouxe somente benefícios (1)
☐ Trouxe mais benefícios que prejuízos (2)
☐ Nem prejuízo nem benefício (3)
☐ Trouxe mais prejuízos que benefícios (4)
☐ Trouxe somente prejuízos (5)
☐ Não para CAP61

CAP59. Quais são os benefícios da atividade petrolífera na região? *Múltipla*
☐ Programas de compensação (1)
☐ Royalties para os municípios (2)
☐ Formação de empregos nas plataformas (3)
☐ Projetos de responsabilidade social (4)
☐ Melhorias na infraestrutura local (5)
☐ Mais empregos (6)
☐ Mais consumidores (7)
☐ Mitigação ambiental (8)
☐ Outros (9) **Especifique:** _____

CAP60. Quais são os prejuízos da atividade petrolífera na região? *Múltipla*
☐ Exclusão da área de pesca (1)
☐ Aumento do custo de vida (5)
☐ Aumento da fiscalização (6)
☐ Acidentes com petrechos de pesca (2)
☐ Poluição das águas (4)
☐ Outros (7) **Especifique:** _____

CAP61. Em sua opinião, quem deveria assumir a responsabilidade de proteger o meio ambiente, em especial, o mar, as lagoas e os rios?

☐ Os pescadores artesanais (1)
☐ Os pescadores industriais (2)
☐ As empresas petrolíferas (3)
☐ As instituições fiscalizadoras (4)
☐ A prefeitura (5)
☐ O governo estadual (6)
☐ O governo federal (7)

☐ IBAMA (8)
☐ INEA (9)
☐ Polícia (10)
☐ Todos somos responsáveis (12)
☐ Nenhum, porque não existe poluição no meio ambiente (11)
☐ Não sei (não ler)

CAP62. O(a) Sr.(Sra.) tem percebido, nos últimos anos, alguma alteração ambiental na sua área de pesca?

5 10

CAP63. Quais são essas alterações? *Múltipla*

☐ Fechamento da boca da baía (1)
☐ Surgimento de recifes artificiais (2)
☐ Assoreamento/poluição (3)
☐ Redução no tamanho dos peixes (4)
☐ Aumento do tamanho dos peixes (5)
☐ Diminuição do volume/quantidade de pescado (6)
☐ Aumento do volume/quantidade de pescado (7)
☐ Desaparecimento de determinadas espécies (8)
☐ Captura de espécies diferentes (9)
☐ Diminuição de peço (10)
☐ Criação de zonas exclusivas para a pesca (11)
☐ Ampliação das zonas de exclusão (12)
☐ Redução do espaço marinho (13)
☐ Outro (14): Especifique:

CAP64. O(A) Sr.(Sra.) acredita que nos próximos 05 anos a atividade de pesca artesanai em seu município irá?

(Não ler as opções)

☐ Melhorar (1)
☐ Será igual (2)
☐ Ficará pior (3)
☐ Não respondeu (4)

CAP65. Pensando na atividade da pesca nos últimos anos, o(a) Sr.(Sra.) tem percebido que este ramo está aberto à participação das mulheres?

5 10

CAP66. Se sim, por que o(a) Sr.(Sra.) tem essa opinião? *Múltipla*

☐ Porque conheço muitas mulheres pescadoras (1)
☐ Porque as mulheres passaram a ser chefes de família tendo que assumir todas as tarefas (2)
☐ Porque não há diferença entre ser homem ou mulher (3)
☐ Outras (4): Especifique:

CAP67. Se não, por que o(a) Sr.(Sra.) tem essa opinião? *Múltipla*

☐ Porque a pesca é tarefa de homem (1)
☐ Porque as mulheres não se interessam pela pesca (2)
☐ A pesca é muito perigosa para ser realizada por mulheres (3)
☐ As mulheres não são ensinadas a serem pescadoras (4)

CAP68. O(A) Sr.(Sra.) acredita que existem atividades exclusivas para homens e para mulheres na pesca?

5 10

CAP69. Então, por favor, me diga quais são as atividades exclusivas para os homens?

☐ Pesca (1)
☐ Comercialização/negociação (2)
☐ Transporte (3)
☐ Beneficiamento (4)
☐ Descaque (5)
☐ Evisceração (6)

☐ Fiação (7)
☐ Pesca e desenchimento de marisco (8)
☐ Limpeza (9)
☐ Beneficiamento e venda (10)
☐ Cozinha do barco (11)

CAP70. E agora quais são as atividades exclusivas para as mulheres?

Múltipla

☐ Pesca (1)
☐ Comercialização/negociação (2)
☐ Transporte (3)
☐ Beneficiamento (4)
☐ Descaque (5)
☐ Evisceração (6)
☐ Fiação (7)
☐ Pesca e desenchimento de marisco (8)
☐ Limpeza (9)
☐ Beneficiamento e venda (10)
☐ Cozinha do barco (11)

CAP71. Qual é o seu ambiente de pesca? *Múltipla*

☐ Rio (1)
☐ Lagoa (2)
☐ Laguna (3)
☐ Mar aberto (4)
☐ Canal de água doce (5)
☐ Mangue (6)
☐ Costão/rochedo próximo à costa (7)
☐ Outras: Especifique: (8)

Vá para o bloco seguinte

CSLF.1. Eu vou citar algumas instituições associativas e gostaria de saber se elas existem, se o (a) Sr. (Sra.) ou algum familiar participa de alguma delas, quando aconteceu a última reunião, se participou dela, se não, porque não participou, e com que frequência o (a) Sr. (Sra.) participou das reuniões. *Múltipla*

	Sabia da existência?	Participa?	Quando aconteceu a última reunião que o(a) Sr.(Sra.) ficou sabendo?	Frequência?	Por que não participa?
CSLF.1.1. Colônia de Pesca	☐ SIM ☐ NÃO	☐ SIM ☐ NÃO	☐	☐	☐
CSLF.1.2. Associação de Pescadores	☐ SIM ☐ NÃO	☐ SIM ☐ NÃO	☐	☐	☐
CSLF.1.3. Associação de Aquicultores/Pescadores	☐ SIM ☐ NÃO	☐ SIM ☐ NÃO	☐	☐	☐
CSLF.1.4. Associação de Marisqueiras	☐ SIM ☐ NÃO	☐ SIM ☐ NÃO	☐	☐	☐
CSLF.1.5. Associação das Mesquinhas	☐ SIM ☐ NÃO	☐ SIM ☐ NÃO	☐	☐	☐
CSLF.1.6. Sindicato	☐ SIM ☐ NÃO	☐ SIM ☐ NÃO	☐	☐	☐
CSLF.1.7. Cooperativa	☐ SIM ☐ NÃO	☐ SIM ☐ NÃO	☐	☐	☐
CSLF.1.8. Partidos Políticos	☐ SIM ☐ NÃO	☐ SIM ☐ NÃO	☐	☐	☐
CSLF.1.9. Associação de pais e alunos	☐ SIM ☐ NÃO	☐ SIM ☐ NÃO	☐	☐	☐
CSLF.1.10. Grêmio Estudantil	☐ SIM ☐ NÃO	☐ SIM ☐ NÃO	☐	☐	☐
CSLF.1.11. Outras, Especifique:	☐ SIM ☐ NÃO	☐ SIM ☐ NÃO	☐	☐	☐

Legenda: Quando aconteceu a última reunião: 1=nesta mês 2=mais passado 3=há mais de 2 meses 7=Não ficou sabendo de nenhum reunião) Frequência de participação: 1=vou a todas as reuniões 2=vou a quase todas as reuniões 3=não fui a quase nenhuma reunião 4=não fui em nenhuma reunião) Porque não participa: 1=não tenho tempo 2=divergência com os líderes das organizações 3=não acredito nessas instituições 4=falta de interesse 5=nunca fui convidado 6=outras. Especifique.)

CSLF.2. Entre as instituições listadas na pergunta acima qual melhor representa o(a) Sr. (Sra.)? _____

CSLF.3. O Sr. (Sra.) participa de algum grupo cultural (festas, danças típicas, grupos musicais, teatro)? ☐ SIM ☐ NÃO *Especifique:* _____

CSLF.4. Pensando nessas instituições/grupos, qual o seu grau de confiança nelas numa escala de 0 a 10, onde 0 (nada confiável) e 10 (muito confiável). *Ver as opções*

Instituição/Grupo	Grau de Confiança	Instituição/Grupo	Grau de Confiança
CSLF.4.1. Associação de Pescadores	☐ 0 ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7 ☐ 8 ☐ 9 ☐ 10	CSLF.4.2. Na Colônia de Pescadores	☐ 0 ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7 ☐ 8 ☐ 9 ☐ 10
CSLF.4.3. Na Associação de pais e alunos	☐ 0 ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7 ☐ 8 ☐ 9 ☐ 10	CSLF.4.4. Professores	☐ 0 ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7 ☐ 8 ☐ 9 ☐ 10
CSLF.4.5. Grêmios	☐ 0 ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7 ☐ 8 ☐ 9 ☐ 10	CSLF.4.6. Universidade	☐ 0 ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7 ☐ 8 ☐ 9 ☐ 10
CSLF.4.7. Partidos	☐ 0 ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7 ☐ 8 ☐ 9 ☐ 10	CSLF.4.8. Fátima	☐ 0 ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7 ☐ 8 ☐ 9 ☐ 10
CSLF.4.9. FPMR	☐ 0 ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7 ☐ 8 ☐ 9 ☐ 10	CSLF.4.10. Shell	☐ 0 ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7 ☐ 8 ☐ 9 ☐ 10
CSLF.4.11. Consórcio	☐ 0 ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7 ☐ 8 ☐ 9 ☐ 10	CSLF.4.12. Sema	☐ 0 ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7 ☐ 8 ☐ 9 ☐ 10
CSLF.4.13. Capitania dos Portos	☐ 0 ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7 ☐ 8 ☐ 9 ☐ 10	CSLF.4.14. Instituto de Pesca e Aquicultura	☐ 0 ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7 ☐ 8 ☐ 9 ☐ 10
CSLF.4.15. FPM	☐ 0 ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ 6 ☐ 7 ☐ 8 ☐ 9 ☐ 10		

CSLF.5. Em termos gerais, o(a) Sr. (Sra.) diria que a associação de pescadores é condizente? *Seu(s) opç(ões)*

☐ Em benefício do Sr. (Sra.) (1)
☐ Em benefício do presidente da associação (2)
☐ Em benefício de um grupo reduzido de pescadores (3)
☐ Em benefício de todos os pescadores (4)
☐ Não (5)
☐ Outros (6). **Especifique:** _____

CSLF.7. Em termos gerais, o(a) Sr. (Sra.) diria que a colônia de pescadores é condizente? *Seu(s) opç(ões)*

☐ Em benefício do Sr. (Sra.) (1)
☐ Em benefício do presidente da colônia (2)
☐ Em benefício de um grupo reduzido de pescadores (3)
☐ Em benefício de todos os pescadores (4)
☐ Não (5)
☐ Outros (6). **Especifique:** _____

CSLF.6. De que maneira o(a) Sr. (Sra.) participa das decisões da associação de pescadores? *Seu(s) opç(ões)*

☐ Participo diretamente das decisões (1)
☐ Participo apenas como ouvinte (2)
☐ Não participo (3)
☐ Outro (4). **Especifique:** _____

CSLF.8. De que maneira o(a) Sr. (Sra.) participa das decisões da colônia de pescadores? *Seu(s) opç(ões)*

☐ Participo diretamente das decisões (1)
☐ Participo apenas como ouvinte (2)
☐ Não participo (3)
☐ Outro (4). **Especifique:** _____

CSLF.9. O(a) Sr. (Sra.) participou de alguma atividade em outra localidade que concentre pescadores nos últimos 6 meses?

☒ Sim
☐ Não

CSLF.10. Em qual localidade foi realizada esta atividade?

Resposta: _____

CSLF.11. Qual foi o motivo da participação nessa atividade? *Seu(s) opç(ões). Múltipla*

☐ Audiências públicas (1)
☐ Devolutivas (2)
☐ Ofensas de Integração (3)
☐ Eventos políticos das associações/colônias (4)
☐ Festas religiosas (5)
☐ Evento educacionais/sociais (6)
☐ Outro (7). **Especifique:** _____

Agora, nós gostaríamos de falar um pouco sobre sua rede de amigos e companheiros de trabalho. Para isso, nós gostaríamos que o(a) Sr.(Sra.) pudesse citar nomes de pessoas que você mais confia em ordem de importância. Como confiável, gostaríamos que o(a) Sr.(Sra.) pensasse em pessoas a quem recomenda diante de algum problema ou dificuldade em sua comunidade.

INDICAÇÕES. ☐ Não indique ninguém

CSLF.12.1 - Primeira Indicação	CSLF.12.2 - Segunda Indicação	CSLF.12.3 - Terceira Indicação
CSLF.12.1.1 Nome?	CSLF.12.2.1 Nome?	CSLF.12.3.1 Nome?
CSLF.12.1.2 Apêlido?	CSLF.12.2.2 Apêlido?	CSLF.12.3.2 Apêlido?
CSLF.12.1.3 Organização/Ocupação	CSLF.12.2.3 Organização/Ocupação	CSLF.12.3.3 Organização/Ocupação
CSLF.12.1.4 Telefone	CSLF.12.2.4 Telefone	CSLF.12.3.4 Telefone

CSLF.12.4 - Quarta Indicação	CSLF.12.5 - Quinta Indicação
CSLF.12.4.1 Nome?	CSLF.12.5.1 Nome?
CSLF.12.4.2 Apêlido?	CSLF.12.5.2 Apêlido?
CSLF.12.4.3 Organização/Ocupação	CSLF.12.5.3 Organização/Ocupação
CSLF.12.4.4 Telefone	CSLF.12.5.4 Telefone

Pensando em sua comunidade, por favor, indique quais pessoas você procuraria, em ordem de importância, para obter alguma ajuda ou benefício para todos (por exemplo, equipamentos para o posto de saúde, pavimentação de uma rua, construção de uma escola, limpeza de algum lago, etc.).

☐ Não indicaria ninguém

CSLF.13.1 - Primeira Indicação		CSLF.13.2 - Segunda Indicação		CSLF.13.3 - Terceira Indicação	
CSLF.13.1.1	Nome?	CSLF.13.2.1	Nome?	CSLF.13.3.1	Nome?
CSLF.13.1.2	Apelido?	CSLF.13.2.2	Apelido?	CSLF.13.3.2	Apelido?
CSLF.13.1.3	Organização/Ocupação	CSLF.13.2.3	Organização/Ocupação	CSLF.13.3.3	Organização/Ocupação
CSLF.13.1.4	Telefone	CSLF.13.2.4	Telefone	CSLF.13.3.4	Telefone

CSLF.13.4 - Quarta Indicação		CSLF.13.5 - Quinta Indicação	
CSLF.13.4.1	Nome?	CSLF.13.5.1	Nome?
CSLF.13.4.2	Apelido?	CSLF.13.5.2	Apelido?
CSLF.13.4.3	Organização/Ocupação	CSLF.13.5.3	Organização/Ocupação
CSLF.13.4.4	Telefone	CSLF.13.5.4	Telefone

CSLF.14. Pensando em confiança se em seu barco precisasse de um novo pescador para acompanhar o seu grupo de pesca, a quem o senhor indicaria?

CSLF.14.1 - Primeira Indicação		CSLF.14.2 - Segunda Indicação	
CSLF.14.1.1	Nome?	CSLF.14.2.1	Nome?
CSLF.14.1.2	Apelido?	CSLF.14.2.2	Apelido?
CSLF.14.1.3	Organização/Ocupação	CSLF.14.2.3	Organização/Ocupação
CSLF.14.1.4	Telefone	CSLF.14.2.4	Telefone

CSLF.15. Diante de um problema grave em sua comunidade quem o(a) Sr.(Sra.) acredita que ajudaria ou contribuiria para resolver essa situação?

CSLF.15.1 - Primeira Indicação		CSLF.15.2 - Segunda Indicação	
CSLF.15.1.1	Nome?	CSLF.15.2.1	Nome?
CSLF.15.1.2	Apelido?	CSLF.15.2.2	Apelido?
CSLF.15.1.3	Organização/Ocupação	CSLF.15.2.3	Organização/Ocupação
CSLF.15.1.4	Telefone	CSLF.15.2.4	Telefone

CSLF.16. Diante de um problema grave que atinja a sua comunidade quem o(a) Sr.(Sra.) acredita que menos ajudaria ou contribuiria para resolver essa situação?

CSLF.16.1 - Primeira Indicação		CSLF.16.2 - Segunda Indicação	
CSLF.16.1.1	Nome?	CSLF.16.2.1	Nome?
CSLF.16.1.2	Apelido?	CSLF.16.2.2	Apelido?
CSLF.16.1.3	Organização/Ocupação	CSLF.16.2.3	Organização/Ocupação
CSLF.16.1.4	Telefone	CSLF.16.2.4	Telefone

CSLF.17. Em caso da necessidade de um trabalho coletivo eventual, como por exemplo, um mutirão, quem o(a) Sr.(Sra.) acha que organizaria melhor esse mutirão?

CSLF.17.1 - Primeira Indicação		CSLF.17.2 - Segunda Indicação	
CSLF.17.1.1	Nome?	CSLF.17.2.1	Nome?
CSLF.17.1.2	Apelido?	CSLF.17.2.2	Apelido?
CSLF.17.1.3	Organização/Ocupação	CSLF.17.2.3	Organização/Ocupação
CSLF.17.1.4	Telefone	CSLF.17.2.4	Telefone

CSLF.18. E quem o(a) Sr.(Sra.) acha que não conseguiria organizar esse mutirão?

CSLF.18.1 - Primeira Indicação		CSLF.18.2 - Segunda Indicação	
CSLF.18.1.1	Nome?	CSLF.18.2.1	Nome?
CSLF.18.1.2	Apelido?	CSLF.18.2.2	Apelido?
CSLF.18.1.3	Organização/Ocupação	CSLF.18.2.3	Organização/Ocupação
CSLF.18.1.4	Telefone	CSLF.18.2.4	Telefone

CSLF.19. O(A) Sr.(Sra.) está afiliado(a) a alguma Associação de Pescadores?

☐ Sim ☐ Não

CSLF.20. O(A) Sr.(Sra.) está afiliado(a) a alguma Colônia de Pescadores?

☐ Sim ☐ Não

Bloco Outros

G.1. Em relação à organização das tarefas de sua casa, quais dos membros de sua família se dedicam a: *(Estimulado)*

Membro	Mulheres						Homens					
	Cozinha	Cuidado com as crianças	Cuidado com os idosos	Cuidado com os animais	Limpeza das áreas comuns (varrer, lavar, lavar louça, lavar roupas)	Atividade física (jardim, caminhada)	Cozinha	Cuidado com as crianças	Cuidado com os idosos	Cuidado com os animais	Limpeza das áreas comuns (varrer, lavar, lavar louça, lavar roupas)	Atividade física (jardim, caminhada)
G.1.1	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
G.1.2	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
G.1.3	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
G.1.4	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
G.1.5	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
G.1.6	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

G.2. Em sua casa, quem é o principal responsável pelo sustento da sua família? ☐ A senhora (1) ☐ Seu(a) esposo(a) (2) ☐ Maior(ma) esposo(a) e eu somos igualmente responsáveis (3) ☐ Outra pessoa (6) ☐ 75 ☐ 85 ☐ 95	
G.3. Gostaria também de saber quem em sua casa toma as decisões sobre as seguintes situações familiares:	G.3.1 Com quem a senhora toma as decisões sobre a vida da família? ☐ Mais a senhora ☐ Mais seu (seu) esposo(a) ☐ Ambos igualmente ☐ Outros
G.3.2 Ao comprar, quanto tempo leva para decidir? ☐ Mais a senhora ☐ Mais seu (seu) esposo(a) ☐ Ambos igualmente ☐ Outros	G.3.3 De quem a senhora toma as decisões sobre a vida da família? ☐ Mais a senhora ☐ Mais seu (seu) esposo(a) ☐ Ambos igualmente ☐ Outros
G.3.4 Ao comprar, quanto tempo leva para decidir? ☐ Mais a senhora ☐ Mais seu (seu) esposo(a) ☐ Ambos igualmente ☐ Outros	G.3.5 Quando a senhora toma as decisões sobre a vida da família? ☐ Mais a senhora ☐ Mais seu (seu) esposo(a) ☐ Ambos igualmente ☐ Outros
Gostaria agora, de falar um pouco sobre seu trabalho...	
G.4. Em que quantidade o seu trabalho contribui para o orçamento da família? ☐ É a única fonte de renda (1) ☐ Contribui com metade da renda (2) ☐ Contribui com menos da metade da renda (3) ☐ Contribui com mais da metade da renda (4) ☐ Contribui pouco (5) ☐ Não contribui nada (6)	G.5. Como começou a atuar nesta atividade? ☐ Levada pela mãe (1) ☐ Indicação de familiares/amigos (2) ☐ Buscou por conta própria (3) ☐ Foi convidada pelo frigorífico (4) ☐ Por influência/indicação do marido (5) ☐ Única oferta de emprego no momento (6) ☐ Outros (7). Especifique:
Resposta para as mulheres que atuam na cadeia da pesca e a partir do quadro	
G.6. A senhora participa de alguma instituição associativa, como, por exemplo, associações de bairro, colônia etc? ☒ Sim ☐ Não	G.7. Por favor, me diga de qual instituição associativa a senhora participa, pode ser mais de uma. <i>Exponha as opções</i> ☐ Colônia de pescadores (1) ☐ Associação de pescadores (2) ☐ Associação de moradores (3) ☐ Associação de pais e alunos (4) ☐ Sindicato de trabalhadores (5) ☐ Cooperativa (6) ☐ Partido político (7) ☐ Associação de máquinas/ catadores (8)
G.8. De que maneira a Sra. participa das decisões da associação de pescadores? <i>Seu anexo</i> ☐ Participo diretamente das decisões (1) ☐ Participo apenas como ouvinte (2) ☐ Outro (3). Especifique:	G.9. Com que frequência a senhora participa das reuniões dessa (s) instituição (ões)? <i>Seu anexo</i> ☐ Vou a todas as reuniões (1) ☐ Vou a quase todas as reuniões (2) ☐ Não fui a quase nenhuma reunião (3) ☐ Não fui a nenhuma reunião (4)
G.10. Em sua opinião, o que é necessário ser feito para melhorar a vida da mulher na atividade pesqueira? <i>Múltipla</i> ☐ Melhoria na infraestrutura do local de trabalho (1) ☐ Investimento em creches e escolas (2) ☐ Garantia de um mínimo de PCAPs para as mulheres envolvidas na atividade da pesca (3) ☐ Acesso a Políticas Públicas relacionadas à pesca (PRONAF, Seguro Defeso, Regularização da Documentação) (4) ☐ Reconhecimento/valorização da atividade de pescadora/marisqueira (4) ☐ Distribuição de equipamentos para proteção (frio solar, luvas, botas, etc.) (5) ☐ Políticas de saúde (6)	G.11. Se a Sra. fosse convidada para fazer parte de uma cooperativa/associação/indústria a Sra. aceitaria? ☒ Sim ☐ Não Vá para G.12 G.12. Por que a Sra. aceitaria fazer parte desta cooperativa/associação/ indústria? ☐ Porque permite a organização dos trabalhadores (1) ☐ Barateia os custos da produção (2) ☐ Garante o aumento da renda (3) ☐ Facilita o acesso a linhas de crédito (4) ☐ Facilita o acesso ao mercado (5) ☐ Garante a competitividade no mercado (6) ☐ Outros (7). Especifique:

Projeto	Como ficou submissão?	Como ficou participação?	Como ficou o projeto do aluno?	Como ficou o projeto do aluno?	Projeto	Como ficou submissão?	Como ficou participação?	Como ficou o projeto do aluno?	Como ficou o projeto do aluno?
W) Remo					W) Remo				
B) Quixote					B) Quixote				
C) NICK					C) NICK				
DA FFDRL					DA FFDRL				

EA.3. Tendo em vista a nossa conversa gostaria de saber a sua disposição em participar e contribuir com o projeto PESCARTE. Por favor, indique seu interesse em uma escala de 0 a 10 em que 0 significa nenhum interesse e 10 muito interesse.

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Inquérito alimentar para procedimentos

1. Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram a preocupação de que a comida acabasse antes que tivessem dinheiro para comprar mais comida?	☐ 0 ☐ 10	2. Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores desse domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?	☐ 0 ☐ 10
3. Nos últimos três meses, os moradores desse domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?	☐ 0 ☐ 10	4. Nos últimos 3 meses os moradores deste domicílio comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda tinham, porque o dinheiro acabou?	☐ 0 ☐ 10
5. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar a comida?	☐ 0 ☐ 10	6. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, comeu menos do que achou que devia, porque não havia dinheiro para comprar comida?	☐ 0 ☐ 10
7. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade sentiu fome, mas não comeu, porque não tinha dinheiro para comprar comida?	☐ 0 ☐ 10	8. Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade ficou um dia inteiro sem comer ou, teve apenas uma refeição ao dia, porque não tinha dinheiro para comprar a comida?	☐ 0 ☐ 10

Aplicar as perguntas abaixo somente em famílias que tenham integrantes menores de 18 anos.

9. Nos últimos três meses, os moradores com menos de 18 anos de idade, não puderam ter uma alimentação saudável e variada, porque não havia dinheiro para comprar comida?	☐ 0 ☐ 10	10. Nos últimos 3 meses, algum morador com menos de 18 anos de idade comeu menos do que achou que devia porque não havia dinheiro para comprar a comida?	☐ 0 ☐ 10
11. Nos últimos três meses foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, porque não havia dinheiro suficiente para comprar a comida?	☐ 0 ☐ 10	12. Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar a comida?	☐ 0 ☐ 10
13. Nos últimos três meses algum morador com menos de 18 anos de idade sentiu fome, mas não comeu, porque não havia dinheiro para comprar mais comida?	☐ 0 ☐ 10	14. Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade ficou um dia inteiro sem comer ou, teve apenas uma refeição ao dia, porque não havia dinheiro para comprar comida?	☐ 0 ☐ 10

MALA DIRETA

MD.1. O(A) Sr (Sra.) deseja receber informações e notícias sobre o Projeto Pescarte? ☐ 0 ☐ 10

MD.2. Dados para contato:

MD.2.1 Endereço completo com CEP _____

MD.2.2 Telefone _____

MD.2.3 E-mail _____



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

LEGENDA

Grau de Parentesco

- (1) Esposo/Esposa
- (2) Filho/Filha/Enxerto
- (3) Genro/Nora
- (4) Pai/Mãe/Padrasto/Madrasta
- (5) Sogra
- (6) Netos
- (7) Bisnetos
- (8) Irmão/Irma
- (9) Avô/Avó
- (10) Outro Parente
- (11) Agregado
- (12) Empregado Doméstico(a)
- (13) Parente do empregado doméstico

Situação no Mercado de Trabalho

- Empregado com carteira assinada (1)
- Empregado sem carteira assinada (Recebe Salário) (2)
- Autônomo (Parceiro, Camarada, Sociedade, Dono de Casa) (3)
- Desempregado (4)
- Bolsista (5)
- Aposentado como pescador (ativo) (6)
- Aposentado como pescador (Em atividade) (7)
- Desocupado (8)
- Estagiário (9)
- Funcionário Público (10)
- Auxiliar familiar sem remuneração (11)
- Empreendedor (Aravessador, Dono de Barco) (12)
- Adolescente aprendiz (menor aprendiz) (13)

Ocupações (Principal e Secundária)

- Pescador (a) (Comarista) (1)
- Meiro (2)
- Caiaço (3)
- Aquicultor (4)
- Mantenedor de Barco (5)
- Dono de Barco que não Pesca (6)
- Dono de Barco e Pescador (7)
- Gelador(a) (8)
- Mansueto (a) (9)

- Descascador(a) (10)
- Filador (a) (11)
- Cozinheiro (a) de Barco de Pesca (12)
- Pescador de Canoa (13)
- Aravessador (a) (14)
- Mantenedor de Petrechos de Pesca (15)
- Pescador Alariado Temporariamente da Atividade (16)

Deficiências

- Visual (1)
- Intelectual/cognitiva/ mental (2)
- Auditiva (3)
- Motora (4)
- Múltipla (5)
- Outro (6). Especifique:

Qual sua cor?

- Branca (1)
- Preta (2)
- Parda (3)
- Amarela (4)
- Indígena (5)
- Branca (Respondida por outrem) (11)
- Preta (Respondida por outrem) (12)
- Parda (Respondida por outrem) (13)
- Amarela (Respondida por outrem) (14)
- Indígena (Respondida por outrem) (15)

Como contribui

- Autônomo (1)
- Empregado (carteira assinada) (2)
- Segurado especial (3)
- Outro (4). Especifique:

Problema de saúde

- Hipertensão (1)
- Diabetes (2)
- Infecções (3)
- Problemas de coluna (hérnia e contusões) (4)
- Varizes, artroses, reumatismos, osteoporoses (5)
- Lesões causadas por esforço repetitivo (6)
- Problemas oftálmicos (7)

- Problemas respiratórios (8)
- Micoses (9)
- Câncer (10)
- Alergias (11)
- Cardiopalias (12)
- Problemas renais (13)
- Outros (14). Especifique:

Escolaridade

- Nunca estudou e não sabe ler nem escrever (1)
- Nunca estudou, mas sabe ler e escrever (2)
- E ensino fundamental incompleto (3)
- E ensino fundamental completo (4)
- E ensino médio incompleto (5)
- E ensino médio completo (6)
- E ensino superior incompleto (7)
- E ensino superior completo (8)
- Pós-graduação (9)
- Cacha (10)
- Pré-escola (11)

Benefícios Sociais

- Benefícios Federais
- Bolsa família (1)
- Bolsa Carneiro (2)
- PETI (3)
- BPC (4)
- Benefícios estaduais - RJ
- Renda Melhor (5)
- Renda Melhor Jovem (6)

Municípios

- Renda mínima (1)
- Cheque alimentação (2)
- Vale Cidadão (3)
- Guarda-Mirim (10)
- Cartão social da dignidade (100 reais) (11)
- Cartão Cidadão - RJ (12)

Onde a pessoa é assistida

- Posto de saúde (1)
- Hospital no município (2)
- Hospital fora do município (3)
- Tratamento domiciliar (4)
- Não recebe tratamento (5)

EXPEDIENTE

Coordenação

Prof. Dr. Geraldo Márcio Timóteo

Equipe Técnica

Ana Carla Oliveira Pinheiro - Pesquisadora
Lucas Viana Aragão - Coordenador de Campo
Teófilo Augusto da Silva - Técnico Social IV
Ana Paula Sampaio Nogueira - Bolsista Pós-Doutorado
Olego Carneiro Belo - Bolsista Doutorado
Bruno Cavalheiro Bonfim - Técnico Social II
Thamires Mendes de Souza - Técnico Social II

Pesquisadores Sêniores

Paulo Mesquita
Prof. Dr. Mauro Campos
Prof. Dr. Vitor Pavão
Profª Drª Simone Teixeira

Layout e Design

Teófilo Augusto da Silva - Técnico Social IV
Carolina dos Santos Oliveira Viana - Técnico Social II
Bruno Denis Santos Henrique - Bolsista IC



pescarte



FIA



UENF



PETROBRAS



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

SOBRE OS AUTORES

José Silva Quintas

Possui graduação em Física pela Universidade Federal da Bahia (1967) e mestrado em Física pela Universidade de Brasília (1975). Atualmente é consultor da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Ambiental na Gestão Ambiental Pública, atuando principalmente nos seguintes temas: educação ambiental na gestão ambiental pública principalmente EA no licenciamento, na gestão de UC e na gestão de recursos hídricos.

Geraldo Márcio Timóteo

Professor Associado da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), no Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico (LEEA); Coordenador do Projeto de Educação Ambiental (PEA) Pescarte. Possui experiência em estatística aplicada às ciências sociais e como coordenador de equipes sociais multidisciplinares, tendo conduzido trabalhos de intervenção social junto às famílias residentes em aglomerados urbanos de baixa-renda e em situação de rua, com vistas à produção de assentamentos e reassentamentos dessas famílias; e com populações tradicionais, na mitigação dos efeitos do desenvolvimento econômico em seus territórios. É professor de metodologia e sociologia da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Teoria Sociológica, atuando principalmente nos seguintes temas: segregação espacial, mercado de trabalho, sociologia do trabalho, aglomerados urbanos de baixa-renda e desenvolvimento de comunidades.

Silvia Alicia Martinez

Professora Associada da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Graduada em Ciências da Educação (Mar del Plata, 1986), Mestre e



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1993; 2000). Fez Estágio de Pós Doutorado na Universidade de Lisboa. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Política e História da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: formação de professores, profissão docente, cultura material escolar, juventude e memória. Atua na linha EDUCAÇÃO, CULTURA, POLÍTICA E CIDADANIA do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais (Mestrado e Doutorado Acadêmico) da UENF, tendo sido Coordenadora entre os anos de 2012 e 2016. É líder do Grupo de Pesquisa Educação, Sociedade e Região. É membro fundadora da diretoria da ANINTER-SH (Ass. Nac. de Pesquisa e Pós-Grad. Interdisciplinar em Sociais e Humanidades) e Coordenadora de GT do CONINTER - Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades (2012 e 2013, 2015-2018). Foi presidente da Comissão para elaboração de APCN para o curso de Doutorado em Políticas Sociais, apresentado à CAPES no ano de 2014, aprovado em 21 de dezembro de 2014. Membro da comissão para elaboração de projeto institucional de Internacionalização CAPES/PrInt (2018).

Paula Mousinho Martins

Possui graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1981), mestrado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1986) e doutorado em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1994). Atualmente é professor associado da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase em Filosofia, atuando principalmente nos seguintes temas: fenomenologia, filosofia da mente, hermenêutica e linguagem.

Luana Fernandes dos Santos Azeredo

Assistente Social formada pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Serviço Social e Desenvolvimento Regional pela UFF Niterói na linha de pesquisa Desenvolvimento Capitalista e Formação Social Brasileira. Membro há 6 anos do NESA - Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais da UFF Campos, nas seguintes linhas de pesquisa: Água, Desastres e Riscos / Dinâmica Socioambiental e Apropriação do Es-



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

paço Urbano e Regional. Foi Professora Substituta do Departamento de Serviço Social de Campos/UFF. Doutoranda em Serviço Social pela UERJ. Atualmente está como Gestora da Vigilância Socioassistencial do Município de Campos dos Goytacazes/RJ. Tem experiência nas áreas de pesquisa social, projetos, organização de eventos científicos, mediação de trabalhos com a comunidade e tecnologia da informação.

Júlio Esteves

Possui graduação em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1988), mestrado em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1992) e doutorado em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com bolsa de doutorado-sandwich na Wilhelms-Universität Münster (Alemanha)) (1998). Atualmente é professor associado da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Tem experiência na área de Filosofia, com ênfase em Ética e Filosofia política e Filosofia da Linguagem, atuando principalmente nos seguintes temas: liberdade, natureza, lei moral, fundamentação do Estado moderno e o problema da possibilidade da linguagem privada.

Giovane do Nascimento

Possui graduação e Pós-graduação em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestrado em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro e Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana pela UERJ. Atualmente é professor associado da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, atuando na área de fundamentos da educação, tratando de temas relacionados à Percepção, cultura e criação. É professor dos Programas de Pós-graduação em Cognição e Linguagem e do programa de Pós-graduação em Políticas Sociais.

Lílian Sagio

Antropóloga. Professora Associada da Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF. Professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais - UENF.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Coordenadora da Unidade Experimental de Som e Imagem (UESI - UENF). Pesquisadora do GRAVI (USP), NEABI (UENF) e Pescarte (IBAMA/ Petrobras/ FIA/ UENF). Desenvolve pesquisas nas áreas de Antropologia Visual, Antropologia das Populações Afro-Brasileiras, Políticas Sociais e Políticas Culturais atuando principalmente nos seguintes temas: festas brasileiras, artesanato, memória, identidade e patrimônio cultural. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (2003), mestrado em Multimeios pela Universidade Estadual de Campinas (2005) e doutorado em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (2010).

Leandro Garcia Pinho

Possui Pós-doutorado na área de Sociologia pela Universidade Nova de Lisboa (2018), Doutorado em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2006), Mestrado em História pela Universidade Estadual de Campinas (2002) e Graduação em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1998). Atualmente é Professor Associado do Laboratório de Estudos da Educação e Linguagem do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF-RJ) e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais (UENF-RJ); Coordenador das disciplinas Fundamentos da Educação III e História na Educação I do Consórcio CEDERJ/CECERJ para os polos de Itaperuna, São Francisco de Itabapoana, São Fidélis, Itaocara, Natividade, Miracema, Macaé e Bom Jesus do Itabapoana. Integra a equipe de pesquisadores do PEA Pescarte (UENF). Principais temas de interesse: cotidiano e vivências na atividade pesqueira, história da educação, políticas educacionais.

Moisés Machado (in memorian)

Graduação em Ciências Econômicas (1989) e cumpri os créditos de pós-graduação (lato sensu) em Ciências Políticas (1992) pela Universidade Federal de Minas Gerais. Sou mestre em Administração Pública (2006) pela Escola de Governo Prof. Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Eliana Monteiro Soares de Oliveira

Possui graduação em Ciências Biológicas (Bacharelado) pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (2006), Mestrado em Produção Vegetal pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (2009) e Doutorado em Produção Vegetal pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (2013). Graduação em Programa Especial Formação Pedagógica de Docentes em Licenciatura em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (2016) e Pós-graduação *latu sensu* em Educação Ambiental pelo Instituto Federal Fluminense (2016). Tem experiência na área de Biologia, atuando nos seguintes temas: nutrição e ecologia alimentar com ênfase em conservação, avaliação da qualidade dos recursos alimentares e do habitat de animais silvestres, desenvolvimento de processos e produtos para aproveitamento de resíduos agroindustriais, controle biológico, educação ambiental e projetos socioambientais.

Lohana Chagas de Almeida

Possui graduação em Administração Pública (UENF, 2015) e especialização em Gestão, Design e Marketing (IFF, 2017). Atualmente, é mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF).

Valdir Júnio dos Santos

Professor do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Candido Mendes (UCAM). Pós-Doutor pela Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF (PPGPS - Pescarte), Doutor em Política Social e Trabalho pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ (2014), Mestrado em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF (2009), graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF (2007), Licenciatura em Geografia pelo Instituto Federal de Educação do Norte Fluminense - IFF (2007). Bolsista de Doutorado Nota 10 pela FAPERJ e Pesquisador do



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Programa de Estudos de América Latina e Caribe - PROEALC/ CCS/ UERJ. Pesquisador do Núcleo de Pesquisa sobre Estado, Interesses e Políticas Públicas (NEIPP) UFF e Pesquisador do Grupo de Pesquisa Trabalho, Organização Social e Cultura da UENF. Atua nos seguintes temas: Teoria Política, Estado e Desenvolvimento, Sociologia Rural e do Conflito, cujo foco entrelaça com as temáticas da violência, controle social, violência policial, políticas públicas, assentamentos rurais e o impacto do PRONAF, Política de Seguridade Social, campesinato, reforma agrária, geração e família no espaço rural, comunidades pesqueiras, Identidade e espaço escolar, Educação do Campo.

Samira Mello Guimarães de Carvalho

Graduação em Administração Pública da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF e Bolsista de Iniciação Científica.

Ivan Souza de Abreu

Graduando em Administração Pública pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Participou do projeto de mitigação ambiental PEA Pescarte (parceria entre UENF, Petrobras e IBAMA) entre 2015 e 2016 com estudos a respeito dos mecanismos de distribuição dos pescadores artesanais presentes nos municípios da Bacia de Campos. De 2016 a 2018 esteve envolvido em estudos sobre a agricultura familiar do município de Campos dos Goytacazes, tendo ênfase na distribuição da produção agrícola. Possui trabalhos desenvolvidos sobre os temas: Administração Pública, Políticas Públicas, Agricultura Familiar, Pesca Artesanal.

Ana Paula Serpa Nogueira de Arruda

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (2006). Mestre em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense. Doutora em Sociologia Política (PGPS/UENF) com estágio de doutorado (CAPES) no IGOT, Universidade de Lisboa. Atualmente realiza o Pós-doutorado (UENF)



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

por meio do projeto Pescarte. Possui experiência em Sociologia Urbana e Políticas Públicas, com especial interesse em Políticas Habitacionais, Habitação de Interesse Social, Descentralização e Gestão Local, Organização Social e produtiva. É professora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, Universidade Cândido Mendes.

Diego Carvalhar Belo

Possui graduação em Programa Especial de Formação de Docente pela Universidade Metropolitana de Santos (2015), graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (2009), mestrado em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (2012) e doutorado em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (2018), atuando principalmente nos seguintes temas: Sociologia Rural, Reforma Agrária, Sociologia das comunidades pesqueiras, Associativismo e Capital Social.

Vitor de Moraes Peixoto

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (2003), mestrado em Ciência Política (Ciência Política e Sociologia) pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (2004) e doutorado em Ciência Política (Ciência Política e Sociologia) pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (2010). Atualmente é professor associado da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Estudos Eleitorais e Partidos Políticos, atuando principalmente nos seguintes temas: eleições, sistema político, financiamento de campanhas, accountability, representação e competição eleitoral.

Klenio Veiga da Costa

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco, Mestre em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

do Rio de Janeiro, Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro e Bacharel em Comunicação Social - habilitação Jornalismo pela Faculdade de Filosofia de Campos. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia Rural e Sociologia Ambiental, atuando principalmente nos seguintes temas: Agricultura familiar, Resistência Camponesa, Convivência com a semiaridez, Representações Sociais de Natureza, Conflitos Socioambientais, Política Públicas de Conservação da Natureza.

Luiz Fernando Miranda da Silva

Técnico em Análises Químicas (CEFET), Bacharel em Ciências Biológicas com ênfase em bioquímica e células (UENF), Bacharel em Nutrição (UFRJ), Mestre na área Química e Bioquímica de Alimentos e Doutor na área Química e Bioquímica de Alimentos. Possui pós-doutorado em Ciências (UENF) e realiza o segundo pós-doutorado em Ciências Nutricionais (UFRJ). É autor do livro; Suplementos Nutricionais no Exercício Físico; Atua em pesquisas no Laboratório de Tecnologia de Alimentos, setor de Nutrição e Análise de Alimentos, de 2004 até a presente data. É pesquisador e professor no Laboratório Integrado de Ciência do Esporte (LAPICE/UFRJ), do CNPq. Foi professor universitário na área de nutrição (química e bioquímica de alimentos). É palestrante há mais de 10 anos na área de nutrição e metabolismo humano e professor de Pós-graduação em duas universidades. Atua em consultório particular na especialidade clínica e esportiva. Tem experiência em análise química de alimentos, metabolismo e dietética, Segurança alimentar e nutricional, nutrição esportiva e avaliação nutricional.

Mauro Macedo Campos

Possui graduação em Ciências Econômicas, especialização em Saúde Pública/Auditoria de Sistemas de Saúde, mestrado em Ciências Sociais: Gestão de Cidades e doutorado em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pós-Doutorado em Ciência Política pela UNICAMP. Atualmente é professor e pesquisador associado da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), atuando junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP). Faz parte do Grupo de Pesquisa CNPq,



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Trabalho, Organização Social e Cultura. Atua na gestão financeira da Associação Latino-Americana de Ciência Política (ALACIP/BR). Trabalhou por 15 anos como auditor e consultor externo. Tem experiência nas áreas de Gestão Pública e Ciência Política, com ênfase em Políticas Públicas, Auditoria e Controle, Instituições Políticas; e Financiamento Partidário-Eleitoral.

Murilo Nogueira de Jesus da Silva

Bacharel em Administração Pública pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF. Técnico de Informações Geográficas e Estatísticas da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, tendo atuado como chefe de agência e coordenador regional do Censo Demográfico 2020.

Paulo Sergio Melchior Mesquita

Bacharel em Estatística (UERJ), Mestre em Engenharia de Produção (UENF), Atualmente é Pesquisador(Estatístico) na Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), Professor na FAETEC e Coordenador de Disciplina no Consorcio CEDERJ. Experiência em Liderança de Grandes Pesquisas, Atuou como Gerente Regional do IBGE Durante o Censo Demográfico 2010. Possui Interesse em Séries Temporais, Análise Multivariada e Indicadores socioeconômicos.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

ÍNDICE REMISSIVO

Letra A

Abastecimento

248, 262, 266, 301, 302

Agricultura

17, 31, 190, 208, 209, 212, 214, 219, 226, 248, 269

Alternativas

09, 27, 107, 109, 198, 206, 227, 237, 282

Aquicultura

31, 82, 83, 168, 174, 175, 176, 201, 202, 214, 224, 251, 270, 287

Artesanato

73, 159, 161, 162, 226, 239

Atravessadores

79, 108, 207, 213, 214, 227, 236

Autogestão

47, 234, 236, 237, 239, 242, 243

Letra B

Beneficiamento

199, 200, 206, 207, 209, 210, 211, 213, 219, 228, 23

Biodiversidade

18, 21, 40, 83, 96, 100, 103, 163, 201, 287

Letra C

Capital; Capitalista; Capitalismo; Capital Social

13, 14, 18, 22, 23, 24, 25, 26, 79, 94, 122, 174, 180, 188, 222, 223, 226, 235, 237, 238, 260, 269, 273, 276, 287, 300, 301, 302, 328

Cidadania

28, 29, 30, 31, 32, 40, 44, 45, 46, 52, 56, 57, 72, 73, 76, 84, 96, 109, 113, 138, 211, 238, 328

Comercialização de(os) pescado(s)

56, 171, 174, 176, 177, 199, 200, 205, 209, 210, 211, 214, 233, 235, 236, 240, 252, 249, 262, 264, 271, 276, 300

Compartilhamento

47, 105, 109, 115, 129



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Comunidade(s);
Comunidade(s) de pesca;
Comunidade(s) Pesqueira(s)_____

15, 18, 31, 36, 40, 46, 54, 65, 66, 70, 71, 72, 73, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 99, 103, 108, 109, 113, 115, 116, 117, 119, 121, 122, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 135, 144, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 159, 160, 161, 163, 164, 165, 168, 170, 171, 174, 178, 180, 184, 185, 186, 188, 190, 191, 192, 195, 196, 198, 199, 200, 203, 204, 205, 206, 210, 212, 219, 220, 221, 224, 225, 227, 228, 231, 236, 239, 240, 242, 248, 251, 258, 259, 270, 271, 274, 275, 276, 277, 278, 280, 282, 286, 287, 291, 301

Conflito(s);
Conflito(s) ambiental(ais);
Conflito(s)socioambiental(ais)_____

13, 34, 36, 39, 41, 42, 45, 46, 58, 61, 95, 99, 100, 101, 105, 106, 136, 147, 179, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 270, 300

Consumo;
consumidor(es);
consumismo_____

19, 20, 22, 30, 75, 82, 150, 161, 177, 189, 194, 199, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 213, 214, 249, 250, 254, 258, 260, 261, 263, 264, 265, 275, 301

Controle;
Controle social_____

19, 30, 33, 41, 44, 46, 47, 48, 66, 73, 94, 101, 102, 129, 156, 172, 174, 188, 190, 191, 193, 194, 223, 239, 247, 264, 270, 292, 300

Conserva(s);
Conservação;
conservador(a);
conservacionista_____

25, 28, 41, 95, 96, 97, 103, 104, 127, 151, 156, 208, 260

Cooperativa(s);
Cooperativismo_____

107, 109, 129, 136, 140, 161, 62, 199, 206, 207, 211, 212, 213, 214, 215, 218, 228, 229, 233, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 242, 243

Letra D

Desembarque_____

77, 177, 207, 209, 214, 271

Desenvolvimento;
Desenvolvimento sustentável_____

15, 22, 23, 24, 25, 28, 31, 33, 36, 38, 42, 43, 44, 45, 50, 51, 54, 56, 58, 63, 66, 67, 70, 75, 76, 81, 97, 98, 100, 101, 104, 106, 107, 108, 109, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 124, 126, 128, 129, 131, 136, 138, 139, 148, 150, 156, 157, 169, 172, 173, 174, 175, 180, 184, 187, 188, 189, 190, 195, 198, 199,



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

200, 204, 206, 211, 212, 219, 221, 222, 225, 227, 229, 234, 236, 240, 242, 243, 244, 245, 248, 270, 286

Diversidade _____

18, 21, 26, 27, 34, 40, 42, 53, 57, 81, 100, 104, 161, 162, 178, 209, 247, 249

Letra E

Ecossistema(s) _____

22, 23, 174, 190, 200, 201, 202, 270

Educação ambiental _____

12, 13, 14, 16, 28, 30, 31, 33, 34, 36, 44, 48, 57, 58, 59, 65, 66, 73, 77, 79, 93, 94, 95, 99, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 112, 113, 114, 115, 116, 149, 169, 180, 185, 202, 210, 245, 265, 268, 276, 277, 300, 301, 302

Emancipação _____

14, 48, 51, 55, 76, 96, 112, 131, 231, 234, 238

Empreendimento(s) _____

12, 15, 29, 31, 32, 33, 36, 41, 44, 58, 60, 61, 67, 68, 70, 79, 80, 82, 83, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 109, 123, 136, 149, 164, 174, 180, 192, 193, 194, 202, 212, 215, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 301

Ensino- Aprendizagem _____

31, 32, 33, 36, 37, 40, 42, 43, 48, 49, 51, 54, 65

Letra G

Gestores;

Gestoras;

Comitê Gestor;

Grupo(s) Gestor(es) _____

65, 74, 75, 78, 93, 104, 105, 120, 129, 130, 180, 199, 230, 240, 241, 242, 243

Letra I

Identidade(s) _____

53, 63, 74, 75, 76, 81, 95, 122, 136, 160, 161, 168, 169, 170, 171, 172, 175, 176, 178, 179, 180, 194, 205, 219, 240, 244, 301

Impacto(s);

Impacto(s) ambiental (ais);

Impacto(s) socioambiental(ais) _____

14, 15, 19, 29, 32, 33, 36, 44, 45, 54, 56, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 69, 70, 75, 83, 84, 97, 98, 101, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 118, 121, 148, 149, 174, 187, 188, 189, 193, 194, 201, 211, 212, 222, 227, 228, 237, 241, 245, 264, 268, 281, 282, 287, 300



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Insegurança alimentar_____

79, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 256, 257, 258, 259, 265, 266, 276

Invisibilidade_____

218, 220, 223, 225, 229, 273, 276

Letra L

Laguna(s);

Lagunar_____

177, 189, 190, 191, 193, 228, 229

Licenciamento ambiental_____

12, 16, 28, 31, 32, 45, 58, 60, 61, 63, 64, 66, 68, 71, 73, 75, 84, 93, 99, 101, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 135, 169, 185, 301

Letra M

Meio Ambiente_____

13, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 35, 36, 38, 40, 43, 44, 45, 46, 48, 57, 66, 84, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 113, 132, 150, 151, 152, 168, 171, 184, 186, 188, 192, 193, 201, 209, 210, 214, 224, 229, 261, 265

Mercado(s); **Mercadoria(s);** **Mercado de trabalho;** **Mercado de pescado**_____

24, 25, 75, 122, 156, 157, 161, 162, 168, 177, 178, 194, 198, 200, 201, 205, 207, 208, 209, 210, 211, 213, 214, 223, 227, 235, 237, 238, 240, 264, 265, 269, 275, 281, 286, 287

Letra P

Parceria(s)_____

47, 114, 115, 116, 164, 175, 209, 228, 235, 237, 239, 264, 269, 270

Participação;

Participação Social_____

29, 30, 31, 32, 33, 35, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 52, 63, 64, 66, 67, 68, 71, 75, 78, 80, 81, 99, 102, 103, 104, 105, 108, 112, 113, 118, 121, 126, 127, 128, 130, 131, 136, 143, 149, 150, 151, 152, 158, 177, 180, 219, 228, 234, 238, 239, 240, 242, 243, 276, 280, 300, 302

Pescador(es);

Pescadora(s);

Pescador(es) artesanal(ais);

pescadora(s) artesanal(ais)_____

54, 60, 65, 68, 71, 77, 138, 154, 168, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 179, 180, 185, 186, 188, 213, 219, 221, 224, 225, 227, 229, 231, 266, 269, 280



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Pobre(s);

Pobreza;

Empobrecimento_____

21, 22, 41, 72, 76, 97, 98, 100, 112, 114,
139, 141, 189, 249, 265, 276

Letra R

Riqueza_____

18, 20, 22, 26, 41, 112, 140, 141, 163

Letra S

Saneamento_____

31, 63, 94, 103, 174, 190, 191, 275, 302

Sociabilidade_____

124, 220, 223, 238, 301

Sustentabilidade_____

26, 27, 31, 36, 44, 83, 98, 117, 200, 206,
210, 249

Letra T

Tecnologia(s);

Tecnologia(s) Social(ais)_____

17, 25, 44, 52, 54, 56, 72, 73, 77, 94, 97,
103, 161, 166, 191, 194, 199, 207, 208, 209,
211, 233, 237, 261

Letra V

Vulnerabilidade;

Vulnerabilidade Social_____

16, 30, 32, 42, 53, 56, 57, 59, 60, 64, 66,
70, 73, 83, 84, 102, 105, 108, 112, 115, 189,
190, 219, 241, 250, 280



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.



A realização do Projeto Pescarte é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-92641-00-9



9 788592 641009